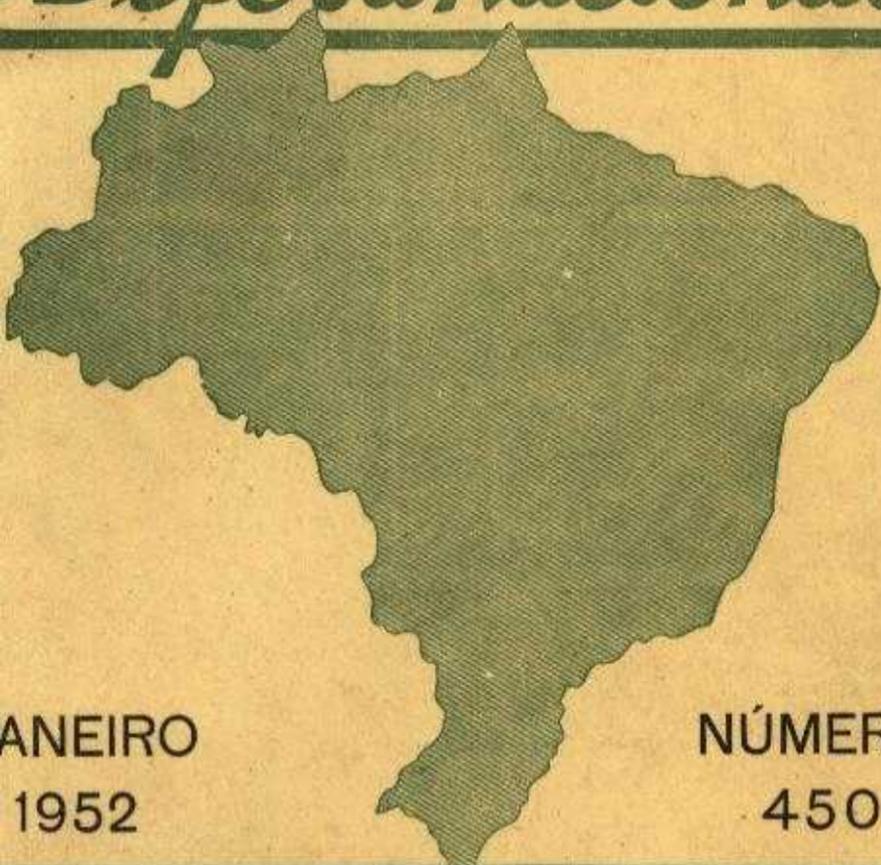


Defesa Nacional



JANEIRO
1952

NÚMERO
450

General RENATO BAPTISTA NUNES, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.

IO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

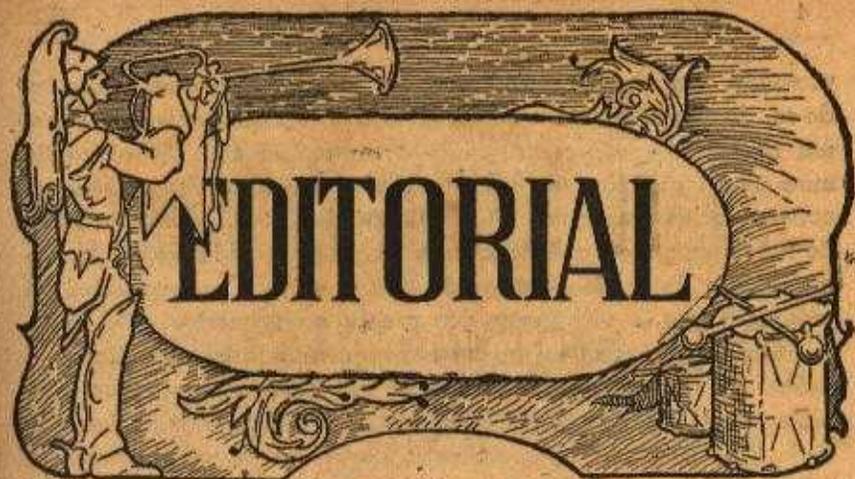
Ano XXXIX

BRASIL — RIO DE JANEIRO, JANEIRO DE 1952

N. 450

SUMÁRIO

	Página
Editorial.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Fôrças rápidas — Fôrças blindadas — Cavalaria — Gen. Afonso Botelho, do Exército de Portugal.....	5
Reflexões sobre o bombardeio estratégico — Trad. do Gen. Antônio de Castro Nascimento.....	13
Os sapadores na Divisão de Infantaria — Trad. do Cel. Adalardo Fialho....	19
Suprimentos nas Fôrças Armadas — III — Cel. Aguinaldo José Senna Campos	25
O emprêgo das Fôrças Aéreas pelos russos — Trad. do Ten.-Cel. J.H. Garcia.....	29
A manobra integral da artilharia e sua prova de eficiência — Trad. da Redação.....	35
Caracterização das ações da Infantaria antes do ataque — III — Maj. Augusto de Oliveira Pereira.....	39
O curso de classificação de pessoal — Cap. Gustavo Lisboa Braga.....	45
Comentários à margem do C-22-5 — 1º Ten. Carlos Antônio Figueiredo.....	59
O novo armamento do Exército Francês — Redação.....	67
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Unidade de alma — Gen. Inácio José Veríssimo.....	69
Considerações sobre as fôrças morais — Trad. da Redação.....	79
O mundo Árabe — Trad. do Maj. Floriano Möller.....	87
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Os Rezingões — Gen. Bertoldo Klinger.....	93
O Visconde de Taunay — Cel. Adalardo Fialho.....	99
A depressão central do Rio Grande do Sul — Maj. Amyr Borges Fortes.....	107
O vale do São Francisco — Maj. João Baptista Peixoto.....	121
Armamento e mobilidade — Trad. do Maj. Floriano Möller.....	125
DIVERSOS	
Assunção de Comando da Polícia Militar do Distrito Federal — Redação....	131
Carta a um jovem Tenente — Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.....	137
As relações públicas do Exército — Maj. Luiz Felipe de Azambuja.....	139
Nova plano de desenvolvimento do vale do São Francisco — Redação.....	147
Ressurreição da Amazônia — Redação.....	149
Volta Redonda produzirá um milhão de toneladas de aço por ano — Redação	151
Minério de Urucum — Redação.....	152
Tratores e caminhões fabricados no Brasil — Redação.....	153
Em Santos outra Volta Redonda — Redação.....	154
Dois milhões de barras de xisto — Redação.....	155
"A segunda grande guerra" — Transcrição — Trad. da Redação.....	156
O Instituto de Tecnologia da Amazônia — Redação.....	157
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	159
ATOS OFICIAIS GERAIS.....	167



1952. ANO DE ESPERANÇAS

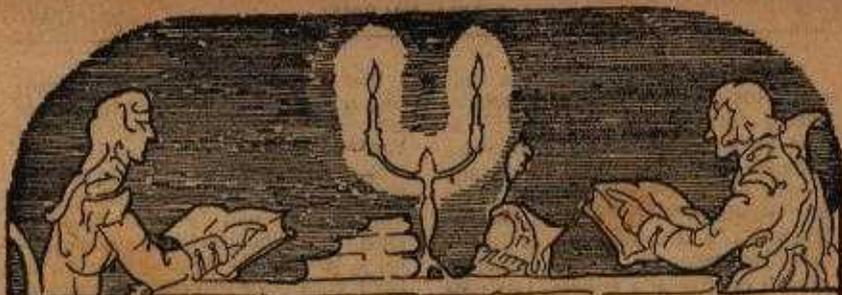
Inicia-se, sob os melhores prognósticos, o ano de 1952. Grandes iniciativas governamentais, já anunciadas, estão destinadas a influir decisivamente nos rumos da economia nacional. Consciente do papel fundamental da energia e dos transportes no desenvolvimento da atual produção agrícola, industrial e extrativa da Nação e na exploração dos recursos potenciais do nosso imenso território, o Governo prepara-se para tomar medidas que, executadas em período de tempo relativamente curto, impulsionarão de 50 anos o progresso dêste país. Abundantes recursos financeiros serão necessários, tanto em moeda estrangeira, como em nacional, mas o Congresso, apoiando entendimentos prévios realizados pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda com organizações de crédito internacionais, acaba de considerar projetos autorizando o Governo, de um lado, a dar o seu aval para um empréstimo de 750 milhões de dólares e, de outro, a reformar o imposto de renda, de forma a obter-se 10 bilhões de cruzeiros com os novos aumentos da respectiva tributação, sob a forma de empréstimos compulsórios. Tão grandes quantias serão utilizadas no reaparelhamento dos sistemas de transporte ferro e rodoviários e na remodelação dos portos marítimos e fluviais do país. Dado o vulto das somas em jogo, é de ver-se que as reformas serão de "fond en comble" e nada mais acertado porque tudo o que a economia dêste imenso país pede é que lhe dêem meios para fazer circular as riquezas que estagnam no seu interior, à minqua de transportes. Quanto à energia, prepara-se o Congresso para examinar e debater a recente e importante mensagem do Governo sôbre a ex-

ploração, em termos grandiosos, do petróleo nacional, esperando-se, da clarividência e patriotismo dos representantes do povo, um asolução que, possibilitando o aproveitamento definitivo do ouro negro que jaz em nosso subsolo, salvasgarde também as conveniências nacionais. A ampliação de Volta Redonda, o início do funcionamento da Refinaria de Cubatão e a ultimção da primeira fase de Paulo Afonso são outros marcos proeminentes de progresso que se vão juntar aos muitos programados para 1952.

O Exército, cõscio de suas responsabilidades na guarda e defesa de um patrimônio que cada vez mais se enriquece, não pode ver senão com bons olhos tão esperançosas iniciativas, ligado tão estreitamente como está, nesta era de preponderância da técnica e das indústrias, ao desenvolvimento econômico do país. Sim, o Brasil precisa sair do estágio semicolonial de exploração e exportação de matérias-primas e, adquirindo, de vez, a sua maioridade econômica, enveredar pela fase moderna da industrialização e exportação de produtos acabados, já esboçada, aliás, em traços vitoriosos e de promissores resultados. Só assim nos libertaremos dos mercados estrangeiros e o Exército terá as sólidas bases que reclama para assentar a sua estrutura material. Canhões, carros de combate, aviões, viaturas motorizadas, armas e equipamentos significam indústrias para fabricá-los e energia para movimentá-los. Não indústrias secundárias, dependentes de planos e materiais de além-mar, mas indústrias de base. Indústrias independentes, capazes de se ampliarem e evoluírem, acompanhando o progresso da técnica e da civilização. Não energia à base de lenha, mas de petróleo extraído do nosso próprio solo e aqui mesmo refinado. Petróleo em abundância e barato, pois só assim poderá despertar o nosso vasto "hinterland" e satisfazer às crescentes necessidades da defesa nacional.

É pois, com o mais justificado júbilo, que o Exército encara o alvorecer deste novo ano cheio de promessas e empreendimentos destinados a fortalecer a economia da Nação, seguro está que o seu fortalecimento econômico significa, também, como decorrência, o seu fortalecimento militar.

Uma revista que tem por lema "A Defesa Nacional" não pode se sentir estranha a esses sentimentos e eis porque, no limiar de um ano que se inicia sob tão felizes auspícios, sente-se no dever de se congratular com o Exército e a Nação pelo muito que, no seu transcorrer, esperamos todos do espírito de realização dos responsáveis pelos destinos do país.



CULTURA PROFISSIONAL

FORÇAS RÁPIDAS — FORÇAS BLINDADAS

CAVALARIA

(MISSÃO — ORGANIZAÇÃO)

General AFFONSO BOTELHO (Da "Revista da Cavalaria", portuguesa)

A arte e a ciência da guerra estão em evolução, ou revolução, de inconcebível cadência. A ciência proporciona à arte de conduzir as Forças Armadas apetrechamento, ou equipamento bélico, que ultrapassa, por vèzes excessivamente, as solicitações e até as mais audaciosas idéas do homem de guerra. Demais, o fator político condicionado pelo social e o fator económico amparado pelo financeiro, a todo o momento se impõe áqueles que têm a árdua e esgotante missão de "imaginar a guerra". Imaginar a guerra? Sim, porque "quem se prepara para a guerra para que o deixem em paz", se no presente tem de pensar no passado para realizar o presente, também no presente tem de procurar adivinhar o futuro para de "presente" não ser eliminado.

— É neste sonhar de realidades, que o nosso preocupado espirito

pensando na guerra de hoje e imaginando a guerra de amanhã, cogita e pergunta:

- Na modalidade de guerra que se adivinha, carecer-se-á de Forças de manobra que se caracterizem pela velocidade e força de atuação? Forças rápidas ou blindadas? Cavalaria mecanizada ou motoblindada?
- Admitida a existência dessas Forças ou dessa Arma, quais as missões a que se destinam, qual a organização a impor-lhe?

As forças rápidas e as forças blindadas, criaram na passada Grande Guerra justificado prestígio. Ainda se justifica? Ainda serão indispensáveis?

Na primeira Grande Guerra, dois exércitos essencialmente manobreadores, defrontaram-se; equilibraram-se e esgotaram-se em quase infinda guerra frontal, terminada — em parte — pelo aparecimento do "blindado". Na última Guerra Mundial, a despeito de avisadas opiniões, reincidiu-se na contemplação da passada guerra, um país supôs encontrar solução atrás de uma nova "Muralha da China", a Linha Maginot, enquanto o outro colhendo idéias e doutrina no próprio adversário, resolveu o problema com espírito manobrador e com a violência de um "Blitz-Krieg".

Em 1942 dizíamos nesta Revista: "O ritmo de guerra é outro, o motor no ar e na terra alterou as antigas noções de espaço e tempo a ponto que a velha Europa é já hoje insuficiente arena para tão longos vãos e tão largas passadas".

Em 1945 a "2ª Grande Guerra findava (?) em extensísimos teatros, com enormes exércitos na mais larga manobra em três dimensões, de que há memória".

Quais as características da futura Grande Guerra? Tudo faz crer que ela será "total" ou "integral", e que eclodirá esporadicamente e se desenvolverá "em superfície". Não são de confiar os conceitos de "tempo de paz" e de "declaração de guerra", e o "inimigo" e a "sua ética" tornarão inseguras as noções de frente e retaguarda e dos conseqüentes flancos.

O potencial bélico de que se fala e se adivinha, excedendo as possibilidades, de vária ordem, na maioria dos países, criará a necessidade de numerosos especialistas em armas e nas retaguardas, e diminuirá os efetivos disponíveis para combate. Por outro lado, razões de ordem social, imporão, talvez, exércitos escolhidos de sólido idealismo e uma necessidade de segurança em superfície larga consumidora de efetivos.

Assim, afigura-se-nos caminhar para os pequenos exércitos profissionais de poderoso armamento e grande mobilidade.

Por outro lado, o poder destruidor que se atribui ao material bélico com que nos ameaçam, obrigará à dispersão dos exércitos (e das populações) criando largos intervalos por onde será possível manobrar. E não parece natural, pelo menos no início de uma guerra, a adoção de dispositivos lineares e contínuos só possíveis para as grandes "massas". Quanto às "linhas Maginot" ou "muralhas da China" não se fala, pelo menos sob o aspecto linear.

É ainda de notar que os exércitos, mesmo os grandes exércitos, têm hoje em dia grandes possibilidades de comando, de movimento, de armamento e de manutenção que lhe permitem a vida e até a luta em dispersão.

Tudo faz adivinhar um ambiente de "vazio" e de surpresas, propício a infiltrações e incursões, ambiente onde a manobra (em velocidade e potência) e a contra-manobra, e até a manobra de vai-vem, num jogo de ofensivas bruscas e defensivas agressivas de ataques e contra-ataques, fará trabalhar a nossa inteligência e estimulará a nossa imaginação por modo exaustivo.

Para tal efeito se carece, manifestamente, de forças que, pelo seu armamento e blindagem, pela sua rapidez e mobilidade, sejam, coerentemente, capazes de reconhecer e cobrir, de combater e envolver, forças manobradoras enfim, que integrando-se na grande manobra do seu exército, aniquilem o inimigo ou lhe arranquem a vitória. Essas Forças são as Forças Rápidas ou as Forças Blindadas.

As Armas e os Serviços que constituirão as Forças Rápidas ou as Forças Blindadas serão todas e quase todos, mas naquelas modalidades — subdivisões — cujas características perfeitamente se conjuguem no binário "força-velocidade" atrás referido. O essencial é que esse conjunto seja perfeitamente coerente, nas devidas proporções de potência e mobilidade, de dependência ou independência,

conforme seu emprégo tático ou estratégico.

Antes do mais há a considerar a indispensabilidade da cooperação das *Fôrças Aéreas* com as *Fôrças Rápidas*, cooperação quase orgânica naqueles países cujos recursos permitam a atribuição de uma aviação tática especializada às F.R., cooperação apenas adaptada naqueles países de fracos recursos aéreos e, naturalmente, de reduzidas exigências tático-estratégicas.

As F.R. ou F.B. deverão compreender:

- *Fôrças de reconhecimento* — as fôrças ligeiras, a cavalaria moto-blindada — para reconhecer o inimigo e informar o comando, para cobrir e proteger o grosso das fôrças;
- *Fôrças de choque* — as fôrças pesadas, a cavalaria blindada — para atacar ou contra-atacar, para romper ou envolver, constituindo o "grosso" e desempenhando a principal função;
- *Fôrças de apoio* — artilharia e engenharia mecanizadas, infantaria motorizada, engenhos diversos — para apoiar, acompanhar, proteger ou recolher as outras fôrças, no cumprimento da missão de conjunto;
- *Os Serviços* — motorizados ou mecanizados — que forem necessários às transmissões e comunicações, à manutenção e evacuação, de tôdas as fôrças.

Integrar numa só Arma todo o complexo de meios materiais que atrás se aponta e instruí-los e educá-los em íntima ligação, não se afigura idéia praticamente realizável.

Afigura-se-nos, porém, perfeitamente viável que o "grosso" das F.R. ou F.B. seja uma Arma — "rápida e blindada" — que as outras Armas complementares aglutinará, ou que, expressão sintética daquelas Fôrças, às GG, UU. do Exército servirá. Essa Arma, caracterizada pela missão e atuação

geral imposta às F.R. ou F.B., deverá ser flexível e fluída, rápida e móvel, potente e violenta, objectivamente organizada e armada, instruída e educada para missões de força e velocidade e ações de audácia e abnegação. No sentido vulgar e tradicional do termo será uma arma "cavaleira". Será, enfim, a *Cavalaria motoblindada* ou a *Cavalaria mecanizada*.

As missões das "Fôrças Rápidas" são hoje mais do que ontem as tradicionais missões da Cavalaria e aquelas mais que resultem de novos aspectos da estratégia e da táctica.

As missões das "Fôrças Blindadas", se houver que as distinguir, serão talvez menos velozes, mas serão por certo mais potentes.

Que as missões serão, frequentemente "cavaleiras", assim se poderá compreender do que se lê e do que se diz. Do que nos chega da Coréia, sabe-se que as infiltrações e o terreno inexplorado, as perdas de contacto e as surpresas, foram demasiado frequentes e criticadas e motivaram até a seguinte afirmação, em parangonas, na imprensa parisiense: "Na Coréia faltaram sobretudo cavaleiros". E evocou-se Pátton.

Nos E. U. A., comissão de experimentados técnicos atribui às chamadas "unidades de reconhecimento" e à Cavalaria ligeira mecanizada (ou blindada) as missões tradicionais na Cavalaria e mais algumas — em proveito das G.U. O "reconhecimento" caracteriza-se por ações combativas por vezes com poderoso armamento.

— Aos "Esquadrões (Companhias) de Reconhecimento" da D. I., as missões de reconhecimento e de segurança, estilo clássico, à ordem do Comando da Divisão.

Ao "Grupo (Batalhão) de Reconhecimento" das D.B., missões de reconhecimento e de segurança,

à ordem dos mais elevados escalões e por vezes com grande independência, e missões destacadas de combate (conquista e defesa de pontos importantes, incursões sobre as linhas de comunicação inimigas) e até mesmo com participação no combate da D.B. como Agrupamento tático.

Ao *Regimento ligeiro de Cavalaria mecanizada de C.E.* (três G.E.) atribuem-se-lhe missões de reconhecimento e de segurança, de grande estilo, missões de cobertura e de retardamento, colmatagem, e ainda missões ofensivas de diferentes modalidades sem ou com o apoio do "Agrupamento de Cavalaria Blindada de C.E." (antigo R. de C.C. a 3 BB.) constituindo com êle um "grande agrupamento tático" de categoria Brigada.

A R.L.C.M. de Exército semelhante ao anterior, impõe-se missões mais amplas pois, além das que se prevêem para os R.L.C.M. de C.E. com maior alcance, confia-se-lhe as das ações contra desembarques aéreos e guerrilheiros, e o que é mais interessante, incursões nas retaguardas inimigas como unidade aérotransportada.

Aos antigos R. de C.C. (a 3 BB.) agora — parece — *Agrupamentos blindados*, compete normalmente a missão de acompanhamento da infantaria, e eventualmente, agrupamento com a Cavalaria mecanizada.

Quanto à *Divisão Blindada* são bem conhecidas as missões que na última guerra lhe foram atribuídas, missões que os doutrinários (mestre Guderian à frente) mais engrandecem agora. São ações ofensivas rápidas e bruscas, roturas de frente e aniquilamento de retaguardas e são também ações defensivas móveis para retardamento do adversário ou reações agressivas para o conter e eventualmente o derrotar.

A doutrina russa (no que é possível saber) dá às "ações de reconhecimento" uma importância e amplitude que excedem a designação adotada.

Nestas ações se inclui não só o reconhecimento do inimigo nas diversas modalidades, como também a "manobra" para o "gastar" e "iludir". Também se inclui o reconhecimento do terreno e a preparação da progressão do grosso das forças. Na exploração do êxito, as ações chamadas de reconhecimento objetivam a desorganização e aniquilamento do inimigo em retirada, caracterizam-se pela audácia, pela velocidade e pelo efeito de surpresa.

Os órgãos com que os russos efetuam tais missões caracterizadamente "cavaleiras" parecem, por enquanto, indefinidos. São êles "destacamentos de reconhecimento", agrupamentos mistos, de valor "Companhia" (esquadrão) ou "Batalhão" (Grupo), compreendendo elementos blindados e motorizados (incluindo artilharia) ou elementos a cavalo ou em esquis. Estes destacamentos, em número variável por G.U., atuam sob frentes de 15 a 30 km e em grande profundidade por meio de *patrulhas* mistas do valor pelotão ou secção.

As ações de retardamento ou defesa móvel, têm características também cavaleiras, em que as ações oblíquas e os desvios de direção, proporcionando contra-ataques laterais, reclamam a atuação de forças rápidas e blindadas semelhantes ou idênticas aos destacamentos de reconhecimento já referidos.

As atuações para *segurança*, especialmente flancos e junções, e a *cobertura*, parecem pouco claras, mas não há dúvida que "ocultar o jogo" é preocupação russa e oriental.

Mas, enfim, qual a missão ou missões a impor às F.R. ou às F.B. e, portanto, à própria Cavalaria motoblindada ou mecanizada?

Normalmente, isto é, quando os fatores, situação, inimigo, meios, terreno e outras contingências não alteram o equilíbrio, deveremos prever as seguintes missões:

— *Segurança permanente* — atuação pronta, em qualquer eventualidade e em qualquer ponto do território, contra

guerrilhas e afins, contra pára-quadristas e aérotransportados.

- **Reconhecimento** — (térmo que, à falta de melhor por agora, preferimos ao de exploração): atuação em superfície com a finalidade de preparar a batalha, pela informação sôbre o inimigo e sôbre o terreno e, cumulativamente, pela flagelação e retardamento das forças adversas.
- **Segurança**, térmo correspondente ao antigo, e visando a realização da mesma função, hoje exercida em enormes espaços e em proveito de forças operando com grandes intervalos e grandes distâncias.
- **Intervenção na batalha ofensiva**, manobrando, apoiando ataques ou atacando por si só, rompendo, explorando.
- **Intervenção na batalha defensiva**, cobrindo, apoiando a defensiva contra-atacando, colmatando, retardando.
- **Reserva estratégica**, para operações destacadas ou para incursões nas retaguardas inimigas, admitindo o seu aérotransporte.

Dois pontos a notar :

Qualquer que seja o emprêgo que se faça das Forças rápidas ou blindadas, a sua finalidade é, sobretudo, o aniquilamento e a destruição do adversário. A conquista do terreno é apenas o meio de "vencer".

As F.R. (ou "blindadas ligeiras"), potencialmente, serão insuficientes para rotura de frentes contínuas e fortemente organizadas em profundidade, quer atuem por si sós, mesmo apoiadas, quer quando atuem apoiando a infantaria em íntima cooperação na batalha. Pelo contrário, terão as melhores possibilidades de êxito quando atuem contra frentes descontínuas ou fracamente instaladas. O apoio das Forças Aéreas ou de forças suplementares terrestres é fator importantíssimo para o êxito.

As F.B. (fortemente dotadas em blindados) serão essencialmente aptas às ações na batalha, especialmente para ataques de rotura ou poderosos contra-ataques e ainda para ações violentas na exploração do êxito ou no retardamento de potente adversário. Pelo contrário, serão menos aptas para ações de mobilidade contra adversário em dispersão e em terreno difícil.

Qual a organização com que constituir as Forças Rápidas ou Blindadas para que elas cumpram as missões que lhe impomos?

Qual o órgão para a função?

Nas F.R. ou F.B., ligeiras ou pesadas, deverão integrar-se todos os elementos de Armas e Serviços que sob um comando "cavaleiro" (entenda-se o térmo) e num conjunto coerente técnico e tático, psicológico e moral, sejam os necessários e os bastantes para bem cumprir as missões de reconhecimento e segurança, de ofensiva violenta e fulminante, de defensiva móvel e agressora que é mister para alcançar a vitória.

Pelo que respeita à Cavalaria, mecanizada ou motoblindada, entende-se, hoje, que as suas unidades devem compreender, além de elementos de comando e de serviços:

- **Elementos ligeiros**: exploradores em jeeps com armas ligeiras (individuais e coletivas), A.M. ou C.C. ligeiros, atiradores com armas pesadas, C.C. médios, autocanhões e armas ligeiras a.a.
- **Elementos pesados**: Carros de Combate médios, granadeiros blindados, autocanhões e armas a.a. semi-pesadas.

Dividem-se as opiniões quanto ao agrupamento dêstes diversos tipos de elementos, agrupamentos que se julga têm de ser mistos, mas que uns entendem "temporários", adaptadamente à missão, mas, que outros pretendem sejam "orgânicos", sob forma de unidades e

subunidades elementares mistas. Boas razões há duns e doutros. Contudo, afigura-se-nos que, na Cavalaria, atuando freqüente e inopinadamente em dispersão, é a segunda modalidade a mais conveniente, embora se condicione quanto possível a heterogeneidade das suas unidades elementares.

Nesta ordem de idéias são de considerar os seguintes órgãos na cavalaria mecanizada ou motoblindada:

- O pelotão ligeiro (exploradores em jeeps e A.M. ou C.C. ligeiros), considerando unidade elementar de reconhecimento compreenderá o comando com duas a quatro secções, no mínimo uma de reconhecimento e uma de combate e, se possível, uma de acompanhamento e uma de apoio;
- O pelotão pesado (C.C. médios ou pesados e granadeiros bl.) considerado unidade elementar de combate, compreenderá o comando com duas secções, uma de combate e outra de acompanhamento;
- O esquadrão ligeiro ou de reconhecimento, compreenderá o comando e trem e três ou quatro pelotões de reconhecimento;
- O esquadrão pesado ou de combate, ou de Carros, compreenderá comando e trem e três ou quatro pelotões de combate;
- O Grupo de Reconhecimento (G.E. ligeiro) compreenderá Comando e Formação, três ou quatro E.E. de Reconhecimento, um E. de Combate e um E. de Autocanhões (a.c. e a.a.);
- O Grupo de Combate ou de Carros (G.E. pesado) compreenderá Comando e Formação, três ou quatro E.E. de Combate, um de Reconhecimento e um E. de Autocanhões (a.c. e a.a.).

O Regimento de Cavalaria — mcz. ou mb. — será provável-

mente do tipo misto possivelmente composto pelo Comando e Formação, um G.E. ligeiro e um G.E. pesado. Será uma excelente unidade de força e mobilidade ao dispor de uma G.U.

Pelo que respeita às restantes Armas e aos Serviços das Forças Rápidas ou Blindadas, além das indispensáveis forças aéreas que lhe forem adstritas, não é nosso objeto aqui fazer o seu estudo.

O agrupamento e a constituição das GG. UU. rápidas blindadas têm sido assunto de importantíssimos estudos, discussões, experiências e realizações. O problema é efetivamente apaixonante.

A questão essencial é presentemente: mantém-se a Divisão no tipo rígido, ou articula-se em agrupamentos (temporários) ou brigadas (permanentes)? Ou, inversamente adota-se a organização em agrupamentos ou brigadas e com estas se constituem temporariamente as Divisões?

A solução a adotar depende grandemente do Exército onde ela se adote e da função a desempenhar.

Pelo que respeita aos Grandes Exércitos e sem abordar o problema quanto às UU. estratégicas, afigura-se-nos que a "Divisão" é a G.U. que convém, articulando-a em três ou quatro agrupamentos temporários ou brigadas mistas; cada Agrupamento ou Brigada poderá compreender um G.E. pesado e um B. motorizado de caçadores ou atiradores e um Grupo de Artilharia (de auto-propulsão).

Pelo que respeita aos Pequenos Exércitos parece mais útil a Brigada Rápida constituída por dois Regimentos mistos ou um Regimento misto e um Batalhão motorizado, com artilharia, engenharia e serviços adequados. A Divisão Blindada é, sob diversos aspectos, excessiva para os Pequenos Exércitos e até talvez indispensá-

vel; pelo contrário, a Brigada Rápida é possível e indispensável.

A Cavalaria das G.G. U.U., conseqüentes das considerações anteriores é também objeto de grandes dúvidas. Basta a hesitação sobre a "Divisão" (de linha ou de infantaria ou de Exército) para a explicar.

Numa opinião ousadamente simplista afigura-se-nos:

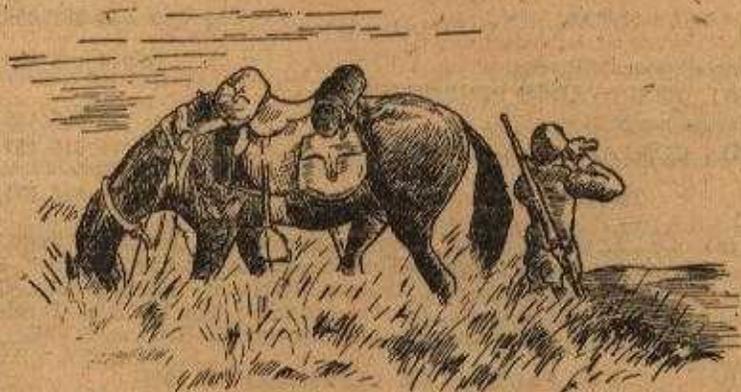
- Que a Brigada mista (independente) ou pequena Divisão incorporada carecem de um E. de Reconhecimento e um de Carros, podendo constituir G.E.;
- Que as divisões normais carecem de um G.E. de Reconhecimento e de um G.E. de Carros, podendo constituir Regimentos;
- Que os C.E. carecem de um Regimento misto (no Exército Norte-Americano um R. C.L.M. a 3 Grupos e Agrupamento de Cavalaria Blindado a 3 Batalhões);
- Que os Exércitos carecem sensivelmente da mesma dotação de Forças Rápidas e Blindadas que é mister para o C.E., além das forças orgânicas semelhantes das G.U. subordinadas (é a solução norte-americana).

As breves opiniões que ficam expostas e os ligeiros apontamentos que se oferecem são apenas elementos de estudo e de discussão no momento crítico que passa.

Por nossa parte concluímos:

- Os Exércitos carecem de Forças Rápidas ou Blindadas, mais ou menos ligeiras, mais ou menos potentes, conforme a importância e a função do Exército em que se integrem;
- A principal Arma das F.R. ou F.B. será a Cavalaria mecanizada ou motoblindada, mais ou menos móvel ou potente em harmonia com a função daquelas forças;
- As missões da Cavalaria mecanizada ou motoblindada são essencialmente as tradicionais da Cavalaria, engrandecidas por novos objetivos e novos meios.

A organização dessa Cavalaria tem em vista dotar as Grandes Unidades normais com Grupos de Reconhecimento e Grupos de Carros e constituir G.G. U.U. das F.R. ou F.B. com Divisões Blindadas (devidamente articuladas) ou apenas com Brigadas Rápidas menos potentes, mas capazes do desempenho de missões semelhantes às das D.B.



BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS, S. A.

SEDE : Rua Álvares Penteado, 164 a 180 — SÃO PAULO

CAPITAL E RESERVAS..... Cr\$ 140.000.000,00

BALANCETE EM 30 DE NOVEMBRO DE 1951, COMPREENDENDO AS OPERAÇÕES DA MATRIZ E DAS AGÊNCIAS MARGINADAS

CONSELHO CONSULTIVO

Cel. Albino Alves da Cruz Sobrinho
Antonio Sampaio Ferraz
Ataliba J. Pompeo do Amaral
Dr. Camilo Gavião de Souza Neves
Cesar de Almeida
Francis de Souza Dantas Forbes
Francisco Paula Leite Sobrinho
Henrique Schiefferdecker

Cel. João Pedro de Carvalho Júnior
Luiz Duarte Silva
Olavo A. Ferraz
Oswaldo Pereira de Barros
Dr. Pedro Delamare São Paulo
Raul Arruda
Sebastião Aleixo da Silva

ATIVO

	Cr\$
A) DISPONÍVEL	
Caixa.....	506.524.719,30
B) REALIZÁVEL	
Diversos valores.....	2.960.057.911,40
C) IMOBILIZADO.....	99.865.462,60
D) RESULTADOS PENDENTES.....	42.862.420,70
E) CONTAS DE COMPENSAÇÃO.....	1.475.315.157,30
TOTAL.....	5.084.625.671,30

PASSIVO

F) NÃO EXIGÍVEL.....	140.000.000,00
G) EXIGÍVEL	
Depósitos.....	2.163.490.880,50
A prazo.....	486.800.176,00
TOTAL.....	2.650.291.056,50
Outras responsabilidades.....	3.346.155.377,40
H) RESULTADOS PENDENTES	
Contas de resultados.....	123.155.136,60
I) CONTAS DE COMPENSAÇÃO.....	1.475.315.157,30
TOTAL.....	5.084.625.671,30

- (a) Dr. J. Cunha Júnior, Diretor-Presidente ; Galdino Alfredo de Almeida Júnior, Diretor-Vice-Presidente ; Amador Aguiar, Diretor-Superintendente ; Donato Francisco Sassi, Diretor-Gerente ; Luiz Silveira, Diretor-Adjunto ; Laudo Natél, Diretor-Adjunto, e José Faria Basilio, Contador (C.R.C. n. 3.094)

SÃO PAULO, 3 DE DEZEMBRO DE 1951

REFLEXÕES SOBRE O BOMBARDEIO ESTRATÉGICO

(EXTRATOS)

Coronel J. DE TARLE.

De "Forças Aéreas Francesas" — Tradução do Gen. ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO.

Após o Armistício, os Aliados organizaram comissões de técnicos para verificarem os resultados de seus bombardeios sobre a Alemanha.

Suas conclusões, em bases seguras, foram que a política dos bombardeios estratégicos não havia dado o resultado que o Comando esperava da mesma.

Grandes danos haviam causado ao inimigo, tanto materiais como

culturais, ultrapassando muito aqueles causados pelos Gódos, Vandalos, Lombardos e Hunos. Quanto à indústria, ao invés de anulá-la, obrigou-a a dispersar-se. Quanto à população, em vez de se revoltar, enrijeceu-se mais em suas decisão de resistir e combater.

Abstraindo-se a parte sentimental, é interessante um exame dos índices de produção alemã, desde 1939 a 1944.

PRODUÇÃO	ANOS					
	1939	1940	1941	1942	1943	1944
Aço e metais ferruginosos.....	100	91,0	99,8	96,1	107,1	98,1
Indústria Metalúrgica.....	100	115,1	118,8	128,8	139,8	114,1
Material de transporte.....	100	120,5	145,9	159,0	186,1	203,5
Material ferroviário.....	100	129,4	159,0	179,1	214,1	255,2
Minas.....	100	101,8	103,4	106,9	108,0	98,5

Sendo os erros matéria aproveitável para ensinamentos, intentemos a análise dos principais.

Havia grandes entusiastas do bombardeio estratégico, sinceramente convencidos de que, aplicado sistematicamente aos grandes centros populosos, provocaria, em curto prazo, a capitulação da Ale-

manha. Afirmavam que a destruição do que eles chamavam de "as 60 cidades-chaves", acarretaria a rendição desse país. Isto trouxe o erro de destinar-lhes 530.000 toneladas de bombas, ou seja o dobro do que foi destinado ao ataque da Indústria de Carburantes. As "incursões" de terror sobre a Ingla-

trera foram erro crasso do mesmo tipo, por haver subestimado a vontade de resistência inglesa.

Por outra razão, foi um erro de outra classe o haver superestimado (até o fim de 1944) as possibilidades dos meios com que contava o Comando Aliado ao fim dos bombardeios.

A experiência da guerra demonstrou, muito cedo, a reduzida eficácia dos bombardeios noturnos sobre zonas, aplicáveis unicamente sobre vastos objetivos demográficos, porque só os de pequena extensão o eram, em geral, industriais.

Sobre estes objetivos industriais, de pequena extensão, somente o sistema americano de bombardeios diurnos de precisão, ou as grandes e precisas concentrações noturnas, no tempo e no espaço, foram eficazes; somente no término da guerra as concentrações no tempo e no espaço, durante a noite, e sem visibilidade, foram realizáveis, graças ao "Radar".

O bombardeio dos alemães (desde 1940 até 1943), com meios insuficientes e métodos errados, permitiu à Indústria Alemã tomar, progressivamente, uma série de medidas de proteção e dispersão, cuja eficácia resultou numa surpresa desagradável para o Comando Aliado e foi a razão e a causa da considerável diminuição do efeito dos grandes bombardeios de 1944 e 1945, não obstante haverem sido realizados com meios e métodos apropriados. Os bombardeios anteriores serviram, em compensação, aos aliados, para o treinamento de suas tripulações, não se devendo considerar, portanto, como completamente perdidos, mas sim como um oneroso treinamento sem outros efeitos positivos.

No entanto, em 1945, teve uma última ascensão a produção industrial alemã, antes de sua rendição definitiva.

A Indústria Aeronáutica, que nos interessa mais diretamente, teve o seguinte desenvolvimento:

Anos.....	1939	1942	1944
Produção de aviões alemães.....	8.925	15.536	39.807

As entregas foram mais numerosas em março de 1944 (mês seguinte aos grandes bombardeios) que nos meses anteriores e continuaram em elevação até setembro do mesmo ano.

Este efeito parece paradoxal, mas é um fato real.

Apesar da produção aeronáutica alemã haver se restabelecido rapidamente, depois dos grandes bombardeios da primavera de 1944, a queda da Aviação Alemã não cessou aí, porque se precipitou, por outras causas, das quais a fundamental foi o aparecimento dos caças aliados P. 51 e P. 47, os quais provocaram perdas fantásticas à caça alemã, tanto em material, como em equipagens treinadas e veteranas com prática e experiência da guerra. Aqui vemos um resultado indireto do Bombardeio,

provocando a Caça alemã para um combate com a Caça aliada de acompanhamento, prejudicial para aquela, o que permitiu aos Aliados conseguirem a Superioridade Aérea indispensável para os seus planos de desembarque.

Em 6 de junho de 1944, dia do desembarque na Normandia, o Comando Alemão não dispunha mais que 80 aparelhos de combate (em voo), na frente Oeste. Na ocasião do desembarque, no Sul, não tinha mais que 200 aparelhos em condições de intervir nestas ações. Os aliados tinham 5.000. No entanto, e apesar de tudo, a produção alemã ainda havia aumentado, pois, em setembro de 1944, foi de 3.375 aviões. Porém, estes aviões, seus combustíveis e seus remuniamentos não chegavam sempre às Unidades Aéreas.

O decréscimo da atividade aérea alemã, naqueles dias, foi devido principalmente à desorganização dos transportes pelo bombardeio aliado.

Não cremos, sem dúvida, que o fato de não diminuir a produção industrial alemã, e, em especial, a produção Aeronáutica, seja uma prova da ineficácia do Bombardeio. A verdadeira explicação dessa falsa aparência está em que a indústria alemã se encontrava, em 1941, muito longe de trabalhar

no máximo da capacidade de três turnos de operários. Foi depois do fracasso alemão, na frente de Moscou, quando a sua indústria recebeu ordem de desenvolver, progressivamente, todas as suas possibilidades, que a Alemanha pode compensar e até sobrepujar o efeito dos primeiros ataques de bombardeio aéreo inimigo.

A produção de armamento alcançou, em 1943, o dobro de 1941 e 53 % mais que em 1942, como se pode ver no quadro seguinte:

Anos	1941	1942	1943
Índice de produção	100	147	200

O estilo da organização industrial alemã e os estoques disponíveis de previsão, atenuaram os efeitos e conseqüências que esperavam

os aliados conseguir, com a sua Ofensiva de Bombardeio.

Distribuição da tonelagem total de bombas aliadas entre os diversos objetivos inimigos.

OBJETIVOS	TONELADAS	PROPORÇÃO
Transportes	617.000	30 %
Cidades	530.000	25 %
Objetivos militares e navais	426.000	20 %
Carburantes	236.000	12 %
Aeródromos e Indústria Aeronáutica	205.000	9 %
Indústrias particulares	92.000	4 %
Total	2.106.000	100 %

O exame destes algarismos sugere a seguinte pergunta:

Foi feita de um modo racional a escolha e a qualificação dos objetivos?

A resposta não é simples, posto que os efeitos dos bombardeios aéreos se multiplicam e se encadeiam intricavelmente.

Sem dúvida, o General Doolittle, como a maioria dos peritos nesta matéria, atribui a destruição da re-

sistência Alemã à seguinte ordem de fatores principais:

- 1 — Perda da Supremacia Aérea.
- 2 — Produção de Carburantes reduzida a zero.
- 3 — Paralisação dos Transportes.

Recordemos, sem embargo, que até os bombardeios mais discutíveis obrigaram a Caça Alemã a aceitar o combate, e com a sua destruição em vôo, contribuíram (embora in-

diretamente, de uma forma capital) à consecução da Supremacia Aérea Aliada.

Terminaremos recordando a opinião absolutamente categórica do mesmo General Doolittle: "O deslocamento do sistema ferroviário do campo alemão, por meio dos ataques aéreos aliados, foi verdadeiramente a principal razão da derrota da Alemanha, à proporção que ela cede o passo à perda da superioridade aérea e à destruição dos aprovisionamentos de carburantes".

O quadro que resulta destas considerações é bastante confuso e sombrio.

Uma rápida revisão dos efeitos dos bombardeios nos permitirá terminar este estudo com uma nota mais clara e reconfortante.

Efeitos diretos do bombardeio:

São os mais conhecidos e foram:

1°. A destruição, em maior ou menor escala, da indústria alemã. É indiscutível o acerto com que foram escolhidos os objetivos.

Foi mal avaliada a perfeita organização alemã de resistência.

Por ambos os motivos não provocou (no princípio) mais que uma lenta diminuição da produção.

No final, melhores dados, mais acertados métodos de ataques aéreos e melhor escolha de objetivos, fizeram com que, em 1944, os efeitos diferentes dos bombardeios, se conjugassem e produzissem uma paralisação completa da produção.

2°. A importância concedida ao ataque dos transportes econômicos e militares alemães inquietante a partir do desembarque, transformou-se, em 1945 (desde que o Comando Aliado pôde consagrar-lhes os meios necessários) numa paralisação quase total.

3°. A destruição de 380.000 fábricas, os 300.000 mortos e os 700.000 feridos, com os 7.600.000 alemães expulsos fora de suas habitações e cidades, não parece que hajam tido outra influência na evolução do conflito que o de fortalecer o ódio ao inimigo e a decisão de resistir e lutar por um triunfo final.

Muito menos conhecidos são os efeitos indiretos do bombardeio aéreo. Embora esses efeitos não hajam sido precisamente os que procurava o Comando Aliado, nem por isso a sua contribuição à derrocada alemã fôra menos decisiva que a dos efeitos acima expostos.

Efeitos indiretos do bombardeio:

1°. Qualquer que haja sido o acerto da escolha e sua precisão, no fim de contas, os bombardeios estratégicos obrigaram à Caça Alemã a travar combate e sofrer perdas abundantes, obrigando a fortalecer a organização das defesas ativas e aumentando os efeitos de sua caça.

2°. Como consequência, obrigaram o Comando Alemão a retirar progressivamente a caça e aparelhos bi-motores de ataque dos exércitos das frentes, para transferi-los para defender o interior do Reich.

A consequência desta falta de apoio aéreo dos exércitos foi de grande influência sobre a evolução da batalha de Estalingrado, sobre o último período da campanha da Tunísia e sobre todas as outras frentes e operações, em geral.

Na frente russa, em 1944, só ficara (térmo médio) um avião de caça para cada 100 quilômetros de frente.

3°. O resultado final foi proporcionar Supremacia Aérea aos aliados, indispensável para que fosse possível planejar o desembarque e terminar o plano de Bombardeio Estratégico.

4°. O transtorno do ciclo normal da produção e dos transportes, provocando um tamponamento e uma sobrecarga, que fôra muito mais vulnerável ao novo complexo econômico e logístico alemão.

Finalmente, apesar de todos os erros no emprego do bombardeio Estratégico da Europa, está bem claro e indiscutível que foi a Potência aérea aliada a que, conseguindo a Supremacia Aérea e destruindo a Economia Industrial de Guerra inimiga, tornou possível o desembarque, e provocou, como consequência final, a queda da capacidade de resistir e continuar a

luta que mantinham as forças armadas inimigas no Ar, Mar e Terra.

Tudo isto que precedeu pertence ao passado, e nos interessa na proporção em que o seu estudo foi feito e nos ajude a nos prepararmos para o futuro. Será prudente não contar obter exagerados resultados diretos dos bombardeios estratégicos sobre objetivos demográficos, nem mesmo, se quiser, com a bomba atômica. No Japão, aquela serviu como pretexto para êle se render, por ter a certeza de, por todos os meios, haver perdido a guerra. Um plano eficaz contra a Alemanha ou contra o Japão, poderá não ter nenhum valor de fôr empregado contra outra potência, cuja organização e sistema econômico-industrial fôsem diferentes. Estes sistemas não são comparáveis. Em matéria de exploração de ensinamentos de guerra, deve-se resguardar muito, ao passar demasiado facilmente do particular para o geral. Uma economia de emprêgo dos meios aéreos (sempre insuficientes em relação às necessidades) ensina que devem ser aplicados, em sua totalidade, numa só categoria de objetivos, ou a um mínimo de categorias de objetivos, para que logrem plena e rapidamente o bom êxito. A escolha dêste ou dêstes objetivos, o menor número possível, é extremamente difícil e não pode ser consequência de regras gerais. Deve-se fazer, em cada caso e em certas circunstâncias, um estudo particular e acertado.

Este trabalho não pode ser feito somente por militares. Os repre-

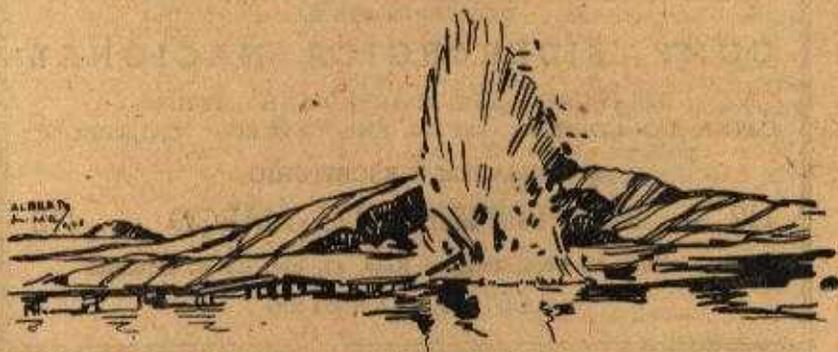
sentantes de todos os ramos das atividades nacionais e aliadas devem cooperar para o mesmo.

Uns opinam que se deve atacar o final da cadeia de produção, pois, assim, se priva, de uma vez, os elementos de ataque e defesa.

Outros acreditam que o melhor momento de atacar é o princípio da cadeia de produção, e, se fôr possível, os estoques de matérias primas.

E outros vão ainda mais adiante, (partindo da verdade de que nenhuma produção, nem se quer, a atômica, é possível, sem energia), pretendendo que bastaria atacar as minas e os estoques de carvão, os estabelecimentos e fábricas de carburantes e as reprêsas e as usinas elétricas. Apesar da experiência da guerra passada, um acôrdo que sirva de base para uma Doutrina de bombardeio Aéreo, está longe de se haver conseguido. Assim, supondo a solução do problema conhecido, atrevemo-nos a perguntar: "existe no mundo um grupo de indivíduos que possa ter um conhecimento suficientemente perfeito da organização do sistema industrial de outro grupo de nações inimigas, que o permita organizar o terrivelmente completo plano de destruição racional e econômico que seria necessário?"

Nunca se poderá contar com a documentação completa, com a informação necessária para a preparação das operações previstas para um tal plano.



ALBERTO
A. M. S.

OS SAPADORES NA DIVISÃO DE INFANTARIA

Cel. de Engenharia SALVATORE MANCUSO.

Traduzido de "Revista Militar" pelo Comandante VIGURI GIL, em "EJERCITO" e desta pelo Cel. ADALARDO FIALHO

A escassez de efetivos dos Sapadores Divisionários contrasta com as missões, cada vez mais pesadas e importantes, que a guerra moderna impõe às tropas de Engenharia. As exigências que recaem sobre estas tropas são vastas e complexas, compreendendo as mais variadas atividades, entre as quais algumas são de preeminente importância. A experiência demonstra que o Btl. de Engenharia, tal como o encontramos atualmente na Divisão de Infantaria, é um instrumento totalmente inadequado às necessidades. Para remediar a situação, não contribuirá, como alguns preconizam, um aumento do número atual das Companhias. Criar-se-ia, com isso, um organismo pesado, de instrução difícil e, sobretudo, de difícil comando. A multiplicidade e complexidade de missões deve corresponder, de um lado, u'a maior e melhor especialização do pessoal e, de outro, uma organização mais apropriada. Assim, conseguir-se-á uma distribuição mais racional das missões. À base destes conceitos propomos, nas notas que se seguem, esboçar uma solução que corresponda melhor às exigências da atual Divisão. É baseada no equilíbrio preciso e justo entre as necessidades e as possibilidades:

I — MISSÕES

Vejamos, antes de tudo, quais são as missões atuais da Engenharia de Combate Divisionária:

Comunicações — Compreendem toda a extensa gama de tra-

balhos de construção e destruição, segundo se trate de facilitar o movimento das tropas amigas ou retardar e paralisar o do inimigo;

Fortificação de Campanha — Trabalhos geralmente destinados a modificar o terreno para u'a melhor proteção do combatente e para o máximo rendimento das armas. Incluídos aqui os de mascaramento e disfarce;

Trabalhos correntes — Compreendem toda uma variada atividade que vai desde o preparo de alojamentos para as tropas até às facilidades para o Comando, desde as instalações de água e luz até à defesa contra incêndios;

Campos minados: Abrangem a instalação de campos e a abertura de brechas nos campos inimigos. Há ainda a destruição de obras fortificadas inimigas, etc. Estradas, fortificação de campanha e trabalhos correntes representavam a atividade tradicional dos Sapadores. Hoje em dia, pela evolução natural da guerra, acrescentou-se outra, não menos pesada e importante, tal qual é a instalação e remoção de campos de minas. O equilíbrio entre as possibilidades e as necessidades, já dificilmente logrado no passado, rompeu-se ante esta nova atividade. A experiência da recente grande guerra e quanto se pode observar continuamente, em manobras e exercícios, demonstram que as tropas de Engenharia, com os efetivos e organização que hoje possuem, não podem desempenhar as suas missões na medida e na oportunidade requeridas. A mina adquiriu,

na guerra moderna, um papel que se não pode ignorar. Tem ela um precioso emprêgo em tôdas as fases da luta; nas operações de movimento, serve em tôdas as situações; pode constituir um seguro flanco defensivo; pode anular ou diminuir, em determinadas circunstâncias, a superioridade do adversário em meios blindados. O campo minado, contrariamente ao que se pode julgar, presta-se a uma grande rapidez de instalação, adaptando-se racionalmente às circunstâncias de tempo, espaço e às exigências táticas. Oferece, em qualquer caso, fácil e rápida possibilidade de proteção eficaz das posições; pode criar zonas de obstáculos de enorme profundidade nos 360° do horizonte e pode constituir sólidas compartimentações do terreno que facilitem ou condicionem a manobra. Frente a esta atividade, que não pode ser marginal, como não pode ser de 2º ordem a instrução que exige, a questão dos campos de minas apresenta-se em plano de igual importância que as demais missões tradicionais dos Sapadores. A reparação das comunicações mais avançadas, a construção de ramais de estradas, a reparação de pontes danificadas e o lançamento de novas pontes são missões indispensáveis e que não admitem retardamento, em tôdas as fases da luta. Temos ainda, em medida mais ou menos extensa, segundo se trate de ofensiva ou defensiva, de avanço ou recuo, os trabalhos relativos a P.C. e observatórios, obstrução de estradas, destruições, organização do terreno e toda uma larga série de trabalhos de disfarce. Enfim, há outras exigências cuja satisfação requer trabalhos permanentes, tais como os serviços de águas, a proteção contra incêndios, etc. Tem-se afirmado, muitas vezes, que se necessita limitar as missões dos Sapadores Divisionários àquelas que requerem ferramentas especiais, preparação técnica e tempo considerável e que se precisa confiar às outras Armas tudo quanto não exija tais condições. Estas afirmações, motivo capital de tôdas

as discussões relativas à organização dos Sapadores, não convencem e nem resolvem. Os infantes sempre escavaram trincheiras e plataformas para as suas armas; os artilheiros sempre prepararam as suas baterias e os sapadores divisionários também sempre construíram os trabalhos de fortificação de campanha que exigem maior preparo técnico e meios adequados. Igualmente, os trabalhos de maior complicação e certa duração sempre foram confiados às tropas de Engenharia das G.U. superiores ou a organizações civis militarizadas. O que é fato é que, apesar disso, os Sapadores Divisionários sempre trabalharam no limite extremo superior de suas possibilidades.

II — ESPECIALIZAÇÃO DAS MISSÕES E DOSAGEM DAS FORÇAS

De tudo o que se disse, parece lícito extrair-se uma primeira conclusão: a necessidade de distribuir os Sapadores Divisionários de conformidade com as missões e os trabalhos que terão de executar e com os meios de que dispõem. Teremos, assim, tropas especialmente orientadas nos trabalhos de comunicações e nos trabalhos correntes (Sapadores-trabalhadores) e tropas propriamente de combate (Sapadores de Vanguarda ou Sapadores de Assalto) para a colocação e defesa dos campos minados, abertura de brechas, destruições, ataques a fortins, etc.

Sapadores-trabalhadores — As exigências de emprêgo levam a considerar-se, na Divisão, tantas Companhias de Sapadores deste tipo quantos Agrupamentos táticos pode ela constituir. Uma Divisão destinada a operar numa larga frente, em terreno, como o italiano, compartimentado, cortado e que estiver também hostilizada pela ação aérea e terrestre do inimigo, principalmente dirigida contra pontes e viadutos, deve ter assegurada as suas comunicações (estradas) em tôdas as circunstâncias e para tôdas as suas frações, sob pena de vêr-se imobilizada. Daqui resulta

que uma Divisão ternária, com possibilidade de formar 2 ou 3 Agrupamentos táticos e com R.C.Mec. — o qual baseia a sua ação na rapidez — requer um mínimo de 3 Clas. de Sapadores-trabalhadores. Os serviços de água, defesa contra incêndios, disfarce, fornecimento de energia elétrica, etc., exigem Unidades de especialistas. Para este complexo de atividades precisa-se de uma Companhia Mixta, formada por um Pel. de Aguadeiros-bombeiros, um Pel. de Eletricistas e um Pel. de Disfarce.

Sapadores de Vanguarda — Não há, verdadeiramente, suficientes dados de experiência para a dosagem destas tropas. Um primeiro plano deverá basear-se em considerações lógicas de ordens distintas: missões, possibilidades, facilidade de Comando, proporção harmônica com o conjunto divisionário, etc. Os ensinamentos de alguns ciclos de instrução dariam idéia do necessário para obter um resultado satisfatório entre todas essas exigências. Considerando-se como base as possibilidades de uma Cia. (colocação de um campo minado de suficiente valor interdutivo durante o prazo noturno de 7 a 8 horas, sobre uma faixa de terreno de 2 a 3 km de largura), poder-se-ia contar, na D.I., com um par de Clas. Isto representaria um mínimo, abaixo do qual a tropa desta especialidade resultaria inoperante. Vem-se discutindo com insistência, ainda que seja indubitável a utilidade dos Sapadores de Vanguarda, se eles devem pertencer à Arma de Engenharia. Estas opiniões merecem atento exame. Admitimos, como princípio, que toda a atividade das tropas de Engenharia têm um caráter prático, que, sem exceção, a maioria de seus trabalhos é acessível a todas as Armas e também que os dotes de audácia, valor e inteligência exigidos, de modo especial, dos Sapadores de Vanguarda, não são patrimônio exclusivo de determinada Arma. Corroborando o fato de ter havido, na última guerra, Sapadores de Vanguarda e Sapa-

dores de Assalto de Infantaria que se comportaram igualmente bem. Todavia, um exame mais aprofundado da questão conduz a conclusões mais precisas. O emprego de explosivos, sob as mais variadas formas, requer uma técnica muito definida e, além disso, delicada e prolongada instrução. A própria colocação de um campo minado que, em linhas gerais, é operação simples, resulta delicada e complexa. Os esquemas regulamentares para a disposição dos campos se combinam com um sistema de insidiosos artificios, desconhecidos para o inimigo. Isto é, só apurada técnica, originada por prolongada preparação, será capaz de executar tais sistemas maliciosos, necessariamente variáveis, a fim de que a sua existência sempre constitua fatal surpresa para o inimigo. Porém, há mais: A moderna Unidade de Sapadores de Vanguarda deve estar dotada de meios técnicos de toda a classe. São veículos blindados capazes de forçar o passo através de obstáculos, como barreiras contracarros, minas e fossos; todo um equipamento pneumático e elétrico para demolições e destruições; complexos aparelhos mecânicos motorizados para a rápida excavação de abrigos de atiradores encarregados da defesa dos campos minados, para a confecção de pequenos refúgios e para o corte de árvores, seja para limpar os campos de tiro, seja para barrar as estradas. Em resumo, deve estar provida de ferramenta técnica de altíssimo rendimento, como requer a ação em massa, tanto na ofensiva, como na defensiva. Como dissemos, no campo prático da Engenharia nada há de difícil, tudo é questão de instrução. Nêle, Infantes, Artilheiros, Engenheiros, etc., podem ser, em igual medida, excelentes Sapadores de Vanguarda. Contudo, é evidente que tais elementos, instruídos como Sapadores, não serão já nem Infantes, nem Artilheiros, nem muito menos Sapadores-trabalhadores. Com essas premissas, parece lógico que a Arma mais qualificada para fornecer os Sapadores de

Vanguarda, em virtude da mesma função que determina a sua razão de ser, seja a Arma de Engenharia. Seja dito, porém, que a existência dos Sapadores de Vanguarda de Engenharia não exclui a dos Sapadores de Infantaria; e mais, vemos nestes a natural ampliação dos primeiros. Os Sapadores de Infantaria desenvolvem a sua atividade no seio dos Btls. e Cias. de Infantaria e têm missões importantíssimas; os Sapadores de Vanguarda de Engenharia, com técnica mais completa e meios mais potentes, encontrariam o seu campo normal de ação no âmbito mais extenso da Divisão. É, em essência, a mesma concepção já imperante no campo artilheiro: peças para ações imediatas e de detalhe, em mãos do Infante; a parte maior, para ações massivas, requerendo técnica apurada, em mãos dos artilheiros, para emprêgo conforme à idéia de manobra do Comando e ao desenvolvimento da luta no escalão divisionário.

III — SERVIÇO DE ENGENHARIA E COMANDO DOS ENGENHEIROS DIVISIONÁRIOS

A importância do Serviço de Engenharia no escalão Divisão tem sido notada há muito, tanto que no atual Btl. de Sapadores encontramos uma "Cia. de Parque de Campanha". O caráter genérico destas notas não autoriza entrar em detalhado exame sobre o que poderia ser uma adequada organização deste Serviço; limitamo-nos, por isso, a sublinhar que a Cia. de Parque deve estar capacitada em relação com as suas mais amplas missões. A organização e a exploração dos Postos de Distribuição do material, por exemplo, devem estar sob a dependência direta do Cmt. da Engenharia Divisionária.

Comandante da Engenharia Divisionária — A necessidade de um comando para os engenheiros divisionários, na guerra, está reconhecida e sancionada. Geralmente é um Coronel, auxiliado por um pequeno núcleo de oficiais. Analogamente deve reconhecer-se

a necessidade dêsse cargo na paz, se é verdade que a paz serve para o adestramento da guerra. A solução de pôr as funções de Cmt. da Engenharia, na paz, nas mãos do próprio Cmt. do Btl. de Engenharia é um recurso mais prejudicial que útil. O Cmt. do Btl. tem missões relativas à instrução, administração e disciplina tão pesadas que não pode dedicar-se a outras, embora de sua própria atividade, sem detrimento das peculiares ao comando de tropas. O Cmt. da Engenharia Divisionária, na paz e na guerra, tem missões relativas ao emprêgo de sua Arma em cooperação com as outras; missões de coordenação da atividade de instrução e de trabalho das suas com todas as outras tropas da Divisão; missões de organização (pense-se, com efeito, na multiplicidade e quantidade de meios técnicos que possui uma Divisão moderna); missão de Conselheiro do Cmt. da G.U. É toda uma atividade que, hoje, mais do que antes, é complexa e difícil e exige experiência e competência, não podendo constituir uma atividade suplementar para um Cmt. de B.E. Cremos, além disso, poder afirmar que, hoje, os problemas de emprêgo da Engenharia na Divisão apenas estão focalizados, já que persiste, no fundo, essa tradicional "idéia preconcebida" que relega a essa Arma um papel de importância secundária, enquanto que todos os esforços são aplicados exclusivamente ao estudo do emprêgo das Armas "clássicas". É esta uma idéia muito inexacta, referida às guerras do passado. Hoje, ela seria altamente prejudicial para a preparação intelectual dos quadros de todas as categorias, ante as exigências da guerra moderna. A persistência desta falsa idéia não é de todo estranha a ausência, no escalão divisionário, de um oficial de Engenharia de grau elevado, cuja autoridade e madura experiência dessem o prestígio necessário para encerrar a solução dos problemas de emprêgo da Arma, numa situação de paridade com a das demais Armas. À base das

Idéias que acabamos de expôr, teria a Divisão de Infantaria :

— Um Btl. de Sapadores-Trabalhadores (com 3 Cias) ;

— Um Btl. de Sapadores de Vanguarda (com 2 Cias.) ;

— Uma Cia. Mixta (aguadeiros, bombeiros, eletricitistas, encarregados de distarce, etc.) ;

— Uma Cia. de Parque de Campanha.

Esta última sob as ordens diretas do Cmt. da Engenharia Divisória.

Parece evidente, pois, que tal conjunto encontraria o seu harmônico funcionamento em um "Regimento de Engenharia Divisória", cujo Cmt., naturalmente, seria o Cmt. da Engenharia Divisória. Este, num plano mais elevado que o do Cmt. do Btl., menos vinculado às imediatas exigências das tropas, poderia dedicar boa parte de suas atividades aos problemas próprios do Cmt. da Engenharia Divisória. Não nos deteremos num exame analítico orgânico; limitamo-nos a destacar que o Regimento proposto guarda similitude com o Btl. e o modesto aumento concedido é largamente compensado com as possibilidades muito superiores do novo orga-

nismo. O Cmt. do Regimento, liberado das missões de mobilização e alistamento, que passariam para o Depósito e da parte administrativa e do Serviço do Material do Btl., daria a este último a mobilidade e elasticidade de manobra que, é preciso reconhecê-lo, os Btls. de Engenharia de hoje não tem. Cremos que o "Regimento de Engenharia Divisória", como propomos, seria, nas mãos do Cmt. da Divisão, instrumento valiosíssimo em tôdas as fases do combate; sobretudo na defensiva em larga frente, seria um meio de possibilidades insuspeitadas. Objeitar-se-á que, em outros exércitos, não há nada semelhante. Não se necessitará de grandes argumentações para demonstrar que a diferença entre o que propomos e o que existe em outros exércitos modernamente organizados é mais nominal que real; porém, opinamos que, independentemente de nenhuma outra consideração, está o fato incontestável de que a organização militar não se obtém por semelhança, senão deduzindo-se-a, dentro de pontos de vista reais, do estudo das possibilidades nacionais, das prováveis missões chamadas a cumprir e do ambiente geográfico em que terá de operar.



SUPRIMENTOS NAS FORÇAS ARMADAS

Coronel AGUNALDO JOSE SENNA CAMPOS

III

10 — SUPRIMENTO EM OPERAÇÕES ESPECIAIS

a) O Suprimento em Operações Anfíbias:

O problema do suprimento é influenciado por:

- 1º — posição geográfica e natureza da região;
- 2º — finalidade e duração da operação;
- 3º — efetivos a suprir;
- 4º — processos de transporte;
- 5º — distância das bases.

1º) A *posição geográfica e a natureza da região* impõem condições essenciais às operações que serão realizadas, tanto no aspecto tático como logístico, pois a ação contra um porto, uma ilha isolada, um conjunto de ilhas, uma região costeira, a frente ou à retaguarda das forças inimigas, etc., são aspectos diversos que irão condicionar, principalmente:

- o tipo da força;
- o equipamento;
- os meios de transporte: qualidade e quantidade;
- suprimento.

2º) A *finalidade e a duração da operação* tem efeito marcante sobre o "plano de suprimento".

Assim:

— o desembarque na Sicília teve por fim a liberdade das vias marítimas e de transporte, no *Mediterrâneo*, facultando as ligações entre as bases do Norte da África em *Oran, Argel, Bone, Bizerta* e *Tunis* e o continente e o estabelecimento de bases aéreas;

— o desembarque em *Saipan* teve por objetivo assegurar o controle das vias de transporte através do *Pacífico Central* e estabelecer bases aéreas e navais, destinadas ao apoio logístico de operações futuras, implicando no estabelecimento de *Base de Operações*;

— o desembarque em *Luçon* e consequente conquista de *Manilha* teve por escopo a instalação de *Base* para ações contra o território japonês;

— o desembarque na *Normândia* teve por finalidade a conquista de cabeça de praia, no Continente, e a posse do porto de *Cherburgo* para a organização de *Base*, necessária ao prosseguimento das operações contra os exércitos alemães;

— o desembarque em *Salerno* procurou o estabelecimento de uma cabeça de praia que, consolidada e ampliada, permitiu o desembarque dos efetivos que estabeleceram a nova frente de combate, na península italiana;

— o desembarque em *Anzio*, empresa arriscada e custosa, foi uma operação do 5º Exército Americano, com o fim de ameaçar a retaguarda e o eixo de suprimento das forças que, instaladas na região de *Cassino*, barravam decididamente a progressão dos aliados na direção de *Roma*;

— e nos dias mais próximos, o grande desembarque do General *Mac Artur*, em *Inch'on*, na *Coréia*, assinala a importância de desembarques de tropas, no flanco ou retaguarda do inimigo, alterando profundamente o aspecto da luta.

Então a finalidade e duração da operação, coroada de bom êxito,

para o momento em que é levada a efeito e para ações futuras, influenciarão principalmente sobre:

- a organização e o cumprimento dos transportes;
- a extensão das instalações necessárias;
- o fluxo e volume dos suprimentos;
- o valor das estocagens;
- a escolha dos meios de transporte;
- a segurança das operações.

3°) *Efetivos a suprir:*

Os efetivos a desembarcar serão limitados a uma certa operação e, portanto, o prazo de sua chegada é condicionado a determinado tempo, ou então a sua entrada na luta é progressiva e seu valor cresce à medida que se desenvolvem os planos de operações. Além do mais, as características do material empregado serão as mais variadas e com isso teremos:

- suprimentos diversos;
- quantidades progressivamente maiores;
- instalações mais vultosas e diversificadas;
- meios de transporte numerosos e de várias espécies;
- mão-de-obra crescente;
- transporte simultâneo, sucessivo ou independente, de tropas e suprimentos.

4°) *Processos de transporte:*

O modo pelo qual são realizados os transportes tem influência de suma importância no suprimento.

Os processos de transporte são de duas espécies:

- praia — praia;
- navio — praia.

O primeiro consiste no transporte rápido das bases à cabeça de praia.

O segundo caracteriza-se pelo deslocamento dos suprimentos, a longas distâncias, por meio de navios carregados em portos afastados da zona de operações.

O primeiro processo — "praia — praia" — faculta:

- emprêgo de meios variados de pequena tonelagem;

— percursos de vai e vem, em tempo relativamente curto;

— entrega direta à GU, em certos casos;

— dispensa de instalações portuárias;

— estocagens mínimas nas **Secções Avançadas**, na fase inicial;

— suprimento assegurado logo após a conquista da cabeça de praia;

— mobilidade do suprimento, tanto maior quanto mais numerosos os meios de transporte.

Esse processo foi utilizado nas operações realizadas nos teatros europeus: *Sicília, Normandia, Salerno e Anzio*, onde a supremacia aéreo-naval aliada era marcante.

O segundo processo — "navio — praia" implica em:

— emprêgo de navios transporte de grande tonelagem;

— necessidade de instalações para descarga ou embarcações pequenas apropriadas;

— descarga dos suprimentos nas praias;

— necessidade de instalações de emergência para as primeiras descargas e outras instalações para armazenamento;

— maior quantidade de suprimentos com as tropas de desembarque e um segundo escalão flutuante que constituirá a estocagem de um certo número de dias;

— segurança das rotas marítimas para que seja mantida a regularidade do suprimento.

Esse processo foi utilizado para o desembarque no *Noroeste Africano*, e, nessa operação, o comboio que teve origem na América do Norte e que levou tropas, material e suprimentos, era composto de 500 navios transportes, escoltados por 350 vasos de guerra.

Tudo foi previsto, levando em conta que não contrariam com os recursos locais. Até composições ferroviárias foram transportadas. E tivemos oportunidade de ver trafegando máquinas com as iniciais U.S.A.

Assim foi também em *Luçon — Filipinas*, onde, 71 navios transportes com suprimentos normais e

grande número de outros constituiram o escalão reserva, pronto para desembarcar a preciosa carga.

5°) A distância das bases às regiões de desembarque condicionam:

- o processo de transporte;
- o maior ou menor número e variedade de meios de transporte;
- a maior ou menor segurança nos processos e consequentemente menor ou maior número de meios de proteção;
- a maior ou menor quantidade de suprimentos iniciais;
- a maior ou menor possibilidade de atender a situações imprevistas.

b) *Suprimentos de tropas Aérotterrestres e Aérotransportadas.*

É problema de suma complexidade o suprimento de forças aérotterrestres e aérotransportadas no estabelecimento de uma "Cabeça de ponte aérea".

Cabe, normalmente, à Z. A., o planejamento do apoio respectivo e, para isso, é necessário que tenha conhecimento, em seus menores detalhes, da operação projetada, para que o apoio administrativo seja preparado com antecedência e executado com eficiência.

A tropa que vai realizar uma "cabeça de ponte aérea" necessita de suprimentos imediatos, ou sejam aqueles, de toda espécie, levados pelo homem e pelas subunidades e unidades para serem utilizados na fase inicial da conquista e mais os de reaprovisionamento estimados para o consumo diário e para as necessidades de armazenamento, na constituição de reserva disponível que atenda a qualquer emergência.

Os suprimentos imediatos são transportados, parte pelo homem, para seu consumo imediato, como rações especiais, munições, etc.; outra parte a cargo das subunidades — companhias, baterias, batalhões, etc. — acondicionados em fardos, transportados nos próprios aviões e lançados ou não em pára-quadras ou levados em planadores.

Os suprimentos a cargo das unidades e G.U., pelo seu volume e pela sua aplicação escalonada no tempo, exigem meios exclusivos de transporte que nem sempre estão disponíveis, nos primeiros momentos da ação.

Esses suprimentos são de duas espécies:

- os destinados ao próprio combate e
- os necessários à vida do homem, como agasalhos, barracas, água, etc.

Tudo isso exige grande número de meios de transporte e de lançamento — o pára-quadras.

Enquanto não for estipulado o consumo diário, o suprimento será feito à base de "Unidade de Suprimento Aéreo" que é a quantidade de suprimentos calculada para apoiar a tropa de uma cabeça de ponte aérea, sem ser levado em conta o consumo diário.

Esse processo é utilizado até que seja determinado aquele consumo e normalizado o reaprovisionamento ou, então, quando qualquer imprevisto impeça a chegada do "pedido diário". As ações aéreas adversárias e as condições meteorológicas podem não permitir o fluxo normal de suprimentos e a inexistência ou interdição passageira de campos de pouso exigirem o suprimento por esse processo, automaticamente ou por solicitação.

Então, a quantidade de suprimentos chegará à "cabeça de ponte", no momento mais próprio, para um, dois ou mais dias de consumo, pela certeza do fornecimento seguinte.

Em geral, dadas as condições desfavoráveis apontadas, é empregado o lançamento em fardos, que se espalham no terreno, dificultando o seu recolhimento, ou são tomados por elementos civis adversários e mesmo capturados pelo inimigo, além das perdas, de alta percentagem, decorrentes do choque de tais fardos com o solo.

Em consequência desses fatores de perdas, uma grande margem de segurança vai exigir mais suprimentos e maior número de meios de transporte.

Mesmo que não seja empregado o lançamento de fardos e sim a entrega dos suprimentos, nos campos de pouso, as perdas podem advir dos desastres na aterragem ou derubada de aviões e planadores.

O reaprovisionamento normal exige:

- conhecimento do consumo diário;
- meios de transporte disponíveis;
- segurança aérea e terrestre;
- condições meteorológicas favoráveis;
- campos de pouso apropriados;
- área compatível com o funcionamento do suprimento;
- órgãos e unidades de serviços;
- instalações convenientes;
- mão-de-obra suficiente e especializada;
- rede de estradas, no interior da "cabeça de ponte".

Todos esses processos de suprimentos exigem:

- base de apoio convenientemente montada para tal fim;
- coordenação perfeita, no planejamento da operação, entre o Comando da tropa de assalto e o Comando da base de apoio e que essa ligação continue, cada vez mais estreita, à proporção que se desenvolvam as operações;
- controle rigoroso e eficiente de todas as atividades, quer terrestres quer aéreas;
- largas previsões para atender aos imprevistos que serão certamente variados e numerosos.

11 — CONCLUSÃO

De tudo o que foi exposto, ressaltam as seguintes necessidades:

a) Organização político-administrativa da Z I, de modo a satisfazer as necessidades do país e das forças em operações, em caso de guerra, mediante adaptações ligeiras na constituição de tempo de paz;

b) Planejamento da Mobilização Nacional e em particular da Mobilização Econômica, de modo que o país passe do pé de paz ao pé de guerra, sem improvisações prejudiciais;

c) Unificação da "Administração Militar" na paz, para atender aos interesses comuns, de modo a serem evitados duplicidade de ações, desperdício de meios, concorrência danosa e desigualdade de processos;

d) Doutrina única, no suprimento de campanha, uma vez que também é única a fonte de recursos internos — a Z I;

e) Padronização de funcionamento de Estados-Maiores, de modo que sejam fáceis, rápidos e eficientes os entendimentos entre as três Forças Armadas;

f) Finalmente, planejamentos combinados em todos os sentidos e sobre todos os assuntos militares e nacionais de interesse comum, de modo que as três Forças Armadas, pelo hábito, pela missão conjunta e espírito de colaboração, cada vez mais se aproximem e se entendam, nos problemas de base e nos que, diretamente, se prendam à Defesa Nacional.

(F I M)



O EMPREGO DAS FORÇAS AÉREAS PELOS RUSSOS

Ten.-Cel. J. H. GARCIA

Notas extraídas do livro "Pourquoi l'armée rouge a vaincu" do General Guillaumme

Na parte relativa à organização das forças aéreas, mostramos como o comando soviético, em lugar de dividir a sua aviação em *avição estratégica de ação longínqua e tática, incumbida de cooperar com as forças terrestres*, tinha reunido quase a totalidade de seus meios aéreos neste último grupo. Só excepcionalmente os seus bombardeiros pesados executaram raids sobre objetivos tais como Berlim, Königsberg e Ploesti. Foi deste modo que o comando soviético pôde intervir nas grandes batalhas de 1945 com um número impressionante de aviões: 2.000 em cada uma das batalhas de Königsberg e Budapeste e 5.000 na de Berlim. Inversamente, após 1941 e durante toda a guerra, os Anglo-Americanos, após ter transformado a Grã-Bretanha em porta-aviões, empenharam-se na destruição dos centros industriais e das linhas de comunicações estratégicas do Reich. Tomando a si esta incumbência, de uma importância primordial para o desenvolvimento da guerra, os Aliados do Ocidente permitiram ao comando soviético dele se desinteressar. Porém, nisto não se limita a cooperação levada à aviação soviética pelos Aliados. Pode-se afirmar que, se a aviação soviética pôde dominar a alemã, a principal razão está em que, desde o princípio

da guerra, esta última foi paralizada pelas gigantescas batalhas aéreas travadas no Ocidente europeu sobre a França e a Grã-Bretanha primeiramente e, depois, sobre a Alemanha.

Em 1940, os Alemães obtiveram, na França, uma vitória terrestre, mas perderam, sobre Londres, uma vitória aérea. Em maio e junho, um milhar de aviões havia sido destruído na campanha da França. Nos céus da Inglaterra, Goering continuou perdendo os seus melhores pilotos.

Em 1941-42, se a segunda frente terrestre tarda a ser aberta, apesar da situação angustiante da URSS, cujos exércitos resistem quase sós ao choque dos exércitos alemães, a "segunda frente aérea", aberta antes da agressão alemã contra a URSS, não cessa de fazer sentir os seus efeitos. Ante a violência crescente dos ataques aéreos anglo-americanos contra os seus centros industriais e as suas vias de comunicação, a Alemanha deve renunciar a manter uma poderosa aviação de bombardeio. Sua aviação de caça que, cada vez mais ela reforça, deve se consagrar cada vez mais à defesa do território alemão contra os bombardeios dos Aliados do Ocidente (1).

O que teria acontecido se as forças aéreas alemãs pudessem ter

N. R. — Continuação do número de maio de 1951.

(1) Durante a guerra, a aviação americana lançou mais de 1.500.000 toneladas de bombas sobre a Europa Ocidental. Em um único mês — maio de 1944 — mais de 900 locomotivas e 16.000 vagões de mercadorias foram destruídas nessa região. Os resultados desta ofensiva aérea foram consideráveis, uma vez que os transportes e as vias de comunicações são como o sistema arterial de um Estado industrial moderno (General Marshall).

sido empenhadas e mantidas, a partir de 22-VI-941, na frente soviética ?

Qual teria sido o fim das contra-ofensivas soviéticas de 41 e 42, se a totalidade de ação da aviação de bombardeio alemã, apoiada por toda sua aviação de caça, pudesse ter sido concentrada sobre as vias de comunicações soviéticas ? Quando nos recordamos das trágicas situações em frente de Moscou, em novembro de 41 e em frente de Stalingrad, em setembro de 42, nos inquerimos se uma aviação alemã que não tivesse sofrido as perdas que conhecemos, empregada com todos os seus meios, não teria feito, naqueles momentos, pender a balança para o lado alemão ? Os russos afirmam que, em 41, dois terços da aviação alemã foram empregados na sua frente, mas que a intervenção mais poderosa da aviação aliada na frente Ocidental inverteu a relação (2). Isto não desmerece a aviação soviética, mas presta homenagem aos aviadores aliados que, ao preço de pesadas perdas, contribuíram poderosamente para manter longe dos campos de batalha soviéticos o grosso da aviação alemã e aí destruí-la.

A tendência do lado soviético, para empregar a maior parte de seus meios aéreos em proveito da batalha terrestre se explica não somente pela insuficiência destes meios, mas por uma evolução muito nitida da doutrina de emprego da aviação. Até 1936, fazendo suas as doutrinas de Douhet, o comando soviético tinha dado prioridade à aviação de bombardeio. Nesta época, 40 % das aviões soviéticos eram constituídos de bombardeiros quadrimotores "TB.3". A guerra da Espanha revela o papel decisivo da aviação na batalha terrestre.

A maior parte das vitórias republicanas são devidas à intervenção da aviação. Em Guádalahara, 125 aparelhos soviéticos, caças e

bombardeiros leves, destroem as tropas italianas, surpreendidas em plena ofensiva. Desde 1939, a proporção dos bombardeiros, na aviação soviética, cai para 26 %.

Quando começa a guerra, em junho de 41, a aviação conta com cerca de 8.000 aviões; porém os "J-15" e os "J-16" que, cinco anos antes, com a velocidade de 450 km, tinham feito maravilhas nos céus da Espanha, são desclassificados pelos "Messerschmidt 109" e pelos "Heinkel".

A ofensiva alemã começa por um ataque massivo sobre os aeródromos. A aviação soviética escapa a uma destruição total dispersando-se em terrenos camuflados. Seus caças compensam a inferioridade numérica multiplicando as saídas. Este sacrifício não é suficiente para impedir que a aviação alemã interrompa as comunicações soviéticas e desempenhe um papel preponderante nas derrotas infligidas às tropas soviéticas durante os três primeiros meses de guerra.

Entretanto, apesar do recuo da indústria aeronáutica para Este, a construção em série de modelos novos é começada. Os caças "Yak 1", no outono de 41, começaram a ser produzidos. O "Ossoaviakhin" forma pilotos treinados em profusão. Quando o comando alemão julga a aviação soviética definitivamente fora de combate, vê surgir nos céus novas esquadrilhas.

A maior parte das novas unidades são dotadas de aviões de assalto "Ilionchine 2", chamados pelos russos "Stormovik" e que os alemães não tardam em batizar de "A morte negra". O perigo que mais ameaça, no momento, o Exército Vermelho, é representado pelos carros alemães. Ao lado da artilharia anticarro são, então, empregados estes "Stormovik". Em um telegrama dirigido aos diretores das usinas encarregadas de

(2) Em 44 estima-se que 1.500 aviões alemães estão empenhados na frente oriental e 2.500 na Alemanha e na frente ocidental.

construir estes aviões, Stalin escreve:

"Os aviões "Ilionchine 2" são tão indispensáveis ao nosso Exército como o ar e o pão..."

O emprego destes aviões, como aliás o de todas as armas de apoio, é baseado na concentração dos meios nos setores principais, defensivos ou ofensivos. É assim que é de modo massivo que as esquadrilhas de "Ilionchine 2" intervem contra os carros alemães na batalha de Moscou.

Tendo dispersado os seus meios em toda a frente russa, os alemães empregam nesta batalha apenas 600 aparelhos contra 1.200 soviéticos, na maioria "Ilionchine 2", segundo dados soviéticos, estes últimos teriam destruídos, em 10 dias (de 1 a 11-XI-941), 406 carros.

Durante esta mesma batalha, os soviéticos usam os bombardeios noturnos em grande escala.

Quanto à caça, a superioridade local impede o comando alemão de descobrir em tempo a concentração dos exércitos soviéticos destinados à contra-ofensiva.

Nesta época, a aviação soviética é reforçada pelos bombardeiros "Petliakor" e "Ilionchine 4", sendo os primeiros destinados ao bombardeio de picada.

Em Stalingrad, a 4ª Esquadrilha aérea do Marechal Richthoffen mantém, durante toda a batalha, a superioridade aérea. É durante esta batalha que aparecem os novos aparelhos de caça "Iakovler" e os "Lavochine" que permitem à aviação soviética passar à ofensiva. Os métodos de emprego se aperfeiçoam: os ataques soviéticos se efetuam agora em grupamentos importantes, dirigidos de terra pelo rádio.

Os alemães perdem mil aviões, abatidos pelos caças inimigos ou destruídos em terra. Ao mesmo tempo, é feito um emprego mais intenso dos vôos noturnos. Na noite de 7 para 8 de setembro, um ataque aéreo noturno, desencadeado de surpresa, detém a ofensiva de unidades de carros alemães na região de Goumrak.

Nesta época, os alemães publicam as seguintes cifras a respeito das forças aéreas soviéticas:

Caça	60 %
Assalto	20 %
Bombardeio e reconhecimento	20 %

Em 19-XI, quando o Exército Vermelho retoma a ofensiva, a sua aviação era superior à alemã em número e qualidade dos aparelhos.

As unidades de carro de Manstein, que tentam socorrer as forças cercadas, são submetidas a ataques aéreos massivos desencadeados por ordens pessoais de Stalin.

Os aviões alemães de bombardeio, que vinham suprir as tropas cercadas, eram destruídos à razão de 30 a 50 por dia, o que representa cerca de 30 % dos aparelhos empregados. Ao mesmo tempo os aeródromos utilizados na zona cercada são submetidos a constantes ataques.

Após a vitória, os soviéticos encontram 275 aparelhos destruídos somente na região de Boichala-Rossochka. No total, durante o bloqueio aéreo dos Exército de Von Paulus, os Alemães perdem mil aviões, cerca de 450 abatidos pelos caças e 400 destruídos no solo.

Em 1943, pondo em ação novos Messerschmidt e Folke-Wulf, os Alemães tentam pôr fora de ação a aviação soviética. Com este fim empreendem nos céus de Kouban uma batalha aérea de usura na qual empregam 2.000 aviões. O comando soviético lhe opõe uma força equivalente de Yakovler e Lavochine 5.

A batalha, iniciada em abril, prolonga-se até meados de maio. Cada dia, são travados mais de 100 combates aéreos. A aviação de bombardeio e de assalto participa da ação, bombardeando massivamente o terreno. Finalmente, os Alemães, às vésperas da ofensiva de verão, tinham perdido 1.000 aviões. Não somente eles não conseguem destruir a aviação soviética, porém perdem definitivamente a superioridade aérea na frente Oriental.

Logo após o desencadeamento da batalha de Koursk, tentam, uma última vez, anular a aviação soviética. No primeiro dia, travam-se 250 combates aéreos. Porém, desde o quarto dia, as forças aéreas soviéticas ganham a superioridade aérea. Durante a batalha do verão de Koursk-Orel-Kharkov, os Alemães perdem 1.500 aviões.

A fim de apoiar as forças terrestres, a aviação soviética se engaja cada vez mais. Centenas de carros e viaturas automóveis são por ela destruídas. A 9ª D.B. alemã, atacando na região de Poniri, é surpreendida por uma formação importante de "Stormovik" e, em vinte minutos, 70 carros são destruídos, os outros são dispersos, abandonando o ataque.

Durante a batalha do verão de 1943, é melhorada a ligação entre as forças terrestres e aéreas.

Em 1944, a um emprêgo cada vez mais massivo da artilharia, corresponde um emprêgo idêntico das forças aéreas.

A fabricação soviética atinge, no fim do ano, a média mensal de 3.000 aviões, que se manterá até o fim da guerra. A esta fabricação reúnem-se os aviões vindos dos EE. UU., que atingem um total de 15.000, de excelentes qualidades, especialmente caças.

A sociedade "Bell", por exemplo, entrega 7.000 "Aircobras" e "Kingcobras".

Desde 1943, as possibilidades da aviação alemã, na frente Oriental, estão consideravelmente reduzidas, porque os caças alemães são cada vez mais absorvidos pela defesa contra as incursões anglo-americanas. Enfim, a destruição sistemática das uzinas produtoras de gasolina sintética provoca a crise no suprimento do carburante (3).

Estas várias razões contribuem para o declínio da aviação alemã frente a uma aviação soviética cada vez mais reforçada.

Vários milhares de aviões apoiam somente os "fronts" da Rússia Branca. Após o desencadeamento

da ofensiva do primeiro "front" da Rússia Branca, uma grande unidade de aviação intervém, durante a primeira hora de ataque, com 420 aviões, durante a segunda com 440 e na terceira com 460.

No fim do terceiro dia de ofensiva, os exércitos alemães da Rússia Branca são cercados, várias centenas de aviões de assalto e de bombardeio atacam durante 1,45 h as tropas cercadas, matando mais de 1.000 homens, destruindo 150 carros, 1.000 peças de artilharia e 6.000 viaturas. Os sobreviventes são feitos prisioneiros. Os aviões soviéticos lançaram 11.350 bombas e dispararam mais de 40.000 projectis com os seus canhões.

Durante os últimos meses de 1944 e na primavera de 1945, a aviação soviética dominou sem contestação a aviação alemã. Por seus ataques no solo, na frente e retaguarda, ela infligiu pesadas perdas aos alemães, contribuindo para enfraquecer-lhes o moral.

Durante as grandes ofensivas, impôs-se uma estreita ligação entre as grandes unidades de carros e a aviação. Esta ligação foi obtida pela justaposição dos PC e pela organização de redes rádios, permitindo à aviação seguir a progressão dos carros e aos carros pedir a intervenção da aviação.

Durante o ataque a posições fortificadas, enquanto a aviação de caça assegura proteção aérea, os aviões de assalto e de bombardeio em picada se revezam, intervindo permanentemente sobre as principais resistências para facilitar durante a progressão o ataque rápido a posições fracamente mantidas, a aviação é encarregada de efetuar, sobre a direção de ataque, breves mas poderosas preparações.

Durante a exploração do sucesso, a aviação tem por missão principal esclarecer as colunas blindadas amigas e de as proteger contra os ataques da aviação inimiga.

Uma vigilância permanente é mantida por patrulhas aéreas sobre os grandes eixos que levam à zona

(3) De janeiro a dezembro de 44, os bombardeios aéreos fazem cair a produção mensal de gasolina sintética de 500.000 para 100.000 toneladas.

de marcha das grandes unidades de carros. Grupos são mantidos em alerta, prontos para intervir quanto as grandes unidades ficam particularmente expostas (transposição de um desfiladeiro, de uma linha d'água, etc.).

Em 1945, numerosos campos de aviação são destruídos pelos alemães durante a retirada. A progressão é tão rápida que se torna difícil abrir novos campos à proximidade suficiente da frente. Mais de uma vez, os caças soviéticos encarregados de cobrir colunas blindadas são obrigados a utilizar as auto-estradas alemães como campos de aterrissagem avançados.

Na batalha de Kaenigsberg, a aviação, em três frentes diferentes, dispersada em numerosos campos situados a centenas de quilômetros, junta a sua ação à da artilharia e à da força naval do Báltico, para destruir as fortificações alemães.

A abundância dos meios permite alimentar uma "corrente" quase contínua de aviões, renovando os seus ataques sem interrupção, de dia e à noite. Em dois dias, 7 e 8 de abril, são efetuadas 10.000 saídas de aviões e lançadas 5.000 toneladas de bombas.

Deante de Berlim, os Alemães empregam os novos aviões Heinkel, Messerschmidt e pela primeira vez os aviões a jato. Repartida em 35 aeródromos, em torno de Berlim, a aviação alemã trava as suas últimas grandes batalhas.

Vários milhares de aviões soviéticos apoiam, por vagas sucessivas, a transposição de Oder pelas tropas do marechal Joukov e depois os seus ataques à Berlim. Jamais se havia assistido a um emprego tão massivo de aviação sobre uma frente tão estreita.

No primeiro dia de ataque a Berlim, apesar do tempo, os aviadores soviético efetuam 17.000 saídas.

A partir de 24 de abril, a aviação é novamente engajada de modo

massivo contra as tropas alemães cercadas no SE de Berlim em uma "fogueira" móvel.

A atividade da aviação soviética, durante a guerra, exprime-se pelos seguintes números:

Vãos executados:

Em julho de 1941...	73.000
Em abril de 1945...	216.000 (4)

No total, o número de saídas, durante a guerra, seria superior a 3 milhões.

O Marechal Novikov declarou:

"Para obter a vitória em terra, a aviação desencadeou os seus golpes na hora e no minuto desejados sobre os objetivos que, ao mesmo tempo, eram atacados pelas forças terrestres ou impediam a sua progressão e cuja destruição era indispensável para o sucesso da ofensiva".

A AVIAÇÃO CIVIL

Durante a guerra, a aviação civil, que engloba numerosos pilotos do sexo feminino, efetuou 1.200.000 horas de voo, transportou 450.000 toneladas, evacuou de Sebastopol, em uma só noite, 2.000 feridos, transportou para Leníngrad 4.320 toneladas de víveres, daí evacuou 50.000 indivíduos e lançou 37.000 pára-quedistas sobre a retaguarda dos alemães.

EMPREGO DE PARA-QUEDISTAS

Foi na Rússia que, antes da última guerra, o emprego de importantes forças pára-quedistas tinha sido pela primeira vez preconizado e experimentado. Os primeiros ensaios datam de 1931. Em 1936, na presença dos adidos militares estrangeiros, 600 homens se lançam em pára-quedas de 30 aviões. Uma segunda vaga os segue como reforço. A proteção de uma área de aterrissagem, estando assegurada, novos aviões aterrizam e, em pou-

(4) Sejam 54.000 saídas em uma semana. A título de comparação, podemos observar que, segundo o relatório do Gen. Marshall, sobre as vitórias na Europa e no Pacífico, a aviação americana efetuou, na semana de 15 a 22-III-945, 51.673 saídas.

cos minutos, desembarcam 5.700 infantes, peças de artilharia e viaturas leves. Em 1936, assiste-se ao lançamento de 2.500 pára-quedistas, seguidos de 3.000 aerotransportados. Parece que foram estas manobras que decidiram os alemães a organizar as suas unidades de pára-quedistas, que deviam empregar em 1940, na Holanda e na Bélgica e, em 1941, em Creta.

Antes da guerra, em tôdas as províncias da URSS, os clubes de pára-quedistas da Ossoaviakhin haviam formado dezenas de milhares de alunos. A amplitude desta preparação levava a pressagiar o emprêgo massivo de pára-quedistas soviéticos na frente Oriental. Com efeito, a fora uma operação de pára-quedistas de alguma envergadura na região de Rostov, em 1941, os únicos elementos de pára-quedistas lançados o foram em reforço aos patriotas soviéticos lutando nos territórios ocupados pelos alemães; foram sobretudo especialistas, que faziam muita falta aos patriotas (operadores de rádio, armeiros, pessoal de saúde, etc.).

O REGIMENTO "NORMANDIE-NIEMEN"

Não podemos terminar esta exposição sobre as atividades da aviação soviética sem evocar os

feitos dos pilotos franceses do grupo de caça "Normandie-Niemen" que agiu nesta mesma frente, a partir de março de 1943.

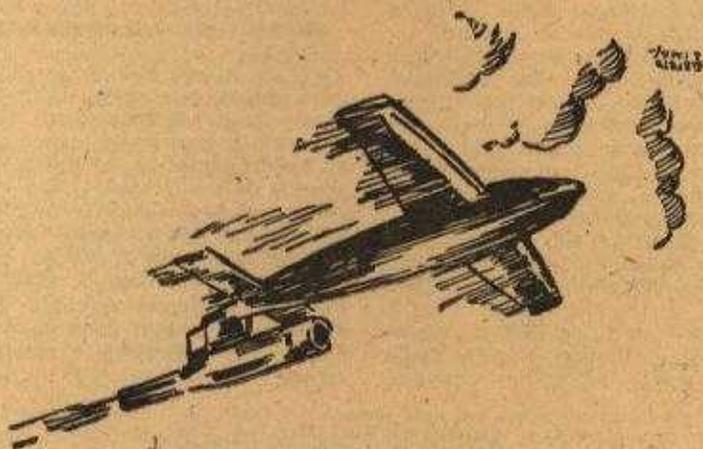
Comandado sucessivamente pelo comandante Tulasne, morto em combate aéreo, depois pelo tenente-coronel Poyade, enfim pelo tenente-coronel Delfino, esta formação é empenhada, em 1943, ao norte de Orel, em 1944, na Rússia Branca e no Niemen e, em 1945, na batalha de Koenigsberg. Totalizaram 275 vitórias oficiais e 37 prováveis, conquistadas à custa de 52 perdas (15 mortos, 31 desaparecidos e 6 feridos).

A 6 de dezembro de 1944, o General de Gaulle, por ocasião de sua visita a Moscou, escrevia:

"Sobre o solo russo, martirizado como o solo francês pelo mesmo inimigo, o regimento "Normandie-Niemen"

apoi
demonstra
aumenta
a glória da França"

O heroísmo demonstrado na frente soviética pelos pilotos do "Normandie-Niemen" contribuiu para elevar, aos olhos do Exército Vermelho e dos povos soviéticos, nosso prestígio, gravemente comprometido pelos nossos desastres de 1940.



A MANOBRÁ INTEGRAL DA ARTILHARIA E SUA PROVA DE EFICIÊNCIA

Artigo do Maj. ANDREA CUCINO, publicado no número de março de 1951 da "Revista Militare" (Itália), traduzido e resumido na MILITARY REVIEW e transcrito desta.

O conceito de que, o sucesso na batalha, é função, em grande parte, do apoio da artilharia em massa, tornou-se hoje, geralmente aceito. Tal conceito, baseado na experiência da última guerra, em especial, foi responsável pelas atuais idéias relativas à necessidade de se organizarem grandes unidades de artilharia, em todos os Exércitos.

Entretanto, torna-se necessário, primeiramente, perguntar: "Obterá a formação de grandes unidades de artilharia os resultados desejados?" *Minha opinião é que não!*

CONCENTRAÇÃO PELA MANOBRÁ

Por exemplo, numa operação ofensiva, considerando-se uma densidade linear normal de uma peça por 4 metros de frente, seriam necessários mais de 10 regimentos — quase duas divisões de artilharia — por quilômetro de frente. É lógico que uma tal GU não deva compreender mais de quatro a seis regimentos. Também é óbvio que nenhum Exército pode dispor de um número de GU de artilharia tal como se deduz do cálculo acima. Entretanto, sou de opinião que o desejado grau de concentração pode ser obtido, tanto através da manobra de grandes unidades de artilharia, como pela flexibilidade e controle centralizado.

Nenhum GU de artilharia deve ser posta à disposição. Todas as unidades de artilharia apoiando um exército de campanha devem

ser empregadas sob um comando único, de modo que possa ser alcançado o necessário controle.

Por exemplo, se um exército de campanha, desdobrado em uma frente de 100 km, deve realizar uma ruptura em uma frente de 20 km, é de se considerar normal que toda a artilharia, com o exército, seja concentrada, temporariamente, face àquele setor, a fim de apoiar tal operação.

O exemplo citado é meramente explicativo, pois, que, tal manobra, pode ser realizada, tanto na frente de um C. Ex. — por uma ação de raio limitado — como na de um G. Ex. — por uma ação estratégica.

A rapidez com que a moderna artilharia permite a realização de tal manobra, enquadra, implicitamente, esta última no conceito de segurança.

OPERAÇÕES OFENSIVAS E DEFENSIVAS

A possibilidade de manobra da artilharia não está somente limitada às operações ofensivas; pode ser explorada, também, tão eficientemente, nas operações defensivas. Realmente, uma área defensiva, não importando o quão forte possam ser, do ponto de vista do número e solidez, seus pontos fortes de infantaria, está destinada a ser "sufocada" por enorme volume de fogo e ultrapassada pelo atacante, a menos suas forças contem com o apoio de poderosas massas de ar-

tilharia, capazes de serem manobradas com o fim de se obterem as concentrações desejadas.

A essa altura, pode ser perguntado: "É possível executar uma tal manobra nas operações defensivas?" *Minha opinião, é que sim!* Embora seja verdade que a força atacante goze das vantagens de iniciativa — ao levar avante sua manobra, é igualmente verdadeiro que o defensor possui aquelas proporcionadas pelo fator tempo — elemento necessário ao atacante para organizar sua operação e penetrar na posição defensiva — bem como, pela impossibilidade do mesmo manter devido segredo sobre seus preparativos.

A necessidade, para levar a efeito tal manobra de artilharia, na defensiva, é das maiores, especialmente, quando se considera que, modernamente, além de funcionar como fonte de fogos manobráveis, deve ela dar profundidade à defesa.

PONTOS FORTES DA ARTILHARIA

Alguns asseguram que o poder de detenção de um ponto forte de artilharia é limitado. Há mesmo quem assegure que uma vez caídos os pontos fortes de infantaria e fracasse a reação pelo movimento, não há nada mais a fazer senão tentar deslocar a artilharia para a retaguarda, ou, então, correr o risco de perdê-la.

Como é bem sabido, o emprêgo de tiro direto de artilharia, à curta distância, possui um grande efeito material e, especialmente, psicológico. Sobre esse efeito, é baseado tal emprêgo da artilharia, no ataque, pelos soviéticos. O mesmo processo é empregado pelos norte-americanos, incluindo a utilização de canhões sem recuo por parte da infantaria.

Se, à potência da peça de artilharia, se adicionar a possibilidade de fogo de 20 a 25 m e outros tantos lança-rojões — de que dispõe um regimento dessa Arma — fácil é compreender que, um ponto forte tal, adequadamente protegido por campos de minas, possui notável poder de detenção.

INFLUÊNCIA DO TERRENO

Pode ser argumentado que, embora a eficiência dos meios seja admitida, ainda permanece a fraqueza inerente à seleção de posições, feita na base das necessidades para emprêgo da manobra de fogos e não da defesa aproximada. Essa objeção era importante, quando a ação da artilharia de campanha (em sua maior parte, canhões) estava restrita por alcances limitados. Nessa época, as zonas de desdobramento eram limitadas por contingências de ordem técnica inerentes ao material. Entretanto, com as possibilidades de tiro da moderna artilharia, a zona capaz de possibilitar o cumprimento da missão é sempre muito extensa, e, é, pois, quase sempre possível, encontrar posições que permitam ser ela nucleada em pontos fortes.

Durante a 1ª Grande Guerra, com sua característica estática, os problemas inerentes à organização e execução dos fogos eram mais ou menos limitados à colocação de fogos sobre instalações fixas. Perícia em realizar o tiro era a consideração principal, não sendo, a mobilidade, importante.

Hoje, o emprêgo da artilharia é um problema de movimentos rápidos, rápida entrada em ação, cooperação eficaz e acima de tudo coordenação dos planos de fogos.

A INSTRUÇÃO DEVE MODIFICAR-SE COM A TÁTICA

A tática é, acima de tudo, uma ciência aplicada a uma arte. Com a evolução dos processos táticos, é necessário a eles adaptar-se os processos de instrução. A manobra integral da artilharia requer, acima de tudo, comandantes e EM preparados para resolver os complexos problemas táticos e logísticos com ela relacionados. Portanto, ao invés dos atuais exercícios, envolvendo apenas os quadros, determinados problemas devem ser estudados, tais como, os que envolvem as operações de divisões apoiadas por numerosos regimentos de artilharia. Esse tipo de instrução assegurará que todas as unidades

estejam adequadamente treinadas e em condições de explorar as vantagens da Arma.

No presente momento, muito tempo está sendo gasto em exercícios puramente do tipo "escola de fogo". Isso relegou, para segundo plano, problemas tais como, movimento, desdobramento e rápida organização de fogos. Os impulsos psicológicos responsáveis pela continuação desse tipo de instrução são bem conhecidos — a vaidade de realizar um "belo tiro". O problema não pode ser solucionado por meio de recomendações idealísticas ou de circulares estereis. Em minha opinião, é necessário adotar um processo de instrução que simule o combate real. O processo que parece ser melhor adaptado à finalidade proposta, consiste na instituição da prova de eficiência da unidade de artilharia.

CONDIÇÕES DE COMBATE SIMULADO

Depois que uma unidade tenha completado sua instrução preliminar, através das "escolas de fogo", todos os subseqüentes exercícios de tiro devem ser realizados em polígonos diferentes daqueles utilizados no período anterior. Tais exercícios devem ser organizados e dirigidos como problemas táticos, sob o controle do comandante da artilharia divisionária. Cada regimento deve receber sua ordem de

movimento na véspera da realização do exercício. O movimento seria efetuado durante a noite e, na manhã seguinte, a unidade receberia sua missão (em forma semelhante ao Anexo Artilharia à OGO). Cada unidade, então, seria responsável pelas ações subseqüentes, inclusive, desdobramento e conduta dos fogos. tais ações devem incluir mudança de posição — para frente ou retaguarda — para cada grupo.

MANOBRA INTEGRAL

Finalmente, quando a situação financeira o permitir, deve ser conduzido, anualmente, um exercício de tiro — *manobra integral* — do qual participariam as unidades de artilharia das várias divisões. Esse exercício deve ser dirigido pelo Inspetor da Arma de Artilharia, que, na paz e na guerra, deve assumir o verdadeiro comando de toda a artilharia.

CONCLUSÕES

A mobilidade da artilharia moderna permite a manobra ampla, que lhe aumenta a eficiência, e, daí, a instrução não deve ser limitada à simples obtenção de eficiência na técnica de tiro. Tal manobra não se improvisa — requer coordenação de comando e planejamento de estado-maior, bem como, adoção de modernos processos de instrução.



CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DA INFANTARIA ANTES DO ATAQUE

Major AUGUSTO DE OLIVEIRA PEREIRA,
Instrutor da E.E.M.

III

VII — SITUAÇÕES EM QUE PODE SE ENCONTRAR UM RI NOS MOVIMENTOS PARA O CONTACTO

A) O RI como parte do grosso de uma unidade maior

1 — Marchas a pé :

Quando faz parte do grosso, o RI (Btl) conduz sua marcha de acôrdo com as ordens ou previsões das NPA da DI (RI). O contacto é mantido com o RI (Btl) testa, por meio de ligação e comunicações. Os elementos a motor do RI (Btl) podem marchar em grupamentos separados sob contrôle regimental, dos Btls ou da Cia. Quando sob contrôle regimental, os Gpt motorizados inicialmente se deslocam por lanços, à retarguarda da coluna a pé ; se sob o contrôle do Btl ou Cia, idem quanto a estes elementos. Normalmente, somente veículos necessários ao Comando, Rcn comunicações, contrôle e defesa AC e AAé são intercalados na coluna a pé. Vtrs com metralhadora .50 são intercaladas na coluna para DAAé. Quando necessário o Btl envia DSM com meios de comunicações para o flanco.

2 — Marchas motorizadas :

Quando o RI (ou Btl) é motorizado, e desloca-se como parte do grosso, a integridade tática das unidades é considerada no esfôrço dos transportes de pessoal. Viaturas com mtrs .50 são intercaladas na

coluna para DAAé. Quando necessário, o Btl envia dest. seg. mtz. (DSM) como meio de comunicações para o flanco. As viaturas de combate do Btl são grupadas na cauda do Btl. ■

B) Como vanguarda de uma unidade maior

1 — Um RI (ou Btl) pode ser designado como Vg de uma força maior. A missão de Vg é evitar retardos desnecessários ao grosso e protegê-lo contra ataques e observação terrestres. Ao tomar contacto com o inimigo, a Vg luta (ataca ou toma outras medidas) para dar o necessário tempo e espaço para o desenvolvimento do grosso, ou para assegurar o seu ininterrupto avanço.

Nas situações em que existem suficientes informações sobre o inimigo antes do contacto, as ordens do Regimento (ou Btl) testa, devem ser mudadas de uma missão de Vg para uma de lançamento de ataque, coordenado. Em tais casos, o RI (Btl) opera como numa missão ofensiva normal (ataque).

2 — Quando o RI opera como vanguarda de uma força maior, um ou mais Btls são reforçados quanto necessário e recebem missões vanguardas do RI. Se o flanco é exposto, uma flanco guarda motorizada é organizada para operar no flanco exposto. Tal flanco guarda pode variar de uma Cia Fzo refor-

ca da a 1 Btl I. O valor e a composição da flanco guarda dependem do terreno, do valor atual presumível do inimigo e de sua reação, e a missão (do RI) que avança.

3 — O Cmt do RI mantém estreito contacto com os Cmts da flanco guarda e vanguarda. Seu grupo de comando *marcha na testa ou próximo da testa do grosso*. Quando o contacto com o inimigo se torna iminente, ou é tomado o contacto, o Cmt RI avança, a fim de colher informações e informes imediatos sobre o qual baseará as futuras operações do RI.

C) *Como flanco guarda de uma unidade maior (Destacamento)*

1 — A missão da flanco guarda é proteger o grosso da observação terrestres e ataques de surpresa do flanco. No caso de realização de um ataque inimigo, a flanco guarda luta para dar tempo para desenvolvimento do grosso ou para permitir sua passagem ininterrupta.

2 — Durante os movimentos descobertos, um RI reforçado, quando necessário, pode ser empregado num flanco exposto como flanco guarda de uma unidade maior.

Quando o RI é empregado como flanco guarda, ordinariamente é enviado para além da distância de apoio da unidade que o enviou. Assim é organizado e opera como um destacamento.

D) *Regimento marchando isolado (Destacamento)*

Quando o RI efetua u'a marcha isolado, um itinerário pode ser prescrito pelo escalão superior, ou sua escolha pode ser deixada a critério do Cmt do RI, sob a forma de uma Ordem muito geral. Ordinariamente, o RI é organizado e opera como um destacamento, e a exata composição, formação e operação, dependentes da missão particular designado ao RI.

E) *Em 1º escalão no combate de encontro*

As ações de um regimento de 1º escalão depois de encontrar o

inimigo, num combate de encontro, são as mesmas prescritas para um RI Vanguarda.

IX — CONDUITA DO RI NOS MOVIMENTOS PARA O CONTACTO

A) *Generalidades*

1 — Um RI, normalmente, efetua os movimentos táticos pela combinação de marchas motorizadas, a pé ou combinação delas. A execução, com êxito, destes movimentos, depende da formação apropriada da coluna, de acôrdo com os princípios do reconhecimento, do contrôle e da segurança. Geralmente os elementos que iniciam a marcha de aproximação o fazem a pé, mantendo sobre as viaturas, tanto quanto possível, as armas de apoio. As Cias Fzoz em 2º escalão, nas marchas táticas a pé, geralmente marcham em coluna por 2. Seus transportes de armas deslocam-se seja com Btl seja com o RI, por lanços à retarguarda da tropa a pé.

2 — Os detalhes da conduta das marchas táticas variam com:

- a missão;
- o terreno;
- a situação do inimigo;
- as condições da tropa e do equipamento;
- a qualidade e tipo de reforços;
- a posição relativa das outras unidades durante a marcha.

B) *Ordens de operações*

1 — *RI de 1º escalão:*

As ordens para um RI, no escalão testa de um movimento para o contacto usualmente prescrevem uma missão inicial, objetivos sucessivos e objetivo final de marcha ou linhas de contrôle, e zona ou itinerários ou direções de marcha ou progressão, ou zona de ação.

2 — *RI de 1º escalão no movimento descoberto:*

Se o movimento é descoberto, ao RI testa geralmente é dada uma missão de Vg. Em algumas situações, a ordem pode limitar a ação

ofensiva a ser tomada inicialmente pelo RI.

X — EMPREGO DOS ELEMENTOS NO RI

3 — RI de 2º escalão:

As ordens para um RI não no escalão testa do movimento usualmente prescrevem uma ZR de RI, a zona ou itinerário de movimento, restrições sobre o movimento ou controle do tráfego necessários, e a hora em que ZR deve ser atingida.

A) Viaturas do RI

1 — Generalidades:

Durante as marchas, a localização e emprego das viaturas do RI são uma decisão do Cmt. Em alguns casos, restrições sobre o uso das viaturas são incluídas na ordem da DI para o movimento. Ordinariamente a decisão é tomada pelo Cmt do RI para o RI como um todo, incluindo as Unidades em reforço. A decisão é baseada no tipo do terreno, na missão da unidade, na necessidade de rapidez, na natureza e o valor da ação terrestre inimiga e no valor da atividade aérea inimiga. Em todos os casos, os veículos do RI são usados em máximo, porém que permitam manter as armas em condições de atuar, para assegurar adequado renunciamiento e outros suprimentos, facilitar a evacuação, etc.

C) Ação do Comando do RI

1 — No movimento descoberto:

Dependendo do seu conhecimento da situação, a oportunidade para ter feito prévios reconhecimentos e das ordens recebidas do escalão superior, o Cmt do RI, num movimento descoberto para o contacto, pode dar ordens para o movimento do RI até o objetivo final; ou pode dar elementos gerais da ordem e suplementá-los por ordens particulares. Em qualquer caso, a ordem abrange a missão inicial e as disposições de marcha, e assegura a coordenação dos movimentos de todos os elementos pela designação de zonas de marcha e sucessivos objetivos de marcha ou linhas de controle. A ordem do RI também prescreve as medidas de segurança a serem adotadas pelo RI.

2 — Marchas a pé:

a) Os elementos motorizados (menos as viaturas empregadas para o reconhecimento, segurança e controle, ainda menos as viaturas bagagem e cozinha), se deslocam no escalão motorizado do RI atrás de tropas a pé do grosso.

As Vtas de cozinha e bagagem e algumas viaturas de manutenção são mantidas no antigo estacionamento e se deslocam mais tarde para o novo estacionamento.

2 — No movimento coberto:

Quando o regimento está fazendo um movimento coberto para uma determinada ZR, o completamento da ordem depende da missão do RI, do tempo disponível ao Cmt, não somente antes do movimento mas também após a sua chegada na área designada e na visibilidade durante o movimento. Baseado na ordem recebida da Div, a ordem do Cmt do RI prescreve missões para as unidades regimentais, itinerário de marcha para a área designada, disposições de marcha, medidas de segredo, métodos de controle e coordenação e restrições necessárias.

Quando o RI marcha em mais de uma coluna, os elementos a motor se movem à retag. dos elementos a pé aos quais eles pertencem. Toda ou parte das viaturas orgânicas dos Btlis. ou outras unidades podem ser entregues ao controle de suas unidades para o movimento. Ordinariamente as viaturas, bagagem e cozinha e suprimentos permanecem sob o controle do RI durante o movimento.

b) A ordem de marcha das viaturas no escalão motorizado depende da provável entrada em ação das unidades e dos veículos correspondentes. Para a maioria das situações, as NPA de unidade podem

ser seguidas durante tais movimentos.

c) Tanto quanto possível, os elementos a motor *progridem por lanços, à retargarda* dos elementos a pé, tirando completa vantagem dos ocultamentos e abrigos. É mantida a ligação entre elementos a pé e motorizados.

d) Quando é iniciada a *Marcha de Aproximação* para o Btl. testa, todos os veículos *necessários ao combate são liberados* e entregues às suas respectivas unidades. Isto inclui o reforço de CC aos Btls., se estes já não estão aí, e se o seu emprego é possível.

3 — Marchas motorizadas:

As disposições e controle de viaturas regimentais, durante as *marchas motorizadas*, são geralmente os mesmos de marcha a pé, exceto que os veículos orgânicos se reúnem e se deslocam com as suas respectivas unidades, desde que *a marcha tática é iniciada*.

B) Cia Mrt Pesados

1 — Durante os movimentos em coluna de estrada, a Cia Mrt P ordinariamente marcha como um todo e onde determinado pelo Cmt do RI.

2 — Durante os movimentos em coluna tática, a prescrição acima também é aplicada, desde que a situação o permita.

3 — Nos movimentos cobertos, só excepcionalmente poderão os Btls ser reforçados com Mrt P.

4 — Nos movimentos descobertos (a pé ou motorizados), normalmente um Pel Mrt P reforça o Btl Vg. Este reforço, de acordo com as necessidades, pode ser dado na coluna tática ou na marcha de aproximação.

Este Pel permanece móvel e pronto a entrar em posição, tão logo o contacto com o inimigo seja tomado. Quando o contacto com uma posição inimiga é tomado, ou quando o Cmt do RI planeja um ataque coordenado, o Pel Mrt P reverte à sua missão normal, como parte da Cia Mrt P.

5 — Nos movimentos descobertos, quando o RI marcha só em uma co-

luna, a Cia Mrt P (menos os elementos destacados em reforço e elementos de reconhecimento) marcha bem à frente da coluna regimental. Quando o RI marcha em várias colunas, elementos da Cia Mrt P podem fazer parte destas colunas.

6 — Na marcha de aproximação, a Cia Mrt P apóia os Btls testa. Quando todos os Btls se deslocam dentro da distância de apoio, a Cia geralmente fica em apoio geral.

Quando o RI está em uma só coluna, com 1 Btl atuando como vanguarda, normalmente 1 Pel Mrt P reforça a Vg, ou fica em apoio direto, e o restante da Cia desloca-se bem à frente no grosso.

Quando o RI está numa larga frente, Pels Mrt P reforçam os Btls de 1º escalão.

7 — Um Btl I usualmente é a menor unidade em missão de flanco guarda que pode receber reforço de 1 Pel Mrt P.

C) Carros de Combate

1 — Durante o movimento em *coluna de estrada*, a Cia PCC marcha separadamente, constituindo um grupamento de marcha.

2 — Durante os movimentos descobertos na *coluna tática ou, na marcha de aproximação* (a pé ou motorizadas), um ou mais Pels da Cia PCC reforçam o Btl Vg. O restante da Cia pode marchar como uma unidade, sob o controle do RI, ou os Pels restantes podem reforçar os outros batalhões. Este último método assegura a defesa AC para o conjunto do RI e facilita a pronta entrada em ação com apoio de carros de qualquer Btl.

3 — CC normalmente não reforçam Btls num movimento coberto.

4 — Elementos do BCC orgânico da DI ou outro BCC em reforço aos RI, deslocam-se sob controle regimental, a menos que estejam reforçando 1 Btl e neste caso passa ao controle deste Btl.

5 — Quando o contacto é iminente, 1 ou mais Pel da Cia PCC reforçam cada Btl. Isto facilita a entrada em ação de qualquer Btl e dá poderosa DAC à coluna.

Cia Can AC (RI tipo II) :

— A OGO do RI atribui missões à Cia Can AC: proteção aos flancos do RI; proteção aos Btl's de 1º escalão.

— Nos movimentos descobertos, a Cia Can AC é articulada geralmente de maneira seguinte: 1 ou mais Pel's AC reforçam ou apoiam os Btl's de 1º escalão.

— O restante da Cia protege o 2º escalão. A proteção dos flancos e da retarguarda do RI é constante preocupação da Cia (—). Caso não tenha emprego previsto, a Cia (—) desloca-se na testa do 2º escalão ou atrás da Cia PCC, se for o caso.

— O Pel Minas, marcha com o 2º escalão, pronto a deslocar-se para regiões ameaçadas. Elementos do Pel Minas podem reforçar as Fg.

— O Cmt Cia Can AC desloca-se geralmente com o Cmt do RI.

D) Comando e Cia Comando

1 — Durante os movimentos em coluna de estrada, o Gp de Comando Regimental, desloca-se, geralmente, na testa da coluna.

2 — Durante o movimento em coluna tática e na marcha de aproximação, o Grupo do Cmdo Regimental se desloca em viaturas, seja imediatamente atrás do Btl testa ou na testa do grosso. A composição deste grupo e o número de viaturas é mantido num mínimo compatível com um completo controle dos RI.

3 — O Pel Rca :

Durante o movimento em coluna tática, e na marcha de aproximação, é empregado em reconhecimentos táticos.

4 — Os Pelotões de Minas AC, Comunicações e de Segurança (PM), são colocados na coluna regimental de acordo com as missões que lhe são designadas. O Pel Seg e de Minas AC constantemente desloca-se com uma unidade controlada pelo Cmt da Cia de Cmdo. Elementos do Pel Min AC podem reforçar flanco guardas ou os destacamentos de bloqueio de estradas que dão segurança ao movimento. Elementos do Pel Com deslocam-se com o grupo Cmdo enquanto outros

elementos podem acompanhar a unidade de Segurança do flanco para prover comunicações entre as unidades do flanco e o grosso. Turmas de lançamento de circuitos telefônicos podem acompanhar os Btl's em marcha para facilitar o estabelecimento do sistema de Com com fio, quando o contacto for tomado.

5 — O Pel de localização pelo som pode mover-se como uma unidade controlada pelo Cmt da Cia Cmdo, quando o contacto com o inimigo é remoto. Quando o contacto é provável ou iminente, um ou mais grupos de localização pelo som reforçam o Btl(s) testa. Quando o contacto com a PR inimiga é tomado, os grupos reverterão à sua missão normal como parte do Pel Loc pelo Som, centralizados pelo RI.

E) Cia Saúde (ou Dst Saúde)

1 — Durante o movimento em coluna de estrada, a Cia Saúde se move como uma unidade.

2 — Durante o movimento em coluna tática e na marcha de aproximação, a Cia Saúde é disposta de modo a poder evacuar rapidamente as baixas havidas, seja durante o movimento ou durante qualquer ação realizada pelo RI.

F) Cia Serviços

1 — Durante os movimentos em coluna de estrada, a Cia de Serviços desloca-se como uma unidade.

2 — Durante os movimentos em coluna tática e na marcha de aproximação, a Cia de Serviços desloca-se de um a outro estacionamento dos trens regimentais, de acordo com o exigido pela situação tática e os problemas decorrentes da manutenção de um adequado suprimento para o RI.

G) Artilharia

1 — Durante os movimentos descobertos, o Gp Art L que normalmente apoia o RI (ou outra Art disponível), usualmente fica em apoio direto e marcha com ou segue

bem de perto o RI. Se o RI está com uma missão isolada e opera como um destacamento, o Gp Art reforça o RI. Em qualquer caso, a missão de artilharia é desencadear prontamente os fogos de apoio exigidos pela situação.

2 — A Artilharia é dada alta prioridade de movimentos numa estrada favorável dentro da Zona de Marcha do RI. O Cmt do Gp ou seu oficial de ligação acompanha o Cmt RI.

Um oficial de ligação de Art e sua turma de ligação acompanha cada Btl I e obs. av. de art. acompanham cada Cia Fzo. Unidades de Artilharia AAé podem reforçar o Gp Art (do Gp Art AAé e de GU), a fim de lhe dar proteção anti-aérea.

H). Engenharia

1 — Durante os movimentos descobertos, uma Cia E/BE Cmb usualmente é colocada em apoio direto a cada RI. Quando há Engenharia disponível, providências são tomadas para ajudar o Btl Vg a limpar a estrada do grosso. Um Pel E Cmb pode ser colocado em apoio ao Btl Vg, ou a Cia E Cmb pode ser mantida em apoio ao RI e marchar logo atrás do Btl Vg. Em qualquer caso, um dest. de reconhecimento avançado marcha com o Btl Vg para verificar as pontes, condições de estrada, obstáculos e minas. O Pel Eng ou Cia Eng marcham com seus transportes orgânicos e é chamada à frente pelo destec. de reconhecimento, quando necessário.

2 — Destacamentos de Engenharia podem ser colocados em apoio direto às flanco guarda para executar demolições, construir bloqueios de estradas e auxiliar em outras medidas de defesa passiva anti-mecanizada para a defesa da coluna. Nos movimentos cobertos, as unidades de Eng podem marchar

com as unidades de Inf cuja missão exigem sua presença.

I). Unidades em reforço

Durante o movimento para o contacto as unidades em reforço do RI são colocadas na coluna do RI de acordo com sua missão de combate, a previsão de sua provável ação em combate e com a devida consideração pela sua segurança e integridade tática.

J). Comunicações

1 — Comunicações dentro da coluna são reguladas pela NPA, suplementada como necessário por instruções especiais.

2 — Durante os movimentos em coluna de estrada, seja a pé ou motorizada, o rádio é o principal meio de comunicações no RI. Os mensageiros motorizados também são usados. Se o movimento é motorizado, circuitos telefônicos não são lançados pelo RI ou suas unidades, até que o contacto tenha sido tomado. Se o movimento durante a marcha de aproximação está sendo feito a pé, circuitos podem ser lançados pelo Btl testa, quando a marcha de aproximação é iniciada ou quando o Btl desce à ZRR ou ZRA. Circuitos não são lançados pelos Btls de retag. (2º escalão) até que tenham entrado em ação. O estabelecimento de um sistema telefônico é facilitado quando equipes de lançamento de fios dos escalões superiores acompanham a unidade subordinada na marcha.

3 — As NPA da DI ou suas IE Com governam as comunicações entre o QG da DI e o PC/RI e entre o RI e colunas de marcha vizinhas. Uma equipe rádio com viatura rádio da Cia Com da DI, usualmente, reforçam o RI para comunicação com o escalão superior ou unidades vizinhas.

O CURSO DE CLASSIFICAÇÃO DE PESSOAL

Capitão GUSTAVO LISBOA BRAGA

Cumpre-me, por determinação do Sr. Cel. Chefe do E.M.R., executar uma palestra para os camaradas da 4^a R.M., com a finalidade de dizer das diretivas do C.C.P., ora em funcionamento na Capital da República e o qual venho de concluir.

—o—

Platão, na antiguidade clássica, propôs uma série de ações a realizar, para uso, como prova de aptidão militar, dos que iriam ser os soldados de um Estado ideal. Hoje, penso, proporia muito mais, pois a guerra da atualidade exige dos combatentes uma preparação militar tão sólida quanto inteligente e os Exércitos modernos têm que ser formados por equipes de homens, a que são afetas tarefas precípuas e bem definidas e algumas delas, por vèzes, obrigando conhecimentos e habilidades especiais.

Sabemos, ainda, que os homens selecionados para servirem no nosso

Exército, formam um grupo heterogêneo, onde notamos principalmente uma divergência de instrução, ocupação, resistência, conformação física e sensibilidade emocional.

Destarte, o recrutamento, a incorporação, a seleção, a classificação, a instrução e a verificação da instrução precisam ser guiados por processos científicos para que possamos obter o máximo de rendimento com o mínimo de desperdício, ou seja, para que possamos obter eficiência.

Procurando a solução científica dos problemas acima mencionados é que estudamos, no C.C.P., um conjunto de matérias que passaremos a analisar resumidamente, procurando frisar com ênfase, a relação que cada uma apresenta com o nosso problema e detendo-nos particularmente naquelas que dizem mais de perto com a vida da caserna.

QUADRO N. 1

QUADRO DISCRIMINATIVO DAS MATERIAS ESTUDADAS NO C.C.P.

- | |
|-----------------------------|
| 1 — Psicotécnica |
| 2 — Estatística |
| 3 — Psicofisiologia |
| 4 — Legislação militar |
| 5 — Psicologia diferencial |
| 6 — Psicologia militar |
| 7 — Psicopatologia |
| 8 — Psicologia experimental |

Uma das matérias básica do Curso é a Psicotécnica, ministrada pelo Dr. Arlindo Ramos, conceituado funcionário do DASP, autor de livros sobre o assunto e pessoa sobejamente capacitada para ministrar os conhecimentos legados por Ford, Taylor e outros.

Que é a Psicotécnica?

— É a psicologia aplicada ao trabalho.

Qual a sua finalidade?

— Adaptar o homem ao trabalho e o trabalho ao homem.

Que subsídio inestimável nos legou?

— A análise do trabalho, com a qual podemos:

— indicar melhoras, inovações, racionalização de movimentos, etc., no trabalho dos nossos homens;

— e com a qual contamos, como auxiliar imprescindível, na construção de testes e fichas de qualificação.

Como exemplificação, foi mostrada a ficha de qualificação con-

feccionada pela D.A. para o fuzileiro atrador e que segue abaixo:

Ficha Padrão de Qualificação para o Fuzileiro-Atirador, n. 113 (Código de qualificação).

I — *Funções a desempenhar:*

Carrega, aponta e atira com o F.M., para produzir a potência de fogo necessária para conquistar as posições inimigas. Atira com intermitência ou em pequenas rajadas, conforme a situação, sobre objetivos designados ou sobre as posições inimigas, mudando de posição, se necessário. Resolve os incidentes de tiro, limpa e lubrifica a arma. Deve conhecer o uso das armas portáteis, o fuzil, o fuzil automático, a granada de fuzil, baioneta, faca de trincheira e granadas de mão. Deve estar treinado para fazer uso do disfarce, dos abrigos e cobertas contra as vistas, entrincheiramentos e atender aos gestos de comando, em reconhecer o inimigo, seus veículos e aviões. Deve estar familiarizado com a técnica do combate corpo a corpo.

Deve ainda conhecer os métodos de defesa contra as armas inimigas.

FICHA INDIVIDUAL DE QUALIFICAÇÃO

Nome		N.										
INDICE	PROVAS										Profissão civil	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
E											
D												Profissão civil preferida
C											
B												Grau de instrução
A											
Que deseja ser no Exército												
.....												
Profissão paterna												
.....												

Ainda como exemplo típico e simples do emprêgo da Psicotécnica, lembramos o trabalho de trocador nos novos ônibus do Rio, trabalhando sentados e o trabalho na Loja SEARS, tecendo comentários a respeito.

A Estatística nos foi ministrada pelo Dr. Oliveira Pereira, estudioso e técnico no assunto.

Como uma balança fiel e precisa, ela nos dá elementos para medir o nosso trabalho, julgar os resultados obtidos e correlacioná-los com resultados já existentes. É cabível até a afirmativa de ser impossível trabalhar concientemente na classificação de pessoal, construindo e aplicando testes, sem o seu auxílio.

Na parte do ensino, ela é também uma auxiliar prestimosa, já sendo mesmo grandemente empregada no nosso Exército, quer na D.E.E., onde contamos com um Departamento de Estatística, quer na Escola de Educação Física do Exército, onde já se usa o grau em relação à turma.

No que diz respeito ao grau em relação à turma, não posso deixar de citar aqui os trabalhos de M. D. Weinberg, muito aplicado, em alguns países, para turmas sabidamente capazes e selecionadas para os diversos cursos e carreiras. Trata-se da tetronagem.

Observemos o quadro dos graus abaixo, conquistado por um jovem candidato a uma das Escolas Preparatórias do nosso Exército:

Português	47
Línguas E.	60
Aritmética	55
Geografia	45

Pelo simples exame das notas acima, concluímos ser o rapaz muito preparado em línguas, em segundo plano estaria a Aritmética, em terceiro o Português e finalmente a Geografia seria sua matéria mais fraca.

Ora, apesar do raciocínio acima ser razoável e ocorrer a qualquer pessoa, pode, entretanto, ser completamente falho. Em verdade, pode ter se verificado o seguinte, por exemplo: a prova de línguas ter sido muito fácil e o grau 60 — maior grau obtido pelo nosso candidato — ser o menor grau da turma e ele ao invés de ser muito forte em línguas, como imaginamos inicialmente, é justamente muito

fraco, sendo esta a sua pior matéria.

Ao contrário, pode a prova de Geografia ter sido muito difícil e o grau do nosso estudante ter sido um dos maiores da classe, sendo ele um ótimo aluno em Geografia.

Ora, a tetronagem evita tais julgamentos errôneos e nos apresenta um quadro onde podemos constatar a situação do aluno em relação à turma e conseqüentemente ficarmos com uma noção mais nítida do valor e da capacidade de cada candidato.

Se não, observemos o grau do nosso candidato no quadro n. 2, da tetronagem.

QUADRO N. 2

Tetron (J)	Português	Línguas	Aritmética	Geografia
+ 12	69	82	76	49.0
+ 11	67	81	73	47.5
+ 10	65	80	70	45.0
+ 9	63	79	67	43.5
+ 8	61	78	64	42.0
+ 7	59	77	61	40.5
+ 6	57	76	58	39.0
+ 5	55	75	55	37.5
+ 4	53	74	52	36.0
+ 3	51	73	49	34.5
+ 2	49	72	46	33.0
+ 1	47	71	43	31.5
Zona média	46	70.5	42	30.75
	45	70	40	30
	44	69.5	39	29.25
- 1	43	69	37	28.5
- 2	41	68	34	27.0
- 3	39	67	31	25.5
- 4	37	66	28	24.0
- 5	35	65	25	22.5
- 6	33	64	22	21.0
- 7	31	63	19	19.5
- 8	29	62	16	18.0
- 9	27	61	13	16.5
- 10	25	60	10	15.0
- 11	23	59	7	13.5
- 12	21	58	4	12.0

Os cálculos para obtenção do quadro da Tratonagem são muito simples e baseiam-se na média — principal medida de tendência central, sendo o número mais representativo de uma série de valores —, e no desvio padrão — principal medida relativa à dispersão. O Tetron é a quarta parte do desvio padrão.

Penso ser perfeitamente possível a aplicação da tetronagem na Escola Militar (e alhures), onde contamos com um corpo de cadetes perfeitamente selecionados intelectualmente e à altura do curso.

Assim, seria pôsto um ponto final na "mania do mistério da matéria", tão comum em alguns professores e teríamos achado à justa medida entre alunos e professores. (Comentário lembrando um caso real a respeito: quando cadete da Escola Militar, um fato como este se deu com todo o primeiro ano e a solução do Comando foi a de mandar aumentar um ponto na prova de cada cadete. A alternativa, se bem que generosa, não solucionou o problema e trouxe sérios inconvenientes, como perda do prestígio do professor, falta de ética, desentendimento entre alunos e professores e entre professores e Comando... Ora, a tetronagem teria resolvido a questão à contento de todos).

O inconveniente oferecido pela tetronagem é o do limite de graus não ficar contido entre zero e cem, ocasionando dificuldades na classificação por graus entre os cadetes, que é feita dentro destes limites. Contudo, esta dificuldade é facilmente sanável com a adoção de uma tabela de fácil construção que converte o tetron em graus compreendidos entre zero e cem.

Psicofisiologia. O estudo desta disciplina ficou a cargo do professor Dr. Aluisio de Magalhães, médico e competente conhecedor do assunto.

Da psicofisiologia, a parte referente à somatotipia, foi a que mereceu maiores cuidados, pois a se-

leção humana, desde os tempos mais remotos, se fez sentir como uma necessidade dos grupos na luta contra a natureza pela sobrevivência e já Hipocrates, três séculos antes de Cristo, propunha conceitos a respeito.

Uma simples inspeção visual, os esportes, o êxito nas empreitadas, por si só classificavam os indivíduos nas épocas imemorais, quando na falta de instrumentos aperfeiçoados a robustez e a destreza elevavam os seus possuidores às melhores categorias. Eram estes fortes e audazes, os guerreiros por excelência. O homem vivia para a luta e era escolhido para a guerra por sistemas empíricos, mas já havia uma seleção. Era ou não um forte, servia ou não.

A evolução natural imposta pelo decorrer do tempo modificou, aperfeiçoou, sistematizou a classificação, que, com o evento da medicina, passou a ser proposta sob os mais variados prismas, com a finalidade única de atingir a perfeição e segurança do resultado. Assim é que, trilhando este caminho, estudamos detalhadamente a classificação tipológica temperamental de Sheldon Stevenson e o diagrama físico usado no exército americano, que está sendo objeto de acurado estudo por parte da nossa D.S. e da qual deixo aqui uma remota amostra, com o quadro n. 3.

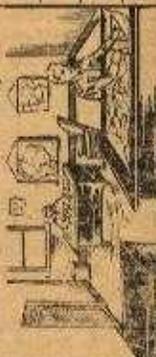
A legislação militar ficou a cargo do Sr. Cel. Iracy Ferreira, cumulativamente com a direção do curso, e cuidava do estudo de nossas leis básicas militares e problemas correlatos, tais como: recrutamento, incorporação, seleção, classificação, promoções.

Cuidava ainda da parte referente à finalidade do oficial classificador, do conceito de classificação de pessoal, dos princípios básicos de classificação de pessoal, ... é oportuna a lembrança de alguns tópicos transmitidos pelo Sr. Coronel Iracy, tais como:

FINALIDADE DO OFICIAL CLASSIFICADOR DE PESSOAL

Os oficiais classificadores e colaboradores do Comando em assuntos

COMO O PERFIL FÍSICO É UTILIZADO NA DESIGNAÇÃO DOS HOMENS PARA AS VÁRIAS FUNÇÕES DE ACÓRDO COM SUA CAPACIDADE FÍSICA.

PERFIL SERIADO E A DESIGNAÇÃO MILITAR APROPRIADA	CAPACIDADE FÍSICA OU:	EXTREMIDADES SUPERIORES (OSSOS, JUNTAS E MÚSCULOS)	EXTREMIDADES INFERIORES (OSSOS, JUNTAS E MÚSCULOS)	AUDIÇÃO (AGUDEZA AUDITIVA, DEFICITOS ORGÂNICOS)	VISÃO - OLHOS (AGUDEZA VISUAL, DEFICITOS ORGÂNICOS)	NEURO-PSIQUIÁTRIA (ESTABILIDADE PSÍQUICA, DEFICITOS DE PERSONALIDADE, HISTÉRISSIMO, NEUROSES, QUIZAS)
241214 COMBATENTE (OU QUALQUER TRABALHO EXTREMAMENTE EXIGENTE) 	1	X	X	X	X	X
	2					
	3					
	4					
32231 FUNÇÕES PRÓXIMAS DA L.F. 	1	X	X	X	X	X
	2					
	3					
	4					
33231 LINHAS DE COMUNICAÇÕES 	1	X	X	X	X	X
	2					
	3					
	4					

atinentes a pessoal deverão ficar em condições de cumprir as seguintes obrigações :

— Dirigir e supervisionar a classificação e a designação de Oficiais e praças ;

— Planejar o emprego de processos de classificação e dirigir a realização de entrevistas e testes de classificação ;

— Avaliar experiência militar e civil, perícias profissionais e aptidões ;

— Administrar testes de classificação geral, aptidões, de ofícios e psicológicos ;

— Com fundamento nos registros disponíveis, indicar os homens que devam frequentar cursos ou escolas de formação de especialistas ;

— Conservar em dia e aperfeiçoar os registros e fichas de qualificação de todo o pessoal ;

— Apresentar relatórios sobre erros e enganos de designação, propondo as alterações necessárias ;

— Informar ao Comando sobre as questões relativas à classificação e designação do pessoal ;

— Estudar e propor as condições de matrícula nos diversos cursos e escolas existentes ou a serem criadas ;

— Informar ao Comando e ao Estado-Maior, sobre os assuntos relativos ao pessoal e de natureza psicológica ;

— Administrar testes psicológicos para seleção e classificação do pessoal ;

— Indicar os homens que, em virtude de deficiências psíquicas ou intelectuais, devam ser submetidos a uma instrução especial ;

— Cooperar com o serviço de saúde nos casos de desajustamento dos homens ao serviço, ou quando se tratar de subnormais, submetendo-os aos testes indicados, relatando os resultados e propondo solução para os diversos casos ;

— Responsabilizar-se pela classificação e reclassificação do pessoal nos respectivos Depósitos, em tempo de paz e de guerra.

CONCEITO DE CLASSIFICAÇÃO DE PESSOAL

Finalidade — É fato por todos conhecido que a classificação de pessoal é um antigo assunto militar, cujos aspectos sempre se renovam sob a ação dos progressos dos materiais de guerra e da evolução dos processos táticos.

Realmente, a cada novo implemento bélico ou modalidade de ação no combate, deve corresponder um homem devidamente qualificado, para manejá-lo ou executá-lo.

A importância militar da classificação de pessoal resulta, assim, da sua própria finalidade :

— o estudo, o conhecimento do homem considerado como "instrumento fundamental de guerra", por meio de uma sistemática descoberta e avaliação de suas capacidades e aptidões.

Utilidade — A utilidade da classificação de pessoal, como é óbvio, decorre de sua própria finalidade, que, sendo atingida, poderá permitir o emprego do melhor homem para cada missão ou tarefa (the right man in the right place).

Entretanto, se nos detivermos mais atentamente no exame das modalidades de utilização do homem nas atividades militares, poderemos reconhecer que numerosas questões de importância para o Comando exigem a prévia classificação de pessoal.

A utilidade de classificação de pessoal, por conseguinte, aumenta de valor e amplia seu próprio campo de emprego, quando analisamos certos problemas militares de inegável importância técnico-profissional.

Vejamos, a seguir, algumas dessas questões :

Organização — Os problemas de Organização do Exército (ou das Forças Armadas) compreendem o estabelecimento de Quadros de Organização e Efetivos que somente poderão ser elaborados, com precisão, desde que se disponha de uma classificação, adequada de tarefas, cargos e funções a serem

desempenhadas pelos homens devidamente classificados e de acôrdo com especificações bem determinadas.

Dessa forma, a classificação de pessoal assegura o rápido e adequado preparo e preenchimento dos Quadros de Organização e Efetivos.

Recrutamento — As questões de Recrutamento, compreendendo a chamada ao serviço militar de classes inteiras da população e a possibilidade do serviço militar feminino, o aproveitamento de homens de tôdas as idades e profissões em funções militares adequadas, em tempo de guerra ou emergência, exigem, necessariamente, uma classificação de pessoal ajustada aos vários aspectos da guerra total da atualidade.

Administração — Os problemas do estabelecimento racional e do respeito pela hierarquia militar, os de manutenção da disciplina e do moral da tropa, e, ainda, os de remuneração justa, promoções, designações, transferências e prioridades em transportes estão certamente ligados à justeza e oportunidade das decisões do Comando nesses setôres, por meio de uma sistemática adaptação do homem a um trabalho perfeitamente conhecido e descrito e dêste às características humanas devidamente avaliadas pela classificação de pessoal.

Mobilização — As questões atinentes ao aproveitamento rápido de classes de reservistas em disponibilidade, no momento da mobilização, exigem reclassificações do pessoal militar, realizadas em curto prazo, a fim de serem melhor aproveitadas novas aptidões ou capacidades.

Instrução — Numerosas e importantes são as questões de instrução que exigem o emprêgo da classificação de pessoal, por exemplo:

Na elaboração de Programas de Instrução, por meio de:

1) Descrições precisas e pormenorizadas sobre o papel, função, tarefa ou cargo a desempenhar pelos homens, abrangendo responsabilidade e deveres e, sempre que pos-

sível ou necessário, os seguintes aspectos:

- físico;
- emotivo;
- mental;
- intelectual;
- social;
- moral.

2) Da determinação, decorrente da natureza do trabalho, conhecida pela respectiva análise, do que:

- deve ser ensinado e aprendido;
- convém seja conhecido ou ensinado;
- pode ser informado ou divulgado.

No cálculo do tempo a ser consumido na instrução de cada homem ou de grupamentos de instrução, por meio de:

- escolha dos mais aptos a receberem uma instrução particular;
- orientação ou encaminhamento dos que revelarem aptidões para um ensino específico;
- formação, sempre que possível ou indicado, de grupamentos homogêneos de instrução;
- conhecimento prévio da capacidade de aprendizagem do instruído.

— Preparo de programas de instrução acelerada, de emergência ou de mobilização, por meio de:

- conhecimento preciso do valor do homem como instruído;
- conhecimento prévio de todos os aspectos de personalidade do instruído;
- conhecimento prévio das tarefas, funções ou cargos a serem desempenhados pelos homens.

— Subsídio para o estudo das previsões a serem feitas sobre a capacidade dos campos de instrução e escolas, através do conhecimento prévio da estimativa sobre o número de homens que poderão vir a ser indicados, escolhidos ou designados para receberem uma determinada instrução, em confronto com o das necessidades previstas.

Na eficiência, rendimento e economia do Estado e da instituição por meio de:

- estudo e organização de provas padrões, escalas de classifica-

ção ou de mérito extensivas a grupos de instrução, grupos e escolas;

— colaboração sistemática entre classificadores, instrutores e professores, facilitando a estes o estabelecimento de provas de julgamento padronizadas sempre que necessárias à uniformização do ensino e da instrução;

— colaboração entre o serviço de classificação e pesquisas sobre o pessoal com os órgãos de ensino e instrução, em todos os seus escalões e modalidades.

Aperfeiçoamento dos métodos e processos de ensino, por meio de:

— estudos e sínteses sobre a natureza do trabalho e condições de sua execução e aprendizagem;

— estudos e sínteses sobre natureza dos instruídos e das formas de despertar-lhes o *interesse*, fator essencial da aprendizagem, focalizando, por meio da *análise de trabalho*, o valor das tarefas, em todos os seus aspectos militares, sociais, intelectuais e morais;

— facilitando o conhecimento pessoal dos alunos e instruídos pelos instrutores, através da avaliação sistemática das diferenças individuais entre adultos.

Combate — Necessariamente o pessoal militar deve ser cuidadosamente classificado para o desempenho das tarefas no combate e, aqui, como em outros assuntos militares, realizam-se cursos destinados a classificá-lo.

Isto, entretanto, constitui mais um motivo para que certas atividades em combate requeiram uma classificação de pessoal flexível e objetiva. Com efeito, questões como o das substituições, completamente e perdas de efetivos e estudo do fator "meios", nas decisões do Comando, exigem uma classificação racional do pessoal militar.

Por conseguinte, podemos definir a classificação de pessoal como um meio auxiliar do comando na resolução de específicos problemas militares.

Na parte de promoções, contamos com a colaboração do Capitão Gualter Gil, aluno e secretário do

curso, que ministrou oportuna conferência sobre as promoções no exército americano. (Conferência esta publicada no n. 428 da revista "A Defesa Nacional")

Cumpra salientar, da mesma forma, a colaboração do Sr. Tenente-Coronel Artur Candall Fonseca, aluno do curso, que realizou uma interessante aula sobre a classificação no Exército Americano, da qual deixo aqui uma pequena lembrança. (Ver quadro n. 4)

No exército americano, os homens são submetidos, inicialmente, a:

- 1 — Diagrama físico (e teste de aptidão física);
- 2 — Teste (s) Geral (ais);
- 3 — Aptidões (Testes e entrevistas);
- 4 — Interesse (Testes e entrevistas).

Na parte de aptidões, o exército americano conta com dez (10) "áreas de aptidões", numeradas em algarismos romanos de I até X e compreendendo cada área uma série de aptidões correlatas.

O mesmo acontece com o interesse, onde existem nove (9) "campos de interesse", grupando interesses correlatos e conhecidos pelas letras A, B, C, ... até I, que é a nona letra do alfabeto.

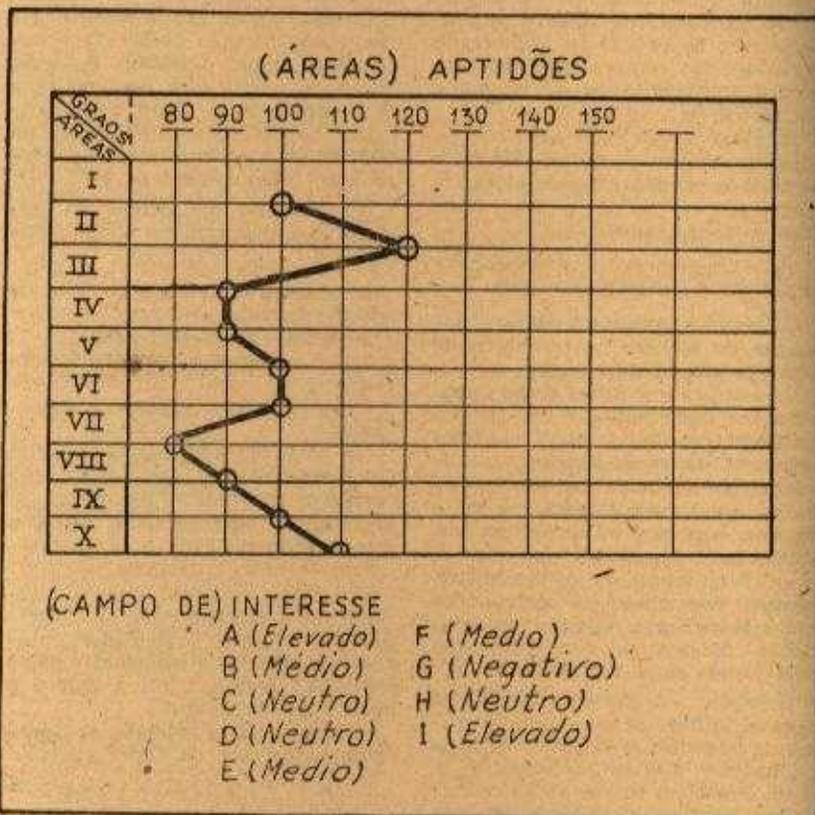
A ficha de um soldado, se apresenta então com os dados abaixo:

Soldado Silya (João — Diagrama — 1-1-1-1-1-1.

Pesquisa a coragem, caráter... — Exame Psiquiátrico e psicológico. Se conseguimos saber "a priori" que o soldado vai ter medo na linha de frente, ou vai se portar corajosamente, é um subsídio de valor inestimável para o Exército.

O manual americano nos indica ainda, para a área de aptidão II, onde o soldado obteve grau máximo (120), os campos de interesse A, B, C, por exemplo. Verificamos então, que o campo de interesse A é onde o soldado obteve o melhor resultado (elevado) e procuramos, em consequência, aproveitá-lo aí, dependendo o seu aproveitamento da existência de vaga. Conjugamos, deste modo, a aptidão do in-

QUADRO N. 4



dividuo com o interesse e com a necessidade do Exército. No caso de não existir vaga, reiniciamos o trabalho, partindo da área de aptidão X, onde o nosso candidato também se saiu bem, conseguindo o grau (110).

do Rio e S. Paulo, já tendo mesmo lecionado em quase todos os países da América do Sul, autora de numerosos livros e publicações, foi a encarregada do curso de psicologia diferencial.

A psicologia diferencial estuda as diferenças individuais, campo de grandes pesquisas e de valor inestimável para o Exército. Como tal, foi objeto do nosso mais desvelado estudo e pelo quadro n. 5 podemos constatar a sua significação.

D. Noemy Rundolfer, nome de destaque no meio cultural brasileiro, professora de universidades

QUADRO N. 5

DIFERENÇAS INDIVIDUAIS CUJA PESQUISA É DE INTERESSE
PARA O EXERCÍTO.

(Entre parêntesis citamos os testes já existentes no Brasil para a particularidade)

- 1) Capacidade..... { Gerais — Intelectuais
Específicas — Aptições — Talento
Motilidade
- 2) Temperamento... { Tipo (Sheldon-Steves)
Emotividade } Teste de "Minnesota" tra-
Tendência neurótica } duzido por D. Noemy
Rundolfer
- 3) Traços (*)..... { Masculinidade — Feminilidade
Ascendência — Submissão
Prodigalidade — Avarosa (Bom e mau instrutor)
Persistência — Inconstância
Extraversão — Introversão (Trabalho de gabinete
e com pessoal)
- 4) Atitudes..... { Conservadores — Liberais — Radicais (Teste de
Sheldon e de D. Noemy para a Escola de
Aeronáutica)
Valores: sociais — teóricos e religiosos (Escala
de valores por Allport)
Interesses e motivos (Teste de Kunder e Strong)
- 5) Personalidade... { Estrutura básica da personalidade (T.A.T. —
Rorschach — P.M.K. de Mira y Lopes)
Objetivo do Eu (Bateria do professor Mira)

Eu real	—————	Eu refletido
	—————	
	Eu ideal	

Resistência a frustrações (Tests de Rosenfweig)
Auto-repressão (Tests de Murray — Extrapunitivo
— Intrapunitivo e Impunitivo)
Integração dos padrões de cultura

(*) Assinalamos os traços que julgamos mais indicados para um bom militar.

A psicologia militar ficou aos cuidados do professor Dr. Artur Rios, jovem estudioso no assunto, professor nas Faculdades de Filosofia da Capital da República e de Juiz de Fora.

Os ensinamentos que nos legou, em pesquisa social e relações humanas, são de grande utilidade na vida diária do oficial e de oportunidade impar no momento atual.

O quadro n. 6 marca os tópicos mais interessantes ministrados :

QUADRO N. 6

- A opinião pública e a propaganda
- O mito, a lenda e o boato
- O comportamento coletivo
- A moda, a mania e o homem massa
- A multidão e o público
- A sugestão e a imitação
- A liderança

(Retransmitir para o auditório, a título de curiosidade, os ensinamentos de como descobrir os líderes dos pequenos escalões. Dentro do Pel. pedimos, a cada soldado, para citar o nome de 5 companheiros que aceitaría ou gostaria de ter como "derrancho". Os mais escolhidos, preferidos, são os líderes. Processos análogos podem ser usados para outros escalões.)

A Psicopatologia é a ciência da alma e dos seus fenômenos e ficou a cargo do Cap. Dr. Hugo Camisset, competente chefe do Pavilhão NEURO do H. C. E., que nos transmitiu valiosos ensinamentos sobre a psicopatologia da consciência, da memória...

A ele devemos também a oportunidade da parte prática, quer na aplicação de testes e determinação da idade mental dos homens do seu pavilhão, quer com os doentes que,

vez por outra, trazia para as nossas sessões.

—o—

A Psicologia Experimental contou com a colaboração de duas mestras :

D. Mariana, encarregada do laboratório de psicologia experimental do Hospital Psiquiátrico do Rio de Janeiro, que nos ensinou os testes lá empregados, bem como a sua aplicação e interpretação dos resultados. Assim, tomamos conhecimento dos seguintes testes :

- | | |
|----------------------|---|
| (T) Atenção..... | { Pieron
Chefe de Estação |
| (T) Memória..... | { 15 palavras de Rey
Série de Chifres |
| (T) Inteligência.... | { Pintner — Patterson
Cubo de Kohs
Labirinto de Porteus |
| (T) Personalidade... | { Rerschach
P. M. K (psico-diagnóstico Miocinético)
Inventário de Benreuter |

que serão de grande ajuda no nosso trabalho futuro.

D. Riva Bauzer, portadora dos últimos conhecimentos alcançados nos E.E. U.U., no que diz respeito à técnica de construção de baterias de testes e o tratamento estatístico particular para o caso, nos ensinou a determinar a validação, o poder discriminante, o grau de dificuldade e outras características de cada item, de cada teste, de cada bateria. Ensinaamentos valiosos e oportunos, tendo em vista o trabalho que a D.A. realiza no momento.

O Exército já deu um grande passo com o lançamento dos programas-padrões (PP), que apesar das falhas apresentadas, encerram uma qualidade irrefutável: — Padroniza a instrução no Exército Brasileiro, de Norte a Sul.

Um segundo passo, igualmente importante, está sendo dado no momento: — É a padronização da verificação da instrução — e bem frisou o Exmo. Sr. Gen. Adriano Saldanha Mazza, Diretor de Armas, na conferência que realizou em novembro deste ano (1950), intitulada "A seleção científica no Exército".

"Neste ponto a D.A. já confeccionou situações padrões para a verificação da instrução na escola de Cia., Pelotão, G.C. e Grupamentos equivalentes.

A seguir, teremos testes para verificação da instrução nos diversos cursos em funcionamento no Exército, confeccionados de conformidade com os programas dos mesmos e, aqui, os ensinamentos de D. Riva serão particularmente valiosos.

Até hoje, a verificação da instrução no Exército foi feita de maneira subjetiva e, portanto, apresentando falhas, apesar da boa intenção dos encarregados e estas falhas ocasionavam:

- perda de moral na tropa;
- desinteresse nos encarregados da instrução;
- falta de estímulo para os subordinados...

Agora, com uma efetiva verificação da instrução, só teremos a lucrar e quando afirmarmos que tal

unidade é melhor do que outra, estaremos falando uma verdade, pois a afirmativa é baseada em dados colhidos cientificamente e por um processo objetivo.

Foram comentados, então, 3 pontos, com o auditório:

1 — Como são feitas as inspeções nas Regiões Militares.

2 — O progresso alcançado no Estado de Ohio, nos Estados Unidos, no que diz respeito à verificação de conhecimentos, onde se aplica teste para todas as escolas primárias do Estado ao mesmo tempo, utilizando-se, para tal, o rádio, onde é transmitido um disco com as instruções do teste. Este disco, foi inspecionado anteriormente por uma comissão de técnicos no assunto e, no caso de apresentar falhas, regravação. Notamos uma série de precauções e minúcias extremas, com a finalidade de igualar as condições de execução dos diferentes candidatos.

Ora, em consequência, em Ohio, quando se diz que a escola primária de tal cidade é a melhor do Estado, tal afirmativa constitui uma verdade irrefutável, aceita por todos, pois é baseada em dados reunidos cientificamente. Mas, o mesmo não se verifica, quando se diz, aqui no Brasil, que tal R.I. é melhor que outro... pois tal afirmativa representa somente uma opinião pessoal, sem base científica e, portanto, de valor muito reduzido.

Moral da história: — Podemos vir a obter, no nosso Exército, a perfeição alcançada no Estado de Ohio...

3 — Comentário sobre a maneira de como foi feita a escolha do General Eisenhower para comandante chefe das Forças Aliadas na Europa.

Os americanos construíram uma lista de requisitos, que o futuro comandante devia satisfazer e na qual incluíam:

Como cadete:

1 — devia ter se destacado como bom estudante e Eisenhower foi dos melhores de sua turma;

2 — devia ter se destacado como bom esportista e ele foi o capitão

da equipe de foot-ball de West Point do seu tempo;

3 — devia ter se destacado como elemento sociável e o nosso herói foi presidente de uma associação interna dos cadetes.

Como subalterno, capitão, aluno da Escola de Estado-Maior, oficial superior, . . . organizaram novas listas, com novos predicados.

Finalmente, de posse destes requisitos, começaram a procurar, entre os Generais e Oficiais superiores existentes no Exército ativo, um que atendesse a todos êles. Encontram então Eisenhower —

(neste tempo servindo no Estado-Maior do General Mac Arthur) — que foi convidado para ocupar o honroso posto de Comandante Chefe das tropas aliadas na Europa.

Cumpre-me finalizar, fazendo votos para que todas as etapas primárias sejam vencidas e para que alcancemos a perfeição do serviço de seleção e classificação dos grandes exércitos, onde o próprio cadete não escolhe a sua arma, mas sim, é encaminhado para aquela para a qual os testes e entrevistas mostraram ter êle maiores aptidões, conhecimentos e interesse.

EXIJA

AÇUCAR PEROLA

COMPANHIA USINAS NACIONAIS

AÇUCAR PEROLA EXTRA

SACO AZUL CINTA ENCARNADA

COMENTÁRIOS À MARGEM DO C-22-5 (ORDEM UNIDA)

1º Ten. Inf. CARLOS ANTONIO FIGUEIREDO

Tendo a nossa Unidade recebido o novo Manual C-22-5 (Ordem Unida — Tropas a pé — 1ª parte), em edição de 1950, do C.A.E.R., e sendo os seus preceitos aplicados, foram naturalmente colhidos vários ensinamentos. São esses ensinamentos que nos propomos levar a público por intermédio de "A Defesa Nacional", tanto para atender ao apêlo que vem há tempos lançando aos subalternos, como para que os responsáveis pela instrução no Exército saibam das deficiências porventura existentes ainda em nossos Manuais, ou que decorram de sua aplicação.

Devemos esclarecer — para evitar mal-entendidos... — que o nosso trabalho, se bem que revestido de feição de crítica, visa apenas ressaltar os ensinamentos e apontar o que julgamos falhas. Não se trata, portanto, de "trepações" inúteis, cuja finalidade é matar o estímulo ou a crença nos regulamentos.

CONCEITOS DIVERSOS

Inicialmente, encontramos no C-22-5 uma parte a nosso ver dispensável: a que explana conceitos de disciplina, responsabilidade dos chefes, relações a manter com os subordinados, etc.

Um Manual de Ordem Unida deveria se cingir unicamente à sua matéria, a menos que o assunto tratado tivesse relação imediata com o assunto. Por exemplo, julgamos bem orientado o C-22-5 quando preconiza os processos de instrução, ou quando fala sobre as

qualidades do instrutor de Ordem Unida. Mas os deveres do chefe, a definição de disciplina, etc, bem poderiam ser objeto da atenção de outros Manuais; de outro modo, surgirá em reve o conflito das definições dadas por diferentes Manuais e nunca teremos uma unidade de doutrina.

DEFINIÇÕES

Logo no início do Manual em questão, encontramos definições, vindas muito a propósito, pois "os termos militares têm sentido preciso, em que são exclusivamente empregados, quer na linguagem corrente, quer nas ordens e partes escritas", como se acha no Manual. Entretanto, quando fala dos comandos dados por toques de corneta, refere-se à "respectiva ordenança". Ora, o termo ORDENANCA é empregado duplamente no Exército: para toques e para os soldados mantidos à disposição de um oficial, para servi-lo na vida da caserna e em campanha (R. I. S. G., art. 133).

Já que estamos visando DEFINIÇÕES, seria bom cortar um dos dois, para que seja mantido o sentido preciso da palavra.

CONTINENCIA EM MARCHA

Entremos na parte técnica: a instrução propriamente dita. Quando trata do comando de "Olhar à direita", o Manual apenas determina que seja feito o giro de cabeça. Contudo, o Regulamento de Continências determina que seja dada uma pancada mais forte com

o calcanhar, por sinal que um tanto confusamente, pois se refere ao comando de "alto" no pé direito; como o nosso estudo, no momento, é a respeito do C-22-5, deixemos o R. Cont. e continuemos no assunto.

É conveniente lembrar que nas Escolas Militares e Preparatórias, e mesmo na tropa, é hábito ensinar ao soldado a girar a cabeça e a dar uma pancada mais forte com o pé esquerdo, sendo o comando dado nesse mesmo pé. Assim, há um passo de retardo (o dado pelo pé direito). Isso dá, evidentemente, mais energia e vida ao gesto e maior firmeza na execução do giro de cabeça, combinado com a pancada forte do calcanhar esquerdo.

Devemos observar mais que nenhuma restrição foi feita quanto aos homens que olham à direita (esquerda); no entanto, em todas as Unidades onde temos servido, é hábito fazer que a coluna da direita (esquerda) não olhe para o lado, à voz de "Olhar à direita" ("Esquerda"), bem como a primeira fila.

Além de tudo, é conveniente firmar uma só execução, para evitar que o ensino nas Escolas seja feito contrariamente ao Regulamento, pois muitas cousas são ensinadas ao cadete (ou aluno) de uma forma diferente da que terá de ensinar aos soldados mais tarde. Nenhum exemplo melhor do que a posição da arma em "Ombro arma", que todos sabemos como nos foi ensinado e como era prescrito pelo R. E. C. I.

MARCAR PASSO

Nas prescrições relativas ao "Marcar passo", o Manual determina que os braços continuem oscilando como na passo ordinário. No entanto, a tendência própria do homem é diminuir essa oscilação a um mínimo, quando se encontra marcando passo.

Voltamos à Escola Militar: lá se ensinava a diminuir a oscilação e naturalmente tal sistema dava maior perfeição ao movimento. Por que não adotar isso, já que estamos de fato procedendo a uma revisão dos nossos regulamentos?

No mesmo movimento, temos o comando de "Em frente", para o qual o C-22-5 prevê um passo de retardo. Temos porém observado que o movimento sai muito melhor quando são dados três passos antes de romper novamente a marcha. Há maior espaço de tempo para o homem preparar a pancada inicial com o pé esquerdo, quebrando a monotonia do movimento por uma pancada brusca.

TROCAR PASSO

O comando de "Trocar passo" é quase desprezado. O C-22-5 se limita a preconizar que os soldados, marchando com o passo errado, acertem-no por meio desse movimento, individualmente e sem comando. Contudo, todos temos visto situações em que é preciso ao comandante dar o comando de "Trocar passo", como, por exemplo, quando acontece à Banda romper o dobrado no pé errado.

Temos em nossa lembrança diversas passagens como a seguinte: num desfile da Escola Preparatória, em São Paulo, no ano de 1943, após a Banda haver dobrado uma esquina, o som (como sempre) passou a chegar à retaguarda com retardo. Aos poucos a cadência foi fluando, e a retaguarda passou a ter o seu passo errado. Houve então o comando de "Trocar passo"; seguiu-se o que era natural: não tendo a tropa o hábito de executar esse movimento em conjunto, cada um foi acertando o seu passo individualmente. É fácil imaginar o "arrasta-pé" conseqüente e o verdadeiro furor de quem desfilava, pela impressão que se devia estar causando à enorme assistência...

Todavia, seria fácil obter a execução do movimento em conjunto. Bastaria, por exemplo, preconizar o comando para o conjunto, seguindo-se o movimento comum de todos os homens. E como estamos sempre a favor dos "tempos de retardo", somos de opinião que tal movimento poderia ser comandado, tendo a seguinte execução: sendo dada a voz de maneira que a sílaba acentuada coincidisse com a batida do pé esquerdo, o homem daria mais

um passo com o pé direito, outro com o esquerdo e levaria então o direito à retaguarda do esquerdo, trocando o passo.

Isso, naturalmente, ficaria para as ocasiões em que o conjunto estivesse de passo errado, e não excluiria os "errados" da obrigação de acertarem o passo individualmente, tantas vezes quantas fôsem necessárias...

ARMA A TIRACOLO

Infelizmente o Manual C-22-5 não fez constar os comandos "por ordem". Assim, não é possível ao instrutor comandar: "Ordem: Arma a tiracolo", comando esse que traria uma liberdade maior ao movimento dos homens, feito individualmente.

Também não emprega o Manual uma expressão como "A tiracolo-Arma", que atenderia à energia que deve existir numa voz de comando. Considera apenas o C-22-5 a expressão "Arma a tiracolo", demasiado longa para que o comando seja vivo, brusco como deveria ser.

É preciso ter em mente que a execução corresponde ao comando dado e todos os comandos de Ordem Unida deveriam se revestir das características exigidas para os movimentos: vida, energia, firmeza. E um comando como "Arma a tiracolo" não tem tais qualidades...

ACELERADO

Para estudarmos o "Acelerado", devemos inicialmente observar a posição da arma. Parece-nos mais natural e mesmo mais cômoda — diríamos se estivesse em jôgo a comodidade — se a bandoleira ficasse voltada para a frente e não para baixo, como prescreve o Manual.

Parece-nos que houve intenção de manter o mesmo manejo executado ao comando "Cruzar Arma", havendo prejuízo; seria mais conveniente denominar diferentemente a posição da arma cruzada, mas tendo a bandoleira para a frente.

Quanto ao movimento propriamente dito, o Manual determina que se passe do passo ordinário ao

acelerado mediante um movimento intermediário, que consiste no deslocamento, em passo ordinário, com arma cruzada. Entretanto, ao tratar do caso inverso (passar do acelerado ao passo ordinário), presume-se seja feito o movimento sem interrupção, isto é: o homem vem em acelerado, toma o passo ordinário e imediatamente troca a posição da arma para "Ombro Arma".

Julgamos que seria mais prático comandar primeiramente "Ordinário Marche", continuando os homens com a arma cruzada; posteriormente, mediante comando de "Ombro Arma", mudariam então a posição da arma.

É difícil conseguir que os soldados, vindo em "acelerado", entrem no passo ordinário e logo em seguida executem corretamente o movimento de "Ombro Arma"; além disso, se no primeiro caso (passar do passo ordinário ao acelerado) o soldado dá inúmeros passos com a arma cruzada e no passo ordinário, por que não fazer o mesmo quando da passagem contrária?

E para encerrar as observações sobre o "Acelerado": encontramos um passo de retardo, a nosso ver inútil, para começar o movimento de arma; a tendência mesma do homem é executar o manejo de arma ao ouvir a sílaba acentuada e não dar mais um passo para só então iniciar o manejo.

ARMA SUSPensa

Ao se referir a esse movimento, o C-22-5 diz que o mesmo é usado para voltas a pé firme e pequenos deslocamentos. Houve, a nosso ver omissão do comando "Tantos passos em frente", tão frequentemente empregado para corrigir falhas no alinhamento e no qual se utiliza a posição de arma suspensa.

Além disso, ao tratar dos pequenos deslocamentos, o Manual declara que o manejo de arma é feito *última sílaba* da voz de comando propriamente dita, quando, na realidade, deve ser feito quando se pronuncia a sílaba *acentuada*. Ao ser comandado, "por exemplo:

"Arma suspensa — Ordinário! — Marche", o manejo da arma será feito na sílaba NA e não em RIO.

HONRAS FONEBRES

Houve um omissão quando o Manual tratou das sentinelas de câmaras ardentes, pois o prescrito é que o soldado permaneça em posição de "Sentido" todo o tempo. Pelo menos, o Manual não fala que deve tomar a posição de "Descansar" e a figura apresentada está na primeira das posições citadas...

MARCHAR

Ao tratar do rompimento da marcha, declara o Manual que a perna esquerda, *naturalmente distendida*, dá o primeiro passo, sem bater. (Os grifos são nossos). Ora, temos também visto sempre ser ensinado, por todos os instrutores, a dar o primeiro passo com a perna retesada e batendo vivamente o calcanhar, nesse primeiro passo. E, a nosso ver, tal rompimento de marcha causa melhores efeitos; mas isso deve ser objeto de prescrição do regulamento, para não termos de fazer como um oficial que, durante uma inspeção, perguntou ao inspecionador como desejava o rompimento de marcha: se com batida de pé ou sem batida...

O Manual diz que "para iniciar a marcha, com passo ordinário, ao comando de: ORDINÁRIO, dado sempre (o grifo é nosso) com a tropa em posição de sentido, os homens fazem ombro arma..." Ora, isso leva a uma defasagem no movimento. Há homens distraídos, há os que estão com a atenção voltada para o "Marche" e o movimento de "Ombro Arma" não sairá correto. É muito mais lógico comandar primeiramente "Ombro Arma" e depois "Ordinário Marche".

O próprio Manual manda que, nos deslocamentos com arma suspensa ou em bandoleira, seja comandada antes a posição da arma e depois o movimento. Por que agir de modo diferente quando o

movimento é feito em "Ombro Arma"?

O Manual diz ainda que ao comando "Sem cadência-marche" executa-se a colocação da arma em bandoleira. Evidentemente, nem sempre isso se faz. Há pequenos deslocamentos, em trechos acidentados, que obrigam o instrutor a comandar "Sem cadência-marche" quando a tropa se encontra em "Ombro Arma", sem haver a possibilidade de alongar a bandoleira... Nem sempre os nossos deslocamentos são feitos no asfalto...

• Cremos que o prescrito deveria se aplicar às *marchas* e não aos deslocamentos de Ordem Unida.

ARMAR BAIONETA

Ao tratarmos do comando de "Armar baioneta", voltamos à comparação com as Escolas Militares. Nessas, costuma-se dividir o movimento em três tempos, todos comandados por voz, apito ou corneta, inclusive nos desfiles. O objetivo é claro: conseguir uma uniformidade maior na execução do movimento, decomposto em três tempos (às vezes dois), todos com execução própria. Ensina-se mais ao cadete o aluno a olhar para a ponta do sabre, ou para o punho. No "Desarmar baioneta" também se decompõe o movimento em dois ou três tempos.

Contudo, o Manual não aproveitou esse sistema, evidentemente capaz de tornar mais uniforme o movimento. Preconiza uma só voz de comando e uma execução contínua que leva sempre à execução em tempos diferentes. Ainda que não se adotasse o movimento decomposto em três tempos, poder-se-ia executar o "Armar baioneta" da seguinte forma: ao comando de "Armar", os homens retirariam o sabre e fariam a sua colocação; ao comando "Baioneta" então, firmariam o sabre por meio do retém. Quando tivesse de fazer o movimento contrário, ao comando "desarmar" retirariam o sabre do encaixe, saltando o retém; e ao comando "Baioneta" então o levariam à bainha.

Ao mesmo tempo, deveria o homem olhar para a cruzeta, girando-a assim que estivesse na altura dos olhos e continuando a fitá-la até o fim do movimento, quando voltar à posição inicial.

São detalhes que muitos desprezarão. Mas os nossos regulamentos são feitos detalhadamente, e a nossa maior falha é justamente não executar as pequenas prescrições — às vezes até desconhecê-las... Refiro-me ainda à Ordem Unida, feita tantas vezes sob o cunho pessoal do comandante, que determina seja cumprido o regulamento ou se faça um movimento "tipo Escola Militar" por ser mais bonito e causar mais efeito, impressionando melhor quem assiste à demonstração da tropa...

Mas voltemos ao C-22-5 e aos seus movimentos. Ainda na parte referente ao "Armar baioneta", notamos uma omissão: o Manual preconiza que, ao desarmar baioneta, o homem "olhe por um movimento inverso ao de armar", mas no "Armar" não se refere aos olhos do soldado...

COBRIR

Quando ensina a "Cobrir", o C-22-5 determina que a ponta dos dedos ou palma da mão (homens altos) toque as costas ou a mochila do homem da frente. Houve progresso, nessa ressalva para os homens altos. Mas os termos costas e mochila são vagos. Antigamente, tocava-se o ombro ou a tampa da marmitta, o que era mais compreensível. A menos que as novas mochilas não tenham marmitta colocada como a antiga, seria mais conveniente manter o que havia antes.

ATENÇÃO

Julgamos que a posição de partida para qualquer movimento deva ser a de sentido, posição em que o homem deve estar atento. Os próprios norte-americanos dão o nome de "atenção" à nossa posição denominada "sentido". No entanto, o C-22-5 manda que seja dado o comando de "Cobrir" e de "Fora de Forma" com a tropa na posição de "Descansar"; ao comando, en-

tão a tropa tomará a posição de "Sentido" e executará o que foi comandado...

Teremos de economizar também as vozes de comando?...

PERFILAR

Ao tratar desse movimento, o Manual diz que, estando a tropa com o intervalo reduzido, e se desejando que volte ao intervalo normal, seja dado o comando: **RETO-MAR OS INTERVALOS ENTRE OS HOMENS**, comando que vai equivaler, em sua execução, ao de "Pela direita (esquerda) — Perfilar". Se uma coisa equivale a outra, por que não comandar logo de uma vez "Pela direita (esquerda) — Perfilar"?

SARILHO

Antigamente, a tropa tomava a posição de "Descansar" ao comando de "Ensarilhar-Arma" somente ao ser pronunciada a palavra "Arma". Agora o Manual diz que toma essa posição à voz de "Ensarilhar". Pioramos. Pois antes o ensarilhador fazia esquerda volver, após receber a arma do companheiro e só então tomava a posição de "Descansar", enquanto agora deve fazer o seguinte: tomar a posição de "Descansar", receber a arma, tomar a posição de "Sentido", fazer "Esquerda volver", e retomar a posição de "Descansar".

Temos mais que: estando o atirador armado de fuzil, deverá fazer o sarilho com o municionador. Isso fará com que: a) o fuzil do Cabo Auxiliar fique muito longe do último sarilho; b) o atirador passe a funcionar como ensarilhador. Desvantagem causada pelo primeiro fato: a arma do Cabo, para ser encostada ao sarilho, deverá ser entregue ao remunicionador e por este ao atirador. Na volta, ao desensarilhar o atirador teria que retirar três armas: a sua, a do remunicionador e a do Cabo. Desvantagem causada pelo segundo fato: o atirador, que normalmente estaria fora do sarilho (pois leva o F.M.H.), teria de passar a trabalhar como ensarilhador.

Se fizermos, entretanto, como se houvesse sido efetuada a troca do F.M. do atirador pelo fuzil do muniçador, teríamos: a) o remuniçador continuaria como ensarilhador (pegando o fuzil do Cabo e fazendo direita volver); d) o atirador continuaria como auxiliar do ensarilhador, pois quando tem F.M., troca-o com o fuzil do muniçador e faz o sarilho com o remuniçador; c) as duas armas: do ensarilhador e seu auxiliar, bem como a do Cabo e a que seria encostada (do muniçador) ficariam perto de seus maneijadores. Assim, o atirador retiraria do sarilho duas armas: a sua e a do muniçador (encostada) e o remuniçador também duas: a sua e a do Cabo. Nenhuma arma percorreria espaço maior do que o intervalo entre dois homens.

FORMAÇÕES

O C-22-5 fala, ao tratar das formações do Grupo de combate, das formações **EM LINHA EM UMA, DUAS OU TRÊS FILEIRAS** e, ao tratar das formações semelhantes do Pelotão, fala **EM LINHA DE DUAS OU TRÊS FILEIRAS**. Qual a denominação correta: linha **EM** fileiras ou **DE** fileiras?

FIGURAS

As figuras 15 e 19 não nos parecem corretas, por não corresponderem à descrição do texto. Assim, a fig. 15 não tem os dedos "unidos e distendidos", e a fig. 19 não tem "o meio do ante-braço no quadril", e sim o cotovelo, como se fazia antigamente (cotovelo no mesmo plano das costas).

DIVERSOS

Quando manda colocar a arma sobre a mochila, o C-22-5 diz que o **ferrolho** deve ficar para cima. Cremos ser a *alavanca de manejo*, uma vez que para colocar o ferrolho para cima seria necessário equilibrar quase o fuzil.

Merece também ser estudada a questão das batidas vivas e energicas da mão na arma, nos movimentos de arma. É comum ver-se

o instrutor obrigado a esclarecer, antes da instrução, se deve ensinar nos soldados a segurar bruscamente, com firmeza, a arma ou se deve, ao contrário, dizer que a mão não dá batidas na arma. Pois aqui também ficamos muitas vezes ao acaso das predileções pessoais: há os que gostam de ouvir o estalido da mão na arma, e os que não gostam, e evitam todos os choques no fuzil...

VOZES DE COMANDO

Feitas a "dissecação" do Manual C-22-5, resta-nos sugerir uma uniformização nas vozes de comando, a exemplo do que se vê nos livros do Exmo. Sr. Gen. T.A. Araripe e no do então Cap. Nelson D. Boiteux. Pois é verdadeiramente aceito que a toda voz de comando enérgica corresponderá uma execução semelhante e a uma voz displicente, cansada ou sem uma sílaba bem "marcada", a execução será falha. E um Manual de Ordem Unida poderia fazer uma "padronização" das vozes de comando, coisa bem necessária entre nós. Como exemplo, podemos citar: há quem comande "DireITA-voLVER", acentuando portanto TA e VER, enquanto outros dizem, no mesmo tom de voz, "Direita-voLver". É evidente que o primeiro hipotético comandante obterá execução bem melhor, mais uniforme e viva.

O próprio C-22-5 diz que numa voz de comando bem dada, o soldado fica "esperando" a parte da execução. E um comando de "Om-bro-arma" não deixa o soldado na mesma "tensão" que o comando de "OmBRO-ARma", em que se acentua BRO e AR, dando também um intervalo suficiente para a "espera".

Julgamos pois caber perfeitamente, num Manual de Ordem Unida, uma padronização desse tipo. Que seja, contudo, bem planejada e sobretudo verificada na prática, a fim de evitar novas distorções quando de sua aplicação. Devemos obter o melhor efeito da ordem unida usando justamente os princípios regulamentares, em vez

de seguir inovações dependentes do gosto de cada um para conseguir os melhores efeitos.

Afinal, os regulamentos devem ser feitos para serem cumpridos, e não como cousas a violar...

NOTA — Havíamos escrito o presente trabalho quando, recebendo o Manual C-23-41 (Metralhadora de Mão), encontramos outra cousa que a nosso ver merece reparo e se encaixa no presente trabalho: ao tratar dos manejos de arma com a metralhadora, o C-23-41 fala do comando: "Para revista — Arma" e "Para inspeção — Arma". Entretanto, o C-22-5 não fala no primeiro desses comandos, e, quanto ao segundo, a voz de comando, segundo ainda o C-22-5, é: "Inspeção de Arma".

Como se vê, os próprios manuais novos já estão entrando em conflito...

CIEBITALIA

COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA BRASIL ITALIA LTDA.

Fornecedores de gêneros de primeira qualidade para o Reembolsável da E.I.E.

MATRIZ

Rua Juan Pablo Duarte, 15
(ex-Marrecas)
Telefone 22-4624
RIO DE JANEIRO

FILIAL

Escritório: Rua Anhaia, 309
Telefone 51-2382
Depósito: R. Tenente Pena, 262
SAO PAULO

CASA CENTRAL DO BRASIL

CAMISARIA — ESPORTE — PERFUMARIA — ARMARINHO
SEMPRE NOVIDADES — OS MELHORES ARTIGOS

Agradece a preferência que os funcionários do Ministério da Guerra têm dispensado a esta Casa

PRAÇA DUQUE DE CAXIAS N. 233 — TELEFONE 43-1017

(Ex-Praça da República)

PERFUMARIA CARNEIRO

Uma organização de confiança a serviço de sua
elegância e beleza

O NOVO ARMAMENTO DO EXÉRCITO FRANCÊS

AS ARMAS DE INFANTARIA

No fim das hostilidades da última guerra mundial, a França tinha cinco anos de atraso em matéria de armamento. Além disso, tinha a indústria e a economia parcialmente paralizada. Pode-se entretanto afirmar que esse atraso desapareceu hoje e isso apesar da falta de créditos, de efetivos e meios materiais.

Claro, não se pode daqui concluir que a indústria francesa poderá equipar inteiramente, de uma só vez, a infantaria, a artilharia, as armas blindadas... O problema da "quantidade" está ainda por resolver; não pode ainda construir, em grande quantidade, as armas necessárias. Mas, no entanto, foi resolvido o problema da *qualidade*. Graças ao estudo e experiências silenciosas de uma plêiade de oficiais e técnicos franceses, a França dispõe agora de um conjunto notável de prototipos de modelo superior aos dos exércitos estrangeiros.

Algumas séries já foram lançadas e alguns espécimens estão aparecendo nas unidades do exército.

Estão saindo, atualmente, os primeiros lotes de uma nova granada de fuzil, dotada de forte poder de perfuração e da mina anticarro, impossível de localizar e que projeta, a várias centenas de metros, um feixe de pequenos cubos de aço capazes de trespassarem uma placa blindada de 10 mm de espessura.

Em breve, será a vez da "bazooka", tubo lança-foguetes de 73 mm de diâmetro, cujo projétil atravessa facilmente, a 200 metros de distância, uma blindagem de 250 mm e do jeep francês, denominado oficialmente "carro de ligação e reco-

nhecimento", fabricado pelo construtor Delahaye, que se portou brilhantemente este inverno no famoso "rallye" automobilístico Argel-Cabo.

Por ocasião do tradicional desfile da Festa Nacional, no próximo mês de julho, será apresentado ao público um novo "engenho blindado de reconhecimento" Panhard e o tanque ligeiro de 13 toneladas.

O auto-metralhadora Panhard é dotado de um canhão de 75 mm. As quatro rodas de estradas transformam-se, saindo um trem de quatro rodas eclipsáveis, em "oito rodas todo terreno". Atinge uma velocidade de 90 km a hora, em marcha normal e de 70 em marcha-ré, graças a um inversor de marcha que lhe evita dar meia volta na estrada. O tanque ligeiro é também armado de um canhão de 75 mm de grande velocidade inicial. Relativamente pouco protegido, possui um perfil baixo que o torna pouco visível em terreno acidentado. Pode ser vantajosamente utilizado como "tanque destróier" ou caça tanque.

Há outros prototipos, cuja construção não foi ainda decidida. O tanque pesado de 50 toneladas, armado de um canhão de 100 mm, dois obuseiros, um de 105 mm, outro de 155 mm, automotores, morteiros de infantaria de calibre de 120 mm e munidos de rodas.

No armamento ligeiro de infantaria, foi criado toda uma série de engenhos novos. Três dentre eles foram definitivamente adotados, sendo fabricados em grande quantidade:

— a pistola automática de 9 mm, modelo 1950, tipo M.A.S. (Manufatura de armas de Saint Etienne),

pesando 820 gramas, medindo 22 cm de comprimento e com um carregador de 9 cartuchos;

— a pistola metralhadora, tipo M. A. T. (Manufatura de armas de Tulle), modelo 1949, com culatra de ferrolho, comprimento de 66 cm, pesando 3 kg 300 e atirando o cartucho "parabellum" de 9 mm, com carregador de 32 cartuchos;

— a espingarda automática de 7 mm 5, modelo 1949, funcionando por pressão do gás, pesando 3 kg 900, munida de um carregador de 10 cartuchos e longo de 1 m 07; esta espingarda serve para atirar granadas anti-tanque.

Os prototipos submetidos à aprovação do Ministério da Defesa Nacional e em experiência são todos de 7 mm 62 de calibre. Isto em resultado das medidas de standardização adotadas pelos países do Pacto do Atlântico.

Poderão assim empregar cartuchos de fabricação americana (calibre 30 polegadas: 7 mm 62).

A espingarda automática M. A. S. possui um sistema motor de compressão do gás; o seu peso é de 4 kg, o comprimento de 1 m 10 e o carregador contém 10 cartuchos. É destinada a substituir ulteriormente a arma análoga de calibre 7 mm 5.

Quanto à arma automática única, deve poder ser utilizada como metralhadora ligeira ou como espingarda-metralhadora. No primeiro caso, é montada sobre uma carreta pesando 13 kg e alimenta-se por meio de bandas em forma de malhas. No segundo assenta sobre forquilhas, uma bipeça e caixas carregadoras.

Foram propostos três tipos diferentes aos estabelecimentos cons-

trutores, dependentes da "Direção dos Estudos e Fabricação de Armamento".

A manufatura de Saint Etienne oferece uma arma de 9 a 12 kg, possuindo uma culatra equilibrada, um motor de gás, uma cadência do tipo de 600 a 700 tiros por minuto e uma caixa da culatra em lata embutida.

A de Castellerault preparou um modelo com culatra de freio, isto é, a fixidez da culatra, no momento do tiro, é obtida, não com ferrolho, mas por uma travagem poderosa provocada por resistência suplementar.

O terceiro tipo vem do Centro de estudos e de armamento de Mulhouse, na Alsácia. O seu peso é de 12 kg e a culatra é também de freio; tem como característica a velocidade do tiro que alcança mais de 800 tiros-minuto. Resta a "carabina automática" e a "cabarina metralhadora", de calibre de 7 mm 62.

A automática é mais curta e ligeira que a espingarda: 92 cm e 2 kg 800, e o carregador contém 15 cartuchos, em lugar de 10, o que é muito apreciável.

O princípio da carabina-metralhadora deriva da "espingarda de assalto" para pára-quedaista, posta em serviço pelos Alemães em 1944. Esta arma permite o tiro um a um e por descarga. O seu peso será de 4kg ou 4 kg 500.

A maioria das divisões francesas que vão ser criadas, em execução do plano de rearmamento, serão equipadas, por enquanto, com material tipo americano. Mas as unidades francesas do programa de 1951 serão dotadas inteiramente com armas francesas, de concepção e fabricação nacional.

FÁBRICA CAHETÉ

CAVALCANTI & SILVA

Ponta de capa-cardan em eromo níquel

Todos os artigos são de tempera garantida

RUA DA BOA HORA, 118 — FONE, 2397 — Teleg. "CAHETÉ"

OLINDA — PERNAMBUCO



UNIDADE DE ALMA

A MAIOR HERANÇA QUE PORTUGUAL NOS LEGOU

General INACIO JOSE VERISSIMO

Portugal e Espanha tiveram formação histórica comum. Participaram ambas das agitações sociais da península, das invasões que ela sofreu, da influência do cartaginês, do romano, do bárbaro germano e do árabe.

Não há nelas, em seus começos, distinções visíveis de efeitos. São indistintos como partes de um só todo que é a Ibéria.

Essa história dura 12 séculos e se caracteriza pela mutação dos valores culturais e étnicos da sociedade. Porque ela não permaneceu em equilíbrio. De espaço a espaço se transforma, se altera. Primeiro é a presença do cartaginês misturando-se à população autóctona e alterando, com isso, a sua cultura, o seu tipo étnico e os seus estilos de vida.

Depois o romano, criando, nessa primeira camada, formada pelo cartaginês, novas alterações. Impondo a luta; alterando a hierarquia social; implantando conceitos jurídicos; fundando uma civilização. Ao terminar, já havia con-

seguido acamar os elementos fundamentais da sociedade; já a havia fixado em normas de vida, dando-lhe paz interna. É verdade que obteve essa paz após a fusão da população em tipos humanos mistos, em que aparece, em grau acentuado, o homem da Itália. E, assim, só a consegue após fazer desaparecer (pelas lutas que impôs à população e pela mistura de sangue romano) o tipo social criado pelo cartaginês.

Em seguida, chega a vez do germânico e, então dá-se nova perturbação. A massa humana que permaneceu não é a antiga que o romano deixou. Dela grande número desapareceu e a nova é um misto de germanos e mestiços. E, assim, essa nova sociedade tem, em seu seio, representantes puros das várias raças primitivas; tipos mestiços de todas elas e, por fim, gente germânica que ainda não entrou no "Melting Pot". As instituições se transformaram também. Há traços de cultura cartaginesa, de mistura com os conceitos jurídicos e reli-

giosos que o romano cristão imprimiu à sociedade. Porque, na realidade, o germano influiu mais no sangue. A sua selvageria não teve forças para apagar a cultura romana que encontrou. Alterou-a em parte; imprimiu-lhe tonalidades que lhe eram peculiares, mas foi só. Culturalmente o dominado é ele, embora, politicamente, tenha o senhorio da sociedade.

É nessa fase que se esboçam as primeiras nações da Península; que aparecem os primeiros estados; que se desenham os primeiros contornos de Portugal e de Hespanha.

Por fim, aparece o árabe. Com ele chega nova perturbação; novas lutas; nova fusão de sangue; nova alteração cultural.

E assim, nesses 12 séculos de história, a Península não se sedimentou. Viveu em transmutações contínuas de homens, de raças e de culturas.

Mas o árabe não teve tempo nem meios de absorver o todo.

Ocupou um largo trecho, mas deixou vivo, ainda em condições de reagir, um núcleo ponderável de germânicos. É o grupo das astúrias. Dêle parte a reação. Dêle são as guerras de reconquista e nêle estavam as dificuldades que o serraceno encontra para fixar-se à terra.

Não há, porém, uma frente nítida entre essas duas forças políticas opostas. Quer o árabe, quer os cristãos, têm, em seu seio, germens perturbadores de sua unidade. São príncipes, chefes de bando, generais vitoriosos que, no cômputo da vitória, a querem para si. E tiram a essas lutas um caráter coerente. São, antes, conflitos individuais pela posse de terras, pela posse de riquezas, pela posse do domínio político.

E por isso elas são:

— ora lutas entre cristãos e serraceños;

— ora entre cristãos entre si;

— e por fim, entre grupos mistos, recheados de serraceños e cristãos de um lado, contra um grupo misto igual do outro.

Não há, pois, um sentido único nessa movimentação. Como premissa, como impulso psíquico, impera a ambição pessoal. É o príncipe ou o almorávide que quer domínio e só as características da progressão, para chegar a êsse domínio, é que lhe ditará a atitude política.

Hoje, dirige-se contra o grupo que lhe é contrário, pela raça é religião. E tem para objetivo as suas terras e como forças as da sua gente. Amanhã será diferente. O objetivo é a terra de um igual pelo sangue e pelo Deus e os comparsas da empresa são tirados, indistintamente, entre gente comum ou entre gente estranha.

E a península, agitada por essas lutas sem fim, começa a se repartir em porções políticas; em Estados de vida efêmera e em Estados de vida mais durável — até que se formem, definitivamente, dois únicos: Portugal e Espanha.

• •

Terminada a formação política, Portugal e Espanha bifurcam-se na sua história.

O primeiro dá a essa formação um sentido de afirmação nacional. Porque a luta o aglutinou. O fez um corpo único. Deu à sua gente, na necessidade comum pela sobrevivência, um sentido unitário. E, por isso, ao lado do Estado, aparece a Nação, a exaltação da raça, da língua e das cousas de Portugal. E foram assim um todo, um corpo político e um corpo moral.

Na Espanha se aglomeram Estados; se unem interesses de Príncipes; se somam parcelas distintas. Faltou o fator aglutinante da necessidade comum que as guerras deram a Portugal. E o resultado é que não há, entre o Estado que domina o todo espanhol e as porções desse todo, senão vassalagem, subordinação.

Há, de fato, uma certa unidade de raça. Mas não há, no evoluir da luta, a coesão do interesse comum. E, por isso, o catalão, o vasco e o castelhano não sentem a Espanha e não são afins com ela. Daí uma diferença profunda da

atitude de Portugal e Espanha diante às navegações.

O primeiro as faz como empresa do Estado, num quadro coletivo, formando sistema.* E, por isso, tornando as ações individuais coordenadas, sem o herói isolado, sem o egotismo do aventureiro, sem dispersão de esforços e sem a perda desses esforços. Porque o que se movimenta é uma máquina que tem um centro diretor e não uma onda desordenada de conquistadores.

Então,

- Portugal se fez nacional
- a Espanha não.

Em Portugal, o Estado e o povo formam um todo e só é possível o rei nacional. Na Espanha, tudo depende de combinações dinásticas.

Tais são os povos que, partindo da Península Ibérica, vêm para a América formar novas nacionalidades.

O português já pensa coletivamente e pode, assim, legar, do povo que dá nascimento, o acervo precioso de sua história:

- o sentido de que, acima do indivíduo ou príncipe, há a Nação; que há algo de espiritual que o sublima e que o exalta além de si mesmo.

E por isso, Portugal consegue o milagre de dar, à terra que descobre, um nome só — BRASIL — 5 anos depois. Terra de difíceis comunicações, aborável apenas pelo mar, com rios que correm paralelamente, formando regiões sem intercomunicações e, por isso, isoladas na economia e isoladas na vida política dos homens que a habitam. E apesar desses rios dissociadores e das dificuldades de navegação do mar, cujos ventos alísios tinham direção divergente, Portugal consegue transmitir, aos seus filhos, o conceito de Pátria, do coletivo, de unidade.

Leve-se em conta a grandeza da faixa ocupada, vindo, no Século XVI, de Rio Grande do Norte a São Vicente; a incultura do povo

e o seu isolamento e se compreenderá que algo de íntimo, de inconsciente, de psicológico, entrava como fator de aglutinação.

Porque a verdade é que o Espanhol, povo que parte também da Ibéria e aborda, na mesma época, o mesmo continente, nada obtém de parecido. As nacionalidades hispano-americanas se formaram três séculos após, com nomes convencionais, criadas ao acaso das lutas.

E as terras se quebram em muitos pedaços, apesar da língua comum, da religião comum, da origem histórica comum e da direção estatal comum dos homens que a habitavam.

* *

A descoberta da América e a do Brasil não trouxeram para a Espanha, nem para Portugal, nenhuma vantagem imediata.

A região descoberta por Colombo (ilhas do grupo das Lucaias) pouco produziu; as populações aí estabelecidas caíam em decadência; o comércio do índio, do açúcar ou das especiarias era pouco lucrativo.

Para Portugal, o problema tinha, em parte, muita analogia.

O Brasil era ainda uma incógnita, enquanto a Índia, pela sua civilização, pelo comércio intenso de seus produtos, pela regularidade de seu intercâmbio, atraía as preocupações e os recursos da nação.

À Lisboa, nos começos do Século XVI, chegam com as especiarias da Índia, não só a fortuna, o fausto, os hábitos de luxo, mas uma população de aventureiros, cuja vida, excitada pela mercância, apagava da memória o idealismo das primeiras expedições.

O Brasil interessava pouco.

Para que consumir dinheiro e energias numa terra inculta, de riqueza problemática e onde tudo está por domar, a começar pelos próprios habitantes?

Para a Espanha, a chegada à Lisboa dos produtos da Índia era um incentivo às novas penetrações, à busca de um que resgatasse os esforços e as despesas, à continuidade das explorações costeiras.

O Peru é conhecido desde as primeiras viagens. Sabe-se de seus tesouros fabulosos, de sua civilização, de sua grandeza e esplendor.

Procura-se então, uma passagem, na América, que conduza até lá.

Vasco Nunes Balboa atravessa, em 1513, o istmo do Panamá. Solís (1) sobe o Rio da Prata, em 1516. Fernando de Magalhães repete, em 1519, a mesma tentativa. Gamboto, guiado pela mesma preocupação, vai continuar, em 1526, as explorações de Magalhães.

Mas a descoberta do Pacífico por Balboa (1513) é que permite às correntes de explorações espanholas lançarem-se na direção do México e do Peru. Pizarro descobre o Império Inca e Cortês o dos Aztecas.

Essa revelação inverte o problema. A América dos papagaios e das bugingangas selvícolas oferece, agora, o seu ouro, acumulado pelas civilizações autóctonas e o tráfico se intensifica; o rei se interessa; os aventureiros, excitados pela cobiça e pela esperança, se multiplicam.

Uma população numerosa se fixa em torno das minas.

Potosí e México começam a ser centros de atração e de trabalho, de ganho certo e de vida estável.

Iniciam-se, então, as pesquisas portuguesas no Brasil.

Durante 30 anos ele esteve explorado. A Índia, mais compensadora, explica essa situação. Agora, a América se mostra rica. Impõe-se devassá-la, descobrir-lhe os tesouros, assegurar a sua posse.

O esforço é duplo porque a Índia consome energias.

Mil quinhentos e trinta marca o início dessa nova orientação, provocada pelo êxito espanhol. As capitãlias são criadas e, com elas, uma primeira camada social.

Pouco tempo depois é estabelecido o primeiro governo que, com Tomé de Souza, organiza a justiça, a defesa, os fundamentos do Estado.

Fora a agicultura, que se intensifica, nada mais existe para atrair o colono.

A Espanha nada em ouro; a Índia começa a se fazer difícil e o esforço português impotente a tantos trabalhos. Paralelamente, o Brasil cresce em população, na qual o índio entra em larga escala.

Esse fato teve conseqüências vantajosas para nós:

— criou um tipo integrado à terra e apto, pelas condições de origem, ao meio físico americano;

— formou uma população mais numerosa;

— criou uma sociedade sem casta, sem preconceitos de sangue, ao contrário do que aconteceu nas colônias espanholas, em que os mestiços viviam degradados, os direitos políticos eram diferentes, ou como na América do Norte, onde o índio foi exterminado e o negro formou elemento à parte na sociedade.

Essa fusão inicial permitiu, nas lutas contra o francês, o holandês e o inglês, encontrar o elemento combativo, o sentimento de defesa da terra que inflamou as populações brasileiras e expulsou o estrangeiro.

E se forja uma raça nova.

Quando o francês se instala no Rio de Janeiro, na Paraíba e no Maranhão; quando o holandês procura fixar-se na Bahia, em Pernambuco e no Pará e quando o inglês deseja apoderar-se de Santos e Espírito Santo, já encontram, ativa e consciente, uma população brasileira.

Ao português, senhor dos meios materiais, cabe a direção; à ela, mais numerosa e elemento mais sensível, cabe a alma, o ânimo a vontade de vencer.

Tôda a nossa primitiva história está cheia de heróis anônimos que se opuseram ao invasor e formaram a nossa primeira camada social.

O Brasil firma-se, assim, nos próprios brasileiros; adquire a certeza de seu valor e, mais do que

(1) Solís — português a serviço da Espanha.

tudo, sente que há alguma coisa de comum no habitante do sul e do norte.

A extensão geográfica que tendia a nos subdividir, opúnhamos um mesmo sentimento de Pátria — herdadá dos portugueses — que as lutas e os perigos comuns faziam cada vez mais estreito.

O espanhol, imune dessas ameaças, estabelece a sua vida tranquilamente.

Nem ataques externos, nem submissão do selvícola,

Lá, nas colônias espanholas, as populações submetidas dos Incas e Aztecas já têm um primeiro grau de civilização, um mecanismo social mais apurado, uma sedimentação mais profunda. Vencidos os chefes, absorvido o organismo do Estado, o resto se submete.

A conquista do Peru é a conquista dos chefes Incas.

Salvo as lutas civis, entre os próprios exploradores, nada há que perturbe o ritmo da vida colonial e a faça uma vigília eterna. No Brasil, o selvícola está por domar. Livre, sem organização maior que a da tribo, éle tem o sentimento de sua clã e de sua raça. É rebelde por isso.

Para éle a civilização será o cativo e o trabalho organizado o martírio de adaptar, a uma nova mentalidade e a novos costumes, tôdo o complexo de sua herança atávica. Não se submete, pois, escapa, luta, reage.

O problema colonizador é, assim, difícil e daí o contacto com os elementos que permanecem e que, mal ou bem, se confundem com o europeu.

Nasce dessa fusão uma raça nova, mais nobre, senhora de suas prerrogativas, amando, da mesma forma, a terra e a liberdade.

Filha do choque de duas civilizações, ela como que participa de ambas.

Do índio, herda o amor à terra, a resistência ao clima e ausência de espírito de ganho.

Do português herda as qualidades de constância, a cultura, o espírito de ambição e o sentimento da Pátria. E ela é, assim, a tradição revivida, transmutada em valores

morais, refeita em novos moldes e novo ambiente.

Descobrimo e colonizando o Brasil, o português não nos trouxe apenas a cultura européia — trouxe, também, a sua alma nacional esculpida em 400 anos de luta contra Castela e o Mouro e nas empresas do seu heroísmo sobre o mar.

Esse acervo é o legado mais precioso que recebemos e que fatores históricos só fizeram reafirmar.

Começam as lutas no Nordeste.

A luta contra a pirataria do Século XVI e XVII prova essa nossa asserção.

Procure-se o segrêdo da resistência às invasões francesas, holandesas e inglesas; penetre-se nos meandros de sua história, estude-se as causas de seu êxito e lá se há de encontrar a presença do filho da terra como o maior fator de combatividade, de constância, de desejo de vencer.

Já Portugal está desinteressado da Ásia, quando Mem de Sá chega ao Brasil. Ao lado do problema político, há o militar da expansão dos franceses, senhores do Rio desde o governo de Duarte da Costa. O problema se complica porque o gaulês se uniu ao índio. Mem de Sá apela para os colonos de São Vicente e Espírito Santo, na maioria mestiços índios.

Passam-se os anos; o holandês invade a Bahia; a guarnição portuguesa é vencida; o governador fica inerte, em seu palácio. A cidade é ocupada; a grande maioria dos comerciantes cristãos novos aceita o jugo estrangeiro.

Começa mentão as escaramuças locais dos filhos da terra, comandados por um brasileiro — Lourenço de Albuquerque.

De Pernambuco chegam reforços, capitaneados por Francisco Nunes Machado, brasileiro, comandando brasileiros.

Mais tarde, francisco Nunes é substituído por Francisco de Moura, brasileiro, soldado das guerras de Flandres.

Do sul, um contingente de fluminenses, comandados por Salvador Correia de Sá e Benevides — também filho da terra — expulsa os

holandeses do Espírito Santo. Em Pernambuco, os irmãos Cavalcanti de Albuquerque — brasileiros — armam à sua custa um navio, guarnecem-no com brasileiros e vêm para a Bahia.

Enquanto isso, em Madrid, há preces nas Igrejas; e só oito meses depois D. Fradique de Toledo Osório aparece em Salvador, com uma esquadra luso-espanhola. Vence facilmente. Os holandeses, vencidos pelos naturais, não tinham podido se fixar à terra.

Mas antes dessa luta de maior vulto — que se inicia em 1624 — já os franceses tinham posto à prova a resistência brasileira, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará e no Maranhão.

Nestas lutas, mais que nas do sul, o espírito de nacionalidade começa a se afirmar. Quase todas as tropas não constituídas por mamelucos e índios puros, chefiados por brasileiros ou não.

Al se forjam e se exercitam os exércitos que mais tarde vão lutar contra os holandeses, num largo período de 25 anos. É a campanha dos Soares Morenos e dos Jerônimos de Albuquerque — campanha longa, tenaz, em que os brasileiros, sem recursos, sem dinheiro, sem remédios, improvisando tudo, vencem o estrangeiro.

A guerra holandesa, em Pernambuco, reafirma, em feitos contínuos, as qualidades morais da nova raça.

Mathias de Albuquerque é o primeiro sinal desse valor com a sua pequena tropa, reagindo em Olinda, recuando sobre Recife, organizando a resistência no primeiro arraial de Bom Jesus.

Começam as emboscadas. Os holandeses incendiam Olinda e se reúnem em Recife. Há nisso motivo militar — concentrar os meios — e um motivo político — vingar a resistência encontrada.

No entanto, continuam as escaramuças e Recife, é antes, uma fortaleza sitiada. A vitória tão fácil não traz frutos; as ações da companhia das Índias Ocidentais baixam de 40 %, até que Calabar aparece no cenário da luta.

Com esse elemento novo se inverte a sorte dos naturais. O que lhes era força era o conhecimento da terra que permite a emboscada, que desorienta o contrário, que o faz viver às apalpadelas e sem iniciativa.

Agora, Calabar é o mapa e a previsão; é a possibilidade de surpreender o inimigo, de barrar-lhe os caminhos de acesso ou de retirada. E Matias de Albuquerque, parco de recursos, retira-se para Alagoas, levando consigo uma enorme população, unida a ele no mesmo sofrimento e na mesma revolta.

Mais tarde, Matias de Albuquerque é chamado a Lisboa e preso. Era o prêmio que a corte de Felipe IV dava a esse herói.

A guerra continua entretanto.

Lutas em terra e no mar; marinheiros e soldados luso-espanhóis engajados em diversos combates; o domínio holandês se firma e amplia com Maurício de Nassau.

Em 1640, Portugal restaura a sua independência, graças aos erros da política centralizadora dos Hapsburgos espanhóis.

Começa, então, a política de cessões de Dão João IV. Fraco militarmente e isolado — não pode o rei português esquecer a Espanha e voltar-se para a Holanda. A primeira ficava a seu lado; era o adversário imediato; o inimigo mais próximo. A Holanda — agindo em Pernambuco, sofrendo reações dos naturais brasileiros — aparecia como elemento excêntrico; como fator de segurança longínquo.

Por isso, Portugal não tem meios, a partir de 1640, para agir em Pernambuco. A luta é, então, toda local. Enfrentando o batavo, só há o filho da terra. Vencida em Tabocas, a Holanda não recua. Exige Pernambuco. Fala a Portugal em tom imperativo. Pode, politicamente, apesar de vencida no Brasil, ser na Europa, entre D. João IV e a Espanha, um fator de desequilíbrio. E D. João negocia. O problema é a garantia do seu trono mal seguro; a manobra política há de consentir em assegurar, em primeiro lugar, uma cobertura na direção da Espanha.

Pernambuco está muito longe e que importa um pedaço de seu imenso legado colonial se só assim éle pode fixar o seu governo?

Mas, por outro lado, esse pedaço não está na posse pacífica do holandês. Ela luta. Ela tem lá dificuldades tremendas. Ela não se apossará d'ele com facilidade.

Há, pois, possibilidades favoráveis no quadro do tempo. A arte da dilatação, das negociações demoradas, das discussões dúbias poderá dar a D. João IV o espaço de tempo necessário para melhor equipamento interno, maior reajustamento de meios; para se colocar, enfim, em condições militares favoráveis, em relação à Espanha.

E, por isso, negociando com a Holanda uma aliança militar contra a Espanha, D. João IV ora cede ao holandês, ora ao Pernambucano. Do primeiro, quer assegurar o seu auxílio contra o vizinho de leste; do segundo, pernambucano, quer assegurar o apoio moral, a permanência na luta na manutenção de Pernambuco.

Mas essa dubiedade é apenas inicial — com o correr dos tempos e com a ameaça crescente do perigo espanhol. Pernambuco é partilhada resolvida. As provas aí estão:

- D. João animou a insurreição, quando Vidal de Negreiros o procura, em 1641 dando-lhe até o "hábito de Cristo";
 - em seguida firma, com as Províncias Unidas, uma convenção em que se obriga a reconhecer tôdas as conquistas holandesas no Brasil, em troca de um auxílio de 40 navios e 3 regimentos que a Holanda se compromete a dar contra a Espanha.
- A insurreição já se havia desencadeado; a Holanda reclama contra a ação desses súditos e o ministro Vila-Pouca de Aguiar recusa-se a fornecer auxílio aos brasileiros.

Em compensação, chegavam a Pernambuco 6.000 holandeses.

A primeira batalha dos Guararapes criou novas dificuldades às

negociações definidas entre Portugal e a Holanda; a segunda obrigou a D. João IV a confessar "que não tinha forças para se opor à revolta pernambucana" e promete, então, dar, em troca, "Ceilão e mais o que os brasileiros não haviam conquistado".

A partir daí, começa D. João IV a se interessar pela cessação da luta em Pernambuco.

Teles de Menezes é censurado por haver, como Governador Geral do Brasil, consentido que Camarão e Henrique Dias organizassem tropas contra os holandeses. Mas as tropas já tinham partido e Teles, em carta ao rei, promete "mandar averiguar, com uma pesquisa muito exata, os culpados daqueles desmandos" e os "farei castigar com todo o rigor conforme ordem que Vossa Magestade (D. João IV) me deu".

Vidal e os outros chefes revolucionários respondem ao rei que não cumprirão as suas ordens e "que se isso convém ou não ao serviço de Vossa Magestade e aos Estados da Holanda, Vossa Magestade o considere estando certo que para a Holanda acabou esta capitania e é mui provável que também acabe para Portugal".

Tal resposta deixa evidente o espírito de nacionalidade e a confiança no valor próprio dos pernambucanos.

Eles sentiam que as vitórias eram suas e que D. João IV não só era incapaz de se opor ao holandês, como havia se desinteressado dessas lutas e dessa terra.

E mais, que os traía e os abandonava, negociando com holandeses e transformando-se, assim, em inimigo igual ao holandês.

D. João IV não pôde punir essa insolência e manda um pequeno reforço de gente — 300 homens, com Francisco Barreto, "fiscalizar os insurretos".

Esse general é o que assiste a primeira e segunda batalha dos Guararapes e que lhes nure as glórias e simboliza numa igreja, que manda erguer, o fruto das vitórias que pertenciam aos filhos da terra.

E as lutas se transportam para o norte.

O domínio espanhol foi, para nós, um bem. Foi ele que permitiu a dilatação da faixa fixada por Tordezilhas, em que o Brasil confinava a Oeste por uma linha traçada de Belém a Laguna.

Muito antes dos portugueses (que só apareceram no Amazonas em 1616), já os espanhóis tinham descido e explorado o rio; Vicente Pinzon em 1501, João de Lèpes em 1516, Francisco Orelana em 1544, Jerônimo Aguiar em 1552, Diogo Vargas em 1544, Pedro Ursua em 1561, Diego Serpa em 1568, Antonio Berrio em 1585, Hermano Oruna em 1601.

Mas a fixação do espanhol em tão vasta região (apesar de sua prioridade sobre o português) não se fez não só por causas históricas — passagem de Portugal para o domínio Espanhol — como por causas econômicas e geográficas.

Essas circunstâncias e o fato de estar o português não só mais próximo (Belém, em 1616) como contar com maior facilidades de penetração (calha do rio) levaram a quebrar, nesse trecho, a linha de Tordezilhas. E começa o avanço para oeste de Belém, até atingir, com Pedro Teixeira, em 1639, o seu limite extremo.

Com a fundação de Belém, estabelecia-se o português no limite de demarcações do tratado de Tordezilhas. Para Oeste, estendia-se o vale imenso do Amazonas, todo êle quinhão espanhol por direito de tratado e de descobrimento.

Nessa mesma época, os espanhóis tentavam, ainda uma vez, consolidar a posse da região. O Vice-Rei do Peru manda Diego Véra fundar uma colônia no alto Amazonas, sem nenhum resultado.

Foi essa a última tentativa.

Já em 1621, um documento espanhol recomendava, como mais prático, entregar aos portugueses a exploração do Rio. E assim, em 1626 (10 anos após a fundação de Belém), Felipe IV de Espanha autorizava a Bento Maciel Parente a penetrar no imenso vale.

Era a própria Espanha anulando o tratado de Tordezilhas.

Bento Maciel — bandeirante do sul do Brasil — voluntário das lutas contra os holandeses na Bahia, é o primeiro brasileiro que esbarra e luta ali contra os holandeses e ingleses fixados há alguns anos.

Desde o tempo de Portugal debaixo do domínio da Espanha, a Inglaterra cede a Roberto Harcourt e mais três companheiros as terras situadas entre o Essequibo e o Amazonas. Além disso, sabe-se que particulares holandeses se localizavam nessa região, cujos direitos foram cedidos à Companhia das Índias Orientais, quando esta foi fundada (1621).

Em 1627, sofrem uma primeira abordagem. É a gente de Manoel Parente que vem do Pará e os ataca. A guarnição holandesa é de 300 homens; a luta é difícil, áspera, no meio das selvas. De lado a lado os recursos são parcos; apenas a vontade de vencer é maior nos filhos da terra. Gurupá é evacuada.

Mais tarde, em 1625, Pedro Teixeira, comandante de uma expedição militar saída do Maranhão, ataca-os no Xingu.

A resistência continua entretanto. Eles ainda possuem outros pontos de domínio que lhes permite resistir por mais tempo. Atacados, novamente, pela gente de Pedro Teixeira, retiram-se de todo para o Oiapoque. Apesar disso, repetem, mais tarde, o ensaio de colonização.

A Companhia das Índias Ocidentais envia, em 1629, uma nau ao Amazonas. Ela penetra até Gurupá e ataca o forte, agora ocupado por brasileiros. É repelida porém e, em seguida, tomada de abordagem. Lá estava a mesma gente de Pernambuco; alguns anos depois, havia de expulsá-los definitivamente.

Foi esta a última vez que êles procuraram estabelecer-se ali. Daí em diante, o vale pertence ao Brasil, menos por direito de descoberta e mais pela posse, assegurada, pelos seus filhos, nas lutas contra os ingleses e holandeses.

Vencidos ali, os ingleses e holandeses se estabeleceram nas Guianas e lá ficaram até hoje e marcaram,

com a sua presença, um testemunho impercível — que ao espanhol das colônias faltava essa expressão de solidariedade coletiva que distinguia o brasileiro, desde logo e o sublimou até à epopéia pernambucana.

A conquista não está, entretanto, terminada. Da Venezuela e da Colombia descem expedições espanholas; do Peru, reduções Jesuítas se apossam da região do Solimões; todo o começo do século XVIII, até ao tratado de Santo Ildefonso, em 1777, foi de lutas e indecisões; as conquistas ousadas, de lado a lado, deslocam os limites até à sua consolidação definitiva, em 1777. O princípio de "uteis possidetis" testemunha o avanço português, as penetrações feitas, e o esforço do filho da terra no dominar e ocupar aquelas brenhas.

Herdamos, assim, o Brasil, amazônico, conquistado, em menos de dois séculos, pelos homens que, do Pará, em pequenas embarcações, subindo o Rio e gastando meses nessa penetração, levaram, entre dificuldades e sofrimentos incríveis, a nossa soberania política até aos confins atuais.

Inspirava-os mais que o amor à aventura, porque havia alguma coisa de comum, de geral, de coletivo, que era o sentimento da Pátria — herança de Portugal.

Agora no Prata.

Passam-se dois séculos; o País se amplia à custa do Bandeirante; a independência política dá à Nação aspectos mais característicos e a economia, a cultura e o Estado crescem em força e riqueza.

Com isso aparecem as primeiras organizações militares, verdadeiramente nacionais: Marinha e Exército.

A política do Prata exige intervenções; o Brasil faz, pela primeira vez, uma política externa ativa. Mas essas intervenções têm um caráter de expedições militares. Não envolvem a vida do País; não ultrapassam o interesse do Estado. A Nação as assiste à margem, quase desinteressada.

Só a guerra do Paraguai, pelo seu volume, sua duração, seus as-

pectos difíceis — obrigará o brasileiro a vê-la com mais interesse. Revela-se então novamente o espírito nacional.

A guerra é mal conduzida. Não há na Imprensa, nem em órgãos de opinião, uma propaganda, um preparo psicológico para ela. Ao contrário, o Partido Liberal a combate e a Imprensa, desse Partido, a faz impopular.

Apesar disso, a Nação atende ao apelo do Estado. As Províncias — mesmo as mais longínquas; mesmo as mais despercebidas de seus efeitos — concorrem com uma larga percentagem para a manutenção da luta.

E assim, espontaneamente, num gesto todo voluntário; num movimento que não resultou de nenhum preparo prévio, nem de lei de conscrição, nem da criação de uma mística guerreira, nem do conhecimento exato do problema político, o brasileiro vai à guerra, para a defesa do seu torrão.

Dela, ele nada sabe, nem de suas características, nem de seus reflexos. Apenas sente que na atitude do inimigo há um insulto à Nação; há necessidade de um desagravo; há uma razão de honra que o obriga a lutar.

E segue. A guerra é penosa; os campos de batalha são os mais agrestes; o lodo e o areal, o calor que sufoca e o frio que congela.

E os recursos faltam; as comunicações são difíceis; as moléstias, mais que as balas, clareiam as fileiras. E não entanto, o soldado brasileiro é o mesmo de sempre.

Não se queixou em 64 e há de chegar a 70 também sem murmúrio.

São 5 anos incríveis, de estoicismo, de abnegação, de renúncia da própria vida.

Cinco anos de disciplina; de provas de resistência; de vontade de vencer.

Tudo em torno concorria ao desânimo; a deserção ao dever; ao rebaixamento da combatividade. No entanto, o brasileiro partiu para lá, no primeiro ano como no último. E que havia nêle um sentimento mais vivo, mais exigente, mais con-

tínuo que o deyer militar: havia a consciência que, acima de tudo aquilo, existia o BRASIL.

Era o acervo de 300 anos já passados; era a vivificação de uma tradição; era o resultado da criação de uma alma própria.

No entanto, o Oriental que, em 64, luta contra o Brasil, em 65 é seu aliado. Faltava-lhe o senso do comum. Sua alma ainda estava no quadro do Partido. Uruguai é, para ele, um nome demasiadamente novo, e por isso, o seu coração se arregimenta em torno de interesses mais imediatos: o seu partido, o seu chefe, o clã onde cresceu e vive.

O argentino vai dar exemplos análogos. Duas revoltas internas arrebataram em pleno período de guerra e Corrientes ainda está indecisa, apesar de invadida pelas tropas de Lopes.

Mais grave ainda é a deserção da gente que Urquiza arregimenta.

São 5 mil; são filhos da terra que o paraguaio pisa. Deviam, pelo menos, vibrar, num instinto de revolta e num primeiro impulso de brío. Mas não. Apesar do inimigo, preferem desertar e deixar que seja o estrangeiro o defensor da sua terra.

É que faltava a essa gente a solidariedade de alma que os fizesse comuns aos homens de Buenos Aires, ao campeiro do Pampa, ao lavrador de Córdoba.

Para ele, a Argentina é um nome vago; sem raízes em seu espírito e, por isso, incapaz de despertá-lo até ao sacrifício da vida.

Faltava-lhe o tempo; a herança de uma alma comum; a tradição que o brasileiro já tinha esculpida em seu coração. Compare-se isso

com o gesto de Antonio João e se há de verificar que, na frase daqueles simples alferes e no estoicismo daqueles poucos que o cercavam, estava a síntese do próprio Brasil, porque estava o BRASIL NAÇÃO, o BRASIL alma coletiva, o BRASIL consciência nacional.

O Brasil, expressão moral, que embebe as suas raízes nas gentes de D. Tereza.

E, sem dificuldades, poderemos compreender que a nossa grandeza territorial não emana apenas de fatores geográficos e econômicos de expansão. Mas da capacidade de vida comum; do espírito de unidade que recebemos de Portugal, como o seu maior legado; a herança de sua alma nacional esculpida em 4 séculos de sofrimentos.

E isso nos fará compreender também que a interpretação do Brasil, como expressão histórica, deve ser buscada na História de Portugal. Na história que vem de Tereza; nos homens e nos motivos que deram a Portugal uma língua própria; uma postura política; um sentido de caracterização.

E não há de ser de Cabral e de seu descobrimento que se há de fazer essa interpretação. Ambos são os resultados, os efeitos visíveis de causas mais longínquas, causas que se refletiram em nós, se transmutaram e deram ao brasileiro o sentido de afirmação necessário para evoluir dentro de um só espírito de unidade política, apesar da geografia dissociativa do país; apesar da grandeza dêle; apesar do isolamento das nódulas sociais e apesar da incultura e pobreza de sua gente.

Repitamos: a nossa unidade de alma foi a maior herança que recebemos de Portugal.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO, ARTIGOS PARA CRIANÇAS, LTDA. CASA DA CRIANÇA

Com pouco compra-se muito

Modas — Confeccões — Novidades — Sortimento especializado, completo e variado

RUA SENADOR MENDONÇA, 174 (Edifício "Macció")
MACEIÓ — ESTADO DE ALAGOAS

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FORÇAS MORAIS (*)

CHANDESSAIS, Comandante de Esquadrão

Abandonemos o romantismo das forças morais de 1900, 1913-1914 para chegarmos à positividade das forças morais do futuro — FOCH

Desde muito, o moral das tropas tem sido uma das preocupações do comando e é de tal maneira essencial que, nos exércitos tão antigos quanto o Exército Francês, essa preocupação tornou-se um pensamento constante que a tradição estabeleceu e a convicção dos quadros firmou sólidamente.

Parece, portanto, "que tudo já foi dito e que se vai chover no molhado".

Três fatos novos, entretanto, exigem que se rememorem os problemas impostos pelo moral:

1°. Depois de ter constituído objeto de especulações mais ou menos filosóficas, o moral tornou-se objeto de estudos científicos que conduzem a técnicas precisas;

2°. A importância crescente do material faz que se lhe atribua tamanha influência que o moral passa, às vezes, para segundo plano. Os orçamentos destinados a seus estudos respectivos são bastante característicos;

3°. Entretanto, o papel da 5ª coluna, na Espanha, o desmoronamento de 1930, a importância atribuída aos fatores ideológicos, tanto nos Estados Unidos como na Rússia, evidenciam quanto a "guerra psicológica" será um elemento essencial da guerra em si.

Sob a alegação de que o oficial francês possui o conhecimento in-

tuitivo e profundo do moral de sua tropa, deveremos abandonar outros pontos de vista? É de temer que no domínio da intuição, outros países tenham chegado a um nível muito vizinho do nosso e que, por conseguinte, poderemos alcançar certa superioridade se soubermos utilizar todos os processos conhecidos, de estudo e de ação, sobre o moral. Por outro lado, é de presumir que os nossos parceiros do Pacto do Atlântico, que utilizam largamente os métodos modernos, insistam na aplicação dos mesmos processos no Exército Francês.

A utilização dos processos modernos é, sem dúvida, da alçada dos especialistas. Mas é preciso que tais especialistas existam, e parece conveniente suscitar vocações. Demais, os oficiais das tropas e dos serviços poderão ser chamados à colaboração com os especialistas; convém, portanto, que estejam suficientemente informados e a salvo das reticências e embaraços dos neófitos.

Em suma, convém que, nesse domínio, ainda hoje um tanto confuso, se fale a mesma língua em todos os escalões da hierarquia, e que essa linguagem seja precisa e objetiva. As conquistas das ciências psicológicas e sociológicas já se consolidaram suficientemente

(*) N.R. — Os quadros do Exército renovam-se sempre, o que quer dizer que a maturidade de espírito não é um estado uniforme. Daí, a necessidade de recordar periodicamente certas noções que, por fundamentais, devem estar sempre presentes ao espírito de todos. Parece-nos, portanto, de indiscutível utilidade reproduzir, aqui, o presente estudo, data vênica, publicado no n. 177 da *Revue militaire d'Information*.

para formarem o quadro dessa linguagem.

Por essas diversas razões, pareceu-nos interessante apresentarmos alguns pontos de vista recentes, por vèzes pessoais, relativamente a essas questões. O espaço de que dispomos não nos permitirá demonstrações nem exemplos justificativos e ilustrativos das afirmações que avançaremos. Desculpamo-nos da aridez da exposição, mas nos esforçaremos, sobretudo, por dar os elementos de meditação aos quadros.

A NOÇÃO DE MORAL

Por evidente que pareça, a noção de moral não é, entretanto, suficientemente clara para garantir a *concordância dos espíritos, a direção dos estudos e a repartição das tarefas*, na organização das atividades atinentes a esse domínio.

Antes de tentarmos definir o moral, enunciaremos algumas características encontradas por autores diversos, ou originadas de observações cotidianas.

1°. *O moral não é uma entidade.* Não é um traço psicológico como a inteligência ou a introspecção.

2°. *O moral não é "unidimensional" em sua natureza.* A não ser que se o considere em seus efeitos, não se pode classificar "os morais" (permitam a expressão), de diferentes indivíduos ou de tropas diversas.

3°. *O moral é um conceito complexo.* Convém evitar a expressão "O Moral"; a de "forças morais", outrora empregada, parece mais apropriada. Os Americanos substituíram os termos "moral" empregados em 1917, pelo de "atitudes", em 1942-45.

4°. *Tudo quando se relaciona com o exército pode ser filiado ao moral.* Os organismos encarregados do moral devem, portanto, ter uma "certa maneira" de tratar os problemas militares.

5°. *Há que considerar o moral individual e o moral coletivo.*

6°. *O moral é relativo a fatos de ordem psicológica e sociológica.*

7°. *O moral está ligado ao fim a atingir.* A concepção duma hierarquia de fins mais ou menos gerais e mais ou menos afastados, conduz à idéia dos "morais" hierarquizados e mais ou menos gerais.

Parece que um moral deva ser tanto mais geral quanto mais importante seja a coletividade interessada. Têm sido observadas balizas do moral não somente no combate, como também na incorporação.

8°. *O moral liga-se à eficiência.*

9°. Entre os fatores psicológicos ligados à eficiência, cumpre considerar os que resultam da instrução. Embora influido sobre o moral, e, em parte condicionados por este, são, entretanto, distintos. Disso resulta que o moral deve ser considerado como um conjunto de *fatores afetivos*.

10°. *O moral depende do âmago do subconsciente.*

Dal disse:

a) Que uma parte dos fenômenos relativos ao moral, escapa à consciência do indivíduo;

b) Que o moral se subordina a uma dinâmica que, em grande parte, foge à lógica;

c) Que os símbolos exercem grande influência, tanto sobre as manifestações do moral, quanto em relação à ação que se exerce sobre ele;

d) Que o moral tem raízes profundas, tanto mais quando se relaciona com fins hierarquicamente mais elevados, com os domínios mais gerais e quando se trata de coletividades mais importantes;

e) *O moral tem aspecto dinâmico.* Não é uma constante do indivíduo ou da coletividade; mas varia com as circunstâncias exteriores, a saúde do indivíduo, a organização do grupo social, a educação e a propaganda;

f) *O moral manifesta-se por uma vontade.* Até certo nível de dificuldades, essa vontade tende a crescer com os obstáculos que se opõem à obtenção do fim.

11°. *O moral manifesta-se, também, pelo bom humor.*

12°. *Enfim, o moral é uma predisposição*; esta característica permite os prognósticos a respeito da eficiência.

OS PROBLEMAS RELATIVOS AO MORAL

O moral suscita três questões importantes:

1°. *Como se manifesta o moral?*

2°. *Quais são os fatores que modificam o moral?*

3°. *Qual é a natureza do moral?*

Esta última pergunta é feita pelos especialistas a fim de poderem responder às duas primeiras que são propostas pelo comando.

Convém notar que as manifestações do moral são de dois tipos:

— as que surgem no curso da ação e que podem ser avaliadas segundo os resultados obtidos. Diremos que se trata de *manifestações reais*;

— as que se revelam antes da ação e que permitem prognósticos sobre os resultados desta. Diremos que se trata de *manifestações sintomáticas*.

Cabe aos especialistas estabelecer a ligação existente entre esses dois tipos de manifestações.

Os quadros, porém, devem conhecer perfeitamente as manifestações sintomáticas.

Com efeito, as manifestações reais são dificilmente conhecidas. Os estudos, a esse respeito, são relativamente raros, pois faltam as circunstâncias que as revelam. As manifestações sintomáticas foram estudadas mais pormenorizadamente, pelo menos as que podiam ser provocadas por técnicas adequadas (interrogatórios mediante questionário, por exemplo).

Praticamente, o comando orientou os estudos muito mais no que concerne aos fatores do que às manifestações.

A questão da natureza do moral não poderia ser exposta aqui. É de ordem essencialmente teórica e, talvez, sem real interesse.

Basta conhecer as relações existentes entre os fatores do moral e as manifestações. Trata-se de efe-

tuar um certo número de verificações num determinado domínio. É preciso que esse domínio seja perfeitamente definido.

DEFINIÇÃO DO MORAL

Com as diferentes características acima enumeradas, e para poder responder às três interrogações, pode-se formular uma definição que satisfaça, ao mesmo tempo, as concepções tradicionais e as exigências técnicas.

A definição proposta é a seguinte:

O moral é o cômputo das atitudes psicológicas, conscientes e subconscientes, que, em igualdade de circunstâncias (missão, situação, meios, instrução), concorre para que um indivíduo ou uma coletividade seja mais eficiente do que outro indivíduo ou outra coletividade.

Esta definição não cogita da noção de "natureza" do moral; permite, entretanto, comparar indivíduos ou coletividades, contanto que tenham missões análogas. É suficientemente ampla para adaptar-se a todos os domínios em que a noção do moral deva ser considerada. Permite, ainda, que se considerem as manifestações sintomáticas porque estabelece sua ligação com as manifestações reais.

O que o comando procura saber, é:

1°. De duas tropas do mesmo efetivo, instrução, armamento, qual deve ser, de preferência, incumbida duma dada missão.

2°. Sobre que fatores é preciso atuar, e que processos convém empregar, para formar o moral das tropas.

3°. Sobre que fatores é preciso atuar, e que processos convém utilizar para reerguer um moral que se enfraquece, e como evitar o desfalecimento do moral.

Seria fácil conseguir esse desiderata, se fôsse conhecida a natureza íntima, ou a influência exata dos diferentes fatores. Com efeito, os fatores são bem conhecidos, mas conhece-se mal a sua importância

relativa, que varia muito com a tropa e as circunstâncias. O mesmo acontece, aliás, com todos os problemas de psicologia aplicada. O método mais geral e universalmente aplicado consiste em avaliar o indivíduo ou a tropa antes da aplicação das medidas previstas, aplicar essas medidas e avaliar os resultados conseqüentes.

Parece supérfluo acrescentar que os resultados conseguidos serão tanto mais válidos quando as avaliações se basearem em fatos concretos, e não em estimativas subjetivas, e quando forem expressos sob forma nubérica. A estatística representa, nesses assuntos, um papel preponderante.

Do ponto de vista técnico, como do ponto de vista científico, o estudo do moral tem importância tão grande como a própria ação. Esta se vale, principalmente, do bom senso, e se apóia na utilização de processos que, fora da informação que se pode considerar como específica do moral, decorrem da disciplina corrente ou da atuação dos diferentes serviços.

Tais processos, largamente empregados pelos Estados Unidos, no decorrer da última guerra, puseram em relêvo algumas leis.

Assim considerado, o moral resulta, agora, duma disciplina científica.

MORAL INDIVIDUAL

Veremos, mais adiante, que o moral coletivo depende, em parte, do moral individual dos homens pertencentes ao grupo.

Quer se pretenda atuar sobre uma coletividade, ou sobre um indivíduo, será sempre necessário começar por considerar o moral individual.

Para o indivíduo, agir é adaptar-se a uma situação nova. Uma situação nova cria tensões ou necessidades e conflitos entre essas necessidades. Adaptar-se, é reduzir as tensões. Extrairemos da obra de H. LEIGHTON as principais tensões, às quais o indivíduo deve resistir:

- 1°. Ameaça à vida e à saúde.
- 2°. Constrangimento proveniente

da dor, da temperatura, da fadiga, da má alimentação.

3°. Falta de meios de subsistência (dinheiro, trabalho, mercados).

4°. Privação de satisfações sexuais.

5°. Ociosidade exagerada.

6°. Ameaça contra os pais, a família, os filhos.

7°. Restrição dos movimentos.

8°. Antipatia, desdém, ridículo.

9. Isolamento.

10. Capricho e comportamento imprevisível da parte daqueles de quem depende a sorte do indivíduo. Essas tensões, que podem influir sobre a adaptação imediata, podem, igualmente, pela imagem que o indivíduo forma das situações futuras, originar um enfraquecimento do moral. Essas tensões têm efeito tanto mais acentuado quando se exercem sob a forma de frustrações, de conflitos, ou de incerteza.

A forma normal da adaptação reside numa ação eficaz e integrada, tendente a vencer as fontes de constrangimento.

A inadaptção geral será um indicio de moral mau. Esta inadaptção pode manifestar-se de diferentes maneiras, que reagem sobre a eficiência e a integração dos atos do indivíduo:

- a agitação desordenada;
- a expansão de agressividade;
- a fuga diante das dificuldades.

Nos casos de inadaptção aguda, surgem *desordens fisiológicas* ou *nevroses*.

Fora desses fatores exteriores ao indivíduo, o comportamento da adaptação depende:

- de suas predisposições físicas e mentais (temperamento);
- de sua educação;
- de suas crenças.

O sistema de crenças merece menção particular porque é à sua constituição e à sua modificação que a educação e a propaganda se consagram. Esses sistemas de crenças têm origem triplíce:

- 1) Lógicas, fundadas na experiência e na razão;

2) *Cultural*, baseada na opinião de outrem;

3) *Emocional*, pessoal, ao passo que as duas primeiras são de ordem social.

As tendências mais sólidamente enraizadas são as culturais e emocionais.

MORAL COLETIVO

Reconheceu-se, há muito, que se o moral de cada um de seus membros atua sobre o rendimento dum coletividade, não é este o único fator.

Numa coletividade, o *moral individual* representará um efeito estatístico e cumpre considerar, numa dada coletividade, o moral individual médio e a margem de variação dos morais individuais (homogeneidade da tropa).

Há, ainda, que considerar as *ações mútuas* dos indivíduos entre si. A sociometria permite avaliar numericamente grande parte dessas interações e determinar a estrutura do grupo que daí resulta.

Há, enfim, conveniência de considerar o que representa, para cada um de seus membros, o *grupo social no seu conjunto* e o que representam, para eles, os grupos estranhos. Isto é básico do espírito de corpo. Por outro lado, o grupo, visto como um todo, resume-se em símbolos e nos indivíduos particulares (o Chefe, o Herói).

Além dos indivíduos que simbolizam o grupo inteiro aos olhos de seus membros, deve mencionar-se o papel importante dos indivíduos neuróticos, porque se verificou que em casos de crise as nevroses tornam-se contagiosas.

Com referência ao moral coletivo é interessante citar a definição dada por LEIGHTON em sua obra: *É a capacidade que tem o grupo de agir todo com coerência e persistência na realização de um fim comum.*

OS FATORES DO MORAL

Já mencionamos os fatores que influem na desorganização do moral (as tensões) e os que exercem influência importante, mas cujos efeitos podem variar para

cada indivíduo, tomando direções diferentes (o temperamento e as crenças).

Além desses fatores do moral individual, os estudos americanos vão confirmando as opiniões correntes no Exército francês.

Trata-se de fatores favoráveis:

- 1) Fé de cada membro do grupo no efetivo comum;
- 2) Fé no comando; note-se que este desempenha um triplice papel:
 - é investido de *poderes regulamentares*;
 - atua por seu *ascendente pessoal*;
 - *sintetiza* as aspirações da coletividade.
- 3) Fé nos outros membros do grupo;
- 4) Organização eficiente do grupo;
- 5) Saúde e equilíbrio emocional.

PAPEL DO COMANDO E DOS QUADROS

No que se refere ao moral, como a qualquer outro aspecto da vida militar, entre os diferentes escalões da hierarquia deve circular uma dupla corrente de informações e de diretrizes.

O fato novo, no domínio do moral, é a importância de sua avaliação e o aspecto científico que a determinação desta representa. Isto quer dizer que a organização do comando, no que respeita ao moral, deve levar em conta a preponderância da técnica.

PAPEL DO COMANDO

Quanto mais se sobe na hierarquia, mais a influência dos chefes se exerce sobre as coletividades anônimas. O comando deverá cuidar mais do moral coletivo. Deverá apoiar-se nos oficiais *especializados* do seu Estado-Maior para preparar suas decisões nesse domínio e, por um lado, nos quadros das Tropas e Serviços, de outro, nos *técnicos*, a fim de executar essas decisões.

Convém notar que esses técnicos serão, sobretudo, *estatísticos*, ao passo que nos corpos de tropa deverão ser, como veremos, principalmente *clínicos*.

Numa obra recente, "*A arte da guerra e a Técnica*", o Coronel AILLERET mostra que, no domínio técnico, o comando deve dirigir a manobra tal como no domínio tático. Se tivermos presente ao espírito que existem "*técnicas do moral*", tudo quanto diz o Coronel Ailleret em relação ao domínio do material conserva o seu valor no domínio que nos interessa. Indicamos simplesmente a obra, para que o leitor faça as transposições necessárias.

Ver-se-á, portanto, aparecer no escalão do comando, a "manobra do moral". Num plano mais elevado, porém da mesma ordem, Doob expõe, recentemente, um ponto técnico a respeito da "estratégia da guerra psicológica".

A manobra do moral compreenderá:

— a busca de informações sobre o moral, que, como vimos, tem papel importante;

— ordens às tropas e serviços.

A busca de informações poderá, como numa segunda secção, ser objeto dum *Plano de Informações* que precise as informações a serem colhidas, e um *Plano de Busca* determinando as autoridades encarregadas dessa busca e os métodos que devem ser empregados.

É de importância notar que o plano de informações deve visar tanto as diferenças individuais entre as unidades, quanto as leis gerais. Por outro lado, convém mencionar especialmente as manifestações do moral e também os seus fatores.

O plano de busca deve apelar para as observações espontâneas e para o emprêgo sistemático dos processos técnicos.

Do ponto de vista *organização*, parece que, dentro em pouco, será necessário ter um *Serviço do Moral*, onde se agrupem os oficiais técnicos encarregados de pôr em ação os processos técnicos. Tal

serviço deverá dispor de organismos em todos os escalões, nestes compreendido o escalão corpo de tropa, onde se apresentam problemas particularmente delicados.

Nos Estados-Majores, os oficiais especializados, encarregados do moral, poderiam ser ligados diretamente ao Gabinete do General, em face da enorme responsabilidade d'este na matéria, ou constituiriam uma subsecção da 1ª Secção, pósto que, em definitivo, se trata do pessoal, ou, enfim, formarem uma Secção especial.

PAPEL DOS QUADROS SUBALTERNOS

Não cabe aos quadros subalternos conduzir a manobra do moral (não têm meios para isto) nem desempenhar o papel dos técnicos (não possuem a competência necessária), nem, ainda, acionarem os serviços cujo comando escapa às suas atribuições.

Compete-lhes, em primeiro lugar, *manter o moral individual*. Ora, acontece que o problema que se lhes apresenta é tanto mais delicado, quanto mais baixo é o seu pósto na hierarquia. É necessário reconhecer que a sua formação nas escolas, relativamente à psicologia, é pouco mais ou menos nula. Seria preciso, então, que em cada corpo de tropa houvesse um oficial técnico, especialmente encarregado de estudar os casos individuais, isto é, um *clínico*. Não se pense que lhe faltaria trabalho. Numa CCI, na Itália, tratamos pessoalmente de três casos sérios, incluindo um oficial, em menos de três meses.

Esses oficiais técnicos, por outro lado, deverão ser auxiliares do comando, de duas maneiras:

1º. Assinalando os fatos novos que observarem;

2º. Auxiliando eficazmente os técnicos enviados pelo comando aos seus corpos.

Convém frisar que nenhuma ação eficaz será possível, enquanto os oficiais jovens não receberem uma instrução psicológica acurada nas escolas de formação.

CONCLUSÃO

As circunstâncias políticas dão aos problemas do moral uma acuidade nova. Os processos científicos e técnicos concorrem, ao mesmo tempo, para aumentar a eficácia dos quadros na sua ação moral. Resulta daí que é indispensável a aquisição de conhecimentos

precisos e apelar para uma organização nova, baseada na técnica, a instituir. É essencial insistir sobre esse aspecto técnico da questão, e recordar a frase de EMMANUEL MOUNIER: "Abandonando os palanflórios do Século XIX, é em termos de técnica e de psicotécnica que cumpre considerar, agora, os problemas políticos".

N.R. — Nosso intuito, ao transcrevermos este substancioso artigo do Major Chaudessais, é, principalmente, atrair a atenção para esse problema predominante das forças morais. Problema tão antigo como a guerra, só tem de novo o incremento e a profundidade dos estudos modernamente feitos à luz dos conhecimentos atuais, e sob a impulsão das duas lições hauridas nas guerras modernas. Este é o aspecto de "novidade" que reveste o problema, e, por isso mesmo, os oficiais jovens não o terão compreendido, todos, profunda e uniformemente, e os demasiadamente "antigos", nem sempre lhe dão a importância que merece.

É preciso recordar alguns conceitos desse grande pensador militar, que foi o Coronel ARDANT DU PIC, no seu extraordinário livro "LE COMBAT", que deve ser ainda hoje, mais do que nunca o "livro de cabeceira" de todos os oficiais:

A arte da guerra sofre inúmeras modificações com os progressos científicos e industriais, mas uma coisa não muda, não pode mudar: o coração do homem. A morte o espanta de todos os cantos do campo de batalha e o homem só é capaz de uma quantidade limitada de terror, além do qual escapa ao combate. E como, em última análise, o combate é uma questão de moral, em todas as modificações introduzidas num exército, organização, disciplina, tática, a justa apropriação de todas essas modificações ao coração humano num momento dado, momento supremo, o da batalha, é sempre a questão essencial. Raramente se leva isto em conta, daí, estranhos erros... etc.

Que diria, hoje, o extraordinário pensador, morto em 1870, perto de Metz, por um estilhaço de obus prussiano?

FRANCISCO FLÓRIDO

Farinha de trigo nacional e estrangeira — Cereais — Forragem para gado e outros produtos

End. Telegr. FLÓRIDO — Inscrição 358

RUA BARÃO DE ALAGOAS, 130 — MACEIÓ — ALAGOAS

BATISTA LISBÔA & CIA.

(Sucessores de Manoel Batista Lisboa)

ARMAZÉM DE ESTIVAS E MOLHADOS — Inscrição n. 5

Arame, alvaiade, álcool, açúcar, Arsenico, azeite, doce, aveia, aguardente, breu, café, cigarros, charutos, colorau, cimento, cera "Marvel", canetas, chumbo, espóletas, canela em pó, goiabada, bananada, maríolas, creolina, fósforos, gasolina, confeitos, goma laca, erva doce, insenso, querosene, caol, manteiga, óleo de linhaça, óleo ricino, soda cáustica, pregos, papel, pincéis, tintas, dobradiças, água rás, carbureto, araruta, maizena, pedra hume, lixas para ferro, lixas para madeira e charque
TRAVESSA BATISTA ACIOLL, 14/92 — PENEDO — ALAGOAS — BRASIL

CASA LUIZ CALHEIROS, FERRAGENS, LTDA.

Miudezas, ferragens, material elétrico e peças para automóveis

RUA DO COMÉRCIO, 332 e 338

End. Telegr. : LUZEIROS — Telefones : 321 e 333

MACEIÓ — ALAGOAS — BRASIL

UM ITALIANO FALSIFICADO

(Anedotário da F. E. B.)

Oferta da CASA NENO

O bravo Capitão Airoso estava ferido, com fratura da perna, de costelas e perfurações no fígado e pleura, num reconhecimento avançado da frente de Fornovo e Collecchio. Para cumprir esta arriscada missão trajara-se civilmente. Sofrera cruciantes dores durante uma noite, pois fingia estar morto e a toda rendição de sentinelas alemãs era virado e revirado de um lado para outro, para que se certificassem da sua morte. Ao amanhecer foi descoberto o seu embuste e então resolveu identificar-se como Italo Giuseppi, comerciante de Parma, fugindo de um tiroteio.

Na primeira residência onde os tedescos pararam com o nosso valente oficial, que estava para ser pôsto em liberdade por ser um "pacífico comerciante" depois de uma acareação com os moradores, a cada olhar penetrante dos alemães os italianos se descontrolavam, até que um deles assim se desabafou para o chefe da escolta:

— "É, camarada, acho melhor fazê-lo mesmo prisioneiro. A língua que êste sujeito está falando *apenas* parece italiano..."

ATENÇÃO COMPANHEIROS DAS GUARNIÇÕES DO INTERIOR!

Atendendo aos inúmeros pedidos, resolvemos estender nosso sistema de venda em prestações para tôdas as Guarnições do Brasil. Assim, você que se encontra no interior, poderá comprar o seu rádio, geladeira, máquina, etc., etc. — e pagar suavemente em prestações. Escrevam, pedindo o que desejarem!



DO MILITAR PARA O MILITAR

AVISO AOS COMPANHEIROS

A CASA NENO

tão nossa conhecida, oferece **RÁDIOS, BICICLETAS, RELÓGIOS, ENCERADEIRAS** e demais utilidades domésticas, entregando imediatamente a mercadoria mediante a apresentação da identidade, para pagamento em 10 prestações, isto porque, seu sócio-gerente, **COMPANHEIRO REFORMADO**, deseja facilitar tôdas as nossas compras.

RUA REPÚBLICA DO LÍBANO, 7, 14 E 16

(Antiga Rua do Núncio)

RUA BUENOS AIRES, 151

O MUNDO ÁRABE

Pelo Dr. ROBERTO GUYER

Traduzido da "Revista Militar" (Argentina) pelo
Maj. FLORIANO MÖLLER

Ao finalizar a 1ª Guerra Mundial, observou-se que o predomínio da Europa ocidental começava a declinar, ao mesmo tempo que, no cenário mundial, principiavam a surgir novamente raças e países que, aparentemente, estavam imersos em uma decadência total. Uma das comunidades que teve um vigoroso despertar foi a árabe.

As potências de Versailles não se aperceberam de que, deixando de cumprir as suas promessas, apenas postergavam a solução de um problema que estalaria ulteriormente com maior força.

Neste artigo, trataremos dos problemas que apresenta o mundo árabe independente. A região, objeto deste artigo, será pois, a parte árabe do Oriente Médio (1).

O mundo está dividido em duas partes: os Estados independentes e os que ainda estão sob o domínio estrangeiro; estes últimos se encontram, em sua maioria, no norte da África.

O mundo árabe, após vários séculos de expansão, sucumbiu ante a hegemonia turca, caindo em um profundo letargo. Foi Napoleão, com a sua expedição ao Egito, em 1798, que tirou esta nova Bela Adormecida de seu torpor.

Contudo, foi a 1ª Grande Guerra o toque de clarim que revitalizou completamente os árabes. O Sultão da Turquia, aliado dos Impérios

Centrais, em sua qualidade de Califá, havia proclamado a *Jihad*, ou seja, a guerra santa.

Este procedimento não foi aceito por Hussain, "Sharif" de Mecca, membro da poderosa família dos Hashimi, que em 1916 escreveu a Sir Henry Mc Mahon, alto comissário britânico no Egito e no Sudan, pedindo o reconhecimento expresso da independência árabe. O alto funcionário inglês contestou "que sujeito às modificações acima mencionadas (referia-se à parte ocidental da Síria), a Inglaterra está disposta a reconhecer e apoiar a independência dos árabes em todas as regiões situadas dentro das fronteiras propostas pelo Sharif de Mecca..."

Apoiada pelos ingleses, pouco depois estalou a rebelião árabe contra o domínio turco. É nesta ocasião que fez sua aparição o Coronel T.E. Lawrence, uma das figuras mais românticas do século. Este oficial organizou um exército árabe que lutou sob o comando do Emir Feisal, filho do Sharif Hussain.

As promessas de Sir Henry Mac Mahon iam chocar-se, todavia, com um pacto secreto, firmado nesse mesmo ano (1916) entre Georges Picot, pela França e Sir Mark Sikes pela Inglaterra e ao qual a Rússia dera o seu consentimento.

Neste acordo se estabelecia o desmembramento parcial do império

(1) Com respeito ao Oriente Médio, seguimos a classificação do Real Instituto de Assuntos Internacionais da Grã-Bretanha que, em seu tratado "The Middle East", Londres, 1950, pág. 1, declara que o Oriente Médio está formado pela Península Arábica, Chipre, Egito, Jordão, Iran, Iraq, Líbano, Palestina árabe, o Estado de Israel, Sudão, Síria e Turquia. Esta é uma classificação política, uma vez que geograficamente a Turquia, o Levante e o Egito pertencem ao Oriente Próximo.

turco entre as potências acima mencionadas. A Rússia obteria os territórios com ela fronteiriços; a França, grande parte da Síria; e a Inglaterra, a parte Sul da Mesopotâmia com Bagdad e os portos de Haifa e Acre.

A França e a Grã-Bretanha declararam, também, que no território compreendido entre as futuras possessões francesas e inglesas, formar-se-iam um ou vários Estados independentes, determinando posteriormente as suas respectivas zonas de influência nestes novos países. A Palestina seria colocada sob uma administração internacional.

Este tratado foi complementado com um acôrdo privado entre Lloyd George e Clemenceau, pelo qual o Mosul e a Palestina ficariam situados na esfera de influência britânica.

O acôrdo Sykes-Picot foi mantido secreto, mas, em 1917, os bolchevistas publicaram todos os tratados secretos que encontraram na chancelaria imperial, conhecendo-se desta maneira tôdas as suas prescrições.

Os árabes protestaram enérgicamente contra êste tratado. Posteriormente, a sua indignação aumentou quando se inteiraram da "Declaração Balfour".

A propaganda aliada havia afirmado aos árabes que iam ser libertados do domínio turco e que seriam governados por seus compatriotas. Apesar disto, Lord Balfour, Ministro britânico do "Foreign Office", escreveu uma carta a Lord Rothschild em que declarava que "o govêrno de Sua Majestade contempla favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de um Lar Nacional para o povo hebreu..."

Tôda esta sucessão de tratados e declarações, contraditórios entre si, teriam forçosamente que produzir uma série de inconvenientes, ao ser firmada a paz.

Feisal, em companhia de Lawrence, foi à Europa lutar pela

causa árabe, mas sem obeter resultado positivo. Profundamente desgostoso com a atitude aliada, o Cel. Lawrence reformou-se e integrou o corpo docente de Oxford, durante um breve período.

Quando os árabes se aperceberam de que, pelos caminhos legais não conseguiriam nada, resolveram recorrer às vias de fato e, a 20 de março de 1920, um congresso de notáveis, reunido em Damasco, ofereceu a Feisal a coroa da Síria e da Palestina.

Esta atitude foi desautorada pela França e Inglaterra, na conferência de San Remo, onde estas nações adjudicaram os seus respectivos Mandatos, comprometendo-se a Grã-Bretanha a cumprir a Declaração Balfour. Pouco depois, um exército francês, sob o Comando do General Gourand, ocupou Damasco e Feisal teve que partir para o exílio.

Êste procedimento dos aliados provocou diversos levantamentos e revoltas na coletividade maometana. Em março de 1919, sublevou-se o Egito contra o domínio britânico; em maio do mesmo ano, o Afganistã declarou guerra à Inglaterra; em julho de 1920, o Iraque levantou-se contra a dominação inglesa.

Todos êstes movimentos foram facilmente debelados, mas puseram em evidência que não era mais possível subjugar êstes povos indefinidamente. Esta derrota aparente redundou, pois numa vitória.

Em fevereiro de 1922, Lord Almey publicou uma proclamação pela qual o Egito era declarado país independente, se bem que com algumas restrições e o Sultão Fuad foi proclamado Rei do Egito.

No que se refere ao Iraque, os Ingleses decidiram coroar Feisal (a quem os franceses haviam despedido da Síria de forma tão pouco cerimoniosa) Rei do Iraque, mas sob o protetorado britânico.

Entretanto, na península árabe, consolidava-se o poder na pessoa de Ibn Saud, que após uma guerra

(2) Fora dessa união ficavam o Yemen, Aden, Muscat, Oman, Bahrein e Kuwait; a Saudi Arábia, entretanto, ocupava a maior parte de península árabe.

(1924) contra Hussain, o Sharif de Mecca, que terminou na expulsão deste, uniu a península e foi proclamado Rei da Saudi Arabia (2), a 22 de setembro de 1932.

Como se verá mais adiante, este fato iria operar uma grande divisão no mundo árabe, quando os filhos do despojado Hussain subissem aos tronos do Iraque e da Transjordânia.

No período que medeou entre as duas guerras mundiais, o mundo árabe ia cada vez mais se firmando, ao mesmo tempo que se separava do que não era etnicamente árabe.

Isto se deveu em grande parte à decisão turca de abolir o Califado, em 1924. A Turquia havia demonstrado, além disso, um vigor muito maior que o restante dos países maometanos, saindo vitoriosa da guerra com a Grécia. Enquanto os países árabes se aferravam às suas tradições, a Turquia se transformava bruscamente num país ocidental (3). Hoje, a Turquia está completamente afastada do mundo árabe, sendo um moderno país do ocidente e respeitado como tal.

No que se refere às relações da comunidade árabe com o Iran, Afeganistão e o Paquistão, os vínculos são apenas nominais. O mundo árabe está unido por dois grandes vínculos e um vínculo subsidiário: — a religião maometana, a língua árabe e a comum origem semita (há várias exceções a este último vínculo). Se bem que os três países antes mencionados professem a mesma religião, todavia falam idiomas distintos e são de

raças diferentes, pois que são indo-germanos. É mister juntar tudo isto à distância geográfica, que impede aproximação intensiva.

A Inglaterra, que havia perdido a sua faculdade de poder, requisito indispensável para ser uma potência imperial, deu-se conta, na década de 30, que devia atenuar o seu domínio sobre os países árabes, cujo nacionalismo era cada vez mais insistente.

A 3 de junho de 1920, celebrou-se um novo tratado entre a Inglaterra e o Iraque e, em 1932, este foi admitido como país soberano na Liga das Nações. O Iraque ficava agora unido à Grã-Bretanha por meio de uma aliança militar.

Em 1936, firmou-se um novo tratado com o Egito, pelo qual se declarava terminada a ocupação militar britânica nesse país. Entretanto, esta evacuação não era total, porque a Inglaterra continuava mantendo tropas em certos setores egípcios.

Salvo o breve episódio da guerra entre o Iraque e a Grã-Bretanha (4); a independência da Síria e do Líbano, declarada pelo governo de De Gaulle, sob a pressão inglesa (5); e alguns choques políticos com o Egito (6); não houve maiores incidentes na comunidade árabe durante a guerra.

O último Estado árabe do Oriente Médio a alcançar a sua independência foi a Transjordânia, que a obteve a 28 de março de 1948. O Emir Abdullah, da dinastia Hashimi, filho de Hussain, Sharif de Mecca e tio-avô de Feisal II,

(3) Adotou o código penal italiano, o código civil suíço e o código comercial alemão. Aboliu o véu das mulheres e o féz dos homens. Tornou obrigatório o uso do calendário europeu e do alfabeto latino, etc.

(4) Na primavera de 1914, Rashid Al al-Qallani opoderou-se do poder, estabelecendo um governo favorável ao Eixo. Em poucas semanas, a Inglaterra pôde restabelecer o Regente e o episódio ficou incerrado.

(5) A Síria foi declarada independente em 1941, mas as autoridades francesas sabotaram essa declaração por diversos meios, chegando em junho de 1945 a bombardear Damasco. Diante desta atitude, a Inglaterra interveio e obrigou a França a retirar-se.

(6) Em duas oportunidades (em 1940 e 1942), a Inglaterra exigiu a renúncia dos funcionários egípcios, chegando, em 1942, a cercar o Palácio do Rei com carros de combate, para dar mais força a essa providência. Em agosto de 1947, Nuqrashi Pasha, representante do Egito, acusou a Grã-Bretanha ante o Conselho de Segurança de haver abusado de seus poderes militares. Sir Alexander Cadogan aceitou a censura, mas manifestou que os renunciários estavam trabalhando ativamente em favor do Eixo e que, se Nuqrashi Pasha quisesse, ela apresentaria as provas necessárias para apoiar a sua afirmativa. O representante egípcio abandonou a acusação.

Rei do Iraq, foi proclamado Rei da Transjordânia. Em junho de 1949, Abdullah abandonou o Trans de seu título, com o que ratificou suas pretensões sobre a Palestina. O nome oficial deste país é agora "Reino Hashimita do Jordão".

A política inter-arábica é sumamente complexa e intrincada. Como se viu antes, Ibn Saud uniu a península arábica, expulsando o Sharif Hussain. É impossível, pois, que haja relações cordiais entre a Saudi-Arábia de uma parte, e o Jordão e o Iraq, de outro lado, uma vez que nestes últimos países reinam, respectivamente, o filho e o bisneto de Hussain.

Deve-se ter em conta, além disso, a existência de várias ambições nacionais. Abdullah (7) quer formar a Grande Síria, anexando a Síria, o Líbano e a Palestina ao seu reino. Uma vez conseguido isto, estreitaria ainda mais seus vínculos com o seu parente do Iraq. Isto naturalmente esbarra com a oposição de Ibn Saud, que não pode ver com bons olhos o aumento do poder de seus inimigos, os Hashimi. Este temor aumentou quando, a 14 de abril de 1947, o Iraq e a Transjordânia firmaram um tratado de aliança e amizade (8).

O Egito, por sua vez, também se opõe aos planos de Abdullah, porque quer impor a sua própria hegemonia à comunidade árabe. Formou-se, assim, uma espécie de acôrdo entre Faruk e Ibn Saud para fazer frente às investidas dos Hashimi.

Tôdas estas intrigas dão margem a uma série de movimentos e contra-marchas que perturbam o bom entendimento entre os árabes.

Um bom exemplo para esta assertiva constitui a história da Síria, em 1949. De 1947 em diante, as aspirações de Abdullah estavam completamente desfeitas; mas ha-

via surgido, em troca, forte tendência para realizar uma união maior com o Iraq. A 30 de março, foi derrubado o Presidente al-Quwatli (firme partidário do Egito e estreitamente ligado a Ibn Saud) pelo Coronel Husni, o qual, no começo de sua sua gestão administrativa, parecia inclinar-se para o Iraq e o Jordão. Pouco depois, ante a pressão egípcia, mudou bruscamente de política, sendo recentemente reconhecido pelo Egito.

Uma vez que Husni começou a dar sinais de exagerada megalomania (nomeou-se a si próprio marechal), foi assassinado, a 14 de junho e substituído por outra junta militar partidária de u'a maior aproximação com o Iraq, o que acarretou a sua queda, a 19 de dezembro.

O que tem contribuído para dar à comunidade árabe uma certa unidade e coerência, é o problema judeu. A publicação da Declaração Balfour e o compromisso assumido pela Inglaterra, na Conferência de San Remo, para cumprir a promessa nela contida, colocaram os árabes diante de um perigo comum.

Produzia-se, assim, um conflito de impossível solução. Os judeus, diante de razões religiosas e históricas, negaram-se a aceitar outro território que não fosse o ancestral. Os árabes, por sua vez, alegavam estar de posse desse território há mais de 1.300 anos, período que constitui uma prescrição mais que cumprida.

Aumentava o temor e a irritação dos árabes a atitude belicosa e intransigente que os judeus adotaram desde o primeiro momento. Já antes de entrarem de posse de sua antiga pátria, estavam os judeus planejando expansões imperialistas. No congresso sionista, de 1921, declarou o Dr. Chais Weizmann (atual Presidente do Estado

(7) Quando este artigo foi escrito, Abdullah ainda estava vivo. Como sabemos, Abdullah foi assassinado recentemente por um fanático. (N.T.)

(8) O ódio entre Abdullah e Ibn Saud é tão grande que, em uma reportagem, declarou o segundo que o primeiro era "...apenas um pequeno funcionário otomano, que havia logrado fazer-se coroar rei... e um aliado secreto dos sionistas". Abdullah, por sua vez, manifestou que os Al Saud "...eram uma dinastia que chegou ao poder graças ao derramamento de sangue e à pilhagem".

de Israel) que "A questão será ainda melhor debatida quando a Cisjordânia estiver tão cheia de judeus que se deva forçar uma entrada na Transjordânia."

Para acalmar a indignação dos árabes, publicou-se o "Memorial Churchill", a 3 de junho de 1922, pelo qual se manifestava que nem toda a Palestina seria convertida em "Lar Nacional judeu", mas que apenas uma parte do seu território constituiria a porção destinada aos judeus.

Os árabes protestaram violentamente contra a política sionista e, em 1929, 1933, 1936 e 1938 rebelaram-se contra a Inglaterra, para pôrem fim à imigração hebréia.

Em 1939, a Grã-Bretanha decidiu abrandar a irritação árabe e publicou um "Livro Branco" (White Paper), pelo qual se admitiriam 75.000 judeus na Palestina, no período de 1939 a 1944 e, depois deste ano, só poderiam entrar com permissão árabe.

O extermínio de mais de 5.000.000 de judeus determinou, nesta raça, um desejo cada vez mais imperativo de obter um país próprio. É assim, que, a 11 de maio de 1942, na conferência sionista reunida no Hotel Baltimore, em Nova York, exigiu-se, pela primeira vez, um Estado de Israel totalmente independente.

Os países árabes se inquietaram, por sua vez, ante o crescente desenvolvimento do problema judeu, como também ante os inconvenientes que gerava a sua própria desunião.

Este movimento de união recebeu o mais cáldo apoio da Inglaterra e Antony Eden assim o declarou várias vezes, ante a Câmara dos Comuns. Em consequência, reuniu-se, de 25 de setembro a 8 de outubro de 1944, uma conferência, em Alexandria, que propugnava a união árabe.

A 22 de março de 1945, criou-se, no Cairo, a Liga Árabe. Em virtude das rivalidades assinaladas anteriormente, a fim de salvaguardar a soberania dos participantes, o tratado foi redigido de tal forma que teria uma esfera de aplicação muito reduzida.

Seria demasiado extenso e muito complexo referir, nestas breves linhas, todos os episódios que ocorreram até à final independência judia.

Os judeus receberam o firme e decidido apoio dos Estados Unidos. Em setembro de 1945, o Presidente Truman pediu a Atlee que se admitissem 100.000 judeus europeus, contra o disposto no "Livro Branco". O governo britânico contestou, convidando os Estados Unidos a participarem de um comité misto anglo-americano, o que os EE.UU. aceitaram.

Neste interim, os judeus, para precipitarem os acontecimentos, estavam desenvolvendo uma campanha de terrorismo. O fato mais notável foi a bomba colocada no hotel "Rei David", que ocasionou 91 mortes. Estes fatos criaram, entre os árabes e os próprios ingleses, uma onda de indignação, não só contra os judeus, senão também contra os Estados Unidos. Efetivamente, os assassinatos eram financiados pela América do Norte, mas deve-se salientar que estas somas eram remetidas por particulares, sem nenhum apoio oficial. Entretanto, o notável do caso era que essas remessas monetárias não pagavam impostos, dado o seu caráter de "donativos com fins benéficos".

A 14 de maio de 1948, à meia-noite, terminou a dominação inglesa na Palestina e, na madrugada de 15, os exércitos do Egito, Jordão e Iraque cruzaram a fronteira. O plano original da Liga Árabe era o de provocar a resistência dos próprios árabes que ainda restavam na Palestina.

Os judeus que esperavam isto — antes da terminação do mandato —, já haviam começado a liquidar as minorias árabes, não respeitando nem mulheres, nem crianças. Esta corrente terrorista culminou, a 9 de abril, no massacre perpetrado pelo Irgun Zvai Leumi na população de Deir Yasin, onde foram assassinados todos os habitantes, sem consideração de idade e sexo.

A guerra judia-árabe ofereceu ao mundo uma dupla surpresa que se não esperava: — o péssimo papel militar dos árabes e a magnífica conduta guerreira dos judeus.

O mais grave defeito dos árabes é sua repulsa à técnica e à organização européias.

Os árabes vivem no mais lamentável atraso. Carecem de carvão e ferro (salvo o Egito, onde ainda não está explorado), razão pela qual não podem criar uma indústria pesada. Por outro lado, o escasso poder de suas paupérrimas massas não permite contar com o mercado interno.

Neste momento, seria de toda conveniência dos árabes u'a maior colaboração com a Inglaterra, esquecendo os agravos passados. Antony Eden, que compreendeu a mudança da situação política, propugnou de forma incansável uma maior unidade árabe, na ocasião em que provocava a independência síria.

Não foi apenas o rancor e a rigidez árabe que fez fracassar esta política, senão, sobretudo, a dependência cada vez maior da Inglaterra à América do Norte. Este país estava definitivamente embarcado em uma política pró-judia, e a Grã-Bretanha, evidentemente, não poderia opor-se-lhe.

É indubitável que a Rússia está agitando as paixões árabes. Como, além disso, há, neste momento, uma certa corrente anti-semita em Moscou, à parte o fato de que os soviéticos condenaram o sionismo cõ-

mo um "desvio nacionalista", os russos ganham terreno. Contudo, este avanço não é muito grande porque a religião de Maomé é profunda e ontologicamente anti-comunista. É, pois, muito difícil que o Islam se volte para o comunismo.

Os árabes, todavia, estão em uma situação desagradavelmente difícil — por um lado têm a Rússia, de cujo regime estão separados por motivos de ordem religiosa e política e, por outro lado, os Estados Unidos, que apoiam os sionistas, de forma enérgica.

O governo da América do Norte, por sua parte, não tem liberdade de ação ante a forte pressão que exercem os grupos hebreus estado-unidenses, que são ricos e influentes. Truman reconheceu Israel alguns minutos depois que este Estado foi proclamado, em Tel Aviv. Em troca, o temor de ferir suscetibilidades sionistas, fez com que os EE.UU. reconhecessem a Transjordânia apenas a 31 de janeiro de 1948 (9).

Como se pode verificar, os árabes estão enfrentando uma série de problemas intrincados. Deveriam tomar como exemplo o Japão, que modernizou os seus exercitos e as suas indústrias, sem por isso abandonar as suas valorizações étnicas.

É imprescindível, para que os árabes possam afirmar a sua magnífica cultura, que se modernizem e abandonem as suas quislhas internas, senão serão o objeto inevitável de algum imperialismo.

(9) Há uma forte tendência, nos EE.UU., que sustenta que é preferível apoiar o Estado de Israel e não a Liga Árabe, porque os judeus demonstraram valer mais do que os árabes, do ponto de vista militar. Por conseguinte, os EE.UU. sairiam ganhando, se apoiassem os judeus que, militarmente, seriam uma ajuda maior contra a Rússia do que toda a Liga Árabe.

SOCIEDADE COMERCIAL DE PEÇAS LTDA.

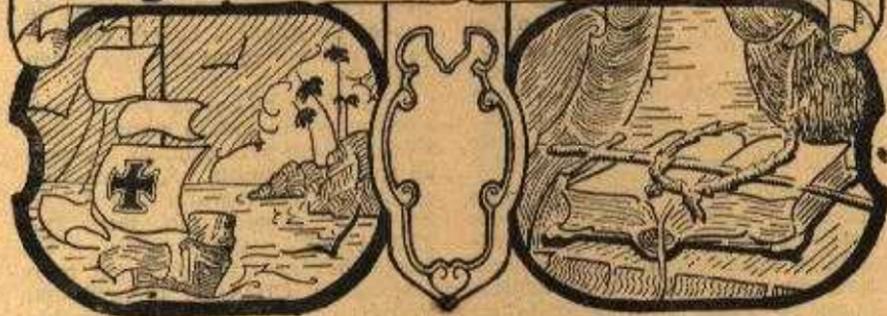
"SOCOL"

Peças e acessórios em geral — Material elétrico — Lubrificantes —
Pneus e câmaras de ar

Enderço Telegráfico: SOCOL — Códigos: BENTLEY'S, BORGES,
MASCOTE e PARTICULARES

AV. BUARQUE DE MACEDO, 101 — MACEIÓ — ALAGOAS — BRASIL

Geografia e História Militar



OS REZIMGÕES

Uma Lição Estrangeira, de Alemães, a serviço do BRAZIL, na guerra contra RÓZAS — Por ALBERT SCHMID.

Tradução ORTOgrafada e anotação do General KLINGER.

CORRIJENDAS E AXEGAS

(Continuação)

15. No segundo artigo, F.S. se detêm longamente sobre a minha tradução do termo BRUMMER, ce lhe dezagrada. Também dezagrada a A.S., razão por ce inclui a nota 40. Julga F.S. ce teria sido melhor não traduzir o termo, ou então, remontando á moéda ce lhe deu oriçem, uzar o da nôsa contemporânea correspondente, PATACO. Comquanto como guri conhese o nôso abrutalhado, desvintêms, de côbre, bem como á PATACA (16 vintêms) e ao PATACÃO (2\$ Rs.), nunca ouvi falar em PATACO. O Peceno Disionário Brasileiro da Lingua Portugeza regista ce em PORTUGAL xamou-se de PATACÃO á moéda de côbre de 2 vintêms e ce maes tarde pasou a mezma a denominarse PATACO ;

esim como regista para PATACO o sentido figurado de omem estúpido. Provavelmente pela analogia, pois o côbre era realmente uma estupidéz.

Obliterado completamente o étimo de BRUMMER, teria o lejiônário alemão de 1851 lucrado, ante o sentido figurado, tramzlato, do PATACO ?

Eis ai, por adeantamento, uma pergunta posivel ante o reseio de ce o apelido de REZIMGÃO pôsa induzir o leitor luzobrazilano a um comseito desfavoravel e injusto para com a totalidade dos nôsos lejiônários alemães de 1851.

Manifêsta o provecto mestro F. S. semelhante reseio e, daí, o dezejo de ce eu tenha ocazião para redu-

zir ao seu exato sentido o termo ce adotel.

Cemsabe? teria sido maes útil a tão nóbre propozito, ce eu não tocase o asunto, deixase o infundado reseio unicamente susitado aos leitores de lingua alemã ce tenham visto o artigo de 30-VI., de F.S. Maz poderia algêm, notadamente F.S., interpretar mal semelhante silêmsio meu. Assim, rejisto o imsideinte. Acabo de clarificar acele reseio: infundado.

Em fato. Fose cual fosse o meu intento, o sentido com ce eu tivêse podido empregar o termo REZIM-GÃO, o leitor idôneo não se submeteria, para dai adotar o pretendido conseito: este á-de deduzilo tal leitor do próprio testo do trabalho de A. SCHMID, por mim posto em vernaculo.

Ái aparêsem, sem dúvida, exemplos de "rezimgas"; maz não passam diso: exemplos.

Admitamos ce fossem algumas dezenas eses lejiônários devêras rezimgões: em proporsão para com os restantes do total de 1800 ce eles somaram, nimgêm de animo sereno terá direito para jeneralizar tal conseito, estendolo á coletividade inteira.

Demaes, a minha nota 40 define com absoluta presizão (comquanto comsiza, admito), a applicasão limitada do termo, e — sem tornarmos a falar no testo, só ele desizivo, concludente — não são raras, nem dúbias ou débeis, em outras notas do tradutor, manifestasões de meu apreso pelos lejiônários de 1851, impóstas irrecuzavelmente pelos relevantes servisos ce nos prestarom, sobretudo posteriormente, na paz.

Além de tudo, quanto aos próprios cazos particulares, de lejiônários meresidamente cognominados rezimgões — apelido, aliaz, ce nunca dantes fora empregado, nem por sinonimo ou ecipolente — o leitor idôneo suavizará, por sérto, o julgamento, ante a impreterivel considerasão das circumstâsias; notadamente compreenderá o ce de umano avia nêsas razões, nasidas imsoptáveis dos males esperimentados por eses omems, numa situasão já de si amgustiante, de es-

patriados, ás vezes ludibriados, em logar de amparados, pelos próprios compatriisios seus superiores ierarcicos.

16. Se fosse maes vulgarizado o livro de LEMMERS, e por ele se ouvêse de julgar a Lejião, então é ce estaria em rpaos lemsões o seu conseito.

Poes ce estamos ás vóltas com axegas, caberá uma a respeito dese livro, mezmoo para esplicar o aserto ce acabo de lamsar. É ele mensionado na "Bibliografia", ce Albert SCHMID anecsou ao seu "Die BRUMMER". Como referi n"Os Rezimgões", ese livro foe por mim traduzido; CIDADE, o prefasiou e anotou. Assim fizemos a pedido de Abeilar BARRETO, para o Sentro de Estudos da Bibliotêca Rio-grandemse.

O original alemão foe publicado em 1853, sem indicasão de aotoria, em MARBURG, com um "Suplemento: Notisias e indicasões para emigrantes ce se destinam á provimsia brasileira do RIO GRANDE DO SUL".

Alfredo de CARVALHO identificou o aotor, naturalmente baseado no próprio dizer testoal da obra: "O ce se sége é fiêlmente transcrito de cartas do ultimo comandante da infantaria da Lejião, tenente-coronel von LE., ofisial da ordem brasileira da RÔZA". Compreende-se a vasillasão do A., entre o dezejo de apareser e o de ocultarse: ainda continuava a serviso militar do BRAZIL; e continuou até o fim do ano de 1854.

Se observarmos este fato, compreenderemos a "índole" do livro, escrito, portanto, quando o A. ainda estava mergulhado de corpo inteiro nas tricas e lútricas ce ele provocou e padeseu na Lejião.

Assim é ce a parte fundamental de seu trabalho, narrativa da vida da Lejião nos anos de 1851 e 52, é um libélo contra a mezmoo, não só quanto ao recrutamento da trôpa e de seus cuadros, como no ce entende com os antesedentes e comportamento da maecoria da soldadesca e de numerosos ofisiaes.

Ese libélo de LEMMERS, de par com judisiozas criticas sobre o re-

crutamento da Lejião e sobre a orientação aconselhável no trato do pessoal de semelhante formação, e de par com interessantes informações sobre a viagem e as visistudes da vida da Lejião, relata pormenorizadamente as várias "rezimngas" ocorridas, desde antes do embarce, em HAMBURGO, e no primeiro dia de viagem, ainda no ÉLBA; e faz — presumivelmente sua finalidade presipua — numerosas acusações pessoais a ofisiaes, suficientemente identificáveis pelas abreviaturas dos nomes (Cap. SCH., Cap. HOE., Ten. LI., Cap. conde von H., Ten. KOE., & &). E sempre o A. ressalva a corressão do governo brasileiro (caotéla! ainda estava a serviço!) no cumprimento do contrato, e gaba o soldado brasileiro, abitoado a defisiémsia de recursos de toda espécie, dezembrasado, em contraste com o lejiônario, a cerer comodidades ce não era possível satisfazer.

Acélas suas acusações, fundadas em grande parte, dévem, porém, ser reduzidas ante a suspesão do A., movido a defenderse, e ante o fato de ce muintas das rezimngas, de soldados e de ofisiaes, resultavam de umano revide aos ezajeiros, descomsiderações e dezmandos de ce, a seu turno, foe réu o A., tanto ce foe levado a responder perante a justisa militar — ce o absolveu.

17. Voltemos á axega de F.S. relativa ao labor literário do Capitão J. HOERMEYER na vulgarização de conhesimentos aserca do BRAZIL, no meio europeu. Os livros de sua aotoria existentes na B.N., são: "SUEDBRASILLEN — Ein Handbuch zur Belehrung fuer Jedermann, insbesondere fuer Auswanderer", HAMBURG, 1857 (BRAZIL MERIDIONAL — Manual para esclarecimento de toda a jente, especialmente para emigrantes); dois ezemplares; e "O Ce Jórje Sabe Contar Aserca do BRAZIL, A Seus Conterrâneos Alemães", com 25 xilogravuras, LEIPZIG, 1863. Este tem 256 pájinas de 14 cm., 5 x 22.

Não é anonimo nem viza precognizar especialmente á colónia de

S. CRUZ; e "Jórje" não é o "colono ideal", será "ideiado", em parte pseudonimo do próprio HOERMEYER, ce conta o ce viu, o ce soube por outros, e o ce aconteceu ao seu personajem, o narrador dos catorze serões.

O Dr. A. MEYER infórma ce teve ocazião de ver, em mão de particular, outra óbra de HOERMEYER, a maes antiga, especialmente dedicada á "descrição" do RIO GRANDE DO SUL: "BESCHREIBUNG der Provinz RIO Gde. do Sul".

18. Comsultamos na Bibliotéca do Ezérsito o livro de SCHLICHTHORST a ce se refere Albert SCHMID em sua carta anteriormente reproduzida. O A. é "esofisial do ezérsito imperial" brasileiro, e o nome da óbra: "O RIO DE JANEIRO Como É — 1824-1826 (Uma vez e numca maes)". Trad. de Emmy DODT e Gustavo BARROSO.

Sirva o emsejo de registrar ce os tradutores, na Bibliografía ce alistam, incluem diversos trabalhos já traduzidos no BRAZIL — do ce não tomaram conhesimento.

O anéscio XIV apresenta uma "Lista dos Ofisiaes ce desde a criasão do Corpo de Estramjeiros estivéram em serviço no ezérsito imperial"; aí, no último capitulo, "Corpo de Emjenheiros", vem os nóve nomes: Coronéis MUELLER e von ESCHWEGE; Majór VARNHAGEN (pae do futuro visconde de PORTO SEGURO); Capitães von LILIENBOECK (falecido em 1826); KRETSCHMANN e vou SEWELOH; Tenentes HARTMANN, WERTHEIM, HALFELD (imortalizado em JUIZ DE FÓRA), e BASTIDE.

Comfórme anteriormente referimos, a deziñasão "Corpo de Emjenheiros" era aplicada ao cuadro de ofisiaes da especialidade; unidades de trópa de emjenharia não avia.

19. Entrementes o Dr. C. FOUQUET emcontrou, por acaso, em S. PAULO, um cunhado do referido majór Carlos "EMMERICH", rezidente em P. ALÈGRE, septuajenário, e por ele obteve a ser-

teza de ce não se trata de parente do nóso lejonário, deposes naturalizado brasileiro, Masimiliano EMMERICH; e o próprio major Carlos iso me confirmou, esclarecendo, maes, ce seu nome é outro, é "EMRICH".

Igualmente, o Sr. pastor FLOS me respondeu nada saber aserca do nóso EMMERICH; e ce, entretanto, em suas pescizas para a "História da fundação da comunidade evangélica alemã do RIO DE JANEIRO — 1827-1837", livro ce tem em elaborasão, verificou ce em 1824 imigraraom para NÓVA FRIBURGO duas familias EMMERICH, das cuaes em 1850 já aviaom surjido seis familias.

Acresenta FLOS ce o seu "material istórico se acumulou para justificar uma edição em vernaculo sobre os primeiros negosiantes alemães e suisos" e ce dará também uma "contribuição para os estudos sobre os batalhões de estramjeiros", especialmente fazendo, "mediante rejistos eclesiásticos" "próva ce numerosos soldados alemães contraíraom matrimônio, mezmno nos dias criticos de junho de 1828".

Ao ver do eminente misivista, iso demomstra ce "1) deposes dos primeiros tempos de incietasão, se estendeu neses batalhões uma boa acostumasão, tramcuillidade de espirito; e 2) ce os batalhões foraom surpreendidos pela revólta, e ajiaraom em defeza própria: cem caza não pensa em revolução".

20. (Continuasão: ver edição de dezembro 51). Resebido o Bol. ORTOgrafico n. 3, o Dr. C. FOUQUET teve a idéia de dar uma busca a respeito do mineiro "von BERNHAUS", "rezimgão" ce ainda se distingiu na gérra do PARAGUAÉ.

Emcontrou S.S. na "Jenealogia Mineira", de REZENDE E SILVA: João Fransisco BERNHAUS foé funsjonário publico provinsial, deposes tabelião em LEOPOLDINA, e lhe coube "a glória de ter sido o primeiro mineiro ce, em 1865, se alistou voluntário da Pátria e segiu para o PARAGUAÉ incorporado á primeira espedisão militar ce partiu de MINAS". Foraom seus paes: o Dr. Roberto BERNHAUS, emje-

nheiro de minas, e d. Ana Fransisca de AVILA BRANDÃO. Não é sérto se se cazaraom em PORTUGAL ou no BRAZIL, portanto se o filho J.F. naseu lá ou cá; de todo módo, iso esplica por ce seu nome não figura entre os lejonários contratados em 1851 na ALEMANHA.

21. Obzeziado agóra pelo Dr. A. MEYER com um ezemplar do seu "GIA DO FÓLCLÓRE GAUXO" (Editora Áorea Ltda., RIO, 1951), nele emcontrei referémsia a does "REZIMGÕES", does "Carlos", JANSEN e von KOSERITZ, os cuaes tanto se identificaraom com a nóva pátria ce até pelo seu fóclóre se apaexonaraom.

Referi o primeiro em minha nóta 41 de "OS REZIMGÕES", e a KOSERITZ, muinto superfisialmente, na nóta 12, e agóra de novo nestas axegas (publicasão anterior).

No verbete "Patuá", A. MEYER rejista ce Carlos JANSEN escreveu na "Revista Brasileira", tomos II e III, 1879 e 1880, uma nóvela com ese titulo, "contribuição importante para o estudo dos uzos e costumes do Sul, jirando todo o entreno em torno de um tema fóclórico, a crendise do *corpo fezado* pela póse de um amuleto, uma *carta de Cristo*, guardada numa bolsinha preza a um cordel".

E no verbete "Prenda Minha", diz A.M. ce von KOSERITZ foé o "verdadeiro precursor dos estudos fóclóricos no RIO Gde. do Sul", e, além de referilo outras vezes, lhe dedica um verbete "Silva de Cuadrinhas". É a presióza colesão de póeias populares gauxas, ce C.v.K. recolheu e fez publicar na "Gazeta de PORTO ALEGRE", em 1880, e ce em 1883 foé aproveitada pelo seu amigo Silvio ROMERO no 2º volume dos "Cantos Populares do BRAZIL".

22. Em "TRIBUNA FARMA SEUTICA", vol. XIX, 1951, n. 1, de CORÍTIBA, revista de propriedade do Dr. Carlos STELLFEL, leio num artigo de sua autori referente a seu pae, "Sem An. No BRAZIL — 12-VII-1851 — 12-VII-1951 — Subsídios para biografia de Augusto STELLFEL referémsia a um "Rezimgão", c

nôos conhesidos. Trata-se do Dr. Wolfgang A.W. MOELLER, ce figura sob n. 12 em nôsa "Relasão Nominal", Anêco de "Os Rezimões". O Dr. C.S. o inclue entre os três médicos ce viêraom no melo dos 489 imigrantes "ce no ano de 1851 constituiram o primeiro melting pot de JOINVILLE". Está como M.A. Gilhërme MOELLER: provavelmente ese M é erro tipografico, foe o W de Wolfgang ce ssau de pérnas pro ar. Maz o ce interésa é ficarmos sabendo ce o Dr. MOELLER esteve em JOINVILLE antes de imgresar na nôsa Lejião. Dele diz o C.S.: "... xegado com o "COLON", natural da NORUEGA, com 27 anos, tendo permanesido na colônia apenas um ano, apezar de bemcisto. Deze-

jando conheser o BRAZIL, foe servir na lejião alemã, no posto de médico-xêfe, em PORTO ALEGRE".

De nôsa referêmsia na "Relasão Nominal" (n. 11) vê-se ce efetivamente MOELLER foe contratado para a Lejião a 4-V-1852, na vaga do Dr. WACHS, e ce (n. 12) ai só sérviu 9 mezes. Surjem as perguntas: ese médico noruegez andejo, curiozo do BRAZIL, teria ficado aci? teria constituido família? deixado desendêmsia? teria ficado em livro suas impressões do BRAZIL? Nôzes para cem tiver dentes...

RIO DE JANEIRO, (R. da Capêla 102), setembro de 1951 — Jeneral KLINGER.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas:

A RENOVACÃO — Magazin do Meier — Ribeiro de Faria & Pereira Ltda. — Avenida Amaro Cavalcanti, 73-77 — Meier — Fone: 29-6798.

BRUNO SILVEIRA & CIA. LTDA. — Fornecedores do Exército — Rua Teófilo Otoni n. 58 — Fone: 43-9205.

COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE TAUBATÉ LTDA. — Rua Joaquim Távora n. 146 — Fone: 247 — Taubaté — Estado de São Paulo.

SERRARIA SANTO ANTONIO — Avenida Coelho Campos n. 379 — José Job de Carvalho — Aracajú — Sergipe.

MARINHO, SANTOS & CIA. LTDA. — Tecidos, miudezas, etc. — Rua Cons. Franco ns. 54-60 — Feira de Santa Ana — Estado da Bahia.

DESTILARIA JUBUBA LTDA. — Rua n. 4 — Margem Esquerda do Rio — Santo Amaro — Estado da Bahia.

CAFÉ BAR ATLANTIDA, LTDA. — Rua Alvaro Alvim n. 5 — Cineândia — Fone: 22-6161.

IMPORTADORA DE MATERIAL AERONÁUTICO (IMATA) LTDA. — Avenida Franklin Roosevelt n. 115-s/704 — Fone: 42-2389.

JOALHERIA HERMAN — Rua Dr. Garnier n. 390 — RIEIX — Fone: 48-8502.

"O VISCONDE DE TAUNAY"

(Traços de sua vida)

Coronel ADALARDO FIALHO

A redação desta revista, associando-se às comemorações referentes ao aniversário do Btl. - Escola de Engenharia, transcorrendo em 29 de dezembro último, faz publicar, abaixo, a síntese biográfica de Alfredo d'Escragnolle Taunay, o patrono daquela Unidade, organizada pelo seu Diretor-Secretário.

INICIAÇÃO MILITAR — PARTIDA PARA A GUERRA

Alfredo D'Escragnolle Taunay, oriundo de uma nobre família de artistas franceses, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 1843. Bacharelou-se em letras pelo Imperial Colégio de Pedro II. Aluno da Escola Militar em 1859 e estudante de matemática e ciências físicas, na Escola Central, onde, então, terminavam o seu curso e se graduavam os engenheiros militares, foi promovido a alferes-aluno em 1862. Dois anos após, às vésperas, portanto, da Guerra do Paraguai, era promovido a 2º Tenente, na arma de Artilharia, pois, como todos sabemos, naqueles tempos o oficial era classificado em qualquer arma. Teve de interromper os seus estudos, em princípios de 1865, a fim de seguir para Mato Grosso com a expedição que ia repelir os paraguaios, invasores do Sul dessa província, expedição que teve como epílogo a célebre retirada da Laguna, imortalizada pela sua pena brilhante. A designação de Taunay para essa expedição já pusera à mostra os traços firmes do seu belo caráter e, por isso, merece ser referida. Findava o ano de 1864. A palavra

guerra pairava em tôdas as bocas. Taunay fôra designado para seguir para o teatro Sul de operações com o 4º Batalhão, sediado em Belém. Porém, essa Unidade, onde Deodoro servia como comandante de uma bateria, ainda se encontrava no Norte! Taunay ardia de impaciência e incessantemente consultava os jornais diários e indagava se êle já saira ou tivera ordem de sair do Pará. Que espera angustiosa para um homem de ação como Taunay, tanto maior quanto êle via, dia a dia, esvair-se cada vez mais a escola da Praia Vermelha! Quantos companheiros seus já haviam partido! Dessa obsessão resultou, afinal, a sua designação para a expedição que devia seguir para Mato Grosso, sob o Comando do Coronel Manoel Pedro Drago, Comandante do Corpo Policial da Côrte. O patriotismo de Taunay suplantara todos os obstáculos que surgiram no caminho de sua pronta ida para o cenário da guerra. Anexa a essa expedição, devia partir uma *Comissão de Engenheiros*, integrada por 6 membros e para qual foi designado Taunay, pelo Visconde de Camamu, então Ministro da Guerra. Estava agora em seu elemento, pois, como disse em suas memórias, desejava ardentemente as "tão suspi-

radas funções de engenheiro militar". Ato contínuo, transportou-se, via marítima, para Santos, acompanhando a referida comissão. De lá subiu o rio Cubatão, em lancha, até à raiz da serra, onde passou para uma diligência que, galgando o péssimo caminho que levava ao planalto, deixou-o, após 3 horas de extenuante viagem, no Hotel d'Europa, já na cidade de S. Paulo. Esse e mais 2 outros hotéis eram os melhores da terra, na época. Estava cheio de engenheiros ingleses que se ocupavam da construção da estrada de ferro para Santos. Em S. Paulo reuniram-se as forças da expedição, mobilizadas no Paraná e em S. Paulo mesmo. Feita a junção, marcharam para Uberaba, local escolhido para ponto de concentração geral e para onde deviam marchar, também, as forças reunidas nas províncias de Minas e Goiás. Essa famigerada marcha de concentração até Uberaba e a que se lhe seguiu, até Coxim, valem por uma epopeia. É qualquer coisa de inconcebível, as forças a distanciarem-se cada vez mais das zonas de vida, dos centros de recursos do país, a aumentarem as suas dificuldades na mesma proporção em que minguavam-lhes as probabilidades de pronto socorro e abastecimento. Foram dias penosos, dignos de serem contados, como foram, pela pena vigorosa de um Taunay. A coluna que de S. Paulo partira, refere o soldado-escritor, faltou 86 dias em Campinas e 45 em Uberaba, tais foram os tropeços com que se houve. Examinada hoje, à luz da moderna logística, essa marcha de 8 meses, de S. Paulo a Mato Grosso, descendo do saudável planalto bandeirante para o insalubre e mortífero pantanal formado pelas pestilentas águas da chamada Lagoa Xarais, originada, por sua vez, do extravasamento das águas do Paraguai e seus tributários, em época de cheias, é rematada loucura, mercê das incomensuráveis distâncias, falta de aparelhamento das forças e ausência de recursos locais. E, no entanto, essa marcha foi executada! Assim o exigia a honra nacional, pois Mato Grosso,

o solo sagrado da Pátria, fôra pisado e talado pelo invasor paraguaio e era preciso expulsá-lo dali! Era uma questão de soerguer a moral do povo. E lá se foram as forças da expedição, antes mesmo que, de tudo, fôsem providas, esperanças, apenas, nos frouxos contratos dos fornecedores de gado em pé. Que quadros apocalípticos não deviam ter oferecido, à luz do dia, aquelas longas filas de homens cada vez mais apartados de socorro, a avançarem, trôpegos, para o desconhecido, a arrastarem-se, em meio às deserções dos de ânimo fraco e sob os rigores de um sol inclemente, a acamparem diante de caudalosos rios até que os engenheiros construíssem balsas para transportá-los ou até que os fornecedores, atrasados, entregassem o suspirado gado e a tangerem à frente os seus presos, algemados, sob a custódia da "guarda da frente"! Todos esses quadros, que melhor se tratariam nas telas de pintores de epopeias da classe de um Verestchaguine, ou de um Charlet ou de um Guesse, foram vividos e sentidos por Taunay, que os registava dia a dia. Deixando Uberaba em 4 de setembro de 1865, a expedição, agora forte dos efetivos de 4 províncias, demandou Coxim, passando por Santa Rita do Paranai e Dóres do Rio Verde. Finalmente, em 20 de dezembro de 1865, logrou alcançar Coxim. A marcha, desde Santos até aquele longínquo ponto do território matogrossense, abrangeu nada menos do que 1.742 quilômetros, contemplando S. Paulo, Campinas, Casa Branca, Franca, Uberaba, Santa Rita, Dóres e muitas outras localidades.

DE COXIM A LAGUNA

Atingido Coxim, era preciso mudar de rumo, infletir para o Sul, a fim de expulsar os guaranis. O Chefe da expedição resolveu marchar para Miranda, mas, para isso, era preciso transpor o pantanal. Começam aí os horrores da coluna. São palavras de Taunay, quando, em 1866, foi destacado, em Coxim, para proceder, com outros companheiros, ao reconhecimento da re-

gião que se estende até ao rio Aquidauana: "Deveras, corri os maiores riscos, tive de vencer mil dificuldades, estive a morrer de inanição". Deram-lhe como guias antigos soldados que, haviam debandado, por ocasião da invasão de Mato Grosso, em 1864, pelos paraguaios. Tão bons eram, preveniu-se Taunay, que o melhor dêles a esperar era ser por eles assassinado. E seu depoimento, ainda: "Julgo que poucos, nesta vida, experimentaram o que padeci naquela expedição de Mato Grosso". E mais adiante: "Uma feita, no pouso que denominamos "Aflição", cresceram por tal forma os nossos males que deveras nos supusemos de todo perdidos. Atormentados noite e dia por ondas e ondas de mosquitos, rodeados de pantanais, parados em lugar encharcado, vimos-nos impossibilitados de continuar a andar, já pela debilidade, já pela fuga dos animais e na contingência de morrermos, dentro em pouco, de inanição absoluta e irremediável". Taunay, em "Dias de Guerra e de Sertão", pinta-nos, com cores vivas, na sua simplicidade e veracidade que encantam e prendem ao leitor embevecido, tôdas as alternativas angustiosas daquela malfadada expedição, desde o começo destinada ao fracasso, expedição em que o pobre Chefe vacilava, vêzes sem conta, entre o dever a cumprir, ditado por sucessivos e irritantes "Avisos Ministeriais", baixados a centenas de quilômetros de distância, imperativos nas suas ordens de marcha para a frente e expulsão dos guaranis do solo pátrio e as circunstâncias infortunadas do meio ambiente hostil, tais como a inelencmência do tempo, a vastidão das distâncias, a precaridade de recursos locais e o flagelo das doenças.

Em meio a tantos azares da sorte e quando o desespero parecia invadir a todos, vislumbra-se em Taunay, porém, o homem corajoso, de ânimo forte, que luta para sobreviver, porque sente trazer em si a predestinação das inteligências iluminadas, destinadas a produzirem grandes coisas. Tudo lhe era

motivo de contemplação e descrição detalhada, o que fazia com uma fidelidade penetrante, absoluta, em estilo vigoroso, objetivo, realista. Alma de artista, Taunay vibrava ante os espetáculos de uma natureza opulenta e grandiosa, porém hostil, agressiva e mesmo selvagem. Vinham-lhe então páginas de inspiração magnífica, ou esboços extraordinários de paisagens exóticas, onde a sua sensibilidade de poeta e enamorado da natureza dava vazão ao seu entusiasmo transbordante e à sua capacidade artística. Quanta emoção vivida, quanto êxtase, quanto sofrimento e até alegria desfilam então diante de nossos olhos deslumbrados, como na sucessão de quadros maravilhosos de uma lanterna mágica acionada por um invulgar esteta, cada qual com as suas cores, as suas proporções, as suas expressões e as suas particularidades. Quanto heroísmo, quantas páginas de glória, de angústia e de vitórias não ficariam para sempre sepultados nos pantanais de Miranda e nos atoleiros do sopé da serra de Maracaju, se não fôra a pena maravilhosa desse soldado-escritor, quase um adolescente e que, em sua pressa de servir à Pátria, trocara a oportunidade de uma guerra no Sul, pelo menos mais conhecido e acessível pelos horrores de uma campanha nos invios sertões de Mato Grosso!

Mais de 50 léguas explorou Taunay, tendo como companheiro o Capitão Antônio Florêncio Pereira do Lago, na região dos pantanais de Miranda, arrostando a hostilidade do meio ambiente. Assistiu, nessa localidade, à devastação causada em nossas forças pelo "beri-beri", vendo desaparecer, em agonias dolorosas, centenas de soldados e distintos oficiais, camaradas e amigos seus. Presenciou os padecimentos e a morte de centenas de outros infelizes farrapos humanos, atacados de "cholera-morbus", entre os quais êle próprio só não se enfileirou por milagre, depois de transposto o Apa, em 1867, quando a expedição voltava de sua funesta aventura em território paraguaio, onde, por

pouco tempo, a coluna teve o irônico prazer de mudar a sua denominação de Fôrças em operações no Sul de Mato Grosso para Fôrças em operações no Norte do Paraguai. Com efeito, a expedição marchou de Miranda para Nioac, região mais saudável e onde refez-se da devastação causada pelo "berí-berí" e daí demandou a fronteira. Transportada esta, internou-se 3 léguas e meia em território paraguaio, até Laguna, estância do ditador Lopes, onde esperava encontrar abundante gado.

A RETIRADA DA LAGUNA

O tão almejado gado, porém, havia sido tângido para o interior do Paraguai e a coluna, baldada em seus intentos e a braços com a fome, foi obrigada a bater em retirada, arrastando os seus canhões, acossada pelo inimigo bem montado e implacável. Foram então os combates heróicos, os quadros de infantaria a suportarem, impávidos, os embates tremendos das cargas de cavalaria, foram a queima dos campos, a dizimação pelo cólera, o abandono dos coléricos, a morte dos Chefes, o transporte penoso dos canhões, tôdas essas páginas de dor e de glória que constituíram a retirada da Laguna. Taunay acompanhou tôdas as peripécias que cercaram esse extraordinário feito, digno émulo das retiradas dos Dez mil, nos tempos históricos e de Moscou, pelos exércitos gauleses, nos tempos modernos. Escreveu, então, inspirado no seu diário de campanha, admirável livro que immortalizou aquela epopéia de nossas armas — "La Retraite de Laguna" — redigido em francês, língua que lhe era familiar, mas talvez por ser essa língua o mais poderoso veículo de expressão do pensamento humano, a mais própria, portanto, para traduzir, em tôda a sua grandiosidade, aquêlê feito de nossas armas. Mais tarde, essa obra, que o tornou conhecido na Europa, foi traduzido por Salvador de Mendonça, pelo Dr. Ramiz Galvão e pelo seu próprio filho, o não menos digno e ilustre escritor Afonso de Escagnolle Taunay.

Foi ainda durante a campanha de Mato Grosso que Taunay escreveu, nos anos de 1865 e 1866, uma série de cartas onde revela tôda a sensibilidade de seu caráter de filho extremo e irmão boníssimo. Embora se trate de literatura epistolar, interessando particularmente às relações de sua família, encontra-se ali um sem número de motivos de deleite e momentos de agradável leitura, pois além de nos revelar tôdas as façetas de um caráter adamantino, uma fina educação e uma alma de artista, qualidades que tanto se aprimoravam naquêlê idos e bons tempos, proporciona-nos, também, em seu estilo singelo e fluente, interessantes descrições das viagens nos sertões, dos costumes, da natureza, etc.

Taunay era um incorrigível fotógrafo da natureza, quer em prosa, quer em lápis. Devemos a êle o conhecimento das particularidades da vida quase primitiva de nossos avós sertanejos, ao correr do segundo Império, bem como dos cenários que os cercavam. As referidas cartas foram reunidas em volume, editado pela Biblioteca Militar, em comemoração, em 1943, do primeiro centenário do seu nascimento. "O que é o prestígio da pena!", exclamou o ilustre Pinheiro Chagas, ainda a propósito de "A Retirada da Laguna". "Esta "Retirada da Laguna", que mal se descortinava na história da guerra do Paraguai, obscureceu perante o mundo civilizado os triunfos brasileiros e as glórias de Humaitá e os nomes dos vencidos do Apa subiu mais depressa ao Capitólio do que os dos vencedores do Paraná, porque nessa coluna, abandonada ao acaso, pusera o acaso, também, um jovem official, a quem Deus concedera a pena que Xenofonte deixara cair, há dois mil anos, nos desertos da Ásia Menor". No dia 11 de junho de 1867 a expedição da Laguna chegava de volta a Aquidauana.

Estava finda a retirada! Coube a Taunay a redação da Ordem do Dia final daquela operação. Con-

cisa e vibrante, no seu próprio dizer, ei-la :

"A retirada, soldados, que acabais de efetuar, fez-se em boa ordem, ainda que no meio das circunstâncias mais difíceis. Sem cavalaria contra o inimigo audaz, que a possuía formidável, em campos onde o incêndio da macega, continuamente aceso, ameaçava devorar-vos e vos disputava o ar respirável, extenuados pela fome, dizimados pelo cólera que vos roubava em dois dias o vosso Comandante, o seu substituto e ambos os vossos guias, todos esses males, todos esses desastres vós os suportastes numa inversão de estações sem exemplo, debaixo de chuvas torrenciais, no meio de tormentos e através de imensas inundações, em tal desorganização da natureza que parecia conspirar contra vós. Soldados, honra à vossa constância que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas bandeiras!".

VOLTA PARA A CORTE

Encarregado pelo bravo Comandante das Forças em operações em Mato Grosso, o Major José Thomaz Gonçalves, de levar ao Governo as partes Oficiais relativas à campanha que findara, partiu Taunay, para a Cárte, no dia 17 de junho de 1867. Foi por seu intermédio que se teve notícia, no Rio de Janeiro, e no resto do Brasil, da epopeia da campanha de abril e maio de 1867, em que os nossos bravos soldados, exaustos de forças, mas runca de ânimo, salvaram as bandeiras e os canhões que o Brasil lhes confiara. Reverenciando a memória de Taunay, em 1923, o Governo da República houve por bem ordenar a ereção, em Aquidauana, de um monumento, onde, em baixo de sua efigie, se lê :

"O Presidente da República dos Estados-Unidos do Brasil, Dr. Arthur da Silva Bernardes e o Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, General Fernando Setembrino de Carvalho, esta homenagem consagram, em nome da Nação, à memória do escritor ilustre que, ao narrar com as simples

vozes da verdade os feitos gloriosos e os sacrifícios indizíveis das forças empenhadas na campanha de Mato Grosso e na Retirada da Laguna tão alto celebrou a constância e o valor dos soldados do Brasil. Julho de 1923."

DE NOVO PARA A GUERRA

Vejamos agora como voltou Taunay ao teatro da guerra. Em princípios de 1869, Caxias se demittira do comando em Chefe de todas as forças em operações contra o governo do Paraguai, pois as tropas brasileiras já haviam entrado em Assunção e o ditador Lopez fugira para a cordilheira. Para substituí-lo, fôra nomeado, por decreto de 22 de março do aludido ano, o Marechal do Exército Conde d'Eu, Príncipe consorte, que requisitou o jovem oficial para servir no seu Estado-Maior. A 30 de março deixava êle o Rio de Janeiro, na comitiva do Príncipe, com destino ao Paraguai. A 16 de abril alcançava Luque, segunda estação da via-férrea Assunção-Vila Rica, onde fôra estabelecido o Quartel-General do Marechal e onde foi, por êste, novamente, nomeado membro da Comissão de Engenheiros, incumbido especialmente da redação do "Diário do Exército". Fê-lo com a honestidade de sempre, deixando-nos histórico documento daquela extenuante e movimentada campanha, que pôs fim, definitiva e simultaneamente, à guerra e ao reinado de opressão do tirano Francisco Solano Lopez. É uma narrativa fiel daquelas jornadas memoráveis, onde se destaca, entre outras atuações brilhantes, o procedimento eficiente e decisivo, para a conclusão das operações, do bravo e inolvidável brigadeiro José Antônio Corrêa da Câmara, à frente de sua gloriosa cavalaria. Esse diário é hoje tido como documento de inestimável valor, indispensável para quem queira se pôr na inteligência dos últimos lances daquela homérica luta, travada em pleno coração da América do Sul. Que essa fase final não foi um simples passeio provam-no os efetivos das forças

aliadas, sob as ordens do Conde d'Eu, em agosto de 1869, estimados pelo próprio Conde em 30 mil homens, dos quais cerca de 25 mil estavam sob bandeira imperial. O "Diário do Exército" e "A Retirada da Leguna" são as obras militares culminantes de Taunay. Só quem viveu, dia a dia, tão movimentados episódios, suportando-lhes as fadigas e sofrimentos, sentindo-lhes na saúde os efeitos, marcando-os com esperanças e desalentos e dominando-os com os êxtases da vitória, só esse poderia, e Taunay foi esse privilegiado, descrever com cores próprias e fortes aquelas jornadas de fogo e sangue, cansaço e fome. Prova-o e faz-lhe inteira justiça o próprio Conde d'Eu, quando, do próprio punho e com data de 22 de agosto de 1870, passou-lhe a seguinte atestação:

"Nesta qualidade (na de redator do Diário do Exército) acompanhou o Quartel-General na marcha que se empreendeu de Luque, a 22 de maio, com destino a Piraiú; comigo assistiu aos diferentes reconhecimentos que se dirigiram contra as posições inimigas de Acurra, Cerro Leão e Cabanhas; marchou a 3 de agosto no movimento destinado a contornar a Cordilheira de Ibitirapé; tomou parte no assalto de Peribebuí, a 12 e à batalha de Campo Grande a 16, tudo do mesmo mês. Nestas duas ações se conservou a maior parte do tempo a meu lado, ao alcance dos tiros inimigos e às vezes adiantou-se mais, para ir aos lugares onde se achava travada a peleja, portando-se em tudo com a bravura própria de um oficial brioso. No dia 18 continuou comigo a marchar para Caraguatá e de aí a 3 de setembro para o passo de Manduvirá. A 9 embarcou para Arecutaguá, a 14 para Assunção, regressou para Arecutaguá e daí seguiu embarcado para a Vila de Rosário. Marchou deste ponto a 8 de outubro para o Potreiro Capivari e daí, a 2 de dezembro, para Curuguati. A 7 de janeiro regressou desta vila para a do Rosário; acompanhou-me igualmente em duas viagens que deste último ponto fiz para Conceição.

Tendo se retirado para o Brasil o Capitão Bacharel Jerônimo Francisco Coelho, que exercia o cargo de Secretário Militar do Comando em Chefe, passou a desempenhar estas últimas funções cumulativamente com suas outras incumbências. Seguiu com o Quartel-General para Assunção e Humaitá, de onde embarcou comigo a 17 de abril para esta Corte por ter sido extinta a Comissão de engenheiros de que era membro. Durante todo o tempo a que me referi desempenhou sempre os encargos que lhe foram confiados. Considero-o um Oficial não só muito inteligente e muito cumpridor de seus deveres, como ainda com habilitações literárias e científicas bastante excepcionais". Têrmos mais honrosos não poderiam ser expressos em relação a um oficial. Não foi sem justos motivos que o nosso soldado-escriptor terminou a campanha da Cordilheira com os galões de Capitão nos punhos de sua farda.

ÚLTIMOS ANOS DE VIDA MILITAR

Voltando em 1870, pela vez segunda, do teatro da guerra, pôde Taunay reengetar e concluir o seu curso de Matemática e Ciências Físicas e de Engenharia Militar, que havia interrompido, como vimos, para seguir para Mato Grosso. Em 1875 foi promovido a Major do Estado-Maior de 1ª classe. Tinha 32 anos de idade, o que constituía uma façanha, no Exército Imperial, onde os oficiais se demoravam largamente no posto de Capitão. Nesse estágio de sua vida já grande era a sua reputação literária. Mais. A política o disputava. Diversos cargos de relêvo desempenhou, então, quer na administração do país, quer no parlamento, fillado ao partido conservador. Deputado por Mato Grosso, Governador da província de Santa Catarina, foi eleito senador pelos catarinenses, quando, no posto de Major, deixou o serviço do Exército. Fê-lo após mais de 25 anos de serviços, prestados com honestidade e dedicação, como o atestam as suas numerosas condecorações. Com efeito, possuía 4 medalhas de

guerra: a da Rosa de Cristo, as Medalhas Constância e Valor da Campanha de Mato Grosso e da Retirada da Laguna e a Medalha Geral do Exército em campanha contra o governo do Paraguai. Era portador, ainda, da vênere de S. Bento de Aviz, concedida a quem possuísse longos anos de serviços sem uma única nota desabonadora. Mais tarde, foi-lhe outorgada a ordem da Rosa.

ZENITE E O CASO DE UMA VIDA FECUNDA

Fora do Exército, Taunay nunca esqueceu o meio de onde proveio. Deputado à Assembléa Geral, durante duas legislaturas, bateu-se denodadamente por diversas medidas de interesse da classe militar, logrando vê-las vencedoras. Propugnou ainda, no parlamento, por medidas outras, de repercussão nacional, no lançamento das quais mostrou-se de uma visão além dos limitados horizontes da época, tais como a *naturalização*, combatida pelos xenófobos de então, a *imigração*, a despeito da escravatura que ainda vigorava e a *colonização*, de cujas virtudes ainda se desconfiava! Tôdas essas medidas eram recebidas com as suspeitas de um patriotismo mal compreendido e delas Taunay recebeu amargos jurros. No seu entusiasmo e na defesa de seus pontos de vista, chegou até a escrever um livro sob o título "Estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil", onde, para desfazer a tóla impressão de que os alienígenas nada faziam pelo país, citava série deles, com os meritórios serviços que haviam prestado ao Brasil. Fundou também uma "Sociedade Central de Imigração". Quanto à classe militar, não se lhe poderia exigir mais. Em 1878, mais de 200 oficiais da guarnição do Rio ofereceram-lhe valioso retrato a óleo, trabalho do célebre pintor francês Luiz Augusto Moreaux, como "lembrança e homenagem de seus amigos do Exército", em sinal de reconhecimento por quem tanto havia feito, no Parlamento, pelos direitos dos oficiais e pelo amparo de suas famílias. Era presidente

da Comissão homenageadora o Coronel Antonio Tiburcio Ferreira de Souza, o mesmo que havia procedido ao reconhecimento do caminho para a notável marcha de flanco, para contornar Humaitá, ordenada por Caxias.

Faleceu o grande soldado-escritor em 25 de janeiro de 1899, encerrando uma existência proveitosa às artes, às belas-letas e à Pátria. Sucumbiu aos 56 anos de idade, quando ainda muito o Brasil dêle poderia esperar. Penosa endocardite sobreviera-lhe em Coxim e violento impaludismo atacara-o em Miranda, em plena campanha de Mato Grosso. A tão violentos embates o seu forte organismo resistiu, na época, mas os seus danos e persistentes efeitos far-se-iam sentir mais tarde. De fato, a sua morte prematura, de diabetes, foi atribuída pelos médicos, em suas causas remotas, aos sofrimentos e privações por que passara nos insalubres pantanais de Mato Grosso.

OS MERITOS DE UMA PERSONALIDADE INVULGAR

Taunay era um espirito polímorfo. Desenhista primoroso, deixou-nos lindas paisagens dos sertões do Brasil, formosíssimos quadros onde retrata, com mão de mestre, os costumes e a natureza do interior do país. Infelizmente, e para desespero seu, muitos desses desenhos se perderam em meio às peripécias da luta em Mato Grosso, conforme êle próprio confessa com amargura.

Em setores outros, distinguiu-se brilhantemente no jornalismo, na tribuna parlamentar, na história, no romance e no teatro. "Ouro sobre Azul" e "Inocência", dois romances interessantíssimos e muito nossos, pelas cenas tipicamente brasileiras que movimentam, são as suas melhores obras de ficção. "Inocência" valeu-lhe os lauréis da celebridade mundial, pois teve a honra de ser vertido em vários idiomas. Escritor fluentíssimo e correto, no fundo e na forma, objetivo e verídico tanto quanto o pode ser um caráter honesto, Taunay depara sempre agradável leitura,

principalmente a brasileiros, cujos costumes se desmediu em retratar com uma fidelidade marcante. Seu estilo simples, acessível, ingênuo às vezes, sem se elevar a desmedidos surtos, encanta e prende a atenção do leitor. Descendente de uma família de artistas, conservou inalterado o sentimento artístico e literário de sua ascendência. Toda a sensibilidade e emotividade de uma raça de artistas couu-se através de seu temperamento. Sabia, como ninguém, ver em cada perspectiva da natureza, em cada nuance da vida, dádivosos motivos para fazer vibrar a sua alma de poeta. Atirado de chofre nos agrestes sertões de Mato Grosso, em plena mocidade, numa época em que a civilização pouco alcançara aquela longínqua província, ei-lo que se deixa deslumbrar pela sua natureza selvagem. Em nenhuma ocasião, mesmo nas mais críticas, deixou Taunay de amar a natureza de Mato Grosso. Descrevia-a sempre, desenhava-a, tecia-lhe louvores. A tais respeito a sua obra constitui imenso repositório de assuntos, versados sobre a vida, costumes e natureza daquelas inóspitas paragens. Até vocabulários indígenas Taunay estudou e colecionou. Como escritor, podemos ainda transcrever o que dele disseram, na mensagem de despedida, quando deixou a vida militar:

"Possui estilo correto e sóbrio, fluente sem as demasias da adjetivação retumbante que é própria para encobrir a pobreza de idéia sob as lentejoulas da forma, igual, tranqüilo no colorido e isento das imagens extravagantes e das em-pôlas pretensiosas que, não raro, costumam afeiar os trabalhos de escritores dotados de imaginação brilhante, mas desequilibrada". Caixas, agradecendo a oferta de um exemplar de "A Retirada da Laguna", endereçou a Taunay "hon-

rosa carta, na qual manifesta o seu louvor ao livro e o aprêço em que tinha o seu autor". Professor da Escola Militar, membro do Instituto Hestórico e da Academia Brasileira de Letras, Taunay ascendeu aos mais altos cumes da honrificação e do respeito, entre os seus concidadãos, projetando-se a sua figura, até nós, com os mesmos fulgores. Assim, em 1943, por ocasião do centenário de seu nascimento, houve por bem o Exmo. Sr. General Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra, atendendo a solicitação do Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, determinar que, em todas as Guarnições do país, fôsse o 22 de fevereiro festivamente comemorado. Justificando-o, referiu-se êle à "data gloriosa que assinala o transcurso do primeiro centenário de nascimento do inclito e inesquecível Visconde de Taunay, a quem devemos páginas refulgentes que evidenciam a ação desassomburada dos nossos soldados nas campanhas cruentas vividas na segunda metade do século passado".

Com 4 anos de campanha no seu ativo de guerra, durante os quais participou de numerosas ações, tais como os combates da Laguna, no Norte do Paraguai, Baiendê e Nhandipá, no Sul de Mato Grosso, o assalto de Peribebui e a batalha de Campo Grande, na última fase da luta, tudo acrescido aos numerosos e arriscados reconhecimentos que, como membro da Comissão de engenheiros, tomou parte, em regiões inóspitas, pode Taunay, por tudo isso e sem favor, enfileirar-se entre os grandes vultos de nossa história militar, ao lado de Vilagran Cabrita, Andradê Neves, Mallet e outros e, como êles, pretender e receber o honroso título de patrono de uma Unidade do Exército. Essa justiça lhe foi feita, pois o seu nome, hoje, encima o pórtico do Btl.-Escola de Engenharia.

ALCOOL ANIDRO "LEAO" EM GARRAFA E LITRO DISTRIBUIDO PELA COMPANHIA EXPORTADORA-IMPORTADORA DE ALAGOAS

End. Teleg.: "CEIA" — Telef.: 184, Escritório, e 237, Armazém — Caixa Postal, 3
JARAGUÁ — MACEIÓ — ALAGOAS — BRASIL

A DEPRESSÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL

(ENSAIO DE ESTUDO SISTEMÁTICO)

Pelo Major AMYR BORGES FORTES.

Do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil.

Da Sociedade de Geografia do Rio Grande do Sul.

O presente trabalho não apresenta outro valor que o da sistematização do estudo de uma região do Rio Grande do Sul, numa tentativa de sintetizar os diferentes aspectos pelos quais se pode encarar uma zona fisiograficamente definida, qualquer que seja o critério adotado para essa definição.

Tendo já percorrido a maior parte do território riograndense, formamos o propósito de estudar as regiões percorridas, aproveitando-nos, sobretudo, das observações pessoais feitas no trabalho diário que tínhamos de executar e que nos levava ao conhecimento de alguns aspectos interessantes de serem transmitidos nos que se interessam pelos estudos desta natureza.

Não cabe, neste trabalho, uma discussão das bases adotadas pelo Departamento Estadual de Estatística para a divisão do solo riograndense em oito regiões fisiográficas. Tal discussão exigiria trabalho de maior fôlego, levando-nos a estudos mais detalhados e de larga envergadura.

Supomos, entretanto, que, como dissemos acima, os que se interessam pelos estudos de geografia brasileira encontrarão, nestas notas, algo interessante.

Novos estudos estamos realizando, no sentido de encarar, pelos mesmos aspectos, outras regiões do Estado sulino, cada uma apresentando características interessantes de serem encaradas e analisadas.

GENERALIDADES

Várias são as regiões fisiográficas em que se acha dividido o território do Rio Grande do Sul. Delas, uma das mais interessantes, porque, praticamente, constitui o eixo habitado do "hinterland" riograndense, é sem dúvida, a chamada "Depressão Central", que se estende desde a Lagoa dos Patos, nos limites S. e L. de Viamão, até o limite W. do município de General Vargas (antigo S. Vicente). (Ver carta do Estado do Rio Grande do Sul, contendo a divisão municipal).

Já a temos percorrido por vários modos: rodoviários, ferroviários e mesmo por via aérea.

Sentimos, em toda a amplitude, a sua vasta influência na vida do Estado, sob os mais diferentes aspectos, sede que é de núcleos de intenso trabalho agrícola, apresentando terras de fertilidade extraordinária, que se beneficiam da umidade das grandes correntes cujos vales formam a própria região.

Não só sob o ponto de vista agrícola influi a depressão central na balança econômica do Rio Grande do Sul. Ainda é grande o papel que desempenha na formação industrial de sua riqueza, porquanto aí estão situadas as maiores e mais destacadas fábricas, de variados produtos, cuja qualidade, mercê da honestidade profissional da nossa gente, os impõe aos mais exigentes mercados nacionais e estrangeiros.

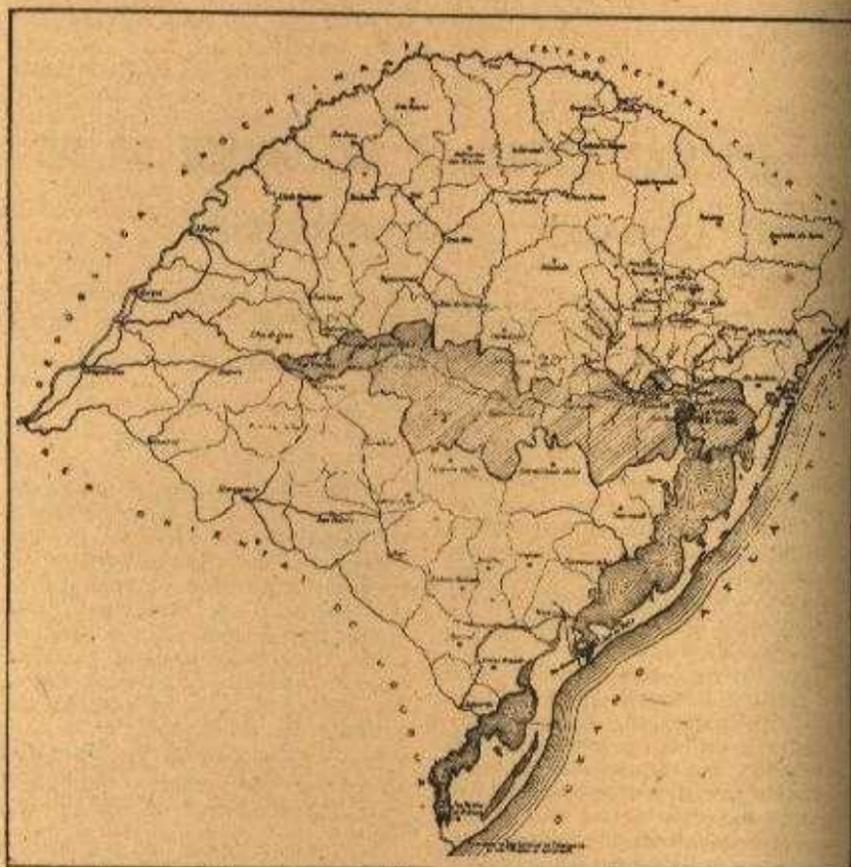


Fig. 1

As fazendas de lã e algodão; as máquinas agrárias, as louças; os utensílios domésticos; os equipamentos para grandes edifícios, etc., tudo isso é produzido hoje em municípios da depressão, deles destacando-se as grandes fábricas da Capital do Estado.

Ainda a pecuária encontra razoável desenvolvimento na depressão, se bem não seja esta uma de suas mais dedicadas atividades.

Sobretudo a agricultura tem aqui extraordinária pujança. De um a outro extremo, estendem-se as roças, as lavouras, as culturas mais variadas; sucedem-se os núcleos de população; aproximam-se os homens e irmanam-se os interesses no

desenvolvimento crescente do rico vale.

Nêle corre uma das mais importantes linhas do nosso sistema de estrada de ferro, ligando duas fronteiras: a do Atlântico e a do estrangeiro.

Dentro de breve prazo, será igualmente sede de uma rodovia tecnicamente construída, capaz de satisfazer às exigências de um tráfego intenso, que, aliás, já aí é feito.

Executado o plano de eletrificação do Estado, segundo os moldes estabelecidos pelo governo estadual, dela partirá talvez a maior parte do potencial elétrico que virá resolver, definitivamente, o problema

das atuais prementes necessidades de força motriz, o que marcará, finalmente, o início de um ativo desenvolvimento industrial nos mais modernos moldes, consentâneos com a mais perfeita técnica de produção, bem como da mais completa mecanização da lavoura.

Assim, se já é avultado o contingente da depressão, para a economia do Rio Grande, fácil é compreender quanto ainda lhe está destinado representar nesse quadro.

Indiscutivelmente, essa região é a verdadeira aorta por onde circula a maior parte da riqueza riograndense, já pelos rios, já pela rodovia, já pela ferrovia.

Pelas encostas das elevações que se estendem ao norte e ao sul do vale, desdobram-se os retângulos das culturas, verdadeira e abençoada colcha de retalhos do trabalho e da fartura.

Tudo abundante, copioso, dada a generosidade da terra.

Passemos, entretanto, a encarar metódicamente a região em estudo, procurando, desde logo, fixar os seus limites.

LIMITES — A depressão central é limitada, ao N., pela linha geral: São Leopoldo, Taquari, Santa Cruz, São Pedro do Sul. Ao S., o seu limite é definido pelos municípios de Guaíba, Encruzilhada, Caçapava do Sul e Cacequi.

Dêse modo, ela representa um retângulo cujo fixo maior excede bastante o menor.

Sua superfície poderá ser, grosso-modo, avaliada em 60 mil quilômetros quadrados, desde a Lagoa dos Patos até o município de General Vargas. Inclui 14 dos 92 municípios do Estado, o que vem colocá-la entre as regiões mais importantes.

O nosso estudo procurará abranger, ainda que de maneira sumária, os seguintes aspectos:

- I — Orográfico;
- II — Hidrográfico;
- III — Demográfico;
- IV — Econômico.

I — ESTUDO OROGRÁFICO

O Rio Grande do Sul apresenta um sistema de elevações típico da zona do sul do país. São as cochilhas verdes e suaves, que adquiriram expressão poética na literatura regional e inspiram curiosidade ao elemento estranho ao nosso torrão. Isso, entretanto, não exclui elevações acidentadas para a zona norte do Estado.

O sistema orográfico riograndense tem tido várias interpretações, no sentido de definir as suas ligações com os dois grandes sistemas brasileiros da Serra Geral e Serra do Mar.

Visando fixar tais ligações, várias têm sido as opiniões, o que, até certo ponto, criou alguma confusão, atribuindo-se determinadas elevações a sistemas diversos dos que lhes são próprios.

Dêse modo, os compêndios estudam diversamente as dependências naturais, segundo a corrente de opinião a que se filiou o autor, ou segundo a fonte de consulta de que se valeu.

Dado o interesse do assunto, procuraremos seguir uma orientação baseada, sobretudo, no critério geológico que, segundo cremos, conduzir-nos-á por veredas mais definidas.

Para amparar tal estudo, muito nos valem os admirável trabalho do Padre Rambo, na sua já clássica *Fisionomia do Rio Grande do Sul*, bem como da erudita conferência realizada na Escola de Estado-Maior pelo Prof. Deigado de Carvalho.

A depressão central não tem sistemas próprios. E, na realidade, um grande vale, contido entre cristas paralelas, correndo ao norte e sul, cristas que apresentam origem geológica diferente; enquanto as elevações do sul do Jacuí pertencem ao tipo granítico, isto é, rochas de origem ígnea oriundas de matérias em fusão, as do norte são do tipo melafírico, de inúmeras e estreitas afinidades com o basalto e até com êle confundidas, pois diferem apenas na idade geológica.

A idade do granito riograndense remonta à era arqueana, ou melhor, azóica, primitiva, destituída de vida, pela falta de fósseis nessas camadas. Esse estrato granítico faz parte das fundações geológicas do Brasil.

Já o meláfiro, que difere do basalto pela idade geológica, conforme dissemos acima, é bem mais mo-

Podemos dizer que as elevações do Rio Grande pertencem à Serra do Mar e à Serra Geral; devemos, agora, definir quais as de um, quais as de outro sistema.

Para fixar essa dependência, adotamos o critério da formação geológica das diferentes camadas, num estudo cuidadoso de sua disposição.

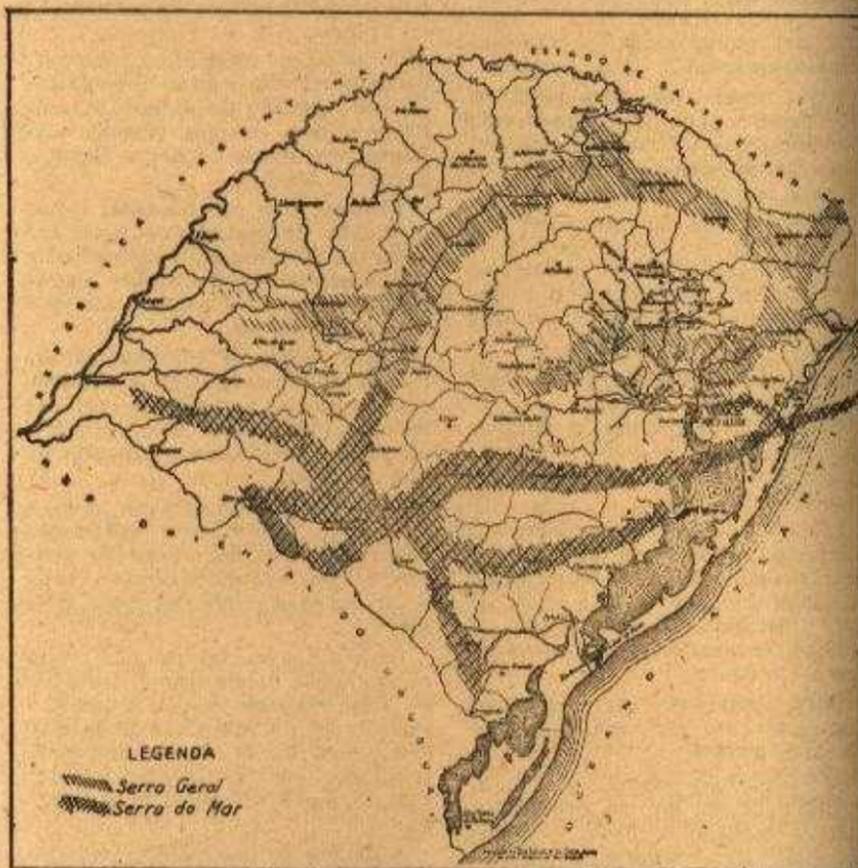


Fig. 2

dermo, pertencendo aos começos da era mesozóica ou secundária, ou fins da era anterior, isto é, paleozóica ou primária.

Esses dois aspectos diferenciais, fundamentais, entre as elevações ao norte e ao sul da depressão, acentuam a presença de sistemas orográficos diferentes.

Assim, dada a semelhança de comportamento dos diferentes estratos, podemos dizer, de modo geral, que as elevações existentes ao norte da linha Ibicuí — Jacuí — Gravataí, pertencem à Serra Geral, acabando-se, assim, com a Idéia, ainda dominante, de que a Serra do Mar forma grande parte dessas eleva-

ções. Se admitissemos tal opinião, ficaríamos sem ligação possível com o sistema da Serra Geral Brasileira, admitindo, então, uma Serra Geral local, riograndense, na dependência da Serra do Mar, e que, em última análise, seria a própria Serra do Mar.

Assim, a Serra Geral penetra no Rio Grande pelo litoral, num avanço sobre a costa, dando, desde logo, as elevações que vão formar a vertente norte da depressão. Todas essas serras pertencentes à vertente citada, constituem o conjunto da Cochilha Grande do Norte e, na área da depressão, suas costas, pouco elevadas, atingem altitudes moderadas e discretas, de cento e poucos metros.

Eis porque as belíssimas Tôres, pórtico do litoral riograndense, magestoso e imponente, pertencem, na realidade, à Serra Geral, sendo de todo destituída de fundamento a denominação, encontrada nas cartas riograndenses, de Serra do Mar para essas formações.

As encostas das elevações dependentes da Serra Geral são suaves, às vezes; outras, abruptas, penhascosas, segundo a influência predominante dos fatores de modificação morfológica.

De modo geral, são revestidas de camadas apropriadas às culturas mais variadas, revestindo o belo aspecto de figuras geométricas, em que o verde adquire todos os matizes imagináveis e que representam, para a economia da região, as variegadas plantações de milho, feijão, aveia, fumo, trigo, etc.

Vejamos, entretanto, como se comporta a verdadeira Serra do Mar. Suas primeiras formações, no Rio Grande e situadas mais ao norte, estão localizadas ao Sul da Lagoa dos Barros, na Cochilha das Lombas, vindas de Santa Catarina.

Realmente, submergindo no litoral desse Estado, apresenta, antes desse mergulho, os seus últimos representantes nos Morros dos Conventos e Sombrio. Mergulha, então, no Atlântico e forma um grande e amplo arco submarino de concavidade voltada para o Continente, cujo traçado apresenta, ainda, al-

guns pontos não estabelecidos. Retorna, depois, ao continente, emergindo na região de Capão da Canoa e Cochilha das Lombas, passando sob o estuário do Guaíba, onde aflora em inúmeras ilhas e levanta-se, finalmente, com as denominações das Serras que se estendem ao Sul da depressão.

E assim temos, definida, a disposição das elevações riograndenses, em face dos dois sistemas acima estudados.

Ao norte do Jacuí — Ibicuí, o sistema da Serra Geral, representado pela Cochilha Grande do Norte. Ao sul, a Serra do Mar.

Esse modo, bastante lógico e perfeitamente estabelecido, a nosso ver, de classificar as elevações do Rio Grande, afasta, definitivamente, a confusão até agora reinante e que pode ser facilmente verificada nos diferentes trabalhos a respeito.

Isso pôsto, passemos, em rápida revista, as elevações que constituem as duas vertentes da depressão.

Partindo de Porto Alegre para W., vamos logo ao encontro dos altaneiros contrafortes da Serra Geral, cobertos de densa vegetação; que atingem os municípios de São Leopoldo, Montenegro, Taquari, Venâncio Aires, Santa Cruz e formam os característicos Ferrabraz, Paredão, Anta Gorda, Botucaraí, etc., até atingirmos as Serras do Pinhal, Jacuí e S. Martinho.

Das primeiras destacamos, por assaz conhecidas, os Dois Irmãos, Itacolomi e Sapucaia. São vistas por todos os que saem da capital na direção de S. Leopoldo. A Sapucaia, sobretudo, pela sua forma arredondada, é até popular.

Ainda devemos lembrar o Padre Eterno, no município de S. Leopoldo. Quanto ao Ferrabraz, ainda não esquecemos a sua triste tradição ligada aos Muckers, os fanáticos, sendo que, no sopé dessa elevação, ainda existem vestígios do reduto utilizado pelos mesmos.

Algumas vezes, as encostas são desprovidas de vegetação e bastante apuradas, deixando a descoberto a rocha.

Ao norte de Cachoeira, surge o Botucaraí, o monte santo. É uma bela formação de grandes proporções e linhas características e que é, segundo o Padre Rambo, uma porção de planalto destacado da borda da Serra.

É avistado de longe o grande morro.

Como dissemos, as elevações alinham-se, formando a margem norte do grande vale do Jacuí, revelando, pela luxuriante vegetação que as reveste, a exuberância das terras do vale, que se beneficiam da umidade que o grande caudal elimina, já pelas cheias, já pela intensa evaporação, tudo concorrendo para o acentuado valor econômico da região.

Depois de Candelária, transposto o Jacuí, que, logo a partir de Cachoeira, inflete fortemente para L., vindo de suas cabeceiras na Cochila Grande, enfrentamos a vertente L. da grande ramificação denominada Serra de S. Martinho, com altitudes que, fora dos limites da depressão, alcançam 450 a 500 metros. Suas encostas são cobertas de densa e profusa vegetação, atingindo aspectos próprios das zonas de mata, com belas árvores de grande porte. A fauna é rica nessa região, num "habitat" propício ao seu desenvolvimento.

Da Serra de S. Martinho, em cuja fralda demora a cidade de Santa Maria, sai um grande espigão para a região de Silveira Martins.

Dada a sua natureza geológica, formada de estratos, em certos lugares da Serra existem vestígios de desagregação, acontecendo mesmo, por ocasião de chuvas intensas, grande infiltração d'água, ocasionando o fenômeno do escorregamento das camadas. Isso, particularmente na região do Pinhal por onde passa o trilho da estrada de ferro, tem ocasionado acidentes graves.

Não pode ser mais linda a vista dessa região sobre a planície. É um espetáculo sempre belo de presenciar-se; alonga-se a vista até muito longe, abrangendo o imenso e fértil vale.

O mesmo fenômeno da desagregação leva ao caráter pedregoso das

estradas, onde abundam as pedras soltas, que tão penoso tornam o tráfego.

A Serra de S. Martinho é um soberbo contraforte, com inúmeras e grandes dobras bem acentuadas. Nessa Serra nasce o imponente Ibicuí, cujas águas descem rapidamente as encostas, serpenteando, para atingir, finalmente, um amplo vale; engrossadas freqüentemente pelas adventícias de outras correntes, lançam-se, ao fim, no magesto Uruguai, entre as cidades de Uruguiana e Itaqui.

Prosegue a Serra de S. Martinho para W., com as altitudes decrescendo paulatinamente e continuando-se com o nome de S. Pedro. Forma, agora, a vertente N. do vale do Ibicuí.

Apesar de sairmos da depressão, prosseguiremos apenas para estudar metódicamente o comportamento da Serra Geral. Como dissemos, as altitudes vão diminuindo, tendendo para as extensas zonas da campanha e missioneira. Já na Serra de S. Pedro, são pequenas as altitudes. Uma série de divisores se vão sucedendo, acentuando os inúmeros afluentes que vão lançar as suas águas no grande leito do Ibicuí. Sucedem-se, igualmente, os núcleos de povoamento. No divisor SW. da Serra de S. Pedro, fica a cidade do mesmo nome, ligada à Santa Maria por muito boa estrada de rodagem.

Continua para L. a Serra Geral. Perdendo sempre altitude, vai também mudando de nomes. Já agora é a Serra de São Xavier, em cujo sopé está a cidade de General Vargas (antiga S. Vicente).

Com a diminuição da altitude, modifica-se a paisagem, lançando para longe os horizontes, até então bem limitados e próximos. A vista já se derrama pelos campos que se vão povoando de rebanhos. Mudam as tonalidades do verde; a vegetação é outra. Transforma-se o gênero de vida. A pecuária toma lugar à agricultura. O olhar alcança, de quando em quando, capões de mato, eucaliptos quase sempre, que se apresentam como manchas bem características no horizonte, de contorno ecentuado e bem definido. Banhadas de sol, as

árvores adquirem, pelas densas sombras que projetam umas sobre as outras, tonalidades quase negras, marcando nitidamente os cabeços das cochilhas.

Agora o divisor toma sensível orientação SW — NL., dirigindo-se para Santiago do Boqueirão, o antigo e tradicional Povinho do Boqueirão. Recebe aí o nome de Serra do Boqueirão.

O terreno apresenta-se com extensas zonas apenas levemente onduladas, com cochilhas suaves, pelas quais se derrama o gado bovino, ovino e eqüino, pastando em boa fraternização, à qual não faltam as emas ariscas e gulosas. Enquanto isso, os quero-queros atentos, vigiam cuidadosamente a aproximação de qualquer intruso, lançando logo o seu alarma estridente, com o seu penacho garboso batido pelo vento.

Junto à Serra do Boqueirão, está situada a cidade de S. Francisco de Assis.

Não vai longe a Serra Geral com esse nome. Termina pouco adiante do meridiano de S. Francisco, na confluência do rio Itú com o Ibicuí. A altitude cai bastante até vir, docemente, suavemente, debruçar-se nas encostas do rio Uruguai, formando a sua margem oriental.

Ao sul da Serra do Boqueirão, já na baixada entre os rios Ibicuí e Jaguari, aparecem algumas formações em plena decomposição, restos isolados de elementos triássicos, e conhecidas pelas denominações de Loreto, Agudo e Glória.

Chegamos, desse modo, aos últimos elementos da Cochilha Grande do Norte. Passemos ao sul da grande linha Ibicuí — Jacuí.

Do meridiano de Alegrete para W., até Uruguaiana, estende-se o divisor da Cochilha de Santana, vinda de suas origens na Serrilhada, como veremos a seguir. Essa cochilha comporta-se como divisor d'águas entre o Quaraí e o Uruguai.

De Alegrete para SW., ainda alguns dependentes da mesma Cochilha de Santana e, para SL., a célebre Serra do Caverá, de famosa memória na história das revoluções políticas do Rio Grande do Sul. Devemos esclarecer, que, por Serra

do Caverá, estamos denominando toda a ramificação que se estende da região da Cruz de Pedra, a W. de Rosário, até a confluência do Ibirapuitan com o Ibicuí.

A Serra do Caverá, cujos últimos contrafortes descem até a confluência acima citada, atua como divisor de águas entre esses dois rios, com nítida orientação SL-NW., vindo ao encontro da Cochilha de Santana, da qual é uma ramificação.

A ligação da Serra do Caverá com a Cochilha de Santana é feita pela Cochilha do Rosário, que se estende da Cruz de Pedra para SW, vindo encontrar aquela na região ao N. de Livramento, denominada Cochilha dos Cerros Verdes, bela, poética e justa classificação, que bem exprime a baixa e colorida vegetação que reveste as suaves elevações que constituem esse conjunto.

Agora, já com o nome de Serrilhada, percorre a Cochilha de Santana a região ao sul de Bagé, passando entre os rios Santa Maria e Pirai-grande. Muda de nome, novamente. E, então, a Cochilha do Haedo, correndo entre Bagé e Lavras e lançando uma série de ramificações — Cochilha das Tunas, do Inhamé, etc.

Essas regiões, tão rapidamente assinaladas, incluem algumas elevações características, entre as quais a do Cerro Chato.

Estamos no ponto de união, de ligação, das elevações, que vimos ao norte do Ibicuí, com as que demoram ao sul. A Serra de S. Martinho liga a Cochilha Grande do Norte com a chamada Cochilha do Pau Fincado, pela qual aquela se continua. Na região da Serrilhada, a Cochilha do Pau Fincado encontra a de Santana. Há, aí, uma bifurcação; são duas ramificações que partem rumo a L. Uma, a do N., com o nome de Serra do Batovi, vai continuar-se pelas Serras de Caçapava, Encruzilhada e Herval. A outra, do sul, com o nome de Cochilha do Taboleiro, continua, a seguir, com as denominações sucessivas de Santa Tecla, Tapes e Cangussú.

As primeiras formam o divisor

d'águas entre o Jacuí e o Camaquã. Nesse divisor se localizam as cidades de Caçapava e Encruzilhada. As elevações formam as Serras do Herval, Encruzilhada e Caçapava, pertencentes à Serra do Mar.

Eis aí, esquematizadas, as elevações riograndenses.

II — ESTUDO HIDROGRAFICO

Com tantas elevações, dirigidas em tão variadas direções, o solo do Rio Grande é bastante irrigado. Seus rios e arroios correm por entre as cochilhas, fertilizando o solo fértil e generoso.

Não desejamos silenciar sobre uma confusão que se observa facilmente nas cartas do Rio Grande e relativamente aos termos arroio e rio.

É freqüente lermos, em algumas cartas, rio tal, enquanto noutras consta o mesmo acidente com o nome arroio tal.

Evidentemente, a diferença entre rio e arroio é de volume e extensão de curso, mas é preciso fixarmos perfeitamente a classificação, a fim de evitar dúvidas quando da designação de tais cursos d'água. Lembro-me bem que, em certa carta, li o grande Santa Maria classificado como arroio, o mesmo acontecendo com o Ibirapuitan. Imagino que nisso ande, também, uma certa influência fronteiriça, visto como a palavra arroio é muito do gosto dos nossos vizinhos.

A Cochilha Grande cabe o papel de divisor de águas. Realmente, suas vertentes L. e S. dão origem aos rios que vão desaguar no Atlântico, pelos canais das lagoas, particularmente a dos Patos e, depois, pelo canal do Rio Grande.

As vertentes N. e W., formam os rios e arroios que vão desembocar no magestoso Uruguai.

Dêsse modo, podemos dizer que o Rio Grande possui duas grandes bacias hidrográficas — a do rio Uruguai e a do Atlântico.

A esta última vêm ter todos os rios que, por intermédio do Jacuí, fertilizam a maior parte da região. Como bem diz o Padre Rambo, não existe outra região riograndense de tal modo dominada por um único rio.

Tão grande é essa influência, que há mesmo quem subdivida a bacia do Atlântico em quatro bacias menores: a do Jacuí, da Lagoa dos Patos, da Lagoa Mirim e da Costa do Mar.

Dêsse modo, o Jacuí constitui, na verdade, uma bacia cuja área é avaliada em 140.000 km quadrados tendo o rio um curso aproximado de 500 km.

O principal rio é o próprio Jacuí, cujo estudo vamos fazer.

É o mais importante do Estado, influenciando largamente na sua economia, seja como fator fertilizador, seja como meio de comunicação.

Suas cabeceiras estão na Cochilha Grande, logo a NE. de Cruz Alta, em plena mata.

Recebe, a seguir, as águas do Jacuizinho, também oriundo da Cochilha Grande, nascendo ao S. de Passo Fundo.

Dentro em pouco, ele se precipita no salto, espumante, sobre um degrau de rocha. Prossegue, depois, com margens relativamente baixas e arenosas, sempre revestidas de matas. De declive muito reduzido sua correnteza é bastante moderada, prestando-se por isso, à navegação.

Recebe o Jacuí inúmeros afluentes pelas duas margens, dirigindo-se, em acentuada direção N—S, até à cidade de Cachoeira, onde inflete decididamente para L., vindo constituir-se o principal contribuinte do estuário do Guaíba.

Dentre os seus principais afluentes, destacamos: o rio dos Sinos e o Cai; o grande Taquari, formado pela união das águas do Carreir e do Guaporé e de tão larga tradição na navegação fluvial do Rio Grande. Próximo às cidades de São Jerônimo e Triunfo, o Taquari encontra as águas do Jacuí, em bem acentuada confluência.

Devemos ainda citar o Rio Pardo, cujas margens são profusamente revestidas de vegetação. Suas nascentes estão na Serra do Botucaraí e suas águas alcançam as do Jacuí próximo à cidade de Rio Pardo, tradicional núcleo da história do Rio Grande.

Pela margem sul, destacamos o Vacacal, com as suas nascentes na Serra do Batovi. Forma um grande

arco de concavidade para L. e, passando por S. Gabriel e por W. de S. Sepé, vem alcançar o Jacuí a W. de Cachoeira. Este rio é o principal afluente do Jacuí. É tal a sua importância e de tal modo se comporta em relação ao Jacuí, que alguns estudiosos pensam ser o Jacuí afluente do Vacacai. Assunto a estudar e de difícil decisão. Em relação ao Vacacai, devemos assinalar, por não ser talvez muito sabido, que, em épocas de grandes enchentes, torna-se navegável. Tivemos mesmo informações seguras de que esse rio já permitiu navegação de vapor de rodas até à cidade de S. Gabriel, partindo de Pôrto Alegre.

Há, ainda, o Vacacai-mirim, nascendo na Serra de S. Martinho, o Ivai e outros de menor importância.

Todos esses afluentes, por intermédio do Jacuí, vão formar a ampla bacia do Guaíba, largo e caudaloso canal de drenagem das águas da bacia oriental para o Atlântico, através da Lagoa dos Patos.

Esses cursos d'água, tão frequentes, a par do grande contingente de benefícios que acarretam para o Estado, criam, entretanto, certas dificuldades no tocante à construção das nossas estradas, sejam ferro, sejam rodoviárias.

Inúmeras obras darte têm sido construídas sobre rios e arroios e, para atender determinados traçados, ainda faltam muitas outras, somando cerca de 10 km de pontes. Isso representa forte parcela no orçamento dos Departamentos interessados.

A falta de pontes, traz, como paliativo, a utilização de balsas, recurso atrasado, demorado e sobretudo incompatível com o intenso tráfego comercial do Estado, o que acarreta, inevitavelmente, graves percalços.

Não resta dúvida que, em alguns rios, as balsas são grandes, rebocadas por lanchas, o que, dentro de certos limites, abrevia o tempo de passagem. Mas, infelizmente, noutros, as balsas são muito rudimentares, com capacidade para pequena tonelagem, obrigando a formação de filas de veículos que per-

dem horas aguardando a vez de transpor o rio.

Temos viajado com bastante frequência ao longo da depressão, e temos tido oportunidade de presenciar a correria pela chegada às balsas e cremos que esse é um dos elementos causadores de acidentes, às vezes graves.

III — ESTUDO DEMOGRAFICO

A depressão central do Rio Grande do Sul é constituída pelos municípios de: Pôrto Alegre, Gravataí, Viamão, Guaíba, Triunfo, São Gerônimo, Canoas, General Câmara, Rio Pardo, Cachoeira, Santa Maria, São Pedro, São Sepé e São Vicente, atual General Vargas. São pois 14 as comunas que integram essa rica e fértil área do território riograndense, concorrendo todas, dentro de suas possibilidades, sempre amplas, para elevar bem alto o índice econômico estadual.

Vivendo uma vida semelhante, os núcleos de povoamento são aproximados, o que não se observa noutras regiões do Estado, particularmente na zona fronteiriça e da campanha, onde o afastamento é sensível.

Sem querer alongar-nos demasiadamente, faremos rápida apreciação sobre a evolução cronológica desses municípios que constituem a região em estudo.

As características próprias da mesma, favoreceram a penetração humana, seja pelo rio, seja por via terrestre.

Segundo o Padre Rambo, foi o jesuíta Roque Gonzales o primeiro branco a penetrar na depressão, vindo pelo Ibicuí e subindo esse rio, em 1626, firmando a sua colônista pelo estabelecimento de várias reduções.

Já pouco depois os seus companheiros fundavam novas reduções na bacia do Rio Pardo, ao sul e ao norte da atual cidade de Santa Cruz. Tais reduções foram incendiadas pelos bandeirantes de Antonio Raposo Tavares, vindos do planalto. É por essa época que o Padre Cristovam de Mendonça, explorando o planalto entre o Taquari

e o Cai, é apanhado pelos Caaguas, que o trucidam.

Na região de Rio Pardo, surge o forte do mesmo nome. Coube aos acorianos a penetração pela parte leste da depressão, mantendo mesmo a entrada desse lado, fundando Viamão e Porto Alegre e subindo depois o Jacuí, rumo de Cachoeira.

Antes da conquista das Missões, realizada na epopéia de José Borges do Couto e Manoel Pedroso, Rio Pardo era pósto de fronteira, segundo a linha divisória do Tratado de Santo Ildefonso. A penetração ao longo do Jacuí foi sendo assimilada pelas povoações que foram surgindo às suas margens. O rio conduziu a conquista do branco.

Não somente o Jacuí orientou essa penetração. Seus afluentes também desempenharam idêntico papel. Assim sucedeu com o Taquari, Cai, Sinos, etc.

Segundo uma reconstrução histórico-cartográfica realizada pelo benemérito e eficiente Departamento Estadual de Estatística, baseada numa carta do Continente de Viamão ou del-Rei em 1751, a depressão era habitada principalmente pelos índios Tapas. Provavelmente teria havido infiltrações de índios Guaranazes, Caaguas e Arachanes, estes últimos pelo sul de Cangussu à Guaiba.

Nessa época, os núcleos demográficos seriam representados pelo porto de Viamão e pelos fortes ao longo do Jacuí, bem como pelas estâncias. Os fortes eram os de Santo Amaro, 1737; Jesus-Maria, José, 1750, e da Estacada, todos ao longo do Jacuí. Para o norte, a selva virgem, ainda não investida pelo homem branco. No NE, a povoação de N. Sra. da Oliveira da Vacaria, pouso dos pioneiros que vinham buscar o gado. Para o NW, os Povos das Missões. Na entrada da depressão: Porto de Viamão, depois Porto dos Casais e Viamão.

Já por 1763 até 1773, Viamão era a capital da Capitania. Fundada a Povoação de S. Francisco dos Casais, em 1742, o seu nome, em 1809, era de N. S. da Madre de Deus de Porto Alegre. Além desse, existiam os núcleos de N. S. dos Anjos de Aldeia, Bom Jesus do Triunfo,

Santo Amaro, N. S. do Rosário do Rio Pardo e N. S. da Conceição da Cachoeira. Em 1822 estava acrescida a depressão de Santa Maria da Boca do Monte. Dai por diante, rapidamente foram surgindo os núcleos da população, já influenciados por elementos colonizadores de imigração, dos quais destacamos os de origem germânica e italiana, mais tarde.

O elemento desbravador, o lizitano acoriano, penetrou principalmente até Cachoeira, aí radicando-se e dedicando-se à lavoura.

O elemento colonizador deu preferência à margem norte do Jacuí, onde começaram a surgir as plantações de feijão, arroz, alfafa, milho e fumo. Algumas indústrias baseadas na agricultura e pequena criação, foram também tomando incremento.

Dilatando-se os núcleos de povoamento, foram surgindo as grandes lavouras de arroz, beneficiando-se das grandes planícies e varzes marginaes e que hoje cobrem grande extensão, concorrendo, acentuadamente, para a economia do Estado.

A afluência do elemento colonizador concorreu, de maneira sensível, para a formação de um verdadeiro canal habitado, pelo "hinterland" riograndense, ligando as duas fronteiras, as duas entradas da depressão. Dêsse modo formaram-se núcleos sociais de vulto, destacando-se os de Santa Maria e Cachoeira, pondo-se em lugar à parte, é claro, o da capital do Estado.

O elemento colonizador de origem germânica é em princípio, constituído de indivíduos pacatos, retraídos, vivendo a verdadeira vida familiar. Cultivam seus tratos de terra, as suas colônias, com o auxílio exclusivo da mulher e dos filhos. Terminado o trabalho que vai o dia inteiro, recolhem-se às suas casas de madeira. Raramente se congregam com os vizinhos. Devemos, entretanto, acentuar que os elementos da mesma origem que vivem nas cidades, apresentam-se de maneira diferente. São alegres e comunicativos, de modo geral. Gostam da vida associativa, reu-

nindo-se para jogar bolão e beber cerveja. São dados as práticas desportivas e muito contribuíram no Rio Grande para o desenvolvimento do esporte.

O elemento lusitano ocorreu, preferencialmente, às cidades, entregando-se às pequenas plantações de hortícolas ou ao comércio atacadista e varejista de secos e molhados. Ao contrário do elemento de origem teuta, que procura sempre melhorar socialmente, o luso maltem-se em termo geral num nível médio. Entretanto, os que adquirem destacada prosperidade nos negócios, assumem também representação social, sendo notoriamente inclinados às obras de filantropia social, tais como hospitais, sociedades beneficentes, etc., orientados por acentuadas tendências religiosas.

O elemento de origem italiana pouco se radicou na depressão central, dirigindo-se antes para o planalto, onde as suas colônias prosperaram, sob o seu brago devotado e resolutivo.

Hoje, a depressão, como elemento social, é a mais desenvolvida região do Estado, sendo a sua população cerca de 1/5 da população total do Rio Grande. Esse índice bem demonstra o valor de tal zona como núcleo demográfico, superando o qualquer outra do Estado.

IV — ESTUDO ECONÓMICO

Passemos, finalmente, ao estudo da última parte deste trabalho, encarando a depressão central pela sua significação económica.

Vimos, antes, como são diversos os aspectos apresentados pela região em tela, dada a sua grande extensão no sentido L. — W., bem como os seus extraordinários recursos hidrográficos, que mantêm um solo propício a todas as iniciativas.

E realmente, desde Porto Alegre até General Vargas, esse tem sido o sentido do aproveitamento da região, revestindo-se o solo com as culturas aconselhadas pela disposição topográfica e características geofísicas que apresenta.

Grandes plantações, roças e habitações frequentes formam o cenário comum. As casas, em sua maioria de madeira, localizadas no meio de roças de milho, mandioca e feijão. O aspecto é típico da zona de pequena propriedade, com criação de aves e suínos. São frequentes os bosques de eucaliptos, constituindo capões bem conhecidos de todos os que viajam pelas estradas do Rio Grande.

Bem merece o eucalipto uma referência especial. Árvore largamente disseminada no Estado, ainda cultivada de maneira bastante empírica, é quase exclusivamente aproveitada como lenha.

Adquiriu grande popularidade no Estado e não há uma criança que não a reconheça à distância.

Entretanto, como desejaríamos que lhe dessem o valor que realmente possui, quando cultivada em termos orientados.

Já tivemos a grata oportunidade de visitar, na cidade de Rio Claro, no grande Estado de São Paulo, o Horto Florestal da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, obra imortal de Navarro de Andrade. É uma realização prodigiosa! Só mesmo vendo, com os próprios olhos, tal empreendimento, é que se pode imaginar o que vale a cultura racional e cientificamente dirigida. O eucalipto, dada as suas inúmeras variedades, cada qual com características diferentes, presta-se a mil e uma aplicações, sendo a última, e mais vil, a lenha. É empregado como madeira de construção, seja como barrotes e linhas, seja desdobrado, em táboas; utilizado como postes e ainda no preparo de pranchas compensadas. Belíssimos móveis, até em estilo, são construídos com a sua madeira. O Horto Florestal citado, é uma verdadeira escola, o Instituto do Eucalipto. Além disso, está o Horto aparelhado para estudar as melhores condições de plantio, seleccionando as qualidades de acordo com as características da terra em que se pretende cultivá-las. Possui laboratórios experimentais de selecção de sementes e de estudo das enfermidades intrínsecas e extrínsecas da árvore. Enfim, é uma organi-

zação extraordinária. Merece ser mais conhecida e freqüentada.

Apesar de, praticamente, cultivarmos o eucalipto sem maiores requisitos ditados pela experiência, êle constituiu, no Estado, recurso econômico de valor apreciável, ainda que no uso quase exclusivo de lenha.

A economia do Estado, como é natural, está na dependência dos meios de comunicação. Como muito bem assinalou o ilustre engenheiro Dr. Egídio de Souza, ex-Diretor do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, em interessantíssima conferência, realizada por ocasião da Segunda Reunião das Administrações Rodoviárias, em Porto Alegre, 1946, — a economia do Rio Grande recebeu profunda

modificação e evoluiu consideravelmente, depois que o seu solo começou a ser cortado por estradas bem construídas e obedecendo a um plano racional de distribuição.

Essa uma afirmativa que enfrenta qualquer contradição. Mercê de novos tempos e de vistas administrativas amplas e orientadas, passou rapidamente o Rio Grande do Sul, do último lugar em estradas de rodagem do país, em situação de igualdade com o território do Acre, ao segundo lugar indiscutível, ultrapassado apenas por S. Paulo.

Impossível viajar ou manter tráfego habitual nas estradas do nosso Estado antes da existência do DAER, Departamento ao qual jamais pagaremos o quanto de útil tem produzido em favor da nossa



Fig. 3

economia e mesmo da defesa do nosso desenvolvimento.

Viajar pela rodovia, anos atrás, era uma aventura só empreendida em última instância, tais os riscos e a insegurança de que se revestia.

Hoje, a rodovia corta o Rio Grande em todos os sentidos. Rapidamente vamos de Porto Alegre a Bagé, do extremo Norte do Estado ao Sul. Dentro de certos aspectos, a rodovia ultrapassou, em utilidade, a própria ferrovia, pela sentida maleável de seus traçados, em certas zonas mais consentâneas com as necessidades econômicas.

As ferrovias que se distribuem pela depressão central, fazem-no apenas no sentido L — W., entre Alegrete e Porto Alegre. De Porto Alegre irradia a linha para Caxias e, de Santa Maria, a linha para o centro do país. Depois, a Cacequi — Rio Grande e aí está o esquema fundamental da via férrea riograndense. Como se vê, por demais resumido para atender às reais necessidades da vida econômica do fértil solo riograndense. Daí a forte concorrência que vem sofrendo a Viação Férrea da parte dos transportes rodoviários. Entretanto, bem sabemos que, dentro de traçados bem orientados, os serviços ferroviários são superiores aos rodoviários, pela capacidade de maior tonelage transportada.

As ferrovias surgiram no Rio Grande como consequência de um duplo aspecto: estratégico e econômico, julgando nós, entretanto, que o segundo predomina sobre o primeiro. Realmente, a noção de necessidade estratégica é uma concepção evolutiva, aumentando ou diminuindo de valor de acordo com a participação maior ou menor de determinada região na vida ativa de uma zona.

Ambas as noções estão, portanto, intimamente ligadas.

Mas, desde o início de seu povoamento, o Rio Grande foi, sobretudo, uma zona de pecuária. Já os seus desbravadores aqui vinham em busca do gado que deveria ser vendido nas feiras do norte, principalmente Sorocaba.

Em "Velhos Caminhos do Rio Grande", trabalho do meu saudoso

tio General João Borges Fortes, foi apontado esse fato.

As estradas de ferro começaram a surgir no solo riograndense na época em que o espírito empreendedor de Mauá rompeu a rotina do amalhamento do capital privado, pregando e estimulando a sua aplicação em empresas de serviços públicos. Ora, é claro que quem invertia dinheiro em estradas de ferro, queria lucros, sem cogitações das vantagens estratégicas de um traçado.

Entretanto, as grandes dificuldades sofridas nos transportes, por ocasião da guerra contra o Paraguai, levaram os poderes do Império a pensar na construção de linhas que atendessem, igualmente, às necessidades militares.

Evidentemente, o Rio Grande não poderia fugir à orientação geral de ordem econômica quanto ao traçado de suas linhas ferroviárias. Tanto a ferrovia que liga Porto Alegre a Urugaiana, como a ligação Santa Maria — Marcelino Ramos, isto é, centro do país, revelam particularmente cogitações econômicas.

A estrada de Porto Alegre — Santa Maria foi iniciada em 1874 e concluída em 1882. A ferrovia Santa Maria — Urugaiana foi construída entre 1890 e 1907, sendo inaugurada em dezembro deste último ano.

O ramal Cacequi — São Gabriel e a ligação Bagé — S. Sebastião, foram construídos em 1896. Mas S. Sebastião só se uniu a S. Gabriel em 1900.

A linha Bagé — Rio Grande, entretanto, de valor nitidamente econômico, conduzindo do maior empório de gado da época para o porto de mar do Rio Grande, foi construído em 1884.

A linha Santa Maria — Marcelino Ramos só foi concluída em 1910. Praticamente, só entre 1890 e 1910 é que se trabalhou ativamente em construções ferroviárias no Rio Grande.

De qualquer maneira, a linha Porto Alegre — Urugaiana e a Santa Maria — Marcelino trouxeram, como consequência, o tráfego ferroviário pela depressão, criando, desse modo, para essa região, uma

invejável situação econômica, com o trilho ao pé da obra.

Eis uma das mais ponderáveis razões para explicar o grande surto de prosperidade dessa zona do Estado.

Não podemos esquecer o imenso papel desempenhado nesse desenvolvimento pelo Jacuí e alguns dos rios que nele vêm desaguar, como o Taquari, Cai, etc. Dispõe, portanto, a depressão central, dessa outra inestimável via de comunicação, a fluvial, que colocou ao serviço da nossa economia toda a zona colonial banhada pelo Taquari e outros afluentes navegáveis do Jacuí, zona aliás riquíssima.

Com todos esses indispensáveis requisitos de estímulo à produção, agora acrescidos de ótimas estradas de rodagem, não é de admirar que o grande vale concorra, como notável parcela da economia gaúcha, nos diferentes setores da atividade humana, desde o pastoril e agrícola ao industrial.

Ainda, dada a sua riqueza fluvial, acidentada pela formação do solo, devemos salientar o potencial elétrico, capaz de ser obtido não só no Jacuí como em alguns de seus afluentes.

O Ival tem um potencial medido de 6.567 CV. O Jacuí o de 40.000 CV.

Tão elevadas possibilidades constituem parte destacada do Plano Geral de Eletrificação do Estado, em plena fase de realização pelo Governo do Rio Grande.

A riqueza mineral da região não é menor que as demais. Está soberbamente representada pelas minas de carvão de S. Jerônimo, por onde passa o precioso e farto filão carbonífero do Estado. Sem ser um carvão de condições excelentes, representa, apesar disso, acentuado papel na economia industrial riograndense. Tem servido para manter o tráfego da Viação Férrea e para as diferentes usinas de luz e força. E bem evidenciada ficou essa influência, quando, por ocasião de uma das greves levadas a efeito pelos mineiros, tivemos o tráfego ferroviário interrompido e falta de luz e força, com paralização das atividades industriais.

Se maiores serviços não são prestados pelo carvão riograndense,

deve-se isso, em parte, à irregularidade de sua extração, além da falta de uma legislação que assegure o consumo dessa riqueza em limites compensadores. Essa falta tem repercutido de maneira prejudicial nos trabalhos das minas.

A produção pecuária tem boa representação nos diferentes municípios, ainda que não constitua a base econômica da região.

Esta é, sobretudo, agrícola e industrial. A primeira, fartamente explorada em todos os municípios, é constituída de grandes lavouras de arroz. Também o trigo, milho, feijão, etc., ocupam saliente lugar. O fumo, excelente e bem aceito, é disputado pelas fábricas de fumos e cigarros.

A produção industrial da depressão ocupa talvez o maior lugar de sua economia. Salienta-se mesmo no Estado e no País.

Começando por Pôrto Alegre, onde a exploração industrial abrange os mais variados ramos das necessidades humanas, raro é o município do vale do Jacuí que não dispõe de indústrias, nuns mais desenvolvidas, noutros em estado incipiente, mas, de qualquer modo, apresentando produtos de confecção honesta e conscienciosa, não só bem aceitos, como mesmo procurados pelos mercados consumidores.

Tendo em vista que a rede rodoviária do Estado melhora dia a dia, bem compreendida, afinal, a sua inestimável importância, tanto mais rápido tende a ser o desenvolvimento industrial dos municípios, o que levará a região que estudamos a destacado lugar no conjunto da economia do Rio Grande e do Brasil.

Eis aí o estudo que nos propitsemos realizar. O trabalho exposto representa, como ficou previamente anunciado, um ensaio de estudo sistemático de uma região. Não trouxe novidades. Tudo é conhecido de todos.

Entretanto, parece-nos que, sob certos aspectos, encarados em sua dependência, em conjunto, haveria algum interesse em expô-lo.

Foi o que procuramos fazer, utilizando, ao máximo, nossos conhecimentos pessoais da região estudada.

O VALE DO SÃO FRANCISCO

UM CORREDOR GEOGRÁFICO, HISTÓRICO, POLÍTICO, ECONÓMICO E MILITAR ENTRE O NORTE E O SUL DO BRASIL

Major JOÃO BAPTISTA PEIXOTO

I

Este artigo não contém nenhuma novidade, porque sabemos que existem preciosos trabalhos de escritores e técnicos sobre a história e os problemas do Vale do São Francisco.

O nosso objetivo é apenas apresentar uma síntese da bacia do grande rio nacional, sob os aspectos fisiográfico, econômico, social e militar, tendo em vista mostrar a influência que o Vale do São Francisco tem exercido e certamente continuará exercendo, não somente sobre a evolução social, política e econômica, como também sobre a segurança militar do país.

Assim, o presente trabalho é somente um condensado de informações para os que estão, nelas, interessados.

II

1 — ASPECTO GERAL

O São Francisco é um rio de planalto que corre na direção geral de S. para N. e banha cinco Estados da Federação. Sendo navegável em grande parte de seu percurso, teve o importante papel de elemento de ligação entre o N. e o S. do Brasil, papel este que ainda desempenha, a despeito do abandono em que tem permanecido. A 300 km da sua foz, no Atlântico, desce do planalto para a planície, através da *Cachoeira de Paulo Afonso*, uma queda de 80 m de altura, cujo potencial hidrelétrico reserva a energia de que tanto precisa o vale do magestoso

rio e o Nordeste para o seu desenvolvimento. A bacia do São Francisco ocupa uma área comprida e estreita de cerca de 700.000 km², na Região Leste do país. O contorno orográfico desta área é formado pela Serra do Espinhaço e a Chapada Diamantina, a leste; pelo Espigão Mestre, a Oeste; pelas Serras do Piauí e Dois Irmãos, ao Norte e pela Serra da Canastra, ao Sul.

2 — ASPECTO FISIOGRAFICO

Como consequência da estrutura geológica, o solo do vale é de grande fertilidade. O rio corre primeiro sobre rochas ígneas, em seguida sulca rochas metamórficas e depois atravessa rochas sedimentares.

Os rios integrantes da bacia, além do São Francisco, são os seus afluentes:

- o Paracatú, o Carinhanha e o rio Grande, na margem esquerda;
- o Paraopeba, o rio das Velhas e os sulcos do Jacaré e do Salitre, na margem direita.

O clima do vale do São Francisco é quente e seco, exceto nas nascentes e na foz. Por isso, no trecho médio do rio, a vegetação só existe nas margens do mesmo e a criação é muito reduzida.

A irregularidade das chuvas é a grande fatalidade climatológica da região.

A fisiografia da bacia do São Francisco seria inteiramente favorável à vida e ao progresso, se não

fôsem as desvantagens do clima, decorrente da irregularidade das chuvas, cujas longas estiagens constituem fortes obstáculos às atividades humanas.

Sob ponto de vista fisiográfico, a bacia do São Francisco pode ser dividida em 3 partes:

- a 1ª Parte, cuja área corresponde ao trecho do alto São Francisco — das nascentes até Pirapora.
- a 2ª Parte, cuja área corresponde ao médio São Francisco e que compreende:
 - o trecho entre Pirapora e Joazeiro, francamente navegável.
 - o trecho das cachoeiras, entre Joazeiro e Jatobá.
 - o trecho das cachoeiras, entre Jatobá e Piranhas.
- a 3ª Parte, cuja área corresponde ao baixo São Francisco — de Piranhas à foz.

3 — ASPECTO ECONÓMICO

Produção

A área correspondente ao alto São Francisco é a mais favorecida pela natureza. A terra é mais rica (região das minas), a água é mais abundante (chuvas regulares e ricos vales) e o clima é muito melhor (influência da altitude). Além disso, é mais habitado e mais próspero, pois também está mais próximo de maiores centros.

A riqueza do médio São Francisco é a navegação entre Pirapora e Joazeiro, demorada (8 a 10 dias de viagem para cobrir 1580 km) e difícil, devido aos obstáculos que as estiagens causam — acentuada variação do volume entre a vassante e a enchente e conseqüente desagregação das margens. Outra riqueza que este trecho encerra é o extraordinário potencial hidrelétrico da Cachoeira de Paulo Afonso, cujo aproveitamento proporcionará a redenção do rico vale abandonado e do nordeste, cada vez mais esgotado por falta de energia.

A característica do trecho final é a plantação de cereais nas margens

sedimentares do rio. Toda esta região é fértil, densamente povoada e francamente navegável.

Comércio

O comércio do vale do São Francisco é muito reduzido, exceto no 1º trecho, o que é uma conseqüência das dificuldades de vida e da falta de comunicações. A população vive nas cidades ribeirinhas, porque só nas margens do rio a plantação e a criação resistem ao clima. Em todo o médio São Francisco, a pobreza é um espetáculo entristecedor.

Energia

A grande esperança da recuperação do importante vale está no aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso, cuja energia hidrelétrica mudará completamente a fisionomia da região pelos benefícios que proporcionará à mesma:

- a regularização do volume do rio, pelo represamento;
- a irrigação da terra, tendo em vista facilitar a vida dos seres orgânicos;
- a canalização do rio, para facilitar a navegação.

Na região do alto São Francisco, a força propulsora será fornecida por uma série de pequenas usinas construídas na própria área mineira.

Comunicações

Além do aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso, o plano de recuperação do vale do São Francisco prevê a ampliação das comunicações da bacia, tendo em vista facilitar as ligações do vale, tanto para o Norte como para o Sul e para Leste.

Assim, no sentido longitudinal, além da navegação fluvial, o centro do país ficará ligado ao Norte por estrada de ferro (vinculação ferroviária E.F.C.B.-E.F.L.B.); pela rodovia Rio-Bahia; pela rota aérea do interior (Rio-B. Horizonte-Bom Jesus da Lapa-Belém); no sentido transversal, o vale será ligado ao mar pelas rodovias transversais de Minas (Vitória-B. Horizonte-Uberaba); da Bahia (Sal-

vador-Lençóis-S. Francisco-P. Nacional) e de Sergipe (Joazeiro-Jeremoabo-Aracajú); as ligações ferroviárias de Pirapora à B. Horizonte, ao Sul, de Joazeiro à Salvador, ao Norte, e de Lapa à Ilhéus completam a rede de comunicações da bacia.

Aspecto social

Os recursos humanos da bacia são muito precírios, tanto em quantidade como em qualidade. O plano de recuração prevê a valorização do homem e o povoamento do vale — medida humana e patriótica de urgência.

Sendo navegável em grande parte do seu curso, o São Francisco serviu como via de penetração para a conquista do interior e, até hoje, a despeito do progresso, a navegação no grande rio da unidade nacional continua ativa, transportando gente do Norte e do Sul.

As facilidades oferecidas pela negação de cabotagem prejudicaram o desenvolvimento da navegação fluvial no Brasil, por longo período.

Porém, a ação dos submarinos, na última guerra, restringiu a liberdade das frotas mercantes no mar e conseqüentemente obrigou ao recurso da aquavia fluvial.

Aspecto militar

Em vista da deficiência das comunicações terrestres e da extensão territorial, a navegação marítima suportou, durante séculos, o peso dos transportes, entre o Norte e o Sul do Brasil.

O oceano foi e ainda é o eixo principal das nossas comunicações; todavia, as dificuldades conseqüentes das restrições impostas à navegação marítima, durante a última guerra, comprovaram a necessidade de se desenvolver as ligações interiores entre o Norte e o Sul do País.

III

A valorização da bacia do São Francisco é, pois, um imperativo da economia, da soberania e da integridade nacional.

O plano de ação consiste em:

- fornecer energia elétrica à região — único meio de recuperar, no tempo e no espaço, o atraso social e econômico existente.
- ampliar o sistema de comunicações, tendo em vista facilitar a circulação da riqueza e os transportes militares, em caso de guerra.

A valorização desta rica área semi-abandonada tem os seguintes objetivos:

- 1º estreitar as ligações entre o N. e o S. (objetivo político);
- 2º reduzir o desequilíbrio econômico entre o N. e o S. e entre o litoral e o interior (objetivo econômico);
- 3º proporcionar meios de comunicações contínuos e seguros entre o Norte e o Sul, necessários ao desenvolvimento econômico e à defesa militar (objetivo militar);
- 4º povoar uma rica e importante região até agora praticamente desabitada e desprovida de recursos (objetivo social).

E, assim, o vale do São Francisco, que já era, pela própria natureza, um corredor geográfico e, pelo destino, um corredor histórico entre o Norte e o Sul do Brasil, tornou-se também um corredor econômico e militar, através do qual os recursos da região meridional poderão ser levados à região setentrional com segurança e continuidade, no interesse da economia e da defesa nacionais.

JOSÉ POLICARPO DE MENDONÇA

REPRESENTAÇÕES

RUA DO COMÉRCIO, 595 — DEPÓSITO: RUA BÓA VISTA, 34

CAIXA POSTAL, 85 — END. TELEGR. "POLICAR"

MACEIÓ — ALAGOAS — BRASIL

superioridade sobre os inimigos. Houve batalhas, tais como a de CARRHAË, no ano de 53 A.C., na qual um exército romano foi aniquilado por elementos de cavalaria de PARTIA; mas como isso constituía uma exceção e não a regra, a necessidade de uma evolução maior não era então muito urgente. Além das questões econômicas, havia outras razões pelas quais as tropas montadas não logravam sobrepujar as demais e estas eram a falta de uma organização adequada e da tática necessária para uma ação de maior duração no tempo e no espaço. Enquanto era relativamente simples desenvolver os infantés em ordem de batalha e lançá-los contra uma organização semelhante do inimigo, ou então esperar a carga do adversário, — tais processos não podiam ser aplicados aos romanos montados. Necessitava-se de uma forte disciplina e de uma organização muito perfeita antes de poder aplicar os processos adequados, mas, uma vez conseguidos, como foi o caso do Império Romano e com os mongóis de Gengis Khan, pôde-se mesmo prescindir completamente da infantaria.

Sob o impacto dos ginetes bárbaros, ante os quais as tropas a pé não puderam fazer frente, a cavalaria se converteu na arma principal e no sistema social que imperou na Europa ocidental, depois da queda do Império Romano, perpetuando a ascendência e o poder do homem montado.

Para o cavaleiro medieval, entretanto, o cavalo não foi tanto um meio de mobilidade tática, senão antes um meio de deslocar-se pelos caminhos daquela época e de transportar a sua pesada equipamento.

O declínio da organização militar conduziu inevitavelmente à degeneração das batalhas em escaramuças desordenadas e, enquanto o cavaleiro não encontrou na sua frente nada mais perigoso que adversários idênticos a ele, seu império foi absoluto. Seu valor individual e seu equipamento, especialmente a armadura, contribuíram decisivamente para as suas

vitórias e não é surpreendente que se tendesse a aperfeiçoá-la o mais possível e que se estivesse mesmo disposto a sacrificar a sua mobilidade em benefício de u'a maior proteção, se bem que reduzindo ainda mais a sua marcha, que já era lenta e pesada.

Apesar da formidável atuação dos cavaleiros em combate individual, — quando se viam frente a uma tática superior, ou melhor a qualquer classe de tática, a sua armadura não os salvava da derrota em mãos de seus inimigos melhor organizados. Em 1187, por exemplo, os sarracenos, em Hittin e os mongóis, em Liegnitz (1241) lograram derrotá-los, impondo os seus próprios termos. Os mongóis especialmente sob Gengis Khan combinando a tradicional mobilidade do ginete nômade com uma organização altamente desenvolvida, produziram o que foi, provavelmente, a expressão mais afortunada dessa época da potência do músculo e mesmo muito superior aos meios empregados por todos os seus adversários, como demonstraram nos campos de batalha do Século XIII.

Também na Europa ocidental os cavaleiros da Idade Média acharam mais de um competidor superior a eles. A infantaria aproveitou bem os ensinamentos de então, uma vez que os cavaleiros negligenciaram a aplicar as lições recebidas e nada fizeram para explorar a sua própria mobilidade, malbaratando as suas forças em várias investidas e perdendo a sua superioridade. A posição da infantaria se viu robustecida ainda mais pela introdução das armas de fogo que começaram, lenta mas persistentemente, a substituir todas as armas impulsionadas pelo músculo. Em consequência disso, as batalhas converteram-se cada vez mais em combates de tiro e nos Séculos XVI e XVII, tratou-se de combinar a potência de fogo do mosquete ou da pistola com a mobilidade do cavaleiro. Os esforços nesse sentido, não tiveram êxito e a cavalaria voltou aos processos de uma época remota, efetuando cargas a sabre ou lança e confiando

na velocidade para proteger-se das armas de fogo, que se aperfeiçoavam muito lentamente.

No Século XVIII, implantou-se rapidamente um novo processo para a infantaria, combinando a potência mecânica do mosquete com o processo muscular da baioneta, como o principal componente de todo o exército. Numa extremidade, os seus esforços eram apoiados pela cavalaria que, confiando quase completamente na arma branca e na velocidade, compensava a falta de mobilidade da infantaria; na outra extremidade, estava apoiada pela artilharia que, baseando a sua ação completamente na potência de fogo de suas armas, completava a trilogia, dispositivo que passou a ser considerado, ainda em nossa época, como "fundamental".

Entretanto, à medida que se foram aperfeiçoando as armas de fogo, a importância do combate físico declinou e a tática da cavalaria, baseada na força do músculo, teve que ceder o lugar. Apesar de muitos esforços heróicos, mas infrutíferos, para manter a tradição da cavalaria, esta se viu obrigada a combater, cada vez mais, como infantaria, com o fuzil na mão, empregando o cavalo apenas como meio de transporte para atingir ou deixar o campo de batalha. Similarmente, no caso da infantaria, a importância da carga à baioneta foi desaparecendo gradualmente, enquanto o poder e a importância da artilharia aumentavam rapidamente. Foi Napoleão quem assinalou este processo, quando disse, em Santa Helena, que "a artilharia decide a sorte dos exércitos e das nações".

Enquanto a evolução das armas de fogo fez desaparecer todas as armas anteriormente acionadas pelo músculo, não houve, durante um extenso período, desenvolvimento correspondente no terreno do poder motor e todo movimento dependia ainda do músculo dos homens e cavalos. Sob tais circunstâncias, era inevitável um lento desvio do poder atacante e da mobilidade, que deslocou a vantagem para a

defensiva estática, enquanto o atacante somente podia combinar com a maior dificuldade os dois elementos essenciais da ação ofensiva — o poder ofensivo e a mobilidade. A infantaria, por exemplo, podia avançar ainda, — quando se aplicavam processos adequados, como o fez a infantaria alemã, em 1918, mas o fuzil já não era mais a fonte principal da potência de fogo, sendo seu lugar ocupado pelo canhão, cuja capacidade de manobra era, então, muito restrita. Foi recentemente, com o advento da força motriz e da viatura automotora, que o poder do músculo foi substituído e se conseguiu combinar novamente o poder do fogo com o movimento.

Muito lentamente, a princípio e com o progresso entravado grandemente por dificuldades mecânicas, as viaturas de combate motorizadas (a princípio com rodas e logo depois com lagartas), começaram a fazer a sua aparição e ocuparam, pela primeira vez, um lugar proeminente, representadas pelos carros de combate britânicos e franceses de 1916-18. Sua concepção e seu emprego imediato foram ditados, em grande parte, pelas necessidades e processos de combate da arma mais antiga, a infantaria, a que deviam apoiar, para vencer as redes de arame farpado e destruir as metralhadoras. Mas, logo que apareceram no campo de batalha, ainda em estado imperfeito, reintroduziram o elemento movimento que estivera quase completamente ausente desde o declínio da Cavalaria.

Algumas das vantagens da viatura blindada de combate e das forças mecanizadas foram reconhecidas por uns poucos ainda antes da terminação da 1ª Grande Guerra, como o revelam os escritos do General Fuller e do General Etienne. Mas em geral, fora de um reduzido círculo de entusiastas, as vantagens táticas e estratégicas da mobilidade mecanizada acharam pouca compreensão durante o período imediato do pós-guerra e toda tendência para o seu desenvolvimento teria que enfrentar não só as limitações técnicas

cas do equipamento do material, senão também contar com a inércia do sistema estabelecido, que só com muita relutância reconheceu a arma blindada. Entretanto, a emancipação parcial dos carros de combate da tutela das armas mais antigas, tornou possível um esforço para o desenvolvimento de novas formas da guerra de movimento, em consonância com os aperfeiçoamentos técnicos e, nos últimos anos da década de vinte e nos primórdios da de 30, o Corpo Real de Carros de Combate Britânico fez rolar a pedra. Os alemães os seguiram e foram os primeiros a pôr em prática os novos processos, baseados em antigos princípios — nas campanhas de "blitz-krieg" que tiveram um êxito tão extraordinário.

O êxito inicial dos carros de combate, durante a 1ª Grande Guerra, à parte o efeito psicológico de toda arma nova, foi devido principalmente à sua invulnerabilidade ao fogo das armas portáteis, um dos principais fatores que contribuíram para o fracasso de muitas ações ofensivas. Em consequência, não é de surpreender que o êxito evidente da proteção blindada fizesse uma profunda impressão. A proteção blindada, mais que a mobilidade, (então restringida por dificuldades mecânicas), foi a característica explorada pelos primeiros carros, que avançaram para abrir caminho à infantaria.

Na França, por exemplo, onde durante quase um quarto de século os carros somente foram os auxiliares da infantaria, a evolução se deteve em tal etapa. Foi assim que toda a filosofia fundamental não se apartou jamais das vantagens da proteção blindada, para contrapor-se às vantagens muito mais importantes da mobilidade mecanizada. E as idéias francesas foram copiadas, em maior ou menor grau, por muitos outros países, inclusive os Estados Unidos. Também na Grã-Bretanha, a doutrina do apoio cerrado à infantaria, que, por um momento, esteve fora de graça, foi retomada em meados

da década de trinta, com a reaparição da blindagem como fator dominante.

Os "tanques de infantaria" britânicos proporcionaram um exemplo nítido do resultado de tais idéias: — a atenção se concentrou, em primeiro lugar e antes de tudo, na proteção blindada, sacrificando não somente a mobilidade, senão descuidando simultaneamente o armamento. Especialmente este último os fez competir desvantajosamente com os carros de combate pesados de outros exércitos, como o alemão e o russo, que trataram de fazê-los mais poderosos em todo sentido e não apenas melhor blindados. Além do mais, a couraça é um atributo exclusivamente passivo e como o objetivo de todo combate é aniquilar o adversário, tal "desideratum" só poderá ser efetivado se for coadjuvado por meios eficazes de poder ofensivo.

O realce concedido à proteção blindada conduziu inevitavelmente à conclusão pessimista de que as viaturas blindadas de combate ficavam antiquadas, cada vez que aparecia uma arma mais eficaz para perfurar a blindagem e, muitas vezes, prematuramente se escutou o seu canto de cisne. Mas, se houve momentos em que pareceu ser possível criar um colosso blindado, invulnerável, esses momentos foram passageiros e não foram mais que um sonho. Sempre se sofrerão perdas e o querer chegar à invulnerabilidade, apenas poderá conduzir a uma "reductio ad absurdum" na proteção blindada. Em outras palavras, a concentração dos esforços na proteção blindada e o querer algar os carros de combate ao passo de marcha da infantaria, deram fraco rendimento ao combinado potência de fogo — movimento, que o carro de combate tornara possível; na realidade, são sintomas quase idênticos da falta de compreensão das vantagens da mobilidade mecanizada. Mas, nem por isso se deve chegar à conclusão de que se deve excluir das nossas cogitações a cooperação dos carros com a infantaria,

sob condições apropriadas; ou que a infantaria, enquanto subsista em sua forma atual, não deva beneficiar-se da mecanização. Todavia, com respeito à mecanização, muito mais sensato seria encará-la em termos de uma fonte móvel de potência de fogo, muito mais poderosa que a proporcionada pelas armas da infantaria e não apenas como um enorme rôlo compressor blindado.

Por outro lado, as tendências para o desenvolvimento das vantagens proporcionadas pela mobilidade mecanizada também encerram os seus perigos. Quando levadas ao extremo, tenderam a fazer da mobilidade um fim em si mesmo, em lugar de, no plano tático pelo menos, um meio para tornar o armamento mais eficaz. Na prática, essa tendência se revelou em projetos de carros que procuravam aumentar a mobilidade, descuidando lamentavelmente o armamento. Vários tipos de carros leves dos dias de pré-guerra (deixando de parte as questões econômicas) foram um exemplo dessa orientação, estribada no grande valor dos carros na exploração do êxito, na opinião de que o objetivo principal dos carros é aniquilar as tropas não blindadas e de que os carros não são destinados a combater carros do adversário. Sem negar a sua grande importância, não se deve esquecer, todavia, que a exploração do êxito obtido é uma vantagem para nós, mas que esta vantagem tem que surgir primeiro, para ser explorada a seguir. E como os pré-requisitos do êxito têm que ser conquistados muito arduamente, as unidades dotadas de grande mobilidade devem estar em condições de desempenhar o seu papel na batalha ofensiva, se não quiserem que a sua eficácia e sua utilidade fique muito limitadas.

As forças móveis que tiveram tanto êxito no passado, os mongóis, por exemplo, sempre estavam em condições de combater, para vencerem as mais fortes resistências inimigas e assim fiseram, sempre que as circunstâncias o exigiram, para então explorar com-

pletamente o seu êxito. Se houvessem carecido deste poder de ataque, as suas incursões teriam sido como as de tantas tribus nômades: — provocariam um grande desgaste nas forças inimigas, mas carecendo, em geral, de um valor decisivo. De modo que, ao herdarem, entre outras, a missão de exploração do êxito da cavalaria, — é importante que as forças mecanizadas não herdem simultaneamente as debilidades dos incursores bárbaros e da cavalaria do Século XIX, isto é, a sua carência de poder ofensivo.

Quanto ao aforismo de que os carros não são destinados a combater outros carros, — com a aparição de grande número de viaturas de combate em todos os exércitos, essa necessidade surgirá em mais de uma oportunidade, ainda que não se queira ou não se deseje. Em consequência, se os nossos carros não quiserem mostrar-se impotentes cada vez que se encontrarem com carros inimigos, devem estar em condições de combatê-los, se bem que isto não queira afirmar que o processo mais aconselhável de emprego seja uma luta aniquiladora com os carros das forças adversárias.

Resumindo, podemos dizer que, como a mobilidade é um meio para obter o rendimento máximo das demais características, para assegurar a sua plena eficácia, ela não deve ser malbaratada em detrimento de uma potência de ataque inadequada. A debilidade do armamento só poderá ser parcialmente compensada por uma maior mobilidade; mas, dispondo-se de um armamento adequado, a sua eficácia será proporcional à mobilidade da viatura de combate no qual esteja montado.

Ainda não foram criados os carros de combate invulneráveis, nem há probabilidades de que o sejam, apesar de que se pode e se deve aumentar a sua proteção blindada. Todavia, continuam sendo o único meio de combinar, em terra, uma potência de fogo eficaz com a mobilidade e é nisto que reside a

sua maior importância e valor. Nenhuma unidade de combate é tecnicamente superior às suas próprias armas, mas, qualquer que seja a forma do armamento empregado, — metralhadora, canhão

de alta velocidade de tiro ou lança-rojão, a viatura auto-propulsada de combate lhe proporcionará, em virtude de sua mobilidade, — maior eficácia, tanto tática, como estrategicamente.

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Dactilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÓLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em folhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, citem essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última folha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

DIVERSOS

ASSUNÇÃO DE COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

No dia 4 de outubro do ano p. passado, assumiu o comando da Polícia Militar do Distrito Federal o Sr. Coronel Niso de Viana Montezuma, da Arma de Infantaria. A Redação desta Revista, ao se congratular com o Cel. Montezuma e ao desejar-lhe felicidades no novo e brilhante cargo, aproveita o ensejo para transcrever, abaixo, alguns trechos da sua expressiva ordem do dia n. 1:

"Meus novos Comandados.

Distinguido com a escolha do GOVERNO para exercer este alto cargo, aqui estou com a esperança de — com a ajuda de Deus, os recursos que me forem proporcionados pelas autoridades superiores; notadamente o Exmo. Sr. Ministro da Justiça e com a vossa indispensável colaboração — manter a Polícia Militar do Distrito Federal à altura das suas gloriosas tradições.

Não tenho ilusões sobre quão árdua é a tarefa de manter a ordem nesta época de apreensões, em que os homens, como que desorientados, não sabem para onde vão.

Mas, por isso mesmo, é forçoso concluir pela necessidade de trabalhar com a maior habilidade e perseverança pela formação de uma mentalidade conveniente, que tenha por base um verdadeiro culto à compreensão e à estima dos BENS que devem ser amados, zelados, respeitados e perseguidos em COMUM.

Dentre esses BENS, ressaltam o PRESTÍGIO DA AUTORIDADE e a COESÃO, tão importantes que nêles reside a eficiência da nossa Organização, o segredo da própria força.

No momento, em que todos se mostram apreensivos com as perspectivas de nova tragédia mundial de imprevisíveis conseqüências, é preciso que os mantenedores da ordem, para poderem inspirar confiança, dêem freqüentes demonstrações de honesta e sadia atividade, de maneira a não deixarem dúvidas sobre a noção exata que têm do CUMPRIMENTO DO DEVER.

É preciso que em tôdas as oportunidades se demonstre claramente a diferença que existe entre FÔRÇA e BANDO, entre ORGANIZAÇÃO

e AJUNTAMENTO, para se poder proporcionar a convicção de que uma ação organizada só poderá ser combatida por uma ORGANIZAÇÃO, porque só esta assegura a indispensável UNIDADE, que o AJUNTAMENTO não tem e que o BANDO não compreende.

E não pode haver ORGANIZAÇÃO, sem uma cabeça dirigente, sem um chefe que zele pelo respeito aos princípios asseguradores dessa ORGANIZAÇÃO. É necessidade imperiosa, sob pena de dissolver-se, porque nenhuma coletividade poderá existir útil e eficientemente, se não houver quem coordene e decida, quem a assista "pari passu", dando aos pormenores a importância que eles merecem, porque eles, em regra, constituem indícios de tendências que, com oportunidade, precisam ser conduzidas ou coibidas para que a ORGANIZAÇÃO se possa imprimir o impulso eficaz no sentido honesto de sua finalidade.

Não se compreende vida social sem ORDEM, sem HARMONIA, sem DISCIPLINA. Só por essa forma poderá a vida social cumprir essa sua finalidade — levar o homem à felicidade. E não há ORDEM, nem HARMONIA, nem DISCIPLINA onde não há uma AUTORIDADE legítima e forte. Quando falta essa AUTORIDADE, desaparece a UNIDADE: — há a fragmentação, a multiplicidade de vontade, a DESORGANIZAÇÃO. Desde o grupo social mais elementar — a família — até o clube, a escola, a cidade, o país, todos necessitam de uma cabeça, de uma AUTORIDADE.

E quando esta, por qualquer motivo, falha ou enfraquece, o resultado é imediato: — DESORDEM.

Eis como vejo o ponto de partida para todos aplicarem as suas qualidades construtivas na Polícia Militar e pela Polícia Militar, com o objetivo de, pelo procedimento de todos os seus componentes, colocá-lo, no conjunto das nossas Instituições, no lugar que lhe impõe as suas gloriosas tradições e a confiança que deve merecer.

Nessas condições, o progresso individual haverá de se refletir no

progresso coletivo, assim como o conceito de que desfrutar a Polícia Militar do Distrito Federal haverá de se refletir em benefício de cada um dos seus elementos.

Dessa forma, a Polícia Militar e aqueles que nela labutam serão fontes imensas e fecundas de seivas, de vitalidade recíprocas.

Mas não é só. Dessa concepção também decorrem DEVERES conseqüentes da nossa finalidade, bem definida pela nossa CONSTITUIÇÃO, DEVERES que podem ser JURÍDICOS ou explícitos e MORAIS ou implícitos.

OS DEVERES JURÍDICOS, além de explícitos, são mais própria e tecnicamente chamados OBRIGAÇÕES e são, sempre, para com os outros: em nosso caso, para com a AUTORIDADE CONSTITUÍDA, para com a OPINIÃO PÚBLICA, etc. A todo direito deve corresponder uma obrigação.

Essas obrigações são, pois, caracterizadas pela obrigatoriedade mesma de seu exercício, o que não significa de nenhum modo, que exclua a espontaneidade de sua prática, deixando à margem — em estado latente ou potencial — a possibilidade de coação que, assim, não precisará ser efetivada.

Os DEVERES MORAIS, além de implícitos, podem ser para conosco mesmo e para com os outros.

São, pois, caracterizados pela sensibilidade moral e pela penetração de quem os observa e, por conseguinte, pela espontaneidade de sua prática.

Esse aspecto, longe de torná-los destituídos de interesse, subsidiários, pelo fato de não serem compelidos ao exercício deles por nenhuma força estranha ou externa, dá-lhes muito mais valor do que os outros porque revelam a educação, o SENTIMENTO, a alma do profissional no exercício da profissão, a compenetração, o senso de responsabilidade.

É na prática desses DEVERES MORAIS que os indivíduos se distinguem pelo bem-entendido amor próprio e pelo ajustamento ao seu ramo de atividades consistentes no capricho, no mais vivo sentimento

de dignidade, pelo qual nos esforçamos por nos apresentar sempre bem; o melhor possível, como reflexo do respeito e da estima que devemos a nós mesmos, aos outros e à coisa pública, do aprêço em que é tida a nossa boa conduta, o valor do nosso nome ou a reputação e a confiança que devemos desfrutar em nosso meio. O respeito, a admiração e o conceito que assim conquistarmos reverterão em prestígio para a Polícia Militar do Distrito Federal.

Para tão elevadas intenções, trago a experiência de um longo passado, que muito respeito.

Passado de soldado marcado pela intransigente concepção de SERVIR, pela devoção ao DEVER, à DISCIPLINA, à LEI e à JUSTIÇA, talvez os únicos títulos responsáveis pelo honroso ato que — tirando-me da obscuridade de esforço profissional e de homem pobre que na sua pobreza sempre encontrou motivos de dignidade — me trouxe a esta alta investidura.

Tenho dito e repetido que dediquei o melhor de minha vida ao esforço de cumprir, honestamente, o meu DEVER e ao estudo dos variados assuntos inerentes ao exercício da nobre e cada vez mais complexa profissão militar.

Esse DEVER é, ao mesmo tempo, tão árduo e tão sutil que renomado historiador já disse ser mais fácil cumpri-lo do que compreendê-lo... Mas felizes daqueles que se podem limitar a cumpri-lo sem compreendê-lo... Por certo não serão os inimigos do QUASE; os que trabalham com alma, com a preocupação de acertar; com a grande e constante preocupação de jamais aparecer aos olhos dos mais moços, como quem não se compenetrara das suas responsabilidades ou não teve capacidade para viver à altura dos problemas da sua época; os que cultivam o sentimento e a fé e que Deus esperam forças capazes de lhes permitirem bem interpretar e cumprir, sem esmorecimentos, esse verdadeiro sacerdócio que, em feliz expressão do Estatuto dos Militares — “não é em-

prêço, mas profissão toda feita de abnegação e altruísmo...”

.....
Sempre entendi que o DEVER do Chefe não consiste, apenas, em exigir que seus comandados pautem sua conduta pela rigorosa observância dos preceitos regulamentares mas, também, em lhes prestar atenta e contínua assistência, particularmente nos momentos menos felizes da vida.

Assim é que — até demonstração em contrário — costume ver, em cada indivíduo, uma DIGNIDADE a respeitar.

Mas, para a prática desse regime, é indispensável que cada um saiba dar-se ao respeito, discernindo sobre o que deve e o que não deve fazer, sobre a oportunidade de fazer e sobre o como fazer.

Cuidai, pois, muito, de vossas atitudes, da vossa apresentação pessoal e dos vossos uniformes e não vos esqueçais de que sempre podem haver olhos fixos em vós e serem, portanto, notadas as vossas faltas.

Com este objetivo, prestarei muita atenção, entre outras, às seguintes manifestações:

1 — elegância de atitudes morais, calcadas em recomendável espírito público, de renúncia individual e de sã camaradagem, em contraposição ao egoísmo materialista, vazio de ideal e cheio de “golpes”, visando as consequências pessoais em detrimento do serviço público;

2 — lembrai-vos de que não deveis esperar que vos mande fazer aquilo que sabeis ser de vossa obrigação. É preciso haver senso do que se faz, trabalhando com alma e não apressada e atabalhoadamente, com o pensamento à distância, como quem se descarta de incumbência incômoda e fastidiosa, pois “quem mutila o seu trabalho, perde o respeito de si próprio; e quando o respeito de nós mesmo se ausenta, a confiança em nós depressa se desvanece”;

3 — organização e método de trabalho; não ter pelo preparo próprio ou pelo de seus comandados ou instruendos a dedicação im-

posta pelo sentimento do DEVER, zelo, dignidade e eficiência no exercício das funções relativas aos respectivos postos ou graduações; satisfazer com pontualidade os compromissos assumidos e garantir assistência moral e material à família;

4 — respeito ao estabelecido, cumprindo e fazendo cumprir as Leis, Regulamentos, Instruções e Ordens emanadas das autoridades competentes; espontaneidade na cooperação e rapidez na ação;

5 — zelo pela honra e reputação da classe, observando procedimento irrepreensível, na vida pública e na particular e cumprindo, com exatidão, os deveres para com a sociedade;

6 — austeridade e discreção de atitudes e maneiras, na linguagem falada ou escrita, principalmente quando se tratar de assunto que envolva a Corporação ou a disciplina; lealdade em tôdas as circunstâncias; subordinação e respeito aos superiores;

7 — horror à mistificação e às mentiras, principalmente às que tiverem por fim ilaquear a boa fé de superiores em proveito próprio;

8 — pleno exercício das atribuições inerentes a cada posto, graduação ou função, tal como estão definidas em nossos regulamentos e amor às responsabilidades delas decorrentes;

9 — nenhuma tolerância com erros contumazes, nem com prevaricadores de qualquer categoria;

10 — considerar, sempre, preponderantes os interesses coletivos sobre as conveniências individuais ou de grupos.

Como já tereis percebido, sou dos que julgam que a noção do "quartel-abrigo" deve ceder lugar à de "quartel-escola", a cujos requisitos essenciais precisam estar, permanentemente ligadas — a par do bem-estar das praças que merecerá especial atenção, particularmente no que concerne à higiene, à cama, à alimentação e à assistência médica — a idéia de rendimento na formação e a preocupação do atri-

moramento das qualidades do soldado.

Isto significa que, a despeito do horário estabelecido para o trabalho; em nenhum momento, aos quadros se isenta de dar exemplo aos soldados, assisti-los e corrigi-los.

O quartel deve, pois, apresentar as características de um verdadeiro educandário, onde não há privilégios e onde as diferenças existentes nos respectivos uniformes indicam o crédito de iniciativas atribuído a cada posto ou graduação, assim como o maior ou menor grau de responsabilidade conferido a cada um para SERVIR — sempre para SERVIR e nunca para tirar proveitos pessoais da coisa pública.

Nestas condições e considerando que o homem, no exercício de suas atividades ou de diferentes cargos poderá ser útil, inútil e nocivo à coletividade, necessário se torna ensiná-lo a condicionar ao decôro as suas ambições; a ter espírito público, noção de responsabilidade, a ser virtuoso e patriota e, sobretudo, mais amigo do Brasil.

Eis porque não devemos nivelar nem confundir o homem de bem com aquele outro que deixa empanar a moral e a dignidade cívica pelos excessos reprováveis e pela corrupção.

O verdadeiro cidadão, o homem de bem, é aquele que — a par de espontâneo devotamento ao cumprimento do DEVER — é dotado de elevado espírito público e capaz de, em qualquer circunstância, distinguir e sobrepor os elevados interesses do serviço e da Polícia Militar às vulgares conveniências pessoais.

.....

Talvez por isto mesmo, sempre entendi, também, que "A IGUALDADE CONSISTE EM TRATAR DESIGUALMENTE A INDIVIDUOS DESIGUAIS".

Para que os cumpridores do DEVER não percam o estímulo, é mister que não sejam nivelados aos relapsos no desempenho de suas obrigações.

Como vêdes, sou um soldado marcado pela devoção ao DEVER, à DISCIPLINA, à LEI e ao DIREITO.

Como Comandante, não me cabe, porém, modificar ou procrastinar as Leis, regulamentos e ordens superiores, para decidir pelo coração. Ao contrário, cabe-me dar o exemplo de obediência e acatamento ao estabelecido.

Estarei, sempre, disposto a ouvir qualquer dos meus comandados na forma que fôr estabelecida.

Espero, pois, receber de todos vós a eficiente colaboração indispensável para — com a ajuda de Deus — manter a Polícia Militar do Distrito Federal à altura das suas gloriosas tradições."

**Retificação de eixos
só na
Mecânica Arpon Ltda.**

Reforma parcial ou total de motores para automóveis, caminhões, etc. com garantia

Fones: 48-2949 e 48-3809

RUA LINO TEIXEIRA, 176 a 182



FÁBRICA "ALEXANDRIA"

Fiação e tecelagem de algodão

M. Lôbo & Cia.

RUA GENERAL HERMES, 1199 — MACEIÓ — EST. DE ALAGOAS

SOCIEDADE DE EQUIPAMENTOS TÉCNICOS LTDA.

REPRESENTANTES E DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS PARA O BRASIL DA
DEW KREFELD-ALEMANHA

FABRICANTES DOS AFAMADOS "AÇOS MARATHON"

Rua Teófilo Otoni, 15 — 8º Andar — Sala 805 — Rio de Janeiro — Brasil
Endereço Telefônico "URANOGRAM" — Caixa Postal, 5355 — Telefone, 23-3972

CARTA A UM JOVEM TENENTE

Ten.-Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO

Meu jovem e prezado camarada :

Quem te escreve é um camarada mais velho, beirando os trinta anos de vida militar e que, pela força do determinismo, teve a oportunidade de viver as mais diversas situações que se podem apresentar na carreira que abraçou.

Assim é que passou vários anos na luta árdua e anónima da vida de Oficial arregimentado; encontrou-se, por várias vezes, no tumulto e no fragor das ações bélicas; privou, como aluno e instructor, as nossas escolas militares; conheceu a amargor das decepções e a satisfação do reconhecimento moral e material dos seus esforços e das suas atitudes.

Por tais motivos, julga-se crendiciado para falar-te, com sinceridade e o coração aberto, a ti, jovem camarada, que inicias a tua vida profissional numa época extraordinariamente difícil e na qual os mais diversos fatores prognosticam, para o futuro, dias sombrios e incertos.

Atenta que o Exército, como FÓRÇA VIVA da nacionalidade, não podia deixar de sofrer as influências que perturbam a vida da Nação e só pela firmeza de atitudes dos seus integrantes, pela disciplina, pelo trabalho e pela noção exata do papel que representam, poderá tornar-se inexpugnável à ação dos que procuram solapar a sua estrutura e os seus princípios morais e patrióticos.

Necessitamos, nós militares, meu jovem camarada, constituir uma coletividade homogeneamente organizada, sob qualquer ponto de vista que queiramos examina-la e, jamais, devemos nos dividir por motivos ideológicos ou políticos.

Não quero admitir que me julgues capaz de desejar que os militares sejam indiferentes ou amorfos; não, absolutamente não, o que desejo é que não levem, para o interior da classe, as dissensões e que tenham a convicção de que, se assim não procederem, promoverão a desintegração da mesma, o que implica, também, necessariamente, na INSEGURANÇA DA PÁTRIA.

Façamos uma vida de sacerdotício profissional e deixemos, à quem de direito, o encargo de traçar os RUMOS POLÍTICOS DA NAÇÃO; mantenhamo-nos, porém, em VIGILÂNCIA, prontos a atender, coesos e com firmeza, os chamados para a preservação do patrimônio MORAL e MATERIAL da Pátria, quando qualquer ameaça o atingir.

Não te esqueças, jamais, jovem camarada, que a pedra angular, em que repousa toda a estrutura do Exército, é a DISCIPLINA CONSCIENTE; para ela, debes volver permanentemente a tua atenção e os teus esforços.

Deves inspirar aos teus subordinados CONFIANÇA e esta só obterás pelo EXEMPLO, pela CAPACIDADE PROFISSIONAL, pela FIRMEZA dos teus ATOS e pelo espírito de JUSTIÇA das tuas DECISÕES.

RESPEITA, para seres RESPETADO e OBEDECE, para seres OBEDECIDO, eis o LEMA que debes seguir durante toda a tua vida profissional.

Defende com serenidade, mas com altivez e segurança, os teus DIREITOS e aguarda com confiança o pronunciamento dos teus CHEFES.

Dedica ao Exército, e particularmente à tua ARMA, todo o teu es-

fôrço e tóda a tua dedicação, para o seu ENGRANDECIMENTO e para a sua EFICIÊNCIA.

LEMBRA-TE SEMPRE que, na GUERRA, crescem as tuas responsabilidades, pois a vida de muitos homens depende da tua CAPACIDADE DE COMANDO e do nível dos teus conhecimentos profissionais.

Procura criar o teu próprio MERECEMENTO PROFISSIONAL, pois será uma forma digna e elevada de pugnares pelo reconhecimento dos teus méritos e, consequentemente, dos teus direitos.

Busca o engrandecimento da FAMÍLIA MILITAR e, por atitudes e ações, faze-te lídimo representante da comunhão a que pertencerás no decurso de tóda a tua existência.

Quando, por ventura, sentires que o desânimo se aproxima e as tuas forças se debilitam, volve o pensamento para os GRANDES CHEFES MILITARES que elevaram e dignificaram a nossa HISTÓRIA MILITAR e, impregnado da mística que irradiam, te sentirás reanimado e com energias para continuares trilhando a ingrime senda que te conduzirá ao término da carreira que abraçaste.

Meu jovem camarada: Tenho a certeza de que meditarás no que acabo de escrever e alimento a esperança de te vêr, no curso da tua vida militar, integrando, com dedicação, a cruzada de todos aqueles que com civismo e disciplina têm a ventura de pertencer ao EXERCITO DE CAXIAS.

FABRICA BANGU
TECIDOS PERFEITOS

Preferidos
no
Brasil







Grande
sucesso
em
Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
BANGU-INDUSTRIA BRASILEIRA

Anibal Ferreira

Armazém de cereais e estivas — Pat. de Reg. 705 — Insc. 181
PARQUE RIO BRANCO, 208
MACEIÓ — ALAGOAS

BRÊDA & IRMÃO

Estivas em geral — Importadores e exportadores — Representações e consignações
Distribuidores da Cordovil Tintas S.A. (Tintas "Ypiranga" — Uma tinta para
cada fim) — Cia. de Cimento Portland Poty (Cimento "Poty")
Rua Senador Mendonça, 207/215 — Fone, 577 — End. Telegr. BRÊDA
MACEIÓ — ALAGOAS

J. SIQUEIRA

Representações e conta própria
RUA DO COMÉRCIO, 65 — TELEFONE, 481
MACEIÓ — ALAGOAS — BRASIL

AS RELAÇÕES PÚBLICAS NO EXÉRCITO

Major LUIZ FELIPE DE AZAMBUJA

FINALIDADE

O conceito de que o Exército goza na opinião pública nacional, como em geral as Forças Armadas, não se enquadra nos limites da classificação favorável em que se deveria assentar. Qualquer espécie de consulta, obedeça ao processo que obedecer, levar-nos-á a esta impressão global e salientará a existência de numerosos fatores negativos, dentre os quais alguns são da nossa inteira responsabilidade, cuja incidência só tem servido para minar a reputação de nossa classe na banca do julgamento popular. Não nos deixemos impressionar, nem nos iludamos com as expressões e atitudes de uma pequena minoria, mesmo que não possamos desconfiar de sua sinceridade e de seu desinteresse. Entre milhões de indivíduos, a unidade de pontos de vista é impossível. O que nos deve preocupar é o pensamento conjunto, que nos é indicado pela oscilação fria e imparcial do fiel da balança. Não temos dúvida de que o resultado de uma verificação, feita nestes moldes, corroborará a verdade que acima enunciamos.

Quais os determinantes desta situação, na qual o prato das opiniões desfavoráveis a nosso respeito se torna mais pesado? Até que ponto somos responsáveis por semelhante acontecimento? Como se pode fazer o fiel voltar decididamente para o lado oposto? Nestas perguntas reside a finalidade do estudo que vamos proceder a seguir, a título de contribuição leal e sincera para a solução do problema das Relações Públicas no Exército.

1ª PARTE

I — DOS FAVORES HISTÓRICOS E AS RELAÇÕES PÚBLICAS

A incompreensão da opinião pública, em tudo o que respeita à classe militar, torna-se patente em todas as oportunidades para tanto propícias e reflete um estado que podemos qualificar como de morbidez da massa popular, com sintomas de cronicidade. Mas, convenhamos, isto não é fruto das contingências atuais da vida nacional, como não pode também ser atribuído a quaisquer causas próximas que, porventura, sejam suscetíveis de perquisição. Qualquer estudo que se faça, por perfunctório que seja, para estabelecer a compreensão do divórcio ou, pelo menos, da cordialidade meramente superficial que preside às relações da sociedade civil para com a militar, revelará, por certo, fatores expáticos, de origem histórica, cujas raízes estão profundamente implantadas no tempo.

A personalidade de Pedro I, edificada sobre o pedestal de um acentuado temperamentalismo, plantou o alicerce da errônea interpretação que a população civil confere à existência e às atividades dos militares. Sob o controle de suas paixões, explodindo em crises violentas, Pedro I rompeu com o Legislativo e, como diz Calógeras, "voltou-se para a tropa, que ele amava e com a qual estava acostumado a viver; a partir desse momento, o Exército tornou-se suspeito ao Legislativo e este tudo envidou para o enfraquecer, a fim de diminuir o poder imperial. Até nossos dias, o Brasil sofre as con-

seqüências dessa orientação impolítica e errada".

Seria por demais ocioso apresentar exemplos concretos dos reflexos negativos que subsistem em tal gênero de convivência, os quais, mesmo nos momentos incertos e sombrios da guerra, só têm servido para solapar a unidade espiritual da Nação, ao avêso da necessidade de a robustecer e de a tornar inquebrantável. É o caso de fazermos nossas, novamente, as seguintes palavras de Calógeras: "Tem sido a triste sina do Exército, no Brasil, nunca ter logrado ser compreendido pelas classes civis e, particularmente, pelos partidos políticos". "As duas mentalidades, a militar e a civil, chocam-se principalmente por causa da ignorância desta última em assuntos militares. A sensibilidade peculiar, a noção de honra e os melindres das classes armadas pairam absolutamente além da compreensão média do homem da rua".

A corrente civilista, que tomou forma na oposição à candidatura do Marechal Hermes à presidência da República, não representa mais que um novo capítulo desta velha contenda, escrito naturalmente com tintas fortes, devido às insopitáveis paixões políticas da época. O fenômeno apenas evoluiu, entrando num período de franca exacerbação; retornou ao seu estado de calma ou de latência pela ação aquietadora do tempo, para resurgir, em outras oportunidades, com a mesma virulência de sempre, o que tem correspondido a um frequente atizar de brasas para evitar a sua extinção definitiva.

O resultado desta mentalidade incompreensiva e fátua e o afloramento, no seio da massa popular, de conceitos e fórmulas falsas, de origem muitas vezes tendenciosas, dando margem ao surgimento de um processo de auto-defesa da classe militar, que determina a existência de um círculo e que, cada vez mais, diminui as possibilidades de conexão das duas sociedades. O conceito, por exemplo, de que "o militar é para a caserna" está profundamente arra-

gado na opinião pública nacional e é empregado com tal repetição que dificilmente haverá um de nós que não tenha sido mimoseado com ele, no círculo de nossas próprias relações civis. Se ele encerra uma verdade em determinados limites, não deixa de ser, entretanto, altamente restritivo quanto ao uso de nossos direitos de cidadania, que são assegurados pela Constituição a todos os brasileiros, indistintamente, militares ou civis, ricos ou pobres, brancos ou negros. Muitos outros existem por aí a fora, do mesmo jaez, mas com finalidades diversas. Não nos preocuparemos com a sua apresentação por serem antigos conhecidos de todos nós.

Diante desta situação, é oportuno perguntar: Que tem feito o Exército, em sua longa trajetória, no sentido de bem informar, de esclarecer, de conquistar, de educar a opinião pública nacional? Que tem feito ele para enfrentar, anular ou transformar o erro em que tem incidido essa mentalidade civilista que, por uma falsa interpretação da existência e da atividade da classe militar, estabelece fronteiras à sua esfera de ação e lhe cerceia a liberdade de integrar-se no meio social em que vive? Infelizmente, somos forçados a considerar que o que tem sido feito nada representa, em relação à magnitude da questão.

É que este assunto se situa nos domínios das Relações Públicas, cuja importância, embora indiscutível, não mereceu ainda, em nosso meio, o cuidado de um planejamento objetivo, de execução metódica e pertinaz e, em consequência, o cumprimento de seus postulados não tem sido mais do que a expressão de esforços individuais, empíricos, de âmbito restrito e puramente esporádicos.

Mas o tempo perdido, em confronto com a eternidade a que estão votados nosso Exército e nossa Pátria é uma parcela infinitesimal. É oportuno, portanto, lançar as bases, agora, através das Relações Públicas, de uma obra cujos frutos sazonados serão colhidos no futuro. Por estranho que pareça, o conceito do Exército na opinião

pública nacional, afora aquele a que tem feito jus pelo nobre cumprimento de sua missão constitucional, deve ser forjado pelo próprio Exército. Ele é que tem que sair de seu reduto para conquistá-lo, em vez de esperar que o meio civil heterogêneo e multi-forme, de diferentes pontos de observação, venha até êle para brindá-lo, como fôr de seu desejo. E isto só será obtido pela aplicação inteligente, sincera e decidida das normas fundamentais das Relações Públicas.

II — DA CONTRIBUIÇÃO DOS MILITARES PARA O CONCEITO EM QUE É TIDO O EXÉRCITO

A opinião pública tem que ser educada para bem interpretar o Exército, como as Forças Armadas em geral. Mas este é, apenas, um dos aspectos da questão. O outro, no que respeita à Força Terrestre, é inerentes aos elementos de que se compõe a classe militar, porque estes têm que moldar as suas atitudes e regular o seu convívio social por normas que não podem infringir, sob pena de se tornarem responsáveis pela generalização, que normalmente ocorre, do conceito que cada um, individualmente, merece.

A vida real de uma coletividade está sujeita a registrar fatos de diversos quilates, inclusive aqueles cuja projeção, no consenso público, se torna mais ou menos desfavorável. Conseqüentemente, somos forçados a analisar os que, pelas características de que se revestem, podem determinar um aumento da incompreensão a que nos referimos e um decréscimo do grau com que a classe militar deve ser apreciada pela opinião pública nacional.

As crises e convulsões internas da instituição militar, sejam do tipo que forem, obedeçam aos determinantes que obedecerem, devem ser amainadas, contornadas ou anuladas por meio de medidas que as restrinjam à ordem puramente interna. Quando elas transbordam para o conhecimento popular, ecoam sempre desfavoravelmente, porque sempre são refletidas com

exagêro e deformação. Nesta chave podemos incluir também a intromissão indébita dos militares em assuntos que não são de sua alçada e a quebra, por sua parte, do respeito aos princípios morais de que devem ser a legítima corporificação.

A classe militar é uma coletividade organizada, que vive sob o pálio dos dispositivos regulamentares e a sua mais magnífica síntese espiritual é a unidade. Quando, ao olhos do povo, ela não representa essa unidade, pelo extravassamento de suas dissensões, por pequenas que sejam, pelo descontrolo, pela irreflexão ou por deficiência de formação militar de alguns de seus componentes, é o conceito do Exército que sofre um abaixamento de nível, que se torna maior ou menor, conforme as circunstâncias que emoldurarem o quadro da situação porventura criada.

Mas não são só estes fatores, que chamaremos de natureza coletiva, que se tornam prejudiciais à apreciação de que o Exército é passível; há, ainda, os que se relacionam ao comportamento individual dos militares, os quais não apresentam menor importância.

Quando as relações entre militares e civis não vão além de um conhecimento indiferente ou de uma coletividade superficial qualquer deslize individual pode originar um estado de tensão que, com facilidade, descambará para a hostilidade e para a idiosincrasia recíproca, com todos os seus desagradáveis corolários. A inexistência de um Serviço de Relações Públicas devidamente organizado permite que essas ligações se processem, via de regra, em função do temperamento dos militares, individualmente considerados. Se estes, mesmo que constituam inexpressiva minoria, se julgarem superiores ao meio social em que estão vivendo e pautarem a sua conduta fóra dos quartéis pelo desprezo ao civil, pela afronta aos seus costumes e à sua sociedade, ou por antipáticas e desnecessárias demonstrações de independência, de excentricidade ou de modernismo

jactancioso, é muito natural que a reação seja positivada e englobe, indiscriminadamente, todos os elementos da classe.

Os militares mais jovens nem sempre possuem um amadurecimento compatível, como nem sempre também estão de posse do nítido sendo de responsabilidade que a sua situação social comporta e da justa compreensão do equilíbrio de atitude que os deve definir. Quando acontecer existir, entre eles, os que julgam que todo o mundo é seu e que os "paisanos" — termo que normalmente é enunciado com sentido pejorativo — são obrigados a aceitarem cabisbaixos todos os artigos expostos na feira de sua fatuidade, os pontos de fricção existentes entre as duas sociedades não de se tornar mais evidentes. Fácil é aquilatar, assim, que esses elementos poderão ser responsáveis pelo surgimento, quando não pelo recrudescimento, de u'a má vontade generalizada, porque, pelos desregramentos de alguns, pagam todos os demais.

As "vilas militares" enquistadas nas cidades e os "círculos militares" existentes em guarnições cujo movimento social desnecessita esta espécie de agremiação, mórmente se neles "paisano é corpo estranho" (para usar expressão bem pouco feliz recentemente tornada pública), contribuem com avantajada parcela para o "insulamento" da sociedade militar, dificultando e até mesmo impedindo a permeabilidade do meio civil. E este óbice será ainda maior se o próprio comandante da guarnição, por questão de temperamento ou outras quaisquer, não tomar a si o encargo de contorná-lo ou eliminá-lo, sem falar no cumprimento de suas obrigações de ordem protocolar.

O soldado que vive na caserna durante um ano a fio e que, após o cumprimento de seus deveres para com o Serviço Militar, é devolvido à origem, observa de perto as atividades de seus superiores, sente o efeito de sua conduta militar e se transforma, automaticamente, em juiz dos mesmos. Antes mesmo de ser licenciado, o seu

círculo de relações é influenciado pelas opiniões que emite sobre os militares de carreira e sobre o próprio Exército, porque tôdas são indefectivelmente sublinhadas pelo testemunho convincente, expresso pelos verbos ver, ouvir e sentir, conjugados no pretérito e na primeira pessoa do singular. A propaganda ou a contra-propaganda do Exército tem, pois, no próprio soldado, um dos seus elementos propulsores de maior dinamismo. E qualquer deslize, por insignificante que seja, por parte de graduados ou oficiais, em seu comportamento propriamente militar, poderá representar a fonte de energia que haverá de alimentar a máquina da contra-propaganda, com efeitos tão prejudiciais ao respeito e à admiração de que a coletividade militar deve gozar no meio civil.

Muitos outros aspectos resultantes da conduta da família militar poderiam ser aqui encarados. Julgamos, entretanto, que os expostos já sejam suficientes para que cada um conclua sobre a responsabilidade que nos toca pelo fato de o fiel da balança não se movimentar para o setor que nos é favorável.

2ª PARTE

I — NECESSIDADE DE UM PLANEJAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

O Exército tem, no povo, a sua fonte inesgotável de suprimento em pessoal; dêle provém os contingentes que guarnecem anualmente os quartéis, a êle pertencem os oficiais, que, com êle, continuam amalgamados por diversos e poderosos vínculos, inclusive através de seus familiares. Anda mais: é o povo que sustenta o Exército e, por intermédio de seus representantes no Congresso, é êle quem fiscaliza as suas atividades e exige o exato cumprimento de sua missão constitucional. É errado, por conseguinte, pensar que o Exército não tem contas a prestar à opinião pública e que pode optar livremente pelo seu divórcio para com ela.

Esta prestação de contas não é

somente necessária, é obrigatória. Mesmo porque, é por meio dela que o Exército tornará insubstituível as bases de seu pretensão autocratismo, que tem dado margem a maléficas e tendenciosas interpretações a seu respeito. O intuito de prestar contas é concretizado pela informação, com a qual o povo é mantido em contacto com as razões de existência da instituição militar e com os esforços desta para se apresentar no nível de eficiência requerido pelas exigências da Segurança Nacional. Mas a aludida prestação de contas não representa, por si só, um programa de Relações Públicas. É uma parte, apenas, de um todo bem mais complexo.

A opinião pública é respeitável e é preciso criar, no Exército, um ambiente de acatamento às suas decisões e ao seu julgamento, porque, em verdade, ela reflete sempre um estado d'alma bem definido da nacionalidade. Se ela desposar pontos de vista errôneos quanto ao papel do Exército na estrutura da Nação, por ignorância, por facciosismo ou por mera crise de interesse pelos problemas do Estado, cabe à Força Terrestre, na parte que lhe toca, averiguar as verdadeiras causas da interpretação desfavorável de que está sendo objeto e eliminá-las pelos processos mais adequados. Não basta, pois, informar ao público sobre tudo o que possa ser de seu conhecimento, por forma a captar sua compreensão, sua simpatia e sua boa vontade. É preciso propugnar pela efetiva participação da opinião pública em benefício da vida da comunidade militar, para que os muros dos quartéis, longe de significarem uma fronteira inviolável, representem um monumento nacional, por cuja guarda também o povo é direto responsável. O povo precisa ser educado no terreno da Segurança Nacional, pela informação e pela propaganda; e os militares, por seu turno, também necessitam ser exercitados em normas que condicionem, da melhor maneira possível, a sua conduta no seio da sociedade civil, porque há de ser sempre por meio dela e

pela exação no cumprimento de seus deveres profissionais que eles consolidarão o ambiente de confiança, de respeito, de prestígio e de cooperação para com o Exército. Isto é bastante para que compreendamos a extensão, a complexidade e, sobretudo, a necessidade de um planejamento de Relações Públicas no Exército.

A recente criação de uma Secção de Relações Públicas no Gabinete Ministerial constituiu uma providência de largo alcance, mas ainda é muito pouco, diante da magnitude da questão. Seu contórno está a exigir o estabelecimento de um plano geral de grande envergadura, para ser cumprido, objetivamente, em todos os quadrantes do Exército, de molde a empenhar, em sua execução, a ação conjunta de todos os elementos militares, em todos os lugares onde estejam exercendo a sua atividade.

Esse planejamento deverá comportar, ainda que aproximadamente, as seguintes características, preconizadas pelo grande especialista norte-americano REX HARLOW:

- 1 — possibilidades de avaliação da opinião pública;
- 2 — processos de harmonização das atividades militares com a opinião pública;
- 3 — meios para modificar a opinião pública que afete o conceito da instituição;
- 4 — meios capazes de projetar atividades e motivos no espírito público, de modo a impressioná-lo favoravelmente.

Como se pode depreender, o planejamento de Relações Públicas precisa enquadrar as seguintes ações:

- 1 — pesquisar, avaliar e interpretar os fatos e impressões prejudiciais ao conceito do Exército na opinião pública;
- 2 — seleccionar os processos mais adequados para modificar a situação patenteada, seja por intermédio da informação, tendente a esclarecer a opinião pública e, sintetizá-la com os fundamentos imperativos do fato, seja pela adoção

de medidas capazes de modificar o ambiente, mesmo que elas importem no reconhecimento honesto do erro e revelam o desejo de acertar subsequentemente;

3 — fazer a propaganda do Exército, no seio da massa popular, de suas atividades e de seus propósitos, a fim de implantar no espírito público, por todos os meios, a compreensão de seu papel na estrutura da Nação;

4 — sistematizar as normas de Relações Públicas a serem obedecidas individualmente e orientar a sua execução no âmbito geral da instituição militar.

O público do Exército, como diz o Ten-Cel. JOHN MINTON, pode ser dividido em 3 grupos: o NACIONAL, que compreende toda a população do País; o LOCAL, que é representado pela população adjacente a cada instalação do Exército; e o ORGÂNICO, que é constituído por todo o pessoal, civil ou militar, em serviço ou empregado em uma dependência da Força Terrestre. Esta subdivisão estabelece, por assim dizer, uma verdadeira estratificação das normas a serem condensadas no aludido planejamento, posto que a impressão do que o militar faz e diz é bem distinta em cada um desses grupos. O estudo acurado das influências que a atividade militar exerce sobre eles, considerados isoladamente e em conjunto, proporcionará a esse planejamento a objetividade de que carece basicamente, para contornar a desvantagem de sua indiscutível complexidade.

II — UM EXEMPLO DE ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Não basta planejar sem repartir judiciosamente, as missões; não é suficiente, também, repartir missões sem atribuir meios indispensáveis aos órgãos encarregados de as cumprir.

No Exército de outros países, as Relações Públicas são tratadas por uma organização peculiar, cujo estágio de desenvolvimento se acha à altura de sua relevante impor-

tância. Nos E.E.UU., por exemplo, segundo o Major JOHAN O. RONNINGEN, estas questões estão afetas a um Diretor de Propaganda, que tem autoridade sobre 3 órgãos: Departamento de Relações Públicas, a Secção de Propaganda e Educação e a Secção de Ligação Legislativa. O pessoal que pertence a esta organização é especializado e numeroso e são bastante volumosas as verbas consignadas para a realização de seu trabalho.

Estariam vivendo nos domínios da fantasia e, por conseguinte, laborando em erro, se quizessem preconizar a transplantação ou a cópia desse tipo de organização, ou de qualquer outro que lhe seja semelhante em envergadura, para o nosso meio, por motivos de enumeração desnecessária. Entre isso, porém, e a criação de um Serviço de Relações Públicas adaptado às nossas possibilidades, há uma distância astronômica. Vejamos, então, qual a solução viável para o em funcionamento desse Serviço entre nós.

Antes de mais nada, precisamos ver onde deverá ser localizada a direção ou chefia do Serviço. Para isto, há duas soluções: 1ª — aproveitar a já existente Secção de Relações Públicas do Gabinete Ministerial; 2ª — instalá-la no E.M.E., como é adotado nos E.E.UU.

A 1ª solução apresenta as vantagens de aproveitamento de uma organização por assim dizer embrionária em relação ao Serviço, a qual já se acha palmilhando o terreno onde este deverá atuar e, além disso, permite ligação direta com o Ministério da Guerra, sem interposição de outras autoridades. Requer, entretanto, um desdobramento de organização condizente com o aumento de sua esfera de ação e um arranjo de autoridade do Chefe, consoante os escalões que forem englobados pelo esquema respectivo. A 2ª solução tem a virtude de entrosar os limites de autoridade do Chefe do Serviço na própria organização do comando, de empenhar o E.M.E. neste setor de atividade que lhe não

é estranho e de facilitar a participação dos demais Grandes Comandos e dos Corpos de Tropa. Exigirá, entretanto, uma modalidade de organização capaz de entender os seus tentáculos a todos os outros órgãos não integrantes da cadeia normal de comando. Outras soluções haverá, certamente. Focalizamos apenas estas duas, sem que nos manifestemos sobre qual delas a melhor, para evidenciar que a adaptação do problema às nossas possibilidades, neste particular, não é impossível nem apresenta dificuldades de grande monta.

Passemos, agora, para as outras partes do que poderá ser o diagrama do referido Serviço. Seja qual for a solução adotada para o seu órgão de direção, os de execução deverão estar disseminados por todo o organismo do Exército, para que possa surtir efeito a parte individual do planejamento. Isto posto, pensamos que a questão seja resolvida pela superposição do esquema desse Serviço à própria cadeia de organização do comando, atribuindo as parcelas cabíveis de responsabilidade, quanto ao planejamento detalhado e à execução, a cada um dos diferentes escalões e, por assimilação, às Repartições e aos Estabelecimentos Militares. Ela se reduz, assim, ao acréscimo dos encargos relativos às Relações Públicas aos diversos comandos, direções e chefias com as devidas regras normativas capazes de sua organização.

No âmbito dos quartéis-generais, somos de opinião que a E2 é, entre as quatro seções, a que melhor se ajusta ao trato das Relações Públicas. A técnica desta espécie de atividade muito se assemelha ao seu processo normal de trabalho para a produção da informação e — o que mais pesa — dela é que deve emanar a orientação a seguir para a triagem das informações que podem ser fornecidas ao público, porque, no caso, o perigo da indiscrição pode transformar-se em verdadeira espada de Damocles; se assim é no que respeita aos Q.G., os elementos de execução, nos Corpos de Tropa, deverão ser, implicitamente,

os S2, sob a direção e a fiscalização dos comandantes de G.U. e de Unidades, respectivamente. Restará, pois, atribuir esses encargos às Repartições e Estabelecimentos Militares, em cujos quadros de organização, se não houver um elemento de eleição, há de ser encontrado sempre algum que apresente uma consonância relativa com as suas peculiaridades.

Já houve quem afirmasse ser o Encarregado do Serviço Especial, nos Quartéis-Generais, o elemento talhado para o trato dos assuntos de Relações Públicas. Não somos da mesma opinião. Aquêle oficial deve ser especializado em Educação Física, posto que um dos pontos fortes de seu programa de diversões é, justamente, o das competições desportivas; é um subordinado direto do Ajudante Geral e concorre às frequentes substituições verificadas no âmbito da Ajudaência Geral, o que determinará uma instabilidade prejudicial ao Serviço; tem as suas atividades permanentemente voltadas para a tropa, por ser um agente executivo de todos os planos elaborados pela E1, relacionados com o moral do pessoal; está, em razão de seu "metier", estreitamente ligado à E1 e, se lhe fossem atribuídos os encargos de Relações Públicas, teria de ligar-se, também intimamente, à E2, pelos motivos já apontados. Sobrecarregá-lo com as Relações Públicas, para cujas incumbências pode — além de tudo — não ter as qualidades indispensáveis, será aumentar demasiadamente o seu fardo e consagrar as atividades em foco a uma forte propensão para a ineficiência. Somos, portanto, de parecer que se deve dar às E2 um Oficial de Relações Públicas, que pertencerá ao Estado-Maior Geral e agirá sob a direção e fiscalização do próprio E2, em cada Quartel-General.

É preciso não olvidar que este Oficial de Relações Públicas terá de ser especialmente designado para a função, dado que a escolha do mesmo não pode ser indiscriminada. Entre outros atributos enumerados pelo Ten.-Cel. Agenor Monte, deve ele possuir uma per-

sonalidade simpática e acessível; ter a categoria de oficial de estado-maior e entusiasmo contagiante pelo Exército; estar habituado a atender pessoas isoladamente ou em grupo, com capacidade para fazer amigos de sua organização; ter experiência e treinamento para o exercício de sua função ou, pelo menos, uma inclinação natural para desempenhá-la. Em síntese, deve, segundo o Ten.-Cel. John Minton, possuir caráter, energia, personalidade, bom-senso e, acima de tudo, capacidade profissional. Não é, pios, função que possa ser ocupada por qualquer um, porque representa uma perigosa arma de dois gumes; o seu exercício não comporta termos médios e nos parece que isto é bastante para que seja feita com muito cuidado a escolha de seu titular.

III — CONCLUSÃO

Não nos é possível tapar o sol com a peneira, para quedar-nos à sombra enganosa da impressão de uma opinião pública favorável ao Exército, porque esta, em verdade, não existe. Os fatores históricos que enumeramos e a intercorrência de nossa própria contribuição, no mesmo sentido, podem ser classificados como um bloco de gelo que se desprendeu do cimo da montanha do tempo e vai aumentando mais e mais, à medida que se acentua o seu movimento descendente. Até agora, quase nada foi feito para diminuir paulatinamente a sua força viva, até lhe decretar definitivo paradeiro.

A preparação para a guerra não mais pode ser expressa no adestramento puro e único das tropas combatentes. O povo, no sen-

tido mais amplo do vocábulo, deve participar desse trabalho com decisão e firmeza, pois o caráter assumido pela guerra total não admite a existência de vários climas, como o de luta nas linhas da frente, o de paz no interior e o interdiário, situado a meio caminho entre os dois outros. A luz e o calor da fogueira atingem hoje todos os recantos da Nação, envolvendo todos os seus filhos e exigindo de cada um deles uma parcela de esforço em prol da sobrevivência nacional. Mas isto só se tornará efetivo se o povo estiver consciente de sua responsabilidade perante os problemas da Defesa Nacional desde o tempo de paz, o que constitui um vasto campo de ação das Relações Públicas.

Temos, então, no setor que nos compete, muito a fazer. A montagem de um sistema nas condições expostas não é difícil de ser posta em execução, porque se enquadra nos limites de nossas disponibilidades. Diante da importância e da complexidade do problema das Relações Públicas, será uma solução provisória, enquanto não for possível criar um organismo mais volumoso e melhor aparelhado. Será em linguagem tática, como que uma operação preliminar, com a finalidade de garantir a posse de objetivos imediatos e facilitar a conquista do objetivo final.

É uma regra de bom viver esta de que "quem não pode com o mais imediatamente, deve contentar-se com o menos, para não ficar com o nada". Em matéria de Relações Públicas, estamos com o nada; intentemos ganhar o menos, porque para isso temos possibilidades. O mais virá oportunamente, se Deus quiser.

GALVÃO & COMPANHIA

Fábrica de sabão e óleos

AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 15

Caixa Postal, 8 — Telegramas "ÁGUAS" — PENEDO — ALAGOAS

NOVO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

O Presidente da República determinou à Comissão do Vale do São Francisco que elaborasse um programa a fim de orientar e regular os trabalhos para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco, no quinquênio 1951-1955, dentro do limite das dotações constitucionais.

Esse programa acaba de ser apresentado, em exposição de motivos, ao Presidente da República e substituirá o que foi organizado, quando da elaboração do Plano Geral para o quinquênio de 1952-1956 e que acompanhou a mensagem do Executivo, de 15 de dezembro de 1950, ora em estudos na Câmara dos Deputados.

Na organização do novo programa, a Comissão do Vale do São Francisco levou em conta a necessidade de, ao estabelecer ordem de urgência de vários problemas, conceder prioridade aos serviços que, de um lado, representassem melhoramentos já iniciados e, de outro lado, consistissem na execução de obras fundamentais indispensáveis à recuperação econômica da região. A aprovação do programa, diz a exposição de motivos, permitirá, em 1955, uma série de obras úteis ao aproveitamento e desenvolvimento econômico daquele Vale. Os cometimentos previstos no programa importam em Cr\$ 1.080.800.000,00.

NOVO PERÍODO DE ATIVIDADES

Esclarece o documento que o governo federal destinou ao Vale do São Francisco, até o fim do ano em curso, a importância de Cr\$ 539.641,00, inclusive para o resgate, em parte, das ações da Companhia Hidrelétrica do São

Francisco já entregue aos órgãos ministeriais competentes para execução dos programas anuais de trabalho sem que, entretanto, viesse a ser aplicada inteiramente. Com a execução do novo programa, a Comissão iniciará uma nova fase de atividades, representada na realização de uma série de obras indispensáveis à valorização econômica da região.

No corrente exercício, foi incluída apenas parte das dotações previstas na Lei n. 1.249 de 1 de dezembro de 1950, uma vez que o restante a ser movimentado se destina à conclusão das obras do programa de emergência propriamente dito.

Conclui o Superintendente da referida Comissão que 1951 é o ano da transição entre o plano de emergência e o plano definitivo destinado ao aproveitamento econômico do Vale do São Francisco.

O DESPACHO PRESIDENCIAL

É o seguinte o teor do despacho exarado pelo Sr. Getúlio Vargas na exposição de motivos:

"Aprovo o programa, até 1952, da Comissão do Vale do São Francisco, bem como, em suas linhas gerais, o esquema global para todo o período até 1955, dependendo, entretanto, dos ajustamentos que forem sendo indicadas pela experiência. É propósito do Governo a elaboração de programas, com bases técnicas e financeiras que possam ser cumpridas fielmente. No caso do São Francisco, dada a importância fundamental para o desenvolvimento do país, é propósito do meu Governo não só aplicar a verba estabelecida pela Constituição, dentro da qual foi elaborado

o presente Plano, mas antecipar a realização deste, se puder contar com recursos financeiros adicionais.

Elabore-se a mensagem para a remessa do novo programa ao Congresso".

Acompanha a exposição de motivos da Comissão do Vale do São Francisco, detalhado esquema dos estudos e das obras que serão levados a efeito naquela região do país. Assim é que o Plano prevê o estudo e projeto do conjunto de barragens do Rio das Velhas; estudo, projeto e trabalhos preparatórios de barragem da Cachoeira das Três Marias; exame das possibilidades de construção de uma barragem no "boqueirão" do Rio Grande e construção da barragem do Cajú. Melhoramento das condições de navegabilidade do Rio das Velhas; trecho inferior do Médio São Francisco; da Barra do São Francisco, inclusive dragagem, obras fixas, derrocamentos, limpeza de margens, desobstrução de canais e conclusão da barragem do Braço do Sobradinho; ampliação, modernização e padronização do sistema fluvial de transporte, com a organização de uma sociedade de economia mista para exploração do tráfego fluvial e execução de obras destinadas ao aumento de capacidade de carga, descarga e armazenamento nos portos fluviais do Médio São Francisco.

Estabelecimento de centrais elétricas em Cachoeirão do Jequitai, Pandeiros e Formoso-Corrente; estudo e projeto do sistema de eletrificação do Alto Rio Grande e linhas de Transmissão de Paulo Afonso para as regiões circunvizinhas, incluídas na área da Bacia.

É prevista para os Vales do Paracatú, Urucuia, Corrente e Rio Grande, pequena irrigação na base de cooperação. Serão construídas rodovias de acesso e ligação nos seguintes trechos: Pirapora-Leal-Patos; São Francisco-Basilio-Coração de Jesus; Januária-Montes Claros-Bocaiuva; Ilhéus-Brumado-Lapa-Correntins; Ipiré-Morro do Chapéu-Xiquexique; Jacobina-Remanso-São Raimundo Nonato;

Petrolina-Casa Nova-Remanso; Pertolândia-Jatiná-Carijós; Santana do Ipanema-Pão de Açúcar; Pôrto da Folha-Gararu-Tamandú. Prevê-se a conclusão de obras e instalação dos aeroportos de Pirapora, Januária, Manga, Caidinha, Santa Maria da Vitória, Lapa, Aratinga, Barra, Xique-Xique, Remanso, Petrolina, Paulo Afonso e Penedo. Elaboração dos planos de urbanização das Cidades de Pirapora, Joazeiro, Petrolina, Propriá, Penedo, Montes Claros, São Francisco, Januária, Corinto, Lapa, Barra, Barreiras, Xique-Xique, Remanso, Santa Maria da Vitória, Pertolândia, Arco Verde, Plassabuçu, Pão de açúcar e Neópolis; execução dos sistemas de abastecimento d'água das Cidades de Pirapora, Joazeiro, Petrolina, Propriá e Penedo. Desobstrução e regularização dos rios Itiuba, Boacica, Betume e Propriá, afluentes do Baixo São Francisco. Construção e manutenção de uma fazenda-escola no Baixo São Francisco; organização e custeio de duas missões rurais-ambulantes; estabelecimento de nove cursos de treinamento manual. Construção, equipamento e custeio de uma unidade móvel assistencial de tipo fluvial; equipamento e custeio das unidades da "Rede Hospitalar do São Francisco"; profilaxia e malária. Organização de patrulhas mecanizadas, construção de armazéns e silos metálicos; manutenção de uma carteira de venda; estabelecimento de postos de pesca; construção de um matadouro para suínos, em Montes Claros; Serviço de Defesa Sanitária Animal e construção de um laboratório para a fabricação de vacinas anti-aftosa, em Barreiras.

AS VERBAS ANUAIS

São as seguintes as dotações estipuladas no referido Plano:

1951 —	130.040.000,00
1952 —	179.860.000,00
1953 —	231.100.000,00
1954 —	259.400.000,00
1955 —	280.400.000,00

(Da Imprensa)

RESSURREIÇÃO DA AMAZÔNIA

A Comissão Central do Plano de Valorização da Amazônia está considerando vários problemas da maior importância para a vida daquela região e examinando os planos amplos de renovação econômica elaborados a respeito pelas várias subcomissões que vêm estudando as questões relacionadas com a saúde pública, as pesquisas, os transportes, o regime florestal, os produtos agrícolas, a pesca e a pecuária, o petróleo e os minerais em geral e o crédito.

FINANCIAMENTO PARA OS PRINCIPAIS PRODUTOS

— A Comissão do Plano da Valorização da Amazônia examina agora os trabalhos de planejamento que foram elaborados e lhes estão sendo submetidos pelas subcomissões constituídas especialmente para o estudo de cada um dos problemas mais relevantes daquela região.

Assim, na última reunião foi estudado o planejamento da distribuição do crédito na Amazônia, preparado pela subcomissão respectiva, e que permitirá financiamento amplo dos principais produtos amazônicos, como a borracha, a juta, a castanha, o pau rosa, a madeira, as frutas oleaginosas, assim como para instalações industriais.

A DISTRIBUIÇÃO DO PETRÓLEO E A RENOVAÇÃO DA NAVEGAÇÃO AMAZÔNICA

— Os outros assuntos de importância, que estão sendo estudados, são os que dizem respeito ao abastecimento de petróleo e à renovação da navegação amazônica. Estão ligados e a sua solução é essencial para o progresso e valorização da região.

Como se sabe, o combustível consumido pelos navios que asseguram as comunicações no interior da Amazônia é a lenha, combustível caro e de difícil aproveitamento, que retarda e dificulta extraordinariamente a navegação.

Assegurada que seja uma distribuição adequada do petróleo para consumo da nossa navegação fluvial ali, ter-se-á obtido uma grande economia de tempo e de dinheiro, pois os vapores não terão que esalar de trecho em trecho abastecendo-se de lenha, demorando para esse fim por vezes vários dias em pontos onde não seria necessário escalar ou pelo menos onde bastariam poucas horas de permanência. Daí a importância do assunto, que está sendo considerado com carinho, em colaboração com as empresas interessadas. Assim, o Conselho Nacional do Petróleo elaborou um plano de distribuição dos produtos petrolíferos e há também várias empresas estrangeiras interessadas no estabelecimento no interior da Amazônia de grandes tanques que facilitem a distribuição.

Para a renovação dos transportes fluviais foi também preparado e está sendo examinado um plano geral de financiamento, por conta da verba de 3 por cento do Plano de Valorização da Amazônia.

Esse plano comporta medidas em relação a três setores diferentes da navegação amazônica ou sejam: 1 — a grande navegação, isto é, a navegação dos rios principais, até os respectivos portos; 2 — a navegação dos altos rios condicionada ao financiamento para a compra de motores pelos particulares e pelos Territórios; 3 — a navegação particular complementar da grande navegação, ou seja aquela

que serve aos rios nos quais não toca a grande navegação, e que é constituída sobretudo de navios pertencentes às firmas comerciais "aviadoras", ou sejam as que asseguram a distribuição de gêneros e outros produtos pelo interior da Amazônia.

UM GRANDE PLANO DE PLANTACÃO DE SERINGUEIRAS

— Essa questão está perfeitamente estudada, já tendo sido determinadas as áreas selecionadas para o plantio na Amazônia, na Bahia e em Mato Grosso e consideradas os três aspectos econômicos possíveis, do plantio com capitais do Estado, da cultura em grande escala com capitais privados, e da cultura em pequenos núcleos com o auxílio do Banco de Crédito da Amazônia e de capitais privados da região.

O plano que está sendo estudado prevê a plantação em 10 anos de 30 milhões de seringueiras, ao custo

médio de 30 cruzeiros por árvore e dispêndio total de 900 milhões de cruzeiros. Esse investimento nos daria, a partir do 8º ano, depois do plantio, 30 mil toneladas de borracha e no 15º ano, 140 mil toneladas do produto.

Esse programa não exclui a assistência técnica aos seringais nativos, cujo papel econômico só diminuirá depois que os seringais de plantio estivessem assegurando o pleno abastecimento do produto.

REJEITADA A INSTALAÇÃO DA BORRACHA SINTÉTICA

Quanto à idéia de instalar-se no país fábrica de borracha sintética, pode dizer que foi posta inteiramente de lado. As necessidades que porventura tenhamos de elastômeros poderão perfeitamente ser supridas pela aquisição de borracha sintética americana, dando em troca álcool anidro de nossa produção.

(Da Imprensa)

AGRADECIMENTO

Entre os cumprimentos recebidos por esta revista, por motivo da passagem do ano, destaca-mos os do Major Floriano Moura Brasil Mendes, concebido nos seguintes termos:

"A Defesa Nacional", meus votos de prosperidade no Ano Novo e para que possa prosseguir, como até aqui, proporcionando pleno agrado aos leitores e motivo de justificado orgulho de nossa classe."

Agradecendo as confortadoras palavras acima, a Redação deseja felicidades ao Major Moura Brasil e manifesta a sua satisfação por estar atingindo os objetivos da revista, que é o de servir com agrado, à cultura intelectual da classe.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

Volta Redonda produzirá um milhão de toneladas de aço por ano

Atualmente saem dos altos fornos de Volta Redonda mais de 400 mil toneladas de lingotes de aço, por ano. Outras usinas produzem 100 mil toneladas. A nossa produção total, portanto, orça em 500 mil toneladas anuais. Mas tal é a fome de aço no Brasil, que mais 300 mil toneladas são importadas, anualmente. É preciso, pois, cobrir esse "deficit" da produção nacional. Está em curso, como se sabe, uma primeira expansão de Volta Redonda, às expensas de um empréstimo de 25 milhões de dólares, a qual permitirá crescer o equipamento dessa usina de mais um alto forno, mais 4 fornos de aço e maquinário subsidiário. Quando completa, esta expansão proporcionará uma produção de 700 mil toneladas de lingotes de aço, por ano, a qual elevará para 800 mil toneladas a produção total do país. Mas isto é já hoje considerado insuficiente. Temos que nos libertar da produção estrangeira, principalmente em face da dependência que ficamos em relação às restrições cada vez maiores dos países fornecedores. Es-

tudos acurados mostram que o mercado nacional já é capaz de absorver um milhão de toneladas de lingotes de aço, anualmente. Foi diante dessa evidência e para aproveitar a recente viagem do Presidente da C.S.N. aos Estados Unidos, onde irá tratar das derradeiras providências necessárias para a utilização do crédito acima referido de 25 milhões de dólares, concedido pelo "Eximbank" que o Exmo. Sr. Presidente da República determinou ao General Sylvio Raulino de Oliveira o início imediato de estudos para a expansão da usina, de modo que venha a produzir não 700 mil, mas sim um milhão de toneladas de lingotes de aço por ano. Esta produção poderá ser alcançada praticamente dentro das linhas de produção atuais de Volta Redonda e com os 2 altos-fornos existentes após a primeira expansão. Produzindo um milhão de toneladas de aço por ano, Volta Redonda se afirmará como a maior usina siderúrgica da América Latina e uma das maiores do mundo, fora dos Estados Unidos.

(Da Imprensa)

ARMAZÉM SERTANEJO

Secos e molhados — Ferramentas em geral — Louças — Miudezas

EMERENTINO COSTA

Praça da Independência, 18 — Palmeiras dos Índios — Alagôas

MARCENARIA FORTALEZA

MÓVEIS EM GERAL

Raymundo A. Ferreira

RUA DA PAZ, 179 — RECIFE — PERNAMBUCO

MINÉRIO DE URUCUM

As atividades da empresa que explora o minério de Urucum estão divididas em três partes distintas, que formam um conjunto industrial harmônico. Cerca de mil trabalhadores ali trabalham nas três seções — a de mineração de minério de ferro na mina de Urucum, a de fabricação de carvão nos núcleos de Cedral, Tauaral e Ladário, e a usina de siderurgia na estrada de Corumbá-Ladário. A mineração é feita a céu aberto, nas encostas do morro do Urucum. Depois de peneirado e ensilhado, o minério colhido é transportado em caminhões para a usina, através de uma estrada de rodagem de 25 quilômetros, especialmente construída.

Nos trabalhos de mineração empregam-se quatro silos com peneiras para a purificação e armazenamento do minério. Um conjunto de linhas de vagonetas transporta o minério das fontes em que é colhido para os silos. Junto ao morro foram construídas casas de alvenaria para os trabalhadores. Os núcleos para fabricação de carvão reúnem, cada um, mais de cem fornos de alvenaria com 20 metros cúbicos. O processo de fabricação do carvão vegetal é o mais moderno e racional, porque evita o desperdício de lenha e não exige uma devastação desordenada de matas. Cada núcleo possui o seu acampamento para os trabalha-

dores, com assistência médica local e armazéns próprios.

A usina teve a sua construção começada em 1943 e terminada em fins de fevereiro de 1945, tendo havido a primeira corrida de ferro em janeiro de 1946. Consiste a usina em um alto forno com capacidade de 50 toneladas diárias, dois aquecedores de ar, um depurador a seco e um lavrador para gases, dois compressores de ar de 200 c.v., um elevador inclinado para carregamento automático com cabine de comando próprio, uma área de corrida de ferro gusa, três galpões para depósito de carvão, rede de linhas de vagonetas para abastecimento do forno e um depósito do minério com balança para cargas.

Possue a usina o seu serviço próprio de água, no qual são gastos dois milhões de litros diários na refrigeração do forno e no abastecimentos das caldeiras. Duas bombas centrífugas funcionam junto às margens do Rio Paraguaçu. Também a energia elétrica da usina é própria, gerada em uma casa de máquina especialmente montada e equipada. Todas essas informações foram colhidas no boletim da Confederação Nacional da Indústria, que salienta a circunstância de a obra realizada em Urucum ser exclusivamente de brasileiros.

(Da Imprensa)

CHAPELARIA SÃO MARCOS

DE

J. Elyσιο dos Reis & Cia. Ltda.

ARMAZEM DE CHAPÉUS

INSCRIÇÃO N. 6

End. Teleg.: SAMARCOS — Telef.: 6916 — Código: RIBEIRO
RUA DUQUE DE CAXIAS, 356 — PERNAMBUCO — BRASIL

TRATORES E CAMINHÕES FABRICADOS NO BRASIL

Estiveram em visita ao Ministro da Agricultura os Srs. Coronel Araripe Macedo, Presidente da Fábrica Nacional de Motores, Almirante Augusto do Amaral Peixoto, Coronel Raul de Albuquerque e Dr. Aluisio Penido, Diretores da mesma, que foram apresentar ao Sr. João Cleophas o plano organizado por aquêlê estabelecimento industrial para a fabricação, no Brasil, de caminhões e tratores de diversos tipos.

A Fábrica Nacional de Motores chegou aos atuais resultados após

amplo estudo junto às indústrias européias e norte-americanas, em consequência do que preferiu as condições técnicas e econômicas propostas pelo consórcio das indústrias italianas Fiat, Ansaldo-Forsati e Alfa Romeo.

Estas empresas terão participação efetiva e responsabilidades nas linhas de fabricação, pretendendo associar-se à F.N.M., com a participação de técnicos, ferramental e capitais trazidos da Itália.

(Da Imprensa)

R. W. PATERSON

EXPORTADOR — AGENTE DE VAPORES, SEGUROS E COMISSÕES

RUA SA E ALBUQUERQUE, 892 — Tel., 276 — End. Teleg. : "Paterson" — Maceió

Caixa Postal, 16 — Jaraguá — Maceió — Códigos : ABC 5ª & 6ª, BENTLEYS,

MASCOTTE 1ª & 2ª ED., SCOTTS, etc.

JARAGUA. — MACEIO

GUEDES DE PAIVA & CIA.

Comissões, consignações e conta própria — Distribuidores exclusivos para o Estado de Alagoas da International Harvester Máquinas S.A. — Caminhões, tratores, despaladeiras, grupos geradores, máquinas agrícolas e motores industriais "Diesel"

RUA DO COMERCIO, 633 a 639

Telefone, 309 — Endereço Telegráfico : GUEPAICO — Caixa Postal, 57

B. C. BARBOSA

DISTRIBUIDOR

Estivas em geral — Ferragens — Louças — Bebidas nacionais e estrangeiras — Estoque permanente dos vinhos "Imperial"

RUA BARÃO DE ALAGOAS, 118 — MACEIO — ALAGOAS

EM SANTOS OUTRA VOLTA REDONDA

São Paulo terá uma grande usina siderúrgica, com capacidade igual à de Volta Redonda. Sua localização será em Piassaguera, poucos quilômetros distante de Santos. Perto do local onde hoje se constrói a refinaria de Cubatão, a nova usina terá capacidade igual à de Volta Redonda, estando apta a pôr em execução a experiência adquirida com os debates ocorridos durante a construção da usina do Vale do Paraíba.

O Sr. Lucas Garcez, Governador do Estado, confirmou à reportagem a sensacional notícia, declarando o seguinte a propósito:

"Determinou o Governo do Estado estudos técnicos a respeito, o que vem sendo feito, aliás, de há muito. Qualquer pormenor sobre o empreendimento é prematuro ainda. Voltarei a falar quando os técnicos tiverem concluído definitivamente seus estudos".

Conseguimos colher os seguintes elementos sobre a grande usina siderúrgica que se erguerá nas proximidades de Santos. A usina receberá a sua alimentação pelo mar. Recebendo o minério da Cia. Vale do Rio Doce, via Vitória, o seu carvão poderá vir tanto do estrangeiro, como de Santa Catarina, sem depender, portanto, da Central do Brasil, como ocorre com Volta Redonda, a qual, por isso, tem sido não pouco prejudicada. Para tal o projeto prevê um canal com capacidade para que o navio possa chegar perto das instalações, evitando dessa forma submeter-se aos serviços do porto de Santos, já sobrecarregado com o problema do congestionamento.

O capital da Companhia é de 5 bilhões de cruzeiros, e será subscrito em partes iguais pelo Estado e a indústria de São Paulo.

(Da Imprensa)

AVISO AOS ASSINANTES

Para renovar sua assinatura, não espere deixar de receber "A DEFESA NACIONAL".

Procure o nosso representante na Unidade em que serve ou queira dirigir-se diretamente à Gerência.

Caixa Postal n. 17-Agência do Ministério da Guerra. — Rio de Janeiro.

ARMAZÉM ALFANDEGADO

Representações e Conta própria

Cereais, Arame farpado, etc. — Telegrs. — GUARANY

José Cravo Silva

PRAÇA COMENDADOR PEIKOTO, 143 — CAIXA POSTAL, 31

PENEDO — ALAGOAS

DOIS MILHÕES DE BARRIS DE XISTO

Perante a Escola Superior de Guerra, o Ten.-Cel. Gabriel Rafael da Fonseca proferiu recentemente uma conferência sobre a industrialização do xisto betuminoso no Brasil. Inicialmente, o conferencista focalizou o problema da produção, acentuando que as ocorrências mais importantes são as da série Irati e do Vale do Paraíba, esta última colocada entre os dois maiores centros consumidores do país, Rio e São Paulo. Numa área de 200 quilômetros quadrados, as nossas reservas são da ordem de 2 bilhões de barris economicamente exploráveis, reservas suficientes para alimentar o consumo atual durante cerca de 50 anos. Salientou o interesse do Presidente da República quanto à industrialização do xisto, particularmente do Vale do Paraíba, que tem capacidade para 10 mil barris diários. Tanto que foi criada a Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso, a que está afeto o exame de tais problemas e que já organizou um trabalho aprovado pelo Chefe da Nação.

O conferencista focalizou o contrato feito entre o Governo brasileiro e o Banco Internacional para a conclusão de um acordo que, em segurança, venha a permitir completa instalação da indústria no Vale do Paraíba. O fato de se projetar a montagem de tal empreen-

dimento sob a direção única, com garantias contratuais oferecidas por uma só firma, permitiu que as companhias de seguros norte-americanas, em associações, se prontificassem a reembolsar o Governo brasileiro da importância de 25 milhões de dólares, no caso do não cumprimento das garantias contratuais. Este tipo de "seguro" — o "performance bond" — é comumente empregado pelo governo norte-americano, em seus contratos de construção e possivelmente será usado pela primeira vez no Brasil.

Depois de ressaltar que a economia brasileira já perdeu bastante com o retardamento verificado na solução do problema, declarou o conferencista que entre 1946 e 1951 o Brasil pagou a média de 45 mil dólares por dia pela importação de 10 mil barris de refinado. Computando-se o ano de 330 dias de funcionamento da refinaria, conclui-se que em 5 anos sofreu o país uma evasão de 74 milhões de dólares.

O Ten.-Cel. Gabriel Rafael da Fonseca concluiu a sua conferência formulando um apelo para que todos os patriotas apoiem o projeto do Governo a fim de que o país possa contar pelo menos com uma quantidade substancial de petróleo tirada do seu próprio solo.

(Da Imprensa)

REFINARIA E TORREFAÇÃO "LEÃO DO NORTE"

DE

Antunes & Cia.

RUA BARÃO DE ALAGOAS, 11 — Telefone, 103

MACEIÓ — ALAGOAS — BRASIL

"A SEGUNDA GRANDE GUERRA"

Nota bibliográfica publicada na "Revue Militaire d'Information du Ministère de la Défense Nationale", da França, número de outubro de 1951:

"LA DEUXIEME GRANDE GUERRE"

Major JOAO BAPTISTA PEIXOTO

Grafica Laemmert, Limitada, Rio de Janeiro, Editeur

Sous le titre cité en rubrique, le Major João Baptista Peixoto publie un fort intéressant ouvrage, une des études les plus complètes que l'on ait écrites sur la deuxième guerre mondiale.

Cet ouvrage d'une remarquable clarté ne se borne pas à narrer les événements, que chacun connaît, de la dernière guerre. Il va plus loin : dans son introduction le Major recherche les causes de la guerre 1939-1945 et pour cela n'hésite pas à remonter jusqu'en 1895, date du plan "Pangermanique". De même, dans sa conclusion, il étudie les répercussions psychologiques et militaires de cette victoire.

Agrémenté de cartes pour chacun des théâtres d'opérations, le corps de l'ouvrage est consacré au déroulement de la guerre, depuis l'invasion de la Pologne en 1939, jusqu'à la bataille du Pacifique, en passant par la campagne de Russie, d'Afrique du Nord — où l'auteur rend hommage aux troupes du Général Leclerc — le débarquement en Normandie et dans le sud de la France — où se fit la jonction des troupes brésiliennes et françaisés sous le commandement du général de Lattre de Tassigny — pour se terminer par la capitulation des forces de l'Axe.

On doit féliciter l'auteur, pour avoir su par de courtes synthèses, retracer les principales lignes des combats qui se sont déroulés dans le monde entier, et pour son objecti-

vité qui nous permet de mieux approfondir la terrible épopée qui a secoué le monde durante six années".

* *

A respectiva tradução é a seguinte:

Sob o título acima foi publicado um trabalho de grande valor, do Major João Baptista Peixoto, que é um dos estudos mais completos já escritos sobre a segunda guerra mundial.

Este trabalho, de uma notável clareza, não se limitou apenas à descrição dos conhecidos acontecimentos da última guerra.

Vai mais longe. Na parte introdutiva, ao analisar as causas da guerra, o autor não deixa de remontar-se até ao plano Pangermânico de 1895, e do mesmo modo, na parte conclusiva, ele aborda até às repercussões do grande conflito.

Ilustrado com uma carta de cada um dos teatros de operações, o corpo do livro é consagrado ao desenrolar da guerra, desde a invasão da Polónia em 1939 até a batalha do Pacífico, incluindo: a campanha da Rússia; a campanha da África, na qual o autor presta sua homenagem às heroicas forças coloniais francesas do General Leclerc; o desembarque na Normandia e no sul da França, cujas forças, sob o comando do General de Lattre de Tassigny, posteriormente se encontraram com as tropas brasileiras que combatiam na Itália; e finalmente, a capitulação das Forças do Eixo.

Merece pois ser felicitado o autor, por haver sabido traçar, em breves sínteses, as linhas principais dos grandes combates travados no mundo inteiro, e também pela objectividade do seu livro cuja leitura proporciona uma real impressão da terrível epopéia que agitou o mundo durante seis anos.

O INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA

O Governador Janary Nunes, do Território do Amapá, em reunião da "Comissão Central de Estudos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia", fez oportunas declarações. Encareceu a necessidade da criação do Instituto de Tecnologia da Amazônia, para orientar os trabalhos de aproveitamento das riquezas da Planície. Afirmou que é essencial criar, ali, novas fontes de riqueza. Referiu-se às desco-

bertas feitas no Amapá, onde só o manganês deverá produzir cerca de 500 milhões de cruzeiros, anualmente e contribuir, dentro de 2 anos, com 25 milhões de dólares, em divisas, para a economia nacional. Transmitiu, finalmente, a sua esperança nos resultados da cromita, do estanho e da siderurgia amapaense.

(Da Imprensa)

"Mais do que um problema de extensão, o atual problema ferroviário brasileiro consiste principalmente na constituição de um verdadeiro sistema nacional, com a interligação de sistemas regionais esparsos; no entrosamento dessa rede com o sistema rodoviário e com os rios navegáveis; na melhoria de seus grandes troncos e no completo reequipamento de suas linhas".

(Comissão Revisora do Plano Geral de Viação Nacional)

REFERÊNCIAS A ESTA REVISTA

A propósito do número de setembro, desta Revista, recebemos o seguinte rádio:

"Disposição matéria número setembro merece aplausos.

Saudações. Gen. Bda. Fernando Távora, Subcm, 7º R.M. e 7º D.I."

Ao Exmo. Sr. Gen. Fernando Távora a Redação agradece as suas palavras de incentivo.

AVISO AOS COLABORADORES

Avisamos aos nossos prezados colaboradores que toda a matéria destinada a comemorar datas nacionais, vultos eminentes, etc., deverá ser enviada à redação com a antecedência mínima de 2 meses. O temário de qualquer número da Revista é organizado com a antecedência de 2 e até 3 meses, razão pela qual tem sido deixada de lado muita matéria boa que nos tem sido enviada, permitam-nos a expressão, "em cima da hora". Oportunidade, pois, é o que solicitamos aos nossos colaboradores, a quem agradecemos a atenção dispensada a este aviso.



Noticiário de Interesse Militar

Novo Detetor de Radiações Atômicas

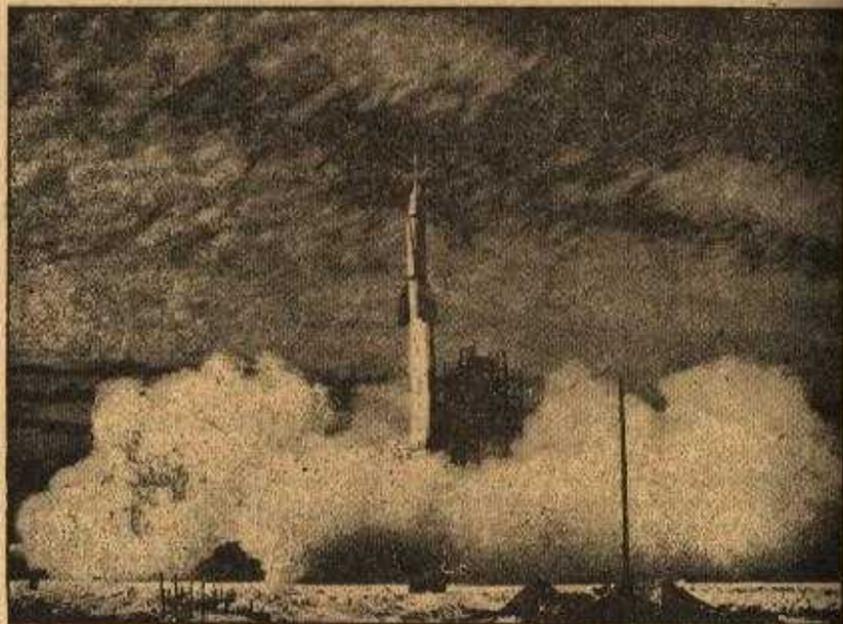
O "Signal Corps" deu começo à produção de um novo tipo de detetor de radiações e do aparelho de medição da intensidade das mesmas, para uso das organizações de defesa militar e civil. Como primeiro instrumento em sua categoria, desenhado especificamente para uso prático em campanha, o aparelho é considerado uma contribuição de primeira ordem à defesa contra as radiações; dispõe de uma "câmara de ionização", que não é nova em si mesmo, mas sim na forma em que se apresenta. As características deste mecanismo foram projetadas pelos laboratórios do "Signal Corps", do exército americano.

Construído de modo a ter menor sensibilidade que o contador Geiger, o novo instrumento está destinado a revelar e medir concentrações de radiações relativamente grandes, como sejam as produzidas pelas explosões de uma bomba atômica. Os órgãos militares o denominam "Conjunto RADIAC", sendo *Radiac* uma palavra inventada que significa "denunciador de radioatividade, sua identificação e composição". A Comissão de Energia Atômica, a Secretaria da Marinha e a Secretaria das Forças Aéreas, instituições que não dependem do "Signal Corps", também estão aperfeiçoando uma variedade de instrumentos desta classe, com o objetivo de satisfazerem as suas necessidades particulares. O programa conjunto entre os elementos militares tem sido coordenado pelo Departamento de "Projetos de Armas Especiais das Forças Armadas".

O instrumento foi elaborado com a intenção de aplicá-lo em possíveis usos de combate. Contém elementos fabricados em série, resistirá ao choque e à vibração e pode ser reparado facilmente em campanha. É pequeno; tem 30 cm em sua maior dimensão e pesa apenas 4 1/2 kg. (De "Ordnance").

Por um maior alcance

A experimentação de foguetes de longo alcance, em vôo horizontal, apresenta um problema de Geografia. Muitos vôos verticais têm sido realizados em Areias Brancas, Novo México, mas nem mesmo no fracamente habitado Sudeste norte-americano existe uma área onde um foguete possa ser lançado em distância. Assim, há algumas semanas, a Força Aérea dos EE. UU. realizou o primeiro teste do seu foguete horizontal em Cocoa, Flórida (a Este de Orlando), disparando um foguete bi-fásico sobre o Atlântico deserto, ao norte das Bahamas.



O foguete era uma combinação à garupa: um pequeno foguete "Wac Corporal" adaptado na ogiva de uma V-2 alemã. Um teste realizado, uma semana antes, tinha sido um fracasso (uma bomba de óleo falhou), porém desta vez, rugindo, a V-2 alçou-se e tornou para Este, sobre o oceano. Em um minuto e vinte segundos alcançou uma altitude de 15.500 metros e uma velocidade de 2.700 km/hora.

O "Wac Corporal" foi então lançado fora, por instrumentos adrede adaptados, ou por controle de rádio, e, desse modo, separado da V-2, adicionando sua velocidade à daquela. Quão longe e rápido ele foi, constitui ainda um segredo das Forças Aéreas; entretanto, pessoa bastante conhecida referiu-se a um alcance desejado superior a 280 km. De acordo com o observador bem informado, o "Wac Corporal" alcançou provavelmente, uma velocidade de mais de 8.000 km/hora.

Novo caça-a-jato

A Republic Aviation Corporation anunciou a produção em série do primeiro caça-a-jato completamente equipado para reabastecimento em pleno voo.

O novo avião, F-84G, inclui, entre suas características, diversos aperfeiçoamentos sobre o seu mais famoso modelo-irmão, o F-84E Thunderjet, que se encontra em serviço na Coreia, Europa, Inglaterra e Estados- Unidos. Possui um maior raio-de-ação, uma subida mais rápida e demanda manutenção mais fácil.

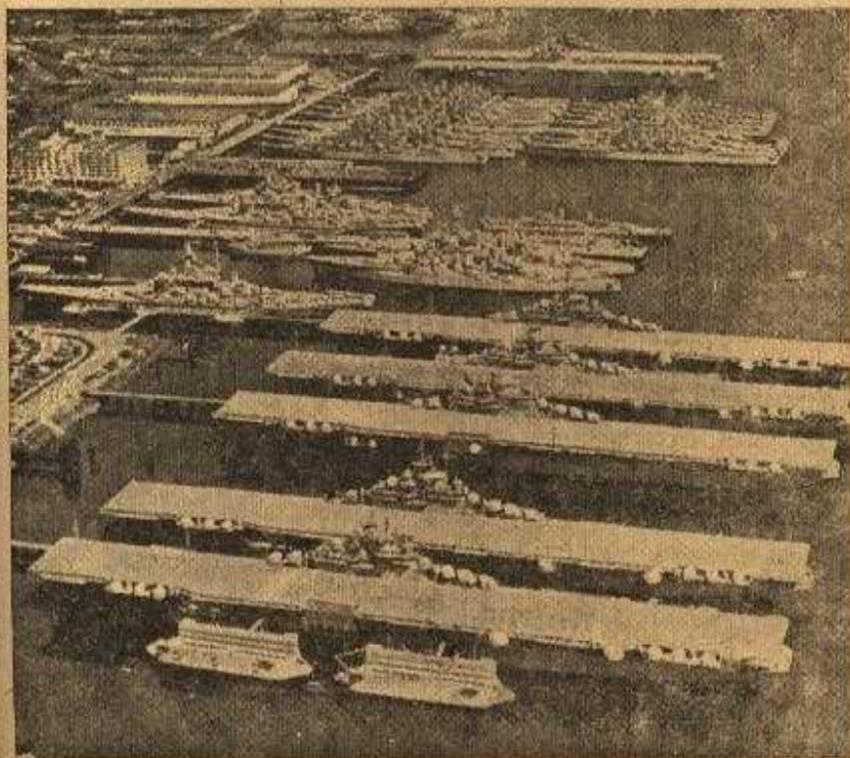
O reabastecimento, em voo, do F-84G, anuncia o começo de uma era de crescente flexibilidade e mobilidade das forças de caça da Aero-

náutica Norte-Americana. Isso significa que completas alas-de-caça podem se deslocar rapidamente de um ponto para outro do globo, que podem atacar mais profundamente no território inimigo, ou que podem permanecer no ar, sobre as linhas-de-frente, nas missões de alerta-no-ar, por períodos de tempo mais longos, prontos para "arrazar" os objetivos que forem indicados pela tropas terrestres. (Da *Imprensa*).

Transportes por Helicópteros

Companhias de transportes equipadas com helicópteros, planejadas para operações de combate do Exército e apoio logístico, então se organizando para utilizá-los em divisões e unidades táticas menores. Cada companhia será equipada com vinte e três helicópteros. Dois destes serão empregados para fins de comando e reconhecimentos; os outros serão do tipo de caça leve, para o transporte de homens, equipamento e abastecimentos. Antecipa-se que as companhias equipadas com helicópteros facilitarão em muito a passagem dos rios e operações especiais que possam ser necessárias para a guerra ártica, anfíbia, em montanha ou na selva, onde o movimento dos veículos terrestres poderá encontrar grandes dificuldades. (De "Ordnance").

* * *



Frota de reserva americana ancorada na Baía de Bremerton

"Partida" dos motores-a-jato

Estão sendo utilizados cartuchos de cordite para dar "partida" aos motores do avião-a-jato. Esses motores exigem cerca de 10 vezes mais energia do que a necessária para dar "partida" a equivalentes motores-de-pistão. Cada unidade de "partida" dispõe de dois cartuchos e uma pequena turbina. Um botão de ignição inflama um dos cartuchos e seus gases dão "partida" à pequena turbina que, por sua vez, acelera a turbina principal a-jato — responsável pela sustentação da velocidade. (*Popular Mechanics Magazine*).

Carro "Chafee" (Americano)



Peso: 17,5 ton. Velocidade: 56,5 km/h. Guarnição: 4 homens. Armamento:
 1 canhão de 75mm; 1 metralhadora de 7mm⁶², acoplada com o canhão;
 1 metralhadora de 7mm⁶², na frente; 1 metralhadora de 12mm⁷,
 A.A., exterior, na torre

Nova Arma Antitanque

Há pouco, foi dado conhecimento ao público, pela primeira vez, de uma nova arma antitanque anteriormente mantida em segredo; referimo-nos ao canhão raiado, sem recuo, de 105 mm, montado num "jeep". Esta arma, de fácil manejo, servida por dois homens, é disparada normalmente da parte trazeira do "jeep", o que a converte em uma arma muito móvel e de grande potência. É este canhão sem recuo maior entre os de seu gênero, não só em calibre, como também em tamanho e peso. A dita arma é o resultado da experiência obtida no desenho e aperfeiçoamento de outras armas similares, de calibre menor. (De "Ordnance").

Novos Projétils Dirigidos

Foram dadas a conhecimento, recentemente, as façanhas máximas no que diz respeito aos projétils dirigidos. Trata-se de uma bomba de 5.500 kg que pode ser dirigida em toda a trajetória para seu alvo e de vários projétils dirigidos por auto-propulsão, com um alcance que excede a 800 km, com potência suficiente para ocasionar o dano originado por dez bombas não dirigidas da mesma força explosiva. (De "Ordnance").

Areia Mortal

Segundo o Dr. Luis N. Ridenour, decano da Escola Superior da Universidade de Illinois, numa notícia aparecida no "Boletim dos Cientistas Atômicos", um pó invisível de "areia mortal" poderia ser estendido sobre as cidades da terra e matar toda a sua população mediante a radioatividade. Esta areia, que é muito fina, pode impregnar-se com venenos radioativos e estender-se, formando uma capa finíssima sobre a zona em que se quer eliminar a vida. Calcula-se que meia hora de aspiração deste pó, levantado pelos ventos, será uma dose suficiente para ser fatal. (De "Ordnance").

Carro "Centurion" (Inglês)



Peso: 45 ton. Velocidade: 37 km/h. Guarnição: 5 homens. Armamento:
 1 canhão de 90mm; 1 metralhadora de 7,mm92, acoplada com o canhão;
 1 metralhadora de 7,mm92, na frente

Bombas de alta velocidade

Na base da Força Aérea Edwards, Muroc, California (Estados Unidos) comprovou-se, em ensaios recentes, que é possível a exatidão do bombardeio aéreo com velocidades maiores que 800 km por hora. Durante a 2ª Guerra Mundial, as bombas pesadas foram lançadas com êxito de aviões cuja velocidade não superava a 650 km por hora. Até os citados ensaios, a turbulência aérea produzida em velocidades superiores fez com que as bombas caíssem sem precisão. Com relação a este assunto, está sendo aperfeiçoada uma nova série de bombas, possivelmente para serem usadas nos aviões a jato. (De "Ordnance").

O Exército Norte-Americano compra "Alças Eletrônicas"

Os "olhos noturnos" de fuzileiro — a "alça eletrônica" — a que se atribui 30 % das baixas inimigas produzidas na batalha de Okinawa, está se convertendo num elemento corrente do equipamento das unidades do Exército dos Estados Unidos; dez divisões serão equipadas com este dispositivo. Entre as parcelas do orçamento do Exército, cuja aprovação

foi pedida, há uma no valor de 8.654.418 dólares para a compra de 6.918 "alças electrónicas", custando 1.251 dólares cada uma. A quantidade destes dispositivos, que já se encontra em uso, é considerada secreta.

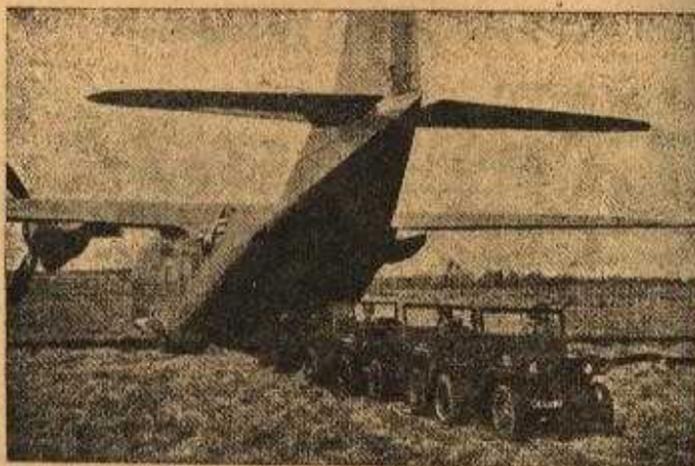
A "alça electrónica" consiste num telescópio electrónico montado numa carabina de uso comum no Exército Norte-Americano, de calibre .30. As conexões se unem a uma bateria portátil que o soldado leva na mochila, com um refletor infra-vermelho montado sob a arma. (De "Ordnance").

Carro "Estaline" (Russo)

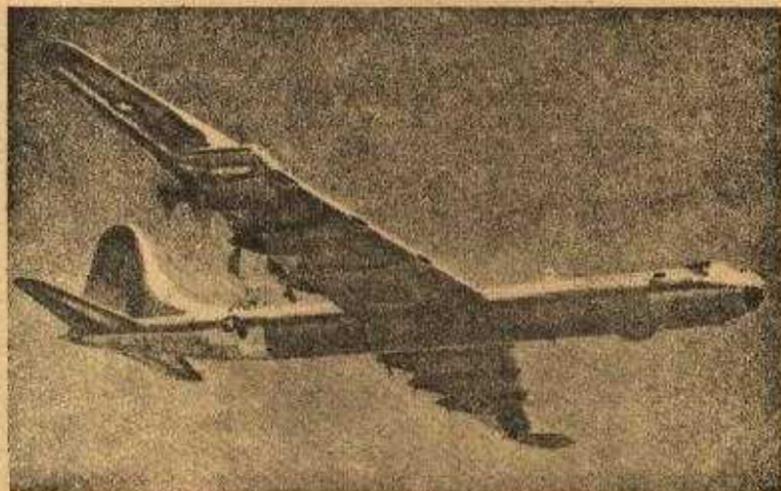


Peso: 36 ton. Velocidade: 47,5 km/h. Guarnição: 5 homens. Armamento:
 1 canhão de 122mm; 1 metralhadora de 7,mm62, acoplada com o canhão;
 1 metralhadora de 7,mm62, na torre, atrás; 1 metralhadora
 de 7,mm62, na frente

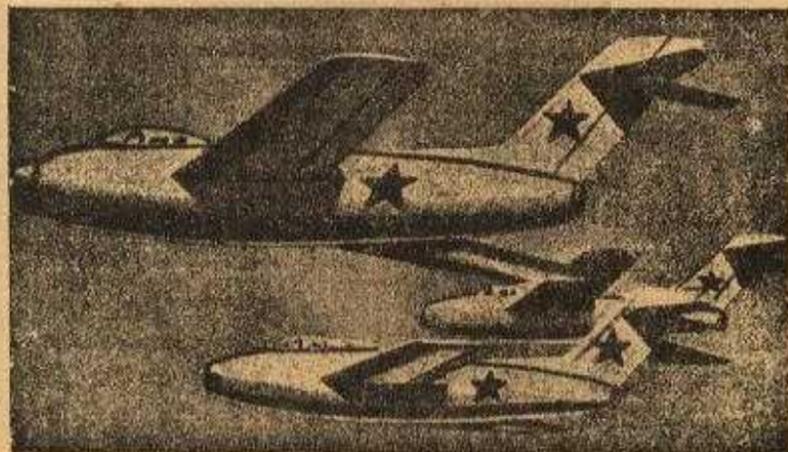
* * *



Um avião, XC-123, com apreciável capacidade de transporte de material. (Do "Canadian Army Journal")



Avião "Convair B-36", equipado com 6 motores e mais 4 reatores suplementares. Dispõe de uma força de 400 cv., podendo atingir a velocidade de 700 km/h., a 13.500 m de altura



Aviões MIG-15, de fabricação soviética, empregados pelos comunistas chineses na guerra da Coreia

Canhão sem recuo

Um canhão sem recuo, arma militar que pode ser manejada por um só homem, disparará uma granada de 900 gr sem maior recuo do que possa ser produzido por uma espingarda comum. Esta arma é disparada como um fuzil usual, com a culatra de encontro ao ombro.

A sua ausência de recuo é devida a um "escape" de gás que se coloca em cima de uma abertura, nas costas da câmara. (De "Ordnance").

Gases de Nervos

Os gases que atacam o sistema nervoso, os mais venenosos e devastadores conhecidos até agora, podem causar terríveis dores nos olhos, na cabeça, e, finalmente, a morte. Estes gases são um conjunto de elementos químicos que possuem a característica comum de inibir irremediavelmente a enzima chamada colinesterase. Esta corta uma reação química vital do corpo e permite a acumulação excessiva de outro elemento químico do corpo, a acetilcolina, na união entre a extremidade de um nervo e o músculo que ele estimula.

Os gases de nervos são quase incolores e inodoros. Não causam irritação na pele ou sufocação que possam demonstrar a sua presença. São mais venenosos que qualquer outro gás conhecido até agora. Podem penetrar no corpo pela inalação ou pela absorção da forma líquida através da pele, dos olhos ou ao engulí-los. A antiga máscara comum do nosso Exército (o Norte-Americano) protegerá contra esses gases e contra a sua forma líquida será feito pelo tecido protetor com que se fabricam os uniformes do Exército. Doses muito grandes de atropina podem ser empregadas para resistir aos gases de nervos. (De "Ordnance").

Submarinos Aperfeiçoados

A marinha dos EE.UU. continua o seu programa de produção de submarinos de após guerra, com a construção de duas novas classes de submersíveis de combate. A uma das classes corresponde um modelo de ataque rápido, o qual, submerso, terá uma velocidade maior do que a que tem os submarinos de hoje, do tipo de frota e levará o equipamento mais moderno de localização electrónica. A outra é uma espécie de anti-submarino de combate debaixo d'água, que será de tamanho menor que qualquer dos tipos de submarinos construídos desde a 1ª Guerra Mundial.

Um total de 6 submarinos de ataque rápido e três anti-submarinos já se acham construídos. Espera-se que as primeiras embarcações, de cada classe, estejam terminadas no corrente ano.

Os submarinos de ataque rápido (o SS-563) serão mais curtos que os do tipo corrente de 90 m, mas terão mais ou menos o mesmo deslocamento: 1.500 ton.; terão superestruturas completamente aero-dinâmicas e estarão equipados com "Snorkel". Os SSK, submarinos anti-submarinos, terão de comprimento 55 metros e deslocarão 750 ton.; levarão equipamentos melhorado para determinação pelo som e localização electrónica.

ATOS OFICIAIS GERAIS

Atos Oficiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial", no período de 17 de outubro a 6 de novembro de 1951.

ANTECIPAÇÃO DE LICENCIAMENTO

O Ministro de Estado da Guerra, de acordo com o que propõe o Comandante da 3ª Região Militar e o que preceitua o art. 97 da Lei do Serviço Militar, resolve autorizar, naquela Região, a antecipação do licenciamento, até 2 (dois) meses, dos engajados e reengajados que não satisfaçam condições para obter novo engajamento, no corrente ano.

(Portaria n. 232, de 16-X-951 — "Diário Oficial" de 17-X-951.)

GRATIFICAÇÃO DE COMANDO DE C.P.O.R.

Em solução à consulta feita pela Diretoria de Finanças do Exército (ofício n. 70-Gab., de 13-VII-951) à Comissão Interministerial Interpretativa do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, sobre gratificações "de representação" e "de Estado-Maior" a serem pagas ao Comandante do C.P.O.R. da 6ª Região Militar, declaro que, — como se trata de Comandante de um Estabelecimento de Ensino Militar (art. 1º do Regulamento n. 166) a gratificação deve ser de conformidade com a letra k); quanto a gratificação de Estado-Maior não cabe direito àquêl Comandante porque, quer se trate do Comando quer da direção de ensino, não é exigência possua o oficial o Curso de Estado-Maior para exercê-los — parágrafo único do artigo 18 do Regulamento n. 166, citado. — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 679, de 15-X-951 — "Diário Oficial" de 17-X-951.)

NORMAS PARA RECEBIMENTO DE MATERIAL DOS EE. UU.

1. A Unidade Administrativa que receber diretamente da Comissão de

Recebimento de Material dos Estados Unidos, material enviado pela Comissão Militar Brasileira em Washington, providencie para que a abertura de todos os volumes se faça na presença do representante da Companhia Seguradora, e, no máximo, trinta dias após o seu recebimento.

2. Logo que os volumes de cada embarque sejam recebidos pela Comissão de Recebimento supra mencionada, esta oficiará à Companhia Seguradora, solicitando vistoria:

a) para os que se acharem avariados ou com indícios de violação, — em seu armazém;

b) para os que estiverem aparentemente perfeitos, — nas Unidades Administrativas de destino.

3. Do ofício devem constar os elementos a), b), c) e d), abaixo especificados, ficando extinto, com as presentes instruções, o sistema de remessa de termos de recebimento e exame à Comissão de Recebimento de Material dos Estados Unidos, para cujo arquivo serão necessários apenas os recibos de quitação nas "notas de entrega" e "guias de remessa" que expede, as quais devem consignar:

a) número de embarque ;
b) nome do vapor ;
c) número da encomenda ou ordem (CV) ;
d) fatura comercial, shipping-ticket, invoice ou voucher (número e data) ;
e) data de desembarque do material ;

f) companhia seguradora do mesmo, respectivo endereço e telefone ;
g) número de ofício em que foi solicitada vistoria para o mesmo.

4. Em ambos os casos do item 2, deverá ser lavrado o "Termo de vistoria" que consignará todas as irregularidades por ventura encontradas, e, uma vez terminada a conferência e o exame do material pela unidade recebedora, esta deverá oficial imediatamente à já citada Comissão de recebimento, informando as condições

em que o mesmo foi recebido e discriminando, se fôr o caso, as alterações verificadas (avarias, danos, faltas, etc.).

5. As instruções do presente Aviso não se aplicam aos casos de material que, embora despachado pela Comissão Militar Brasileira em Washington e entregue pela Comissão de Recebimento de Material dos Estados Unidos, não tenha sido adquirido por intermédio daquela Comissão, casos em que as providências ou reclamações sobre eventuais prejuízos decorrentes de alterações são de iniciativa das próprias unidades compradoras, que se deverão entender diretamente com os respectivos vendedores. — General *Newton Estillac Leal*.

(Aviso n. 681, de 16-X-951 — "Diário Oficial" de 17-X-951.)

EXCLUSÃO DE CONSCRITOS AVIADORES CIVIS

Em aditamento ao Aviso n. 530, de 14 de agosto do corrente ano, de acordo com o Parecer do Estado-Maior do Exército e em cumprimento ao Acórdão de 4 de outubro corrente, do Supremo Tribunal Federal no Recurso de "Habeas-corpus" n. 31.743, do Distrito Federal, declaramos que os conscritos possuidores do "brevet" de aviador civil, mesmo incorporados, desde que apresentem o registro do "brevet" devem ser excluídos imediatamente das fileiras do Exército, visto que, nos termos do art. 1º da Lei n. 438, de 18 de outubro de 1948, são considerados reservistas de 3 categoria da Força Aérea Brasileira. — General *Newton Estillac Leal*.

(Aviso n. 686, de 16-X-951 — "Diário Oficial" de 17-X-951.)

FORNECIMENTO DE CERTIFICADO DE RESERVISTA A PRAÇA TRANSFERIDA

Aproyando o parecer da Diretoria de Recrutamento, esclareço que quando as praças pertencentes a uma Unidade fôrem transferidas para outra, ficando adidas a primeira até a data do licenciamento, o fornecimento do certificado de reservista compete a unidade onde a praça permaneceu adida até sua exclusão, ficando assim retificado o Aviso n. 645, de 2 de outubro de 1951, por ter saído com

incorreções. — General *Newton Estillac Leal*.

(Aviso n. 687, de 16-X-951 — "Diário Oficial" de 17-X-951.)

DIREITO A REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

Tendo em vista o parecer emitido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público no processo número 7.300-51, daquele Departamento, comunico a Vossa Excia. que o pessoal para obras tem direito ao repouso semanal remunerado, face à Lei n. 605, de 1949. — General *Newton Estillac Leal*.

(Aviso n. 690, de 16-X-951 — "Diário Oficial" de 19-X-951.)

FUNÇÕES QUE NÃO DEVEM SER EXERCIDAS CUMULATIVAMENTE

1. Em Ofício n. 867-Gab., de 28 de agosto último, o General Diretor de Saúde do Exército consulta "se é admissível o exercício das funções de Chefe do Serviço Regional Cumulativamente com as de Diretor do Hospital Militar nos casos das substituições previstas no Regulamento de Saúde do Exército.

P. Em solução, declaro:

As funções de Chefe do Serviço de Saúde Regional não devem ser exercidas cumulativamente com as de Diretor do Hospital Militar Regional tendo em vista que ao Chefe daquele Serviço cabem, de acordo com o art. 63 do Regulamento de Saúde do Exército, as atribuições de orientação, coordenação e fiscalização de todos os órgãos que lhe são subordinados, entre os quais se acham os hospitais militares. — General *Newton Estillac Leal*.

(Aviso n. 691, de 16-X-951 — "Diário Oficial" de 19-X-951.)

INSUBSISTÊNCIA DE AVISOS

Tendo em vista o ato do Senhor Presidente da República que aprovou parecer sobre exercício de funções militares, ato este que se acha publicado no "Diário Oficial" de 11-IX-951, à página 13.501, torno insubsistente o Aviso n. 449, de 17 de julho do corrente ano, referente as

substituições entre militares. — General *Newton Estillac Leal*.

(Aviso n. 692, de 18-X-951 — "Diário Oficial" de 19-X-951.)

EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÕES

Em face do aumento dos quadros da Arma de Engenharia com a última reestruturação e tendo em vista lotar todas as funções de Engenharia e de Transmissões, resolvo, de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, revogar o Aviso n. 1.063, de 7 de janeiro de 1947, que, permitia que oficiais de qualquer arma, diplomados em Transmissões, exercessem funções de sua especialização nos órgãos centrais e regionais do Serviço de Transmissões, bem como nos órgãos de direção desse Serviço, nas Grandes Unidades. — Gen. *Newton Estillac Leal*.

(Aviso n. 693, de 16-X-951 — "Diário Oficial" de 19-X-951.)

PROIBE INTERVENÇÃO DE MILITARES EM ASSUNTOS ESTRANHOS A PROFISSÃO

De algum tempo a esta parte, momentosa questão tem perturbado a habitual harmonia que caracteriza a atividade profissional de meus camaradas sendo de notar a influência que têm exercido, nesse particular, certos escritos dados a público quer em revistas ou outros órgãos de difusão, quer na imprensa cotidiana.

Sem embargo de que a nenhuma entidade jurídica, ou simples órgão de natureza jornalística, dirigidos por militares seja dado arrogar-se o direito de exprimir o pensamento de parte ou de todo o Exército — (prerrogativa do Ministro da Guerra) — certas atividades principalmente publicitárias, têm oferecido margem a explorações e comentários demagógicos ou mal intencionados, com apreciável frequência.

Semelhantes acontecimentos hão afetado sobremaneira os laços da sã camaradagem e do tradicional respeito aos princípios da hierarquia, todos basilares da mais simples organização militar. Podendo tal estado de coisas tornar-se profundamente danoso à coesão do Exército, é de mister que cada um de seus membros envide todos os esforços no sentido de fazer cessar as causas que vêm inquietando a família militar.

Ao deixar o presente Aviso, não deixo de ter firmemente presentes os termos constitucionais do § 5º do art. 141, que facultam aos cidadãos a livre manifestação do pensamento; mas, atendo-me também à ressalva que lá se encontra: — "responde cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer".

Ademais, a minha formação de soldado, que não deve diferir da de meus camaradas, não esquece outros termos constitucionais que impõem ao militar determinadas e explícitas restrições nessa liberdade, por todos nós aceita, antecipadamente, naquele grave momento de nossa vida, em que perante o altar da Pátria, nos comprometemos, solenemente, servi-la de modo integral.

As leis comuns — e nelas se incluem os nossos Regulamentos militares — definem, claramente, essas restrições e mais a de que "a disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida, entre os militares da ativa ou da reserva, reformados ou asilados" (Estatuto dos Militares — art. 13), o que só enobrece e dignifica aos militares de boa formação.

Não é pelo fato de pertencer a uma entidade que goze de prerrogativas de pessoa jurídica que o militar se libera dos compromissos assumidos com a essência própria da carreira que, livre, espontânea e arduosamente abraçou.

Embora integrante dessa pessoa jurídica não fica ele divorciado de sua qualidade precípua de soldado, permanecendo pois sujeito às sanções regulamentares e à hierarquia disciplinar, mesmo que fale, haja ou escreva como parte ou por intermédio da referida entidade.

Se o Chefe do Exército carece de recurso legal para intervir na entidade jurídica formada por militares — visto como a lei outorga tal faculdade a outro elemento do poder público — outro tanto não acontece com relação à qualidade de militar dos seus componentes, caso em que lhe é dado empregar instrumentos simples de uso diário nas menores organizações militares, com a finalidade de manter inquebrantável e inatingida a viga mestra de qualquer instituição — a Disciplina.

Recomendo, pois, aos diversos escalões hierárquicos que façam cumprir com rigor as normas regulamentares que pautam a conduta dos militares, dentro ou fora da caserna,

pela palavra falada ou escrita em jornais, revistas, folhetins, ou quaisquer outros órgãos publicitários, na conformidade do que preceituam, sobretudo, os seguintes dispositivos: — arts. 176 e 179 da Constituição Federal; arts. 13, 14, 25, (letras c), d), g), h) e 27 do Estatuto dos Militares; art. 13 (ns. 3, 102, 104, 109, 111, 113 e 126) do Regulamento Disciplinar do Exército e art. 144 do Código Penal Militar.

Nesse grave instante dos destinos humanos, mais do que nunca devemos estar unidos e coesos, atentos e vigilantes aos perigos, venham de onde vierem, internos ou externos, a fim de que se mantenha inalteravelmente senhora de seus destinos, altaneira e proficuamente laboriosa, esta grande Pátria Brasileira.

Em tal contingência é que, como Chefe do Exército, reitero aos meus camaradas minha palavra de ordem: — Disciplina, Trabalho e Lealdade. — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 698, de 16-X-951 — "Diário Oficial" de 19-X-951.)

* *

TRANSFERÊNCIA DE SEDE DE D.R.

O Ministro de Estado da Guerra resolve, em aditamento à Portaria número 99, de 6 de junho de 1950, transferir a sede da 9ª Delegacia da 16ª Circunscrição de Recrutamento, da Cidade de São Joaquim para Bom Retiro.

(Portaria n. 238, de 19-X-951 — "Diário Oficial" de 22-X-951.)

PROMOÇÃO DE SARGENTOS

Aprovando proposta feita pelo Estado-Maior do Exército (Ofício número 437-A, de 21-IX-951), sobre a promoção a 1º Sargento, dos candidatos possuidores de curso da Escola de Educação Física do Exército ou de Dactilografia, regulada pelos Avisos ns. 1.132, de 3-XI-947; 486, de 2 de junho de 1948 e 885, de 19 de novembro de 1948, resolvo que, a partir de 1953, para o preenchimento, por promoção, das vagas de 1º Sargento a que se referem esses Avisos, deverá o candidato possuir o Curso de Aperfeiçoamento da Arma ou Serviço e também o curso correspondente à qualificação considerada (Dactilografia ou de Educação Física).

(Aviso n. 712, de 29-X-951 — "Diário Oficial" de 30-X-951.)

PRESCRIÇÕES SOBRE ELOGIOS COLETIVOS

O elogio coletivo visa a reconhecer e ressaltar a eficiência de um grupo, uma equipe ou um conjunto ao cumprir determinada missão.

Estendê-lo, nominalmente, a oficiais e praças, não corresponde a uma perfeita distribuição de justiça, de vez que nem sempre todos os participantes da missão concorrem, igualmente, para o êxito final obtido.

Faz-se mister cessar tal prática. Recomendo, assim que, a partir desta data, não mais constem dos assentamentos de oficiais e praças quaisquer elogios coletivos, os quais deverão tão somente ser publicados em Boletim Interno e registrados no Livro Histórico dos Corpos e Repartições.

Os comandos, direções e Chefias usarão, se for o caso, do direito de recompensa aos subordinados que julgarem merecedores, na conformidade do disposto no Título V do Regulamento Disciplinar do Exército.

O elogio individual (nominal), a ser transcrito nos assentamentos, somente poderá ser formulado a oficiais e praças que se hajam destacado do resto da coletividade, em ato de serviço ou ação meritória.

Em face do exposto, ressalvados os direitos adquiridos até a presente data, não mais deverão constar de fichas para promoção, da escrituração de assentamentos e demais documentos correlatos, elogios coletivos formulados posteriormente ao presente Aviso — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 723, de 30-X-951 — "Diário Oficial" de 31-X-951.)

* *

RETIFICAÇÃO DE DECRETO RELATIVO A GRATIFICAÇÕES

DECRETO N. 30.033 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1951

Disciplina a concessão da "Gratificação de Técnico Militar" prevista no artigo 56 e específica os serviços industriais das Organizações Militares, aos quais são aplicáveis as disposições do art. 66, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

(Publicado no D.O. de 5-X-951 — Seção I)

Retificação de partes publicadas com incorreção

Art. 1º.

A — Na base de 25%

6 — Diretoria de Rotas Aéreas Laboratório Rádio (ensaios, pesquisas e padronização).

Art. 2º

2 — Categoria B — (25 %)

- c — Depósitos de Combustíveis do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, quando armazenando inflamáveis, excetuadas as bombas de gasolina.

3 — Categoria C — (20 %)

- f — Oficinas Especializadas da Diretoria de Rotas Aéreas (Central, Regionais e Sub-Regionais)

Secção e Agrupamento de Rádio;
Secção e Agrupamento Eléctrico;
Secção e Agrupamentos de Grupos Eletrogêneos;
Secção e Agrupamento de Baterias;

- k — Laboratório Rádio da Diretoria de Rotas Aéreas

Art. 3º

- 3 — PARQUES: dos Afonso, de São Paulo e Central de Viaturas da Aeronáutica, Parque Central de Motomecanização, Parque Central de Material de Engenharia e Parque Central de Transmissões, Núcleos de Parque de Belém, Recife e Porto Alegre, Oficinas de Parques Regionais e Oficinas Regionais de carácter industrial.

(“Diário Oficial” de 1-XI-951.)

RETIFICAÇÃO DE DECRETO RELATIVO A GRATIFICAÇÕES

DECRETO N. 30.034 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1951

Classifica as especialidades das praças das Forças Armadas, para efeito de percepção da “gratificação de especialidades e função”, prevista na Lei n. 1.316, de 20-I-951.

(Publicado no D.O. de 5-X-951 — Secção I)

Retificação de parte publicada com incorrecção

Art. 1º

III — Na Aeronáutica —

I — Categoria — A.

M — Auxiliar de Educação Física (Sargento).

(“Diário Oficial” de 1-XI-951.)

REVOGAÇÃO DE AVISO REFERENTE A FUNÇÕES DE INSTRUTOR

A fim de atender a situação de Instrutores e Auxiliares de Instrutor dos diversos Centros de Instrução, Escolas e demais Estabelecimentos de Ensino, e tendo em vista as disposições constantes do Decreto-lei número 8.097, de 16 de outubro de 1945 (Normas para a movimentação de oficiais subalternos) e da Lei n. 1.376, de 6 de junho de 1951 (Lei de fixação de efetivos), declaro, de acordo com o art. 59 do Decreto-lei número 4.130, de 26 de fevereiro de 1942:

a) Fica revogado o Aviso n. 388, de 5 de junho de 1951;

b) Não se aplicam aos Tenentes designados para servirem como Instrutores ou Auxiliares de Instrutor em Centros de Instrução, Escolas e demais Estabelecimentos de Ensino, não abrangidos pelo art. 12 da Lei de Promoções, as disposições do art. 2º do Decreto-lei n. 8.097, de 16 de outubro de 1945 — *Newton Estillac Leal*.

(Aviso n. 750, de 31-X-951 — “Diário Oficial” de 1-XI-951.)

ORGANIZAÇÃO DA E.S.A.

De acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército e em face do que dispõe o Decreto-lei n. 5.625, de 28 de junho de 1943 (Lei de Promoções), e ainda, que a Escola de Sargentos das Armas tem organização idêntica não só às das outras Escolas constantes do § 1º do art. 12 do mencionado Decreto-lei, como, também, à dos Corpos de Tropa declaro que aquela Escola (E.S.A.) se acha compreendida no supra citado § 1º, do art. 12 da Lei de Promoções — *General Newton Estillac Leal*.

(Aviso n. 751, de 31-X-951 — “Diário Oficial” de 1-XI-951.)

ALTERAÇÃO EM DISTINTIVO DE CURSO

DECRETO N. 30.133 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1951

Altera distintivo do Decreto n. 28.503, de 14 de agosto de 1950, que cria o distintivo do “Curso Superior de Guerra”, da Escola Superior de Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

go 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. A letra e do art. 1º do decreto n. 28.503, de 14 de agosto de 1950, passa a ter a seguinte redação:

"e) Dimensões: 0,050 m x 0,048 m. Forma: a do desenho".

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1951, 130º da Independência e 63º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel,
Newton Estillac Leal,
Nero Moura.

("Diário Oficial" de 5-XI-1951.)

INTERPRETAÇÃO DE CASOS OMISSOS DO C.V.V.M.
DECRETO N. 30.119 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1951

Aprova a interpretação dos casos omissos do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Ficam aprovadas as interpretações dos casos omissos do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, que a este acompanham, a fim de que seja mantido critério uniforme na sua aplicação no Exército, na Marinha e na Aeronáutica.

Art. 2º. Os vencimentos e vantagens resultantes destas interpretações serão pagos de acordo com o art. 353 daquele diploma.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1951, 130º da Independência e 63º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima,
Renato de Almeida Guillobel,
Newton Estillac Leal,
Nero Moura.

Interpretação dos casos omissos do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares — (Art. 356, da Lei n. 1.316, de 29 de janeiro de 1951).

Art. 14:

O preceito da Lei n. 283, de 24 de maio de 1948, art. 5º, está em pleno

vigor e não foi revogado pelo art. 14, § 1º, deste Código, não tendo, portanto, direito aos vencimentos do Pósto ou Graduação superior o substituto de um militar no gozo de licença prêmio.

Art. 15:

1 — Para os efeitos deste artigo, Quadro ou Corpo são designações equivalentes dadas ao conjunto de postos hierárquicos a que todo Oficial pode atingir, na Arma ou Serviço, ou ainda como Oficial General.

2 — Entende-se por pósto inexistente em um Quadro ou Corpo, aquele ao qual não poderá ter acesso o Oficial na atividade, quer por promoção, quer por graduação, de acordo com a legislação em vigor.

3 — Nas substituições de Oficiais e de Praças deverá ser obedecido o mesmo critério.

4 — É considerada função estranha ao seu quadro, aquela para o exercício da qual não estiver a Praça habilitada com o respectivo curso.

5 — O Código só prevê a hipótese da substituição de Oficial por Praça quando em campanha e nas condições estabelecidas no art. 171. Assim, em tempo de paz, não haverá substituição de Oficial por Praça de qualquer graduação.

Art. 19:

1 — O Militar em trânsito ainda não se encontra no exercício do cargo e, portanto, não fará jus às vantagens transitórias.

2 — As férias são dispensas do serviço, totais e obrigatórias, e o militar, quando em seu gozo, continuará a perceber todas as vantagens a que vinha fazendo jus, inclusive as transitórias.

3 — O militar no gozo de licença prêmio perceberá os vencimentos do pósto ou graduação e as vantagens constantes a que vinha fazendo jus.

Art. 20:

O Militar, quando licenciado pelos motivos abaixo, perceberá os seguintes vencimentos:

II — Para tratamento de saúde de pessoa da família:

A) Até um ano, mesmo em licenças continuadas, concedidas parceladamente, os vencimentos e vantagens do pósto ou graduação; nas licenças continuadas, completado esse prazo, e até o limite de dois anos, não fará jus à gratificação.

VI — Para exercer cargo público civil, de natureza temporária:

— O militar que exercer cargo público civil remunerado, mesmo de natureza temporária, perde todos os proventos de seu posto, em face do disposto no § 5º, do art. 182 da Constituição Federal.

VII — Para o exercício de qualquer função, quando posto o militar à disposição de outro Ministério ou de Governo estadual, territorial ou municipal:

— O direito de opção pelos vencimentos da função, deverá ser exercido nos primeiros 30 dias que se seguirem ao ato que pôs o militar à disposição de outro Ministério ou de Governo estadual, territorial ou municipal e nenhuma remuneração poderá ser paga, antes de feita prova da opção.

Em qualquer caso, não poderá o militar acumular a remuneração da função com os proventos, vencimentos ou vantagens de seu posto ou graduação.

Art. 24:

As funções ou Comissões de caráter ou interesse militar são aquelas expressamente declaradas em Lei ou assim consideradas por Decreto do Governo Federal.

Todo militar no exercício de qualquer comissão ou função de caráter ou interesse militar não prevista nos Quadros das Forças Armadas ainda mesmo à disposição de outro Ministério ou de Governo Estadual, Territorial ou Municipal, será adido a uma organização militar para efeito de vencimentos e vantagens do seu posto ou graduação e nenhuma remuneração perceberá pelo exercício dessa função ou comissão além das previstas neste Código; entretanto, poderá perceber a gratificação de representação que lhe for arbitrada.

Art. 29 (alínea H):

O militar quando investido em cargo público civil remunerado, de natureza temporária, nada perceberá, em face do disposto no § 5º do artigo 182 da Constituição Federal.

Art. 30:

O militar preso disciplinarmente, mesmo com prejuízo do serviço, nenhuma redução sofrerá em seus vencimentos e vantagens, salvo nos casos expressamente declarados neste Código.

Art. 31:

A praça cumprindo pena maior de seis (6) meses e quando não deva ser excluída na forma da legislação em vigor, perceberá o soldo, de acordo com o estabelecido no art. 29, alínea D), deste Código.

Art. 36:

1 — Os militares já na reserva remunerada ou reformados por ocasião da promulgação deste Código somente fazem jus às vantagens incorporáveis que expressamente lhes foram mandadas tornar extensivas.

2 — Os Capelães militares percebem uma cônica correspondente aos vencimentos de Capitão e fazem jus às vantagens a estes conferidas nos diferentes casos previstos em Lei (Decreto-lei n. 9.505, de 23 de julho de 1946).

3 — A gratificação de Serviço Industrial é considerada Transitória.

Art. 53:

O efetivo serviço a que se refere este artigo, é o espaço de tempo contado dia a dia, entre a data inicial de praça e a data de licenciamento, da transferência para a reserva ou da reforma.

Na apuração do tempo de efetivo serviço são deduzidos os períodos não computáveis de acordo com o Estatuto dos Militares e desprezados os acréscimos previstos na legislação vigente, exceto o tempo dobrado de serviço em campanha e de licença especial não gozada.

A contagem de tempo dobrado de serviço em campanha é feita de acordo com o estabelecido no art. 27 do Decreto n. 28.703, de 2 de outubro de 1950 e arts. 170 e 174 deste Código.

Para efeito deste artigo, a contagem em dobro do tempo de licença especial não gozada, só deverá ser feita depois da averbação solicitada pelo interessado.

O pedido de averbação deste tempo em dobro, depois de atendido, importa em dextistência irrevogável do direito ao gozo da licença.

Art. 58:

O Engenheiro Militar, Naval ou da Aeronáutica, quando estagiário da Escola Superior de Guerra, continuará a perceber a gratificação de técnico.

Art. 72:

1 — O valor do abono militar devido nas condições do art. 70, para o desquitado que em virtude de sen-

tença judicial contribuir para alimen-
tos do outro cônjuge e, bem
assim para o desquitado, solteiro ou
viúvo com filho maior inválido ou
filha solteira maior, ou viúva ou des-
quitada sem economia própria, ou
arrimo de pai inválido ou de mãe
viúva ou solteira, ou de irmã inválida
é também o previsto no art. 72, desde
que qualquer das pessoas indicadas
viva às suas expensas.

2 — Até que seja atualizada e re-
gulamentada a legislação existente
sobre a condição de arrimo, deverá,
para os efeitos deste Código, ser obe-
decido, no que lhe for aplicável, o es-
tabelecido nos Decretos ns. 12.790,
de 2 de janeiro de 1918 e 15.934, de
22 de janeiro de 1923, ficando, porém
sob a responsabilidade dos Coman-
dantes de Organizações, a definição
da qualidade de arrimo.

Provada essa qualidade, o Coman-
dante da Organização fará publicar
em Boletim ou Ordem do Dia as ra-
zões que o levaram a definir a si-
tuação de arrimo de militar interes-
sado, e remeterá toda a documenta-
ção ao respectivo Ministro, pelos
meios regulamentares, para aprecia-
ção e julgamento final.

O pagamento provisório do abono
militar, sempre respeitando o prin-
cípio do art. 70, será feito ao militar
considerado arrimo, a partir da data
em que, sob a responsabilidade do
Comandante da Organização, como
tal foi considerado.

Art. 78 :

O auxílio para confecção de uni-
formes, previsto neste artigo, só de-
verá ser pago ao militar aprovado
em Curso de Sargento da ativa ou,
na Marinha em exame de habilitação
para promoção depois de promovido
à graduação de terceiro sargento e
desde que tenha obtido engajamento
ou reengajamento, ou quando a sua
permanência obrigatória nas fileiras
for igual ou superior a um ano, após
a promoção.

Art. 110 :

1 — Os Estabelecimentos e Repar-
tições Militares referidas na alínea h)
dêste artigo, são os que possuem au-
tonomia administrativa ou vida au-
tônoma.

2 — Para os efeitos da alínea j)
dêste artigo, as funções de Vice-Di-
retor nas Diretorias Gerais da Ma-
rinha são equiparadas às de Chefe
de Gabinete no Exército e na Aero-
nautica.

3 — Os Comandos de Unidades Iso-
ladas ou destacadas com autonomia
administrativa e de navios de 4ª clas-

se, são considerados comissão de re-
presentação no país e estão compre-
endidos na alínea k) dêste artigo.

Art. 112 :

O oficial no desempenho de Co-
missão prevista na alínea e) do ar-
tigo 24 terá direito a uma gratifica-
ção de representação, fixada pelo
Presidente da República, no ato de
sua nomeação ou designação, se esta
não estiver estabelecida em Lei ou
Regulamento.

Art. 113 :

O direito à gratificação de repre-
sentação pertence a quem estiver no
exercício do cargo ou comissão, ex-
centuados os casos previstos no § 1º
do art. 14.

Art. 116 :

1 — Os oficiais em estágio de Es-
tado-Maior, por terminação de curso,
estão no desempenho e em função de
Estado-Maior e, portanto, fazem jus
à gratificação de serviço de Estado-
Maior.

2 — Os oficiais Estagiários da Es-
cola Superior de Guerra, pela natu-
reza de seus encargos, são considera-
dos exercendo efetivamente as fun-
ções de Estado-Maior.

Arts. 125 e 126 :

1 — Os cursos dos Ministérios Mi-
litares que dão direito à gratificação
de ensino são aqueles em que os in-
strutores ou professores são nomeados
por decreto ou designados pelo re-
spectivo Ministro Militar, ou Chefe de
Estado-Maior.

2 — O militar que exercer encargo
de ensino previsto em lei, regula-
mento ou ato ministerial, como decur-
rente do cargo para o qual houver
sido nomeado ou designado, fará jus
à gratificação de ensino referida no
Código.

3 — O militar nomeado em comi-
são para o cargo de instrutor ou pro-
fessor perceberá a gratificação cor-
respondente, de acordo com o respec-
tivo título ou ato de nomeação e, si-
multaneamente, a de Estado-Maior,
Serviço Técnico ou de Saúde, quando
houver declaração expressa no res-
pectivo título ou ato de nomeação, de
que as duas funções serão efetiva-
mente.

4 — Nenhum militar poderá ser
nomeado em comissão para o cargo
de instrutor ou professor em mais
de um estabelecimento de ensino ou
curso dos Ministérios Militares, po-
rém poderá ser nomeado conferen-
cista em mais de um Estabelecimento

ou Curso, percebendo pelas conferências realizadas, a gratificação prevista no regulamento de cada um.

5 — O Pessoal de ensino da Escola Superior de Guerra, de acordo com a Lei n. 785, de 20 de agosto de 1949 e Decreto n. 27.264, de 28 de setembro de 1949 é constituído da Direção da Escola (Comandante e Gabinete) dos Assistentes e do Departamento de Estudos.

6 — A gratificação de ensino será devida ao pessoal instrutor da Escola Superior de Guerra, na seguinte conformidade:

a) Direção da Escola (Comandante e Chefe de Gabinete), Assistentes e Chefes de Divisão do Departamento de Estudos (alínea a do art. 126, combinado com o § 1º);

b) Assistentes do Departamento de Estudos, Adjuntos do Gabinete e das Divisões do Departamento de Estudos (alínea c do art. 126, combinado com o § 1º).

7 — O Pessoal do Gabinete da Escola Superior de Guerra, não é considerado em comissão de representação no País (art. 110) e, sim como pessoal de ensino, nos termos da Lei n. 785, de 20 de agosto de 1949 e Decreto n. 27.264, de 28 de setembro de 1949.

8 — Os oficiais alunos do Instituto Tecnológico da Aeronáutica são equiparados, para efeito deste Código, aos alunos da Escola Técnica do Exército e fazem jus à gratificação de ensino prevista na alínea g do artigo 126.

9 — O militar nomeado em comissão para uma das funções abaixo enumeradas tem direito à gratificação de ensino na seguinte conformidade:

a) Comandante ou Diretor de Escola de Centro de Instrução ou de Formação, quando pelo respectivo regulamento tiver as atribuições de Diretor de Ensino; Chefe ou Encarregado de Departamento de Ensino ou Instrução; Superintendente de Ensino: — Alínea a do art. 126.

b) Chefe ou Encarregado de Departamento Escolar, quando as funções corresponderem as de Instrutor-Chefe; Encarregado de Curso ou de Escola, quando nomeado pelo respectivo Ministro: — Alínea b do artigo 126;

c) Subinstrutor ou Monitor Estagiário — Alínea f do art. 126.

Art. 127:

Os professores, auxiliares de professores, instrutores, Subinstrutores e Monitores, quando em férias esco-

lares, não são considerados afastados das funções e continuam com direito à percepção da gratificação de ensino.

Art. 144:

A gratificação de Submarino, a que se refere o § 1º deste artigo, só é devida ao militar funcionalmente obrigado ao serviço em submarino.

Art. 149:

1 — A diária de Saúde é devida exclusivamente ao militar do Corpo ou Serviço de Saúde, e nos dias de efetivo exercício no trato de enfermos e material especializado.

2 — As Organizações de Saúde referidas no Código devem ser entendidas no sentido restrito e específico dos arts. 149 e 251, e como as definidas no Regulamento de Saúde das Forças Armadas.

3 — Nos casos das Juntas de Inspeção de Saúde e da Clínica Domiciliar, a diária de saúde será devida nos dias de efetivo serviço, isto é, nos dias em que forem realizadas sessões das Juntas ou feitas as visitas domiciliares.

4 — O militar do Corpo ou do Serviço de Saúde que servir em Organização de Saúde, onde, por força do Regulamento ou Função, não estiver em contacto diário e continuado com enfermos ou material especializado, não fará jus à diária de saúde.

5 — A praça servente ou o tafeiro empregado em qualquer Organização de Saúde, quando correr o risco decorrente do trato diário e continuado com enfermos e material especializado, têm direito à diária de saúde.

6 — O Serviço de Veterinária é responsável pela saúde e higiene dos animais e o seu pessoal também fará jus à diária de saúde e nas mesmas percentagens da do Corpo ou Serviço de Saúde, quando exercer efetivamente as suas atividades nas Formações Veterinárias dos Corpos de Tropa e Estabelecimentos Militares, nas Granjas Militares, nos Laboratórios de Pesquisas Clínicas, de Produção de Sêros e Vacinas e de Pesquisas Químicas e nas demais Organizações de Veterinária, sempre que haja o trato diário e continuado com animais doentes ou material especializado.

Art. 151:

Os Diretores Gerais de Saúde das Forças Armadas deverão apresentar ao respectivo Ministro a relação com-

pleta dos Hospitais, Sanatórios, Colônias ou Organizações Hospitalares apropriadas para o tratamento de doenças infecto-contagiosas ou que disponham de instalações satisfatórias e em pleno funcionamento quanto aos Serviços de Rádio e Rádium.

Sómente depois de aprovadas e publicadas essas relações poderão ser feitos os saques das diárias de saúde a que se refere o § 1º do art. 150, incorrendo em responsabilidade quem requisitar, autorizar ou pagar as referidas diárias a militares em serviço em qualquer Organização não constante dessas relações.

Os militares contemplados com a diária de saúde referida nos casos do § 1º do art. 150, farão jus à mesma a partir da data da publicação do Código, não podendo receber, simultaneamente, a diária normal de saúde.

Arts. 158 e 159:

O Engenheiro Militar, no desempenho de função de sua especialidade no Serviço Geográfico Militar, quando permanecer na sede, em tarefas organizadas pelo respectivo serviço ou diretorias perceberá, nos dias de efetivo serviço, a gratificação de técnico prevista na alínea B do art. 56 (15 %).

O mesmo princípio será aplicado ao Oficial da Armada, cursado em Hidrografia, que esteja desempenhando efetivamente funções técnicas da especialidade no Serviço Hidrográfico.

Quando o militar ou o navio se afastar da sede em efetivo serviço de levantamento geográfico ou hidrográfico, em tarefas organizadas pelo respectivo Serviço ou Diretoria, perceberá a diária prevista no artigo 159, deste Código.

Arts. 193 e 202:

Os Ministros Militares baixarão instruções determinando as organizações que devem atender, normalmente, a alimentação e alojamento dos oficiais e praças estranhas às mesmas e que se encontrem em trânsito ou em serviço na localidade.

Art. 212:

O direito à passagem para família, referido neste artigo, não se aplica ao pessoal embarcado em navio de guerra ou mercante, incorporado à armada, salvo quando esse Navio pertencer a uma Organização estacionada em caráter permanente no local.

Art. 217:

A passagem para empregado doméstico de Suboficial, Subtenente e Sargento é fornecida nas Ferrovias, em segunda classe.

Art. 234:

Os oficiais montados, quando transferidos, continuam com direito ao transporte gratuito de um animal de sela, seja ele particular ou de propriedade do Estado.

Art. 239:

Os remédios officinais de fabricação Nacional e de prescrição corrente, referidos na alínea A deste artigo, são os tabelados de modo geral e constantes das tabelas organizadas pelos respectivos Serviços de Saúde das Forças Armadas. O custo desses remédios está incluído na diária de hospitalização, indenizada pelo militar nas bases fixadas no art. 240.

Art. 240:

A diária de Acompanhante é igual à do militar hospitalizado, isto é, metade da Diária de alimentação prevista para o seu posto ou Graduação, de acordo com o art. 198.

Art. 243:

As Organizações hospitalares requisitarão das Repartições competentes, as diárias de hospitalização dos Militares baixados referidos neste artigo, nas mesmas condições em que o fizeram para os beneficiados pelo art. 245.

Art. 283:

O abono de família é assegurada aos militares nas mesmas condições e proporções em o seja ou venha a ser concedido aos servidores públicos em geral e, portanto, não está compreendido na restrição deste artigo. (Arts. 11 e 12 do Decreto-lei n. 5.976, de 10-XI-942).

Art. 284:

A etapa no estrangeiro terá o triplo do valor da etapa comum fixada para a Capital Federal.

Art. 290:

O cálculo dos proventos da inatividade, a que tenha direito o asilado em razão do tempo de serviço, reforma ou decorrência de situações especiais previstas em Lei ou Regulamento, será feito nas condições estabelecidas neste Código para os inativos em geral.

Art. 292:

As praças da Reserva Remunerada ou Reformados antes da publicação deste Código com proventos superiores aos de sua graduação, continuarão percebendo esses proventos, sem prejuízo da gratificação do artigo 53, quando for o caso, e respeitada a regra do art. 344.

Art. 294:

As disposições do parágrafo único deste artigo são aplicáveis, nas condições nele estabelecidas, ao militar funcionalmente obrigado ao serviço de para-quedismo ou submarino, levando-se em conta a tabela que vigorava e o posto ou graduação que possuía na data em que, pela última vez, haja percebido integralmente a gratificação de serviço de para-quedismo ou de serviço de submarino.

Art. 303:

1 — O militar julgado definitivamente inválido ou incapaz por sofrer de moléstia definida em Lei e que já se encontrava reformado por esse motivo quando foi promulgado o C.V.V.M., está amparado pelos favores deste artigo.

2 — O direito às vantagens incorporáveis por parte do militar reformado por sofrer de moléstia definida neste artigo independe do tempo de serviço do mesmo na data de sua reforma. Essa gratificação deverá ser paga pelo máximo previsto neste Código qualquer que seja o tempo de serviço.

Art. 307:

Os proventos dos Militares já na inatividade por ocasião da publicação deste Código são devidos na forma do título I da segunda parte e foram atualizados, não havendo mais diferença decorrente de tabelas vigentes na época em que esses militares passaram à inatividade.

O critério para pagamento de etapa ao Sargento asilado previsto neste artigo deve, portanto, ser um só.

Nestas condições o Sargento incluído no Asilo de Inválidos da Pátria receberá apenas uma etapa.

Art. 338:

O cálculo do pagamento do Militar, no mês em que for promovido, deverá ser feito adicionando-se aos vencimentos integrais e vantagens que faria jus, num mês, do posto ou graduação em que se encontrava, tantas trigésimas partes da diferença de vencimentos e vantagens entre

os dois postos ou graduações, quantos forem os dias vencidos na nova situação, no mês considerado.

Art. 339:

1 — Aos Professores civis, membros do Magistério militar, somente são aplicáveis as disposições deste Código na parte relativa às gratificações de ensino ou de magistério, e de acordo com as regras estabelecidas no art. 346.

2 — O civil com honras militares, isto é, o oficial honorário não é considerado militar, desde o aviso de 10 de junho de 1894.

Os professores vitalícios, quando civis com honras militares só têm direito às vantagens, regalias e vencimentos atribuídos no Decreto-lei número 103, de 23 de dezembro de 1937, aos militares consoante o respectivo tempo de serviço público e na conformidade do que dispõe esse Decreto-lei.

O Código atual não faz qualquer referência especial a esses professores, os quais, portanto, além dos direitos adquiridos pelo Decreto-lei número 103 citado só terão as vantagens concedidas aos professores civis em geral.

Art. 344:

1 — A gratificação adicional de tempo de serviço existente na legislação anterior não é acumulável com a criada nos arts. 52 e 53 deste Código.

2 — O militar que percebia a gratificação adicional da Lei antiga, resultante de 10 anos de serviço, continua com esse direito e, nas mesmas condições, até completar 15 anos de serviço, quando passará a perceber, de acordo com o previsto no art. 53.

3 — As outras adicionais por tempo de serviço, inclusive do militar já na inatividade por ocasião da publicação deste Código e constantes da legislação anterior, foram substituídas pelas criadas no art. 53 que são maiores do que as até então existentes.

4 — Os acréscimos de vencimentos concedidos pela legislação anterior e calculados sobre o soldo vigente na época, até o máximo de 35 %, não são adicionais ou gratificações de tempo de serviço; os militares que os obtiveram continuam com esse direito e não estão compreendidos nas regras dos arts. 291 e 292 deste Código.

Art. 346:

1 — A gratificação de Magistério, prevista neste artigo, é a gratificação de ensino devida a todos os mem-

bros do Magistério Militar, assim encontrados pelo atual Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

2 — A gratificação de ensino, propriamente dita, é a gratificação devida aos membros do Magistério Militar, nomeados ou comissionados posteriormente à publicação do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

3 — Tais gratificações são acumuláveis, porquanto cada qual visa beneficiar grupo distinto de professores, especificados e separados pela vontade clara e inequívoca do legislador.

Art. 350 — O militar em atividade que ao ser publicado o presente Código já possuía horas de imersão em seus assentamentos terá assegurada a vantagem de incorporação por cotas correspondente ao posto ou graduação vigente na época em que completou o número de horas de imersão.

A evolução dos cálculos em função dos novos postos ou graduações somente será feita após a execução das provas periódicas subsequentes, de acordo com o parágrafo único do art. 47.

Art. 351 — Os oficiais e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal não poderão perceber as vantagens previstas neste Código, em condições diferentes das que foram estabelecidas para os militares das Forças Armadas.

Na aplicação deste Código aos membros daquelas Corporações deverá ser obedecido o critério adotado para o Exército.

Art. 352 — As disposições deste artigo também são extensivas à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1951 — *Francisco Negrão de Lima* — *Renato de Almeida Guillobel* — *Newton Estillac Leal* — *Nero Moura*.

D. O. de 6-XI-951.

PREFERÊNCIA PARA CARGOS A EX-COMBATENTES DA F. E. B.

P. R. 112.486-51 — E. M. n. 1.572, de 30-X-951, do D. A. S. P., relativa à preferência absoluta aos ex-combatentes da F. E. B. que não obtiveram classificação no concurso 211, para a carreira de Escriturário dos Ministérios Militares, a fim de preencherem, em caráter interino, vagas de escriturário existentes e que vierem a ocorrer. "Aprovado, 5-XI-951" (Res-

tituído o proc. ao D. A. S. P. em 6 de novembro de 1951).

E. M. n. 1.572 — Em 30 de outubro de 1951 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Com a homologação do concurso realizado para a carreira de escriturário dos Ministérios Militares (C. 211), este Departamento submeteu à assinatura de Vossa Excelência o expediente destinado a nomear — em substituição aos interinos exonerados por força do disposto no art. 37, § 9º, do Estatuto dos Funcionários, e em outras vagas existentes — os candidatos que lograram habilitação.

2. Entre os interinos exonerados, encontram-se ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira que não obtiveram classificação naquele concurso.

3. Em face da política de amparo aos ex-combatentes, mandada observar por Vossa Excelência, e tendo em vista que a exoneração daqueles interinos inabilitados no concurso C 211, obedeceu a imperativos legais, parece de todo aconselhável que lhes seja assegurada absoluta preferência para preenchimento, em caráter interino, das vagas de escriturário existentes e que vierem a ocorrer, e, ainda, em outras vagas que possam facilitar seu imediato reingresso no serviço público.

4. Com esse objetivo, tenho a honra de sugerir a Vossa Excelência a adoção das seguintes providências:

a) que, não estando os ex-combatentes sujeitos à observância de prazo para inscrição no concurso de Escriturário (C 239), os interinos exonerados poderão inscrever-se no referido concurso até a véspera da realização das provas, cujo início está marcado para 18 de novembro deste ano;

b) que para o fim indicado no item anterior, os interessados deverão comparecer à Divisão de Pessoal deste Departamento, munidos de documentos que comprovem sua qualidade de ex-combatentes;

c) que uma vez inscritos no citado concurso, seja promovido, em colaboração com o Ministério, o expediente de nomeação interina, que terá caráter urgente;

d) que em relação aos ex-combatentes exonerados de cargos lotados nos Estados, os Ministérios Militares organizem a relação dos interessados e promovam, com urgência, o respectivo aproveitamento sem prejuízo dos candidatos habilitados no concurso C 211.

5. Se as medidas ora sugeridas merecerem a provação de Vossa Excelência, será conveniente a publicação, na íntegra, desta exposição de motivos, para conhecimento dos interessados.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito —

Arizio de Viana, Diretor Geral.
(Despacho de 6-XI-951 — "Diário Oficial" de 6-XI-951.)

MUNICÍPIOS DISPENSADOS DE INCORPORAÇÃO

O Ministro de Estado da Guerra, resolve, de acôrdo com a proposta da Diretoria de Recrutamento e, nos termos do art. 37 da Lei do Serviço Militar, dispensar de incorporação os cidadãos convocados residentes nos municípios seguintes:

5ª Região Militar:

Estado do Paraná: Bela Vista do Paraíso, Campo do Mourão, Jaguapitá, Mandaguari, Porecatu e Sertãoópolis;

Estado de Santa Catarina: Araranguá, Criciúma, Jaguaruna, Orleães, Urussanga e Turvo.

1ª Região Militar:

Estado do Rio de Janeiro: Parati, Santa Maria Madalena e São Sebastião do Alto.

Estado do Espírito Santo:

Ametista, Anchieta, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Conceição da

Barra, Fundão, Iconha, Itaguaçu, Iúna, Joeirana, Linhares e São Mateus.

9ª Região Militar:

Estado de Mato Grosso: Alto Araguaia, Barra do Bugres, Barra do Garças, Camapuã, Diamantino, Dourados, Guiratinga, Mato Grosso e Poxorêu.

(Portaria n. 247, de 31-X-951 — "Diário Oficial" de 6-XI-951.)

EXTINÇÃO DE ÓRGÃO ALISTADOR

O Ministro de Estado da Guerra resolve, de acôrdo com o parecer do Estado-Maior do Exército e em aditamento a Portaria n. 181, de 14 de novembro de 1950, extinguir o Órgão Alistador existente no D.R.M.M. da 7ª Região Militar e considerar Órgão Alistador a 7ª Companhia Leve de Manutenção.

(Portaria n. 248, de 31-X-951 — "Diário Oficial" de 6-XI-951.)

CRIAÇÃO DE TIRO DE GUERRA

O Ministro de Estado da Guerra resolve, nos termos do art. 74 do Decreto-lei n. 9.500, de 28 de julho de 1946 (Lei do Serviço Militar) criar o Tiro de Guerra n. 284, no município de Lucélia, no Estado de São Paulo.

(Portaria n. 249, de 31-X-951 — "Diário Oficial" de 6-XI-951.)

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
As Repúblicas Hespanso Sulamericanas — Cap. Ayrton S. de Freitas.....	20.00
Artilharia de Dorso — Cap. Otávio Alves Velho..	15.00
Algumas Cousas da Rússia — Cel. J. B. Magalhães	12.00
Aspecto Geográfico — Gen. Mario Travassos.....	6.00
As Transmissões no Reg. Sampaio — Cap. M. F. Castelo Branco.....	15.00

Pedidos pelo Reembôlso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen. Afonso Botelho, do Ex. de Portugal.

Gen. Antônio de Castro Nascimento.

Gen. Bertoldo Klinger.

Gen. Ignácio José Veríssimo.

Cel. Adalardo Flalho

Cel. Aguinaldo Senna Campos.

Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.

Ten.-Cel. J. H. Garcia.

Major Amyr Borges Fortes.

Major Augusto A. Pereira.

Major Floriano Möller.

Major João Baptista Peixoto.

Major Luiz Felipe de Azambuja.

Cap. Gustavo Lisboa Braga.

Ten. Carlos A. Figueiredo.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00